

Neste livro, o leitor encontrará 18 trabalhos que, apreendidos em conjunto, demonstram a diversidade de abordagens, enfoques e questões que compõem a relação entre a História e o Patrimônio. Estes trabalhos foram apresentados no *Simpósio Temático Patrimônio: as Formas do Passado no Presente* (XXVI Simpósio Nacional de História- 2011), cujo objetivo foi reunir pesquisadores advindos de diversos campos do conhecimento e que teve como perspectiva agregar reflexões que expressassem a pluralidade de sentidos que envolvem o tema do Patrimônio Cultural. Muitas são as possibilidades de leituras e interfaces entre estes trabalhos. Nesta coletânea o leitor encontrará oito temas centrais: a relação entre a história e a educação para o patrimônio; os impasses e questões diante da *patrimonialização* do passado; a disputa pela memória; os processos de *musealização*; a cultura material como fonte para o ofício do historiador; a relação entre os historiadores e os arquivos; o vivido social em territórios tombados e as relações entre história e arte.

ODAIR DA CRUZ PAIVA

Patrimônio e História



ELISABETE LEAL E ODAIR DA CRUZ PAIVA
ORGANIZADORES

Patrimônio e História



Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Patrimônio Cultural - UNIFESP
Laboratório de Estudos Arqueológicos/LEA - UNIFESP
Laboratório de Política e Imagem - LAPI/UFPEL

 UniFil

Patrimônio e História

ELISABETE LEAL E ODAIR DA CRUZ PAIVA
ORGANIZADORES



P341 Patrimônio e história / organizadores Elisabete Leal, Odaír da Cruz Paiva . – Londrina: Unifil, 2014.
240 p. : il.

ISBN 978-85-61986-54-4

Inclui bibliografia

1. Sociedades 2. Organização 3. Museus I. Título.

CDD – 363.69

Bibliotecária Responsável Erminda da Conceição Silva de Carvalho CRB9/1756

Editora
UniFil

LONDRINA
2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
FORMAÇÃO DOCENTE, HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	13
<i>MARIA RITA DE ALMEIDA TOLEDO; WILMA PERES COSTA</i>	
PATRIMÔNIO, UMA VIA DE MÃO DUPLA.....	27
<i>CLÁUDIA REGINA PLENS</i>	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MEMÓRIA: A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL.....	39
<i>LEANDRO HENRIQUE MAGALHÃES</i>	
ENCONTROS COM A MEMÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	49
<i>GIANE MARIA DE SOUZA</i>	
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA, A IDEIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O <i>OFÍCIO</i> DO HISTORIADOR.....	63
<i>LUCÍLIA SIQUEIRA</i>	
MEMÓRIA DE PATRIMÔNIO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JONGO/CAXAMBU.....	73
<i>LUANA DA SILVA OLIVEIRA</i>	
A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO SOBRE OS BENS DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE.....	87
<i>LUANA SONCINI</i>	
ROMARIA DO CAARÓ: PRÁTICA CULTURAL, PATRIMÔNIO E DISCURSO MUDIÁTICO.....	97
<i>JULIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS</i>	
HISTÓRIA, MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO: O LOCAL DA MORTE DO PADRE CRISTÓVÃO DE MENDONZA NAS TERRAS DO SUL DO BRASIL.....	113
<i>ARTUR HENRIQUE FRANCO BARCELOS</i>	
A GUERRA DO CONTESTADO NO SUL DO BRASIL: UM ENFOQUE ARQUEOLÓGICO*.....	125
<i>JAISSON TEIXEIRA LINO</i>	
DO MUSEU INEXISTENTE.....	139
<i>JAIME RODRIGUES</i>	

MUSEUS E MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO: EMBATES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE.....	157
<i>ODAIR DA CRUZ PAIVA</i>	
CASA DE MEMÓRIA DE CARAMBEÍ: CONSTRUINDO O PATRIMÔNIO CULTURAL DE UMA COMUNIDADE.....	171
<i>ELIZABETH JOHANSEN</i>	
O PATRIMÔNIO (OFICIALMENTE) PROIBIDO: A DESTRUIÇÃO E A MEMÓRIA DO PALÁCIO MONROE (RIO, 1906-1976).....	181
<i>FERNANDO ATIQUE</i>	
HISTORIADORES, ARQUIVISTAS E ARQUIVOS.....	189
<i>MARCIA ECKERT MIRANDA</i>	
VILA DE PARANAPIACABA: DILEMAS DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PONTO TURÍSTICO.....	201
<i>CAROLINE ANTUNES MARTINS ALAMINO</i>	
SERTÕES E PATRIMÔNIOS: UMA HISTÓRIA DE SANTO ANTÔNIO OLHOS D'ÁGUA – GO.....	213
<i>PAULA GROEHS PFRIMER OLIVEIRA STUMPF</i>	
HISTÓRIA/HISTÓRIA DA ARTE: DILEMAS PATRIMONIAIS DE DISCIPLINAS COIRMÃS.....	227
<i>ELISABETE LEAL</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	233
SOBRE OS AUTORES.....	234

APRESENTAÇÃO

A preservação do patrimônio é um território plural e heterogêneo. Nele, os historiadores encontram três desafios: a diversidade das formas do passado; a compreensão dos condicionantes sociais que, a seu tempo, erigiram estes remanescentes e as relações que a dinâmica do tempo presente cria com os vividos pretéritos. Assim, os historiadores se deparam, por um lado, com inúmeros desafios oriundos da pluralidade das formas do passado que são consideradas como objeto de preservação; essas envolvem desde o patrimônio edificado às expressões imateriais da cultura; da cultura material às fontes escritas e visuais; das práticas e concepções de *musealização* do passado aos remanescentes arqueológicos.

Por outro lado, é preciso considerar o diálogo com outras áreas do conhecimento, na medida em que, um olhar multidisciplinar é fundamental para compreendermos os diferentes tempos (sociais, políticos, culturais, econômicos) que constituíram os vividos pretéritos. Nesse sentido, as contribuições da arqueologia, museologia, antropologia, arquitetura e da arquivologia, entre outras áreas do conhecimento, têm sido fundamentais. Além disso, o historiador enfrenta o desafio de elucidar como em cada presente há uma nova reinvenção do passado e as conexões dessa dinâmica com a história das políticas de preservação do patrimônio.

Num sentido amplo, a defesa do patrimônio cultural entrou, nas últimas três décadas, na agenda de amplos setores da sociedade brasileira. A criação de órgãos de defesa do patrimônio, no âmbito dos municípios e estados, ou a mobilização de vários setores da sociedade civil com vistas à preservação de bens imóveis em várias cidades e o consequente tombamento de muitos edifícios, bairros e reservas naturais, entre outros, explicitam a importância dessa questão no Brasil. É preciso considerar também, que a defesa do patrimônio produz um campo de disputa que envolve a Universidade, setores governamentais, comunidades as mais diversas, ambientalistas, organizações não governamentais, agentes do capital, dentre outros.

Dessa disputa, erigem-se práticas diversas acerca da preservação do patrimônio, noções sobre a memória e percepções sobre a ideia de cultura. Se a visibilidade das questões que envolvem a preservação do patrimônio traz um sentido positivo - no que se refere às possibilidades

de reconhecimento dos remanescentes do passado para o vivido presente -, é necessário considerar que estamos diante de estratégias que disputam sua participação na construção da memória social.

Um breve panorama sobre a inserção e contribuição da Universidade ao debate sobre a questão do patrimônio será aqui apresentado a partir de pesquisas e práticas de pesquisadores de diversas instituições no país. Neste livro, o leitor encontrará 18 trabalhos que, apreendidos em conjunto, demonstram a diversidade de abordagens, enfoques e questões que compõem a relação entre a História e o Patrimônio. Estes trabalhos foram apresentados no *Simpósio Temático Patrimônio: as Formas do Passado no Presente* (XXVI Simpósio Nacional de História), cujo objetivo foi reunir pesquisadores advindos de diversos campos do conhecimento, e que teve como perspectiva agregar reflexões que expressassem a pluralidade de sentidos que envolvem o tema do Patrimônio Cultural.

Muitas são as possibilidades de leituras e interfaces entre estes trabalhos. A ordem de apresentação de cada um deles explicita apenas um entre muitos outros possíveis. De todo modo creio ser necessário apresentar a “leitura temática” que produziu o ordenamento dos mesmos neste livro. Há oito temas centrais: a relação entre a história e a educação para o patrimônio; os impasses e questões diante da *patrimonialização* do passado; a disputa pela memória; os processos de *musealização*; a cultura material como fonte para o ofício do historiador; a relação entre os historiadores e os arquivos; o vivido social em territórios tombados e as relações entre história e arte.

A relação entre a história e a educação para o patrimônio agrega quatro reflexões e experiências presentes neste livro. O trabalho de Maria Rita de Almeida Toledo e Wilma Peres Costa, *A Formação do Docente, História, Memória e Educação Patrimonial*, aborda a experiência do curso de História da Universidade Federal de São Paulo. Essa experiência demonstra as potencialidades da *abertura* da graduação em História para novas experiências e abordagens que procuram desenvolver, no âmbito da graduação, experiências que auxiliem o estudante no trânsito junto a questões que envolvem a problemática do patrimônio, tanto no bacharelado quanto na licenciatura.

Patrimônio, uma Via de Mão Dupla, de Cláudia Regina Plens, trata a educação para o patrimônio na perspectiva da arqueologia. Sua reflexão alerta para a necessidade em pensarmos a educação para o

patrimônio como uma prática que precisa transcender sua ação junto a comunidades locais e transformar-se também em objeto de reflexão por aqueles que são os formuladores de políticas de preservação do patrimônio. Para a autora, somente assim é que podemos ter viabilizadas ações mais coesas na área.

Educação Patrimonial e Memória Coletiva, de Leandro Henrique Magalhães, e *Encontros com a Memória*, de Giane Maria de Souza, trazem registros de experiências em educação para o patrimônio. Magalhães discorre sobre como algumas práticas revelaram que noções sobre o patrimônio cultural local estão presentes nos saberes dos alunos e a importância em potencializar esses conhecimentos. Souza, por sua vez, discute como, a partir da experiência da “Estação Memória”, em Joinville/SC, foi possível manter os vínculos e pertencimentos que a população local tinha com o espaço da antiga estação ferroviária a partir de sua *musealização*.

Os impasses e as questões que se apresentam aos historiadores diante da *patrimonialização* do passado é um tema presente nos trabalhos de Lucília Siqueira, *A Construção da Memória, a Ideia de Patrimônio Histórico e o Ofício do Historiador*; Luana da Silva Oliveira, *Memórias de Patrimônio Familiar*, e Luana Soncini, *A Produção de Conhecimento Histórico sobre os Bens de Patrimônio Cultural Imaterial*. A reflexão de Siqueira apresenta a chave ampla que agrega os outros trabalhos, na medida em que aponta os desafios da *patrimonialização* da memória da escravidão e dos afrodescendentes.

O estudo de Oliveira aborda a experiência de *patrimonialização* do Jongo e os desafios em reconstituir a trajetória dessa prática cultural (de natureza intangível) até seu reconhecimento pelo Iphan. A análise de Soncini trata da relação entre o conhecimento histórico e os processos de registro e salvaguarda de bens culturais de natureza intangível, a partir do caso do ofício das paneleiras de goiabeiras.

A memória enquanto um território construído e sujeito a constantes apropriações e disputas é o tema que agrega outros três trabalhos. *Romaria do Caaró: Prática Cultural, Patrimônio e Discurso Midiático*, de Julio Ricardo Quevedo dos Santos, apresenta os diferentes tempos de construção de um evento *histórico* e de uma prática cultural onde a memória coletiva é um campo de disputa entre diferentes agentes.

A morte de Cristóvão de Mendoza y Orellana é outro evento

em contenda. Arthur Barcellos, em *História, Memória e Construção do Patrimônio: o Local da Morte do Padre Cristóvão de Mendonça nas Terras do Sul do Brasil* apresenta como esse evento é disputado por quatro municípios no Rio Grande do Sul e a importância do mesmo para a construção da memória dessas localidades. *A Guerra do Contestado no Sul do Brasil*, de Jaisson Teixeira Lino, por sua vez, demonstra como, na perspectiva da arqueologia, a cultura material remanescente do evento é capaz de produzir três construtos/perspectivas de memória sobre o mesmo evento: a dimensão sagrada, os influxos do capitalismo e a guerra e seus desdobramentos.

Os processos de *musealização* do patrimônio cultural e da memória estão presentes nos trabalhos de Jaime Rodrigues, *Do Museu Inexistente*; Odair da Cruz Paiva, *Museus e Memória da Imigração: embates entre o Passado e o Presente*, e Elizabeth Johansen, *Casa da Memória de Carambeí*. Rodrigues trata da experiência - não concretizada - do Museu do Trabalhador na cidade de São Paulo. Sua inexistência é reveladora das contendas sociais, políticas, econômicas e culturais erigidas no campo da memória e sua disputa.

Paiva nos traz a experiência - também na cidade de São Paulo - da transformação do Memorial do Imigrante em Museu da Imigração e como essa abre um amplo campo de disputas sobre a memória da imigração na cidade. Johansen discute o processo de *patrimonialização* da memória dos imigrantes holandeses em Campos Gerais, a partir da experiência da Casa da Memória e sua transformação em lugar de guarda e preservação de remanescentes de memória (material e intangível) dessa experiência colonizadora.

Na perspectiva da cultura material como fonte de pesquisa para o historiador, temos a destruição do patrimônio edificado pode ser reveladora de práticas sociais e suas relações com a história; é o que nos demonstra o trabalho de Fernando Atique, *O Patrimônio (Oficialmente) Proibido*. Nessa reflexão, Atique aponta como a destruição do palácio Monroe no Rio de Janeiro, paradoxalmente, contribuiu para a discussão sobre a necessidade de se preservar o conjunto urbanístico e arquitetônico que existia na área central da cidade.

A relação entre os historiadores e os arquivos está presente na reflexão de Márcia Eckert Miranda, *Historiadores, Arquivistas e Arquivos*. A autora discute como atualmente os arquivos tornaram-se objetos de disputa e poder. As inúmeras potencialidades do uso

da documentação presente nos arquivos colocam cada vez mais a possibilidade/necessidade da presença de historiadores na gestão do patrimônio documental.

Vila de Paranapiacaba: Dilemas de um Patrimônio e Ponto Turístico, de Caroline Antunes Martins Alamino, trata dos desafios do vivido social em territórios objeto de tombamento. Sua reflexão suscita a seguinte questão: se a patrimonialização tem potencial para modificar positivamente a vida de seus moradores ou não. Por fim, *Sertões e Patrimônios: uma História de Santo Antônio de Olhos d'Água-GO*, de Paula Groehs Pfrimer Oliveira Stumpf, discute a criação da Feira do Troca e a retomada do artesanato como elemento para a dinamização das relações culturais e econômicas numa localidade que, durante muitas décadas, esteve à margem do processo de desenvolvimento regional.

Por fim, *História/História da Arte: dilemas patrimoniais de disciplinas co-irmãs*, de Elisabete Leal discute quatro questões relativas as imagens visuais em geral e obras de arte em específico, perpassando a problemática patrimonial da guarda/conservação e disponibilização para pesquisa: a produção do conhecimento, a fruição, a materialidade e a consagração.

Esperamos que as questões apresentadas pelos trabalhos desta coletânea possam contribuir de maneira positiva ao debate sobre as políticas e as práticas de defesa do Patrimônio Cultural. No paralelo desse desejo, ficam aqui inscritas as amplas possibilidades de diálogo entre a História (e os historiadores) com saberes e práticas advindos de outras áreas do conhecimento.

ODAIR DA CRUZ PAIVA

FORMAÇÃO DOCENTE, HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL; OS DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

MARIA RITA DE ALMEIDA TOLEDO
WILMA PERES COSTA

Se os artefatos que saem da oficina do historiador são tecidos de tempo e memória, o trabalho desse artesão impõe uma permanente reflexão sobre seus fundamentos. Quando consagrou o termo *ofício*, em texto que integra as primeiras leituras de todo aprendiz de historiador, Marc Bloch terçava armas com as correntes historiográficas e as práticas que fetichizavam a empiria e a coleção compulsiva de fontes e dados seriais, como se elas pudessem revelar por si mesmas a tessitura histórica. A ação do historiador/artesão era sublinhada por Bloch em seu caráter transformador dessa matéria inerte, infundindo-lhe o sopro vivo das inquietações e dos problemas que a reflexão teórica era capaz de suscitar. O *ofício* aqui se conformava, entre a ciência e a arte, como trabalho intelectual que se efetuava com as ferramentas da teoria e da crítica, em permanente tensão criativa com a matéria-prima que devia transformar (BLOCH, 2002; LE GOFF, 1994). A ênfase colocada então sobre as “ferramentas” propunha um fazer histórico impregnado das contribuições teóricas das ciências sociais que viviam, por sua vez, momento de grande fecundidade, em que sobressaíam perspectivas explicativas de caráter convergente e integrador. Já vão longe esses tempos, suplantados por uma grande fragmentação de linhagens teóricas e de objetos de investigação no atelier do artesão historiador. Se as ferramentas se multiplicam, assim como a matéria-prima sobre a qual elas incidem, a definição do *ofício* subsiste em seus fundamentos principais, suscitando a exploração de outras dimensões de sua peculiaridade.

O que quer dizer *ofício*, a que esse termo se opõe? Parece que se refere, sobretudo, à materialidade, ao domínio dos instrumentos de trabalho, pressuposto no trabalho artesanal, além de um saber-fazer específico em relação aos produtos. Também o termo se refere à relação direta com o mercado, distinguindo esse lugar de produção da fábrica, em que o operário perde o controle sobre os meios de produção, sobre o produto e sobre a totalidade dos conhecimentos necessários para produzi-los.

O termo *ofício* aplicado ao trabalho do historiador pode também se opor, em sua busca de reconstituição do único, do peculiar e do contingente, à bancada de trabalho das ciências da natureza, capaz de extrair regras e causas universais dos objetos trabalhados e aplicá-las a outros objetos de mesma natureza dessas regras, subtraindo da experiência o episódico que constitui o acontecimento. (PROST, 2008, p. 133)

Conceito ou metáfora, essa postulação chama a atenção sobre a relação de alteridade com a matéria-prima do historiador - a História e a Memória - é trabalhada no seu ateliê. A História é forma específica de operação sobre a Memória. A Memória é a matéria-prima sobre a qual o artesanato do historiador se constrói, por meio da interrogação, dos

procedimentos científicos, por meio da investigação que desnaturaliza a memória para transformá-la em coisa não sabida. Mas, também, chama a atenção para um saber-fazer específico, para uma prática empírica a que não se pode aplicar uma regra universal, automática ou sistemática. Refere-se a uma prática cuja sensibilidade é relativa à própria complexidade do objeto: “a história dos homens que vivem em sociedade” (FEBVRE, 1989). O saber-fazer do historiador é a reflexão sobre o trabalho em sua materialidade e em seus procedimentos heurísticos, para a produção de narrativas que problematizem o passado.

No livro clássico de Bloch é evidente o acerto de contas com uma tradição do debate interno francês, sobretudo a do positivismo. Porém, há outro aspecto menos evidente, o acerto de contas com um campo de ação no espaço público: o da construção de memórias coletivas e da identidade nacional, seja no processo de escolarização do conhecimento histórico, seja na constituição de inúmeros espaços de memória, como os museus ou monumentos, sobretudo na segunda metade do século XIX. Se no final do século XIX, a disciplina História é trazida para o campo das ciências sociais, ela se distingue das outras (Sociologia, Antropologia, Ciência Política), junto com a Geografia, por sua operação na formação expandida da socialização escolar. A introdução da História no currículo do ensino médio se dá entre 1814 e 1818, antes mesmo de sua entrada nas faculdades (1870), demarcando sua emancipação das humanidades e a profissionalização de um corpo docente, por via da *agrégation*, autônomo em relação aos docentes de Letras (PROST, 2008, p. 18-19). É da escola e para a escolarização dos saberes da história que se fortalece a necessidade da especialização docente e, com os republicanos, os historiadores profissionais passam a ter formação específica nas faculdades de letras.

O lugar da história no ensino médio remetia explicitamente a uma função política e social: tratava-se de uma propedêutica da sociedade moderna, tal como ela procedia da revolução e do Império. (PROST, 2008, p. 22)

O itinerário da disciplina História, na França, não parece distante do que essa disciplina segue no Brasil, com a institucionalização do Colégio Pedro II (1837). Rapidamente a disciplina é introduzida no currículo dessa escola de ensino secundário, estabelecendo profundas relações entre os Institutos Históricos e Geográficos e as cátedras desse colégio, entre 1837 e 1920; entre as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e as cátedras dos diferentes ginásios e liceus, dos anos 1930 em diante, em tensa seleção de conteúdos a serem ensinados e as formas do estado nacional (GASPARELLO, 2002). Pensar o historiador na relação com o domínio do *ofício* envolve, nessa perspectiva, operações complexas nesses vários campos: domínio das bases materiais e instrumentos de ação sobre eles (relações com ciências sociais e com os materiais coligidos para a análise), em segmento fundamental do espaço público constituído na escola, mas também na imprensa, nos museus, nas praças, etc.

Neste texto, buscamos refletir sobre essa relação intrínseca, na experiência brasileira do século passado, na qual se instala a disciplina História como *ofício*: *ofício* de

analista (re)construtor do passado e de problematizador da memória; docente da escola, produtor de cidadania e da identidade nacional. Se essa dupla dimensão do *ofício* de historiador no Brasil nasce, como já indicado, junto com a nação, conformada pela escola secundária e pelo IHGB, é reforçada na década de 1930, com a fundação das universidades e faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. As faculdades de Filosofia (dentro ou fora das universidades) tinham como função precípua a formação do professor secundário, aliando, quando possível, a pesquisa “desinteressada”. Os alunos, por exemplo, da Universidade São Paulo, saíam dessa faculdade com o diploma de licenciado. Mesmo as missões europeias, trazidas para construir essa faculdade, participaram ativamente do debate sobre o modelo formativo dos professores a ser adotado.¹ Essa formação destinava-se, sobretudo, à ocupação dos postos de catedráticos em ginásios e colégios, que, a partir da década de 1940, expandiam-se em grande velocidade.² Mas, também os egressos ocupavam postos em grandes jornais, como O Estado de S. Paulo, e nas instituições culturais que vinham se abrindo, desde início da década de 1930, e nas próprias universidades e faculdades.³ A articulação entre os dois níveis de ensino, na visão de alguns intelectuais da época, como Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, entre outros, era entendida como importante opção política que permitia, de um lado, a circulação dos conhecimentos produzidos na universidade e na escola; de outro, a nova formação de uma mentalidade do brasileiro. O professor secundário, nesse sentido, deveria ser portador dos conhecimentos disciplinares e científicos para produzir uma escola secundária de alto nível. Os historiadores – docentes, como qualquer outro egresso das universidades – deveriam aliar os dois lugares do *ofício*: o da formação docente e o das práticas de produção do conhecimento.

A ditadura, porém, com a Lei n. 5.694/71, rompeu com a perspectiva política que articulava secundário e superior, afirmando a distinção entre bacharelado e licenciatura, produzindo dentro dos processos formativos do *ofício* do historiador uma alienação. Os docentes do ensino de 1º grau passam a ser diplomados em processos paralelos aos do historiador, sobretudo nas licenciaturas curtas. Nessa perspectiva, os professores passam a ser transmissores do conhecimento, alienados dos processos de sua produção e circulação. Ainda, com a implantação dos cursos de pós-graduação e o sistema de bolsas, muitas das possibilidades de produção do conhecimento histórico foram territorializadas nesse nível formativo, consolidando a especialização e a hierarquização entre as diferentes dimensões

1 Pelo menos dois modelos foram confrontados no início da institucionalização da FFCL-USP: o projetado por Fernando de Azevedo e o defendido pelas missões europeias. No primeiro, o licenciados deveriam se formar nas disciplinas especializadas e, concomitantemente, no Instituto de Educação da própria universidade; no segundo os licenciados deveriam apenas cursar as disciplinas especializadas de suas áreas de conhecimento. Com o fechamento do Instituto de Educação, em 1939, nasceu o modelo 3 + 1, no qual os licenciados deveriam cumprir um itinerário de 3 anos nas disciplinas específicas de sua formação e complementá-las com um ano de disciplinas pedagógicas (Psicologia, Didática Geral e Didática Especial) (NADAI, 1991, p.188).

2 A relação entre os dois níveis de ensino – secundário e superior – foi longamente debatida nos anos 1920, em inquéritos, seminários, associações de educação, etc. Muitos dos sujeitos que participaram do debate defendiam que a importância da universidade era a de aliar a formação do professor secundário com os estudos desinteressados (Cf. AZEVEDO, 1953; CARVALHO, 1988; BONTEMPI JR., 2001). A questão que se colocava no período era a da incapacidade de as faculdades e universidades formarem, sobretudo em São Paulo, o número de docentes necessários para os postos abertos pela expansão do ensino secundário. As escolas que se fundavam acabavam por ter que chamar docentes não formados que tivessem realizado os exames de suficiência.

3 Apenas 30% dos docentes em exercício no ensino secundário, em 1950, eram portadores de diplomas de licenciatura. (BONTEMPI JR., 2001, p. 27).

do ofício. A escola do ensino básico passou a ser vista como o lugar do historiador que “não deu certo” ou que optou pela docência e não pelo ofício. Esse processo é acompanhado pela expansão do ensino superior por meio das instituições privadas, responsáveis por implementar as licenciaturas curtas em todo o país. A valorização da carreira universitária e da pesquisa pública foi acompanhada pela massificação do ensino fundamental e médio junto com deterioração e proletarização da carreira docente. Esse processo, durante a ditadura e após o seu fim, pode ser notado pelo modo peculiar com que as políticas públicas investiram em ritmos desiguais na abertura de vagas dos ensinos fundamental e médio, em relação à expansão de vagas públicas no ensino superior e universitário, deixando-as nas mãos da iniciativa privada, permanentemente denunciada pela sua falta de qualidade, a formação docente. No pós-ditadura, essa política em prol das universidades privadas se manteve com políticas como o ProUni, por exemplo. Contraditoriamente, a chamada crise da escola se deslocou da falta de vagas, como diagnosticada nas décadas de 1920 e 1930, para a falta da formação do docente, agora definido como um “trabalhador do ensino”, completamente distante do produtor do conhecimento.

Trazer essa reflexão para os desafios do presente, para a expansão do ensino superior público e seus significados, requer se considerar as mudanças em operação em relação às políticas sobre a formação dos egressos dessas universidades. À primeira vista, o vasto movimento de ampliação das vagas públicas impressiona não apenas por seu aspecto quantitativo, mas também por que ele parece ser a primeira inflexão a buscar se contrapor à fragmentação, de um lado, da formação docente/historiador; do outro, entre escola pública fracassada e universidade pública de elite. Os pareceres exarados pelo Conselho Nacional de Educação,⁴ no início dos anos 2000, insistem, por exemplo, na importância de superar um modelo formativo do docente no qual as práticas de investigação social estão excluídas, transformando o docente num técnico da transmissão pedagogizada dos conteúdos de suas disciplinas específicas. Tal proposição dá ênfase à rearticulação entre teoria e prática no processo formativo dos docentes, pensando essa rearticulação como lugar de problematização da produção do conhecimento e do lugar da escola como instituição produtora de memória, identidade e cidadania.

A abertura da universidade pública para jovens que, até então, se destinavam ao ensino privado ou a ficar fora de qualquer ensino superior, implica em se repensar a formação desses jovens dentro da universidade; mas implica também em se repensar a própria formação dos docentes que, em maior número, poderão tomar os postos de ensino das escolas públicas. A própria expansão, com o REUNI, foi acompanhada do debate sobre as cotas raciais e de escola pública, assim como, das reivindicações por políticas de permanência dos estudantes nas novas universidades (Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis). Mas, também da necessidade de as universidades públicas se encarregarem da formação de professores, reconectando o bacharelado e a licenciatura, favorecendo formações integradas, para oferecer às escolas novos profissionais, não mais aliados da

4 Sobre o modo peculiar como o Conselho Nacional de Educação propõe a formação docente, consultar PARECER n. 009-2001; RESOLUÇÃO CNE/CP 2, 19/2/2002.

formação de suas próprias disciplinas ou das condições de trabalho existentes nas escolas públicas do país.⁵

O impacto dessa legislação tem sido diferente sobre os cursos antigos e novos, fato que torna urgente que a comunidade dos historiadores se aproprie desse tema, como, aliás, tem feito. Um dos efeitos mais visíveis foi aquele mais fácil de incorporar – a atribuição de novas vagas (de “ensino de”) aos cursos pertinentes. O outro vem constituindo um desafio de tratamento mais difícil: a incorporação dos conteúdos de ensino no interior da própria grade curricular, vale dizer, a formação simultânea do pesquisador e do professor.

No caso da História, o momento apresenta-se especialmente fecundo, pois todo esse movimento de tentativa de instauração de uma universidade diversa é convergente com outros movimentos internos à disciplina: de um lado, a renovação de temáticas, objetos, suportes documentais, fontes alternativas, que vêm, desde os anos 1980, fermentando a renovação do debate teórico; de outro, a pressão dos movimentos sociais que reivindicam espaços no território da História, instaurando a necessidade de alteração da formação dos historiadores de *ofício*. Nesse sentido, o lugar do historiador, da operação do seu *ofício*, está em espaço público ampliado. A quem serve o historiador? Essa questão obriga os historiadores a retomarem o seu *ofício*, assim como as operações de problematização da memória e história, em diversos espaços: no espaço escolar, disputado pelos movimentos sociais como lugar da construção de suas identidades e de difusão de suas memórias;⁶ nos espaços culturais, que as políticas de preservação cultural vêm constituindo; na imprensa de divulgação do conhecimento, cada vez maior, entre outros.

Invocamos aqui esse conceito/metáfora para fazer dele o fio condutor de um relato, em que a dimensão do *ofício* foi a força aglutinadora de uma experiência. A reflexão sobre o *ofício* do historiador foi uma força inspiradora no processo de construção do curso de História da Unifesp, aproximando historiadores de várias proveniências, especialidades e linhagens teóricas. Ele se tornou o fio condutor de uma proposta, cujos nexos fundamentais gostaríamos de compartilhar naquilo que é pertinente ao tema da presente coletânea: o papel da reflexão sobre a questão da memória e do patrimônio histórico na formação do historiador/docente. Como toda reflexão histórica essa é travejada pelas inquietações do presente e se estabelece a partir de um lugar. As inquietações do presente estão demarcadas pelo importante movimento de ampliação de vagas públicas no ensino universitário pelo governo federal, na década passada, e pelas peculiaridades do caso da Universidade Federal de São Paulo. Nesse caso, a ampliação se fazia no interior de uma universidade de grande tradição e prestígio acadêmico, adquiridos em áreas distantes das ciências humanas. Fazia-se também buscando uma irradiação, a partir de uma reitoria que se mantinha na cidade de São Paulo, pelos municípios que circundam a capital, polos de industrialização acelerada nos anos da ditadura militar e foco de importantes movimentos sociais reivindicatórios (os campi da Unifesp estão atualmente localizados

5 Ver o DECRETO PRESIDENCIAL n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

6 Por exemplo, as LEIS n. 10.639/03 e 11.465/08, que tornam obrigatório o ensino das culturas indígenas e afrodescendentes nas escolas.

em Guarulhos, Osasco, Diadema, Santos e São José dos Campos). A dotação de vagas do curso de História da Unifesp, assim como os demais cursos da área de humanidades da universidade, estendeu-se das 20, inicialmente projetadas, às 37 hoje existentes. O curso de História surgia no interior de um campus de Ciências Humanas, onde eram criados também os cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia, aos quais se associaram depois os cursos de História da Arte e Letras. Pensar o *ofício*, nessas circunstâncias, impôs-se desde o princípio, fazendo ressaltar dimensões novas desse conceito/metáfora. Parte delas remetia a um complexo jogo de identidades/alteridades no interior das relações entre ciências humanas/ciências da natureza e no interior das ciências humanas entre si, pois o curso de Ciências Sociais nascia em intensa articulação com os outros cursos de humanidades. Esse jogo impregnado de paradoxos e nem sempre cordial, mas extremamente fecundo, suscitou algumas reflexões que enfatizavam facetas específicas do *ofício*. A primeira delas levava a sublinhar que a relação de um artesão com a matéria-prima, relação de apropriação direta, distingue a oficina da fábrica, assim como a mediação criativa da ferramenta se distingue daquela massificadora da máquina, preservando o domínio do artífice sobre as fontes do seu trabalho.

Pensar o *ofício* ganhava o significado, nesse contexto, de buscar meios de construir ou reconstituir a unidade em dois eixos essenciais: entre o artesão e a sua “matéria-prima” e entre o artesão e o “mercado a quem seu produto se destina”. Problematizar o tratamento da memória e o patrimônio, a partir desses desafios, torna-se instrumento essencial para pensar a restauração do *ofício* nesse século que se inicia, tanto no que se refere ao campo da escolarização quanto naquele mais amplo da pedagogia do espaço público, que cabe também ao historiador.

Trazer esses temas para dentro da formação do historiador, buscando estabelecer conexões entre docência, pesquisa e extensão é o desafio que o curso da Unifesp procurou responder, introduzindo na matriz curricular disciplinas de Patrimônio e Memória e retomando a formação do licenciando em sua integralidade. Para tanto, os objetivos do curso são: formar um professor capaz de lidar com a discussão da memória e do patrimônio na formação de seus alunos; capacitar os historiadores em formação e os professores em serviço a pensar o espaço escolar como lugar de memória em suas várias dimensões (edificado, arquivo, história oral, etc., etc.). Isso tornou, para nós, convergente o movimento que implica a história, memória, o patrimônio e a formação do professor, trazendo o debate dessas dimensões do *ofício* para dentro dos cursos. Essas formas de pensar o *ofício* materializa-se no modo como o curso de graduação em História da Unifesp está configurado.

Esse desenho resulta de um intenso processo de discussão do seu corpo docente, entre 2006 e 2010.⁷ O curso de História da Unifesp já nasce sob a égide da nova LDBEN (1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação do Professor de Ensino Básico, em nível superior (CNE/CP 009/2001). A organização do curso partiu dos desafios colocados pela política educacional de articular em outros termos a relação da formação

do docente em História e a do historiador; de reconectar os ofícios da pesquisa e da docência de modo que essas práticas passassem a ser referentes para o docente que atuará na escola básica; e o de rearticulação prática e teórica no processo formativo do ofício. Esses desafios colocam em xeque a tradição formativa do docente do ensino básico, instaurada com a Lei n. 5.692/71, que separava os saberes do bacharel e do licenciando, distribuindo-os em dois cursos: o da disciplina com a qual o docente trabalharia e o da educação, no qual o aluno-mestre aprenderia os saberes necessários da docência.⁸

A articulação entre essas representações do *ofício* e os desafios da política educacional resultou na organização do curso com três principais ênfases: ênfase na abordagem dos problemas da memória social e do uso do patrimônio, como meio de aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento e como instrumento crítico das práticas educativas fundamentais (escolares ou não); a ênfase nos processos de investigação, em relação aos saberes específicos da disciplina, que, por sua vez, permitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica em qualquer nível de ensino; ênfase na abordagem da educação e do ensino de história escolar como objetos de estudo do campo da História, entendidos também como um dos instrumentos de crítica das práticas educativas. A escola, na nossa perspectiva, é instituição produtora das memórias sociais e individuais, por ser instituição, após o nascimento da República, hegemônica na socialização da infância e da juventude. Para compreender seu funcionamento, cultura e práticas, é necessário adentrar os seus processos históricos de constituição. Seus arquivos, seu patrimônio material, são valorizados como instrumentos desse objeto histórico a ser compreendido, a ser decifrado como chave de desvelamento da própria cultura escolar e das práticas escolares (docentes, discentes ou de seu corpo de funcionários). Portanto, a articulação entre o debate sobre a memória e o patrimônio, sobre a escola como objeto da história, passível de ser compreendida pelas regras do campo historiográfico, tem sido o norte de organização das práticas e do currículo do curso de História da Unifesp.

O OFÍCIO E SEUS SABERES: REPRESENTAÇÕES OBJETIVADAS DA FORMAÇÃO DO HISTORIADOR DOCENTE

A proposta curricular do nosso curso introduz sete unidades curriculares vinculadas intrinsecamente ao *ofício* do historiador, relacionadas ao campo da memória e do patrimônio (História e Arquivos, História e Museus, História e Patrimônio Edificado, História e Patrimônio Imaterial, Arqueologia Histórica e Educação para o Patrimônio). Cursadas como eletivas, essas unidades curriculares deverão promover um adensamento da formação dos bacharéis e licenciandos em campos essenciais à formação plena do historiador e à sua inserção profissional. O preparo e sensibilização do estudante para a escolha dessas eletivas se dá por meio de uma unidade curricular obrigatória – História, Memória e Patrimônio. Com essa disciplina objetiva-se “discutir as políticas oficiais de patrimônio como resultado de conflitos do terreno da memória, levando em conta seus

7 O corpo docente contava com 9 professores em 2007, e hoje ampliou-se para 37 professores.

8 Para conferir os argumentos usados pelo Conselho Nacional de Educação quanto os deslocamentos na formação docente, Ver: PARECER CNE/CP 009/2001, publicado no Diário Oficial da União, de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

aspectos conceituais e suas implicações políticas”.⁹ Essa unidade curricular obrigatória introduz o estudante nessa área específica do debate sobre a memória e sua preservação, possibilitando, mesmo os que não optarem pelas eletivas de patrimônio, um conhecimento fundamental dos problemas que envolvem esse debate. Como já destacado, na escola, desde a sua implantação, ao ensino de História coube a função de trabalhar a memória social, portanto, essas disciplinas ligadas à crítica e ao desvelamento dos modos peculiares da construção da memória e do patrimônio de um país, de regiões ou grupos sociais, são ferramentas fundamentais na docência escolar ou na educação realizada em outros espaços. Alargam o conhecimento do licenciando sobre o próprio papel social da disciplina História na escola e fora dela.

OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS E A ARTE DA FORMAÇÃO DOCENTE: SABERES E PRÁTICAS

O estágio curricular supervisionado, obrigatório para a Licenciatura, tem por meta permitir ao futuro professor de História, nos níveis fundamental e médio, vivenciar, de modo crítico e reflexivo, as diferentes dimensões da prática profissional em sua área. É coordenado pelos professores de História da Educação e Ensino de História, mas envolve a participação de vários docentes das várias especialidades, que contribuirão para a produção de projetos de pesquisa específicos dos discentes. Com o estágio objetiva-se trabalhar a vivência do ensino de História em escolas públicas conveniadas com a universidade. Ali, o estudante acompanha, em diferentes etapas, a atuação pedagógica de profissionais da área, as atividades de planejamento docente e de elaboração de projeto pedagógico, as avaliações, os conselhos de classe e as ações da gestão da escola. O estudante deverá ainda desenvolver, junto aos professores a quem está assistindo, um plano de regência para ministrar aulas para os jovens ou adultos. A elaboração, por parte do aluno, de relatórios qualificados, a cada semestre, de sua experiência na escola, contendo reflexões críticas a respeito do processo vivenciado é instrumento formativo valorizado. Esse instrumento, considerado por nós um caderno de campo, deve conter os dados da pesquisa sobre a cultura escolar investigada e as reflexões dos discentes sobre a mesma. A abordagem do ensino de História por meio de temas de estudo/projetos para articular temas sociais, políticos, econômicos e culturais apontando distintas possibilidades de decodificação e reconstrução de espaços e lugares se faz sobre a análise da cultura escolar/institucional investigada ao longo dos estágios. É nesse mesmo sentido que cabe afirmar a importância da transversalidade na execução de projetos, não como um momento diferenciado e fragmentado da grade curricular, mas como possibilidade de integração das disciplinas que compõem o currículo escolar. A ênfase na abordagem da educação e do ensino de história escolar, como objetos de estudo do campo da História, são entendidos como uns dos instrumentos de crítica das práticas educativas fundamentais para a docência. A ênfase na abordagem dos problemas da memória social e do uso do patrimônio, como

meio de aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento – educação patrimonial –, são entendidos como instrumentos críticos das práticas educativas fundamentais para a docência (escolares ou não).

LABORATÓRIOS DE ENSINO E PESQUISA: APRENDENDO AS PRÁTICAS DE UM OFÍCIO

Os Laboratórios de Ensino e Pesquisa em História compõem três unidades curriculares nas quais os alunos desenvolvem uma oficina de aprendizagem do *ofício* do historiador, ao mesmo tempo em que encontram um espaço da reflexão sobre o ensino da história. Partindo do pressuposto de que pesquisa e ensino são atividades complementares e indissociáveis, os Laboratórios apresentam aos alunos a possibilidade de trabalhar com as apropriações críticas, na pesquisa e no ensino, dos diferentes tipos de fontes históricas, distribuídas ao longo das três UCs. Fontes visuais, orais, sonoras e textuais, assim como a cultura material e o patrimônio natural e construído são trabalhados em sua especificidade e saturação histórica própria, ao longo dos três semestres. Elas não são abordadas de forma estanque, pois o diálogo entre as fontes e suas relações é pressuposto da qualidade do trabalho do historiador contemporâneo, intérprete de uma realidade na qual os diálogos entre “o lugar” e “o mundo” se fazem de modo múltiplo e complexo, forjando distintas formas de “identidades compartilhadas”.

Os temas propostos pelos professores para seus Laboratórios podem, assim, indicar diálogos e aproximações distintos e ampliar o leque de fontes abordadas. Nesse sentido, o *ofício* do historiador é apresentado aos estudantes em suas diversas dimensões e práticas. São apresentadas aos alunos as regras e exigências próprias das disciplinas, chamadas por Certeau (1982), de operação historiográfica. Essas operações, antes de tudo, dizem respeito ao lugar (social, econômico, cultural...) no qual se produz o discurso historiográfico. Para o autor, encarar a história como “operação” é compreendê-la como “a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão...), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (CERTEAU, 1982, p. 66). O lugar do historiador, sua posição no campo, certamente implica uma tensão com os pares e com seu próprio tempo (escolhas de temas, de referências teóricas, de temporalidades, etc.): de onde se fala? Para quem? Em que condições de produção?

MONOGRAFIA: ENTRE FONTES E NARRATIVAS

O curso de História tem como obrigatória a elaboração de uma monografia ao final do curso, seja para os bacharelados, seja para os licenciandos. Esse trabalho é caracterizado pela pesquisa documental e discussão historiográfica, acompanhado por um professor orientador. É importante destacar que é incentivada a investigação sobre os temas da educação e da escola como objetos afeitos ao campo da História, pouco explorados em outros cursos de licenciatura no Brasil. Mas, também a produção de inventários,

⁹ Cf. “EMENTA da Unidade Curricular História, Memória e Patrimônio. In: Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação de História da Unifesp. São Paulo: Unifesp, 2010.

guias e outros instrumentos de investigação ligados aos trabalhos de conservação do patrimônio. A monografia, nesse sentido, repõe a articulação teoria-prática, pesquisa-produção do conhecimento, tão preconizadas nos discursos sobre formação profissional e, especificamente, do docente.

UNIDADES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR: NOVAS CONEXÕES PARA SE PENSAR A ESCOLA

As horas de formação específica, denominadas unidades curriculares para a formação do professor, são cursadas na grade credenciada pela Câmara de Licenciatura e Formação de Educadores.¹⁰

A instauração dessa Câmara objetiva superar os entraves da formação tradicional de professores nos cursos de Licenciatura. Para tanto, é necessário constituir um campo interdisciplinar que se debruce sobre as questões e problemas inerentes à escola e outras instituições e práticas educativas. Entende-se que todos os cursos do campus têm contribuições a oferecer para a formação profissional do futuro docente, tanto no que diz respeito à sua área de conhecimento específica quanto às questões da educação e da cultura.

Em relação ao Programa para a Formação de Professores, comum às Licenciaturas da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a Câmara credencia diferentes disciplinas de domínio conexo comuns para os futuros professores, sob a responsabilidade de docentes ligados aos campos de conhecimento da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp. Com isso, os alunos da Licenciatura, além das disciplinas voltadas para a formação docente de seu curso de origem, têm a oportunidade de cursar disciplinas credenciadas, convivendo com o debate e os problemas dos diferentes campos científicos que têm se dedicado à formação docente e aos problemas da educação em seus diversos aspectos, como os da inclusão e as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, como as questões da violência, da sexualidade, entre outras. Tal desenho da formação docente objetiva oferecer conhecimentos sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação; cultura geral e profissional; além de conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos e as das comunidades indígenas, quilombolas ou de outras culturas específicas.

No caso da História, as disciplinas oferecidas para todos os licenciandos do campus são: História da Educação no Brasil e Educação Patrimonial. Essas escolhas devem-se ao fato de entendermos que essas disciplinas espelham o modo como articulamos no nosso

10 Essa instância foi instalada no campus de Guarulhos, em 7/10/2010, pelo Conselho Provisório do Campus, considerando a importância da manutenção de um espaço de discussão permanente entre todos os cursos voltados para a formação docente, com o objetivo de integrar as suas ações. Em seu âmbito, deve-se desenvolver uma reflexão sobre o ensino das distintas áreas das Ciências Humanas, em todos os níveis e abrangências, enfatizando o exercício da docência na rede pública, mas abrangendo também o ensino nos espaços não escolares. Cabe a essa instância, com a anuência das respectivas Comissões Curriculares, a definição de um Programa de Formação de Professores comum aos cursos de Licenciatura da Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Unifesp. Cabe a ela também o credenciamento das unidades curriculares de formação de professores ofertadas pelos diferentes cursos do campus, bem como a realização de ações voltadas para a formação docente

projeto às caras questões sobre a História, Memória e formação docente.

Ainda é importante notar que as clássicas disciplinas do currículo do Bacharelado em História – Antiga, Medieval, Brasil Colônia, etc. -, acrescidas de outras como História da África e História da Ásia, compõem no currículo articuladas à reflexão sobre a Educação e o ensino de História, considerando que o futuro docente/historiador será produtor de materiais didáticos e currículos. Será responsável por parte da produção e circulação da memória social que adentra os muros escolares, assim como seu crítico. Será, também, interlocutor das políticas educacionais do país e, por meio de um repertório de vasto conhecimento da disciplina, poderá com maior liberdade se apropriar coerentemente dessas políticas, transformando a sala de aula num espaço de investigação e aprendizado ativo. A reflexão sobre a natureza da pesquisa histórica e sobre a historicidade da escrita da história, tarefa permanente e indispensável de todos os historiadores, é contemplada nas UCs Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História. Os conteúdos da disciplina são o suporte para a construção das *artesanias* do novo profissional que se objetiva formar.

Para concluir, pensamos que se fazia necessário, no âmbito de uma universidade federal que se expandia,¹¹ atender aos traços da nova política por meio de modelos inovadores. A organização do curso partiu dos desafios colocados pela política educacional de articular em outros termos a relação da formação do docente em História e a do historiador; de reconectar os ofícios da pesquisa e da docência de modo que essas práticas passassem a ser referentes para o docente que atuará na escola básica; e o de rearticulação prática e teoria no processo formativo do ofício. Para nós, o *ofício* do historiador possui regras e exigências próprias, dentre as quais o trato crítico de seleção e análise das fontes que lhe permitam adentrar os acontecimentos do passado, quer sejam elas escritas, orais, iconográficas, arquitetônicas, ou de qualquer outra ordem. Enfrentar criticamente o *documento*, incorporá-lo em uma trama *interpretativa* e produzir, a partir dela, uma narrativa veraz e verossímil, ainda que necessariamente provisória. O *ofício* se debruça necessariamente sobre a memória, os processos de sua construção e os espaços de sua circulação e apropriação. Nessa perspectiva, o espaço escolar e os espaços de preservação da memória – museus, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, entre outros – devem ser pensados de modo conectado, já que são lugares precípuos de socialização da memória nas sociedades contemporâneas. A luta que se vem travando por parte de diferentes grupos sociais sobre o direito à memória, passa pelo acesso a esses importantes espaços de circulação e socialização da memória. A formação do professor e do historiador deve, então, problematizar - do ponto de vista da história - esses lugares, assim como os conteúdos da memória que neles circulam.

11 A Unifesp passou a se expandir em 2006, com a criação de novos cursos e campi. Entre eles, o de Guarulhos que, em 2010, passou a abrigar a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BONTEMPI JR., Bruno. **A Cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre vida acadêmica e grande imprensa**. 2001. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CARVALHO, Marta. Notas para uma reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930). **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 8, p. 4-11, 1988.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1989.
- GASPARELLO, Arlete M. **Construtores de identidades: os compêndios de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)**. 2002. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- NADAI, Elza. **A educação como apostolado: histórias e reminiscências (São Paulo – 1930 – 1970)**. 1991. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação, Universidade São Paulo, São Paulo.
- PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SACRISTÁN, José Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1999. p. 63-92.
- SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.
- SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sergio Célio (Orgs.). **Educação patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Orgs.). **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ZEICHNER, Kenneth M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. (Orgs.). **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 207-236.

FONTES

- BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 1996. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10639.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2010.
- BRASIL. Lei n. 11.465, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em <http://www.ital.al.gov.br/legislacao/http___www.ital.al.gov.br_legsilacao_Lei-2011.465_-20de-202008.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2010.
- BRASIL. Decreto- Lei n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, 30 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 5 jun. 2010.
- BRASIL. Parecer CNE/CP 009/2001. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores de educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 8 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/coped/referencias_bibliografica.php>. Acesso em: 5 jun. 2010.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação em nível superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 4 de março de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 5 maio 2009.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Ata do Conselho Provisório do Campus Guarulhos**. São Paulo: Unifesp, 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação de História da Unifesp**. São Paulo: Unifesp, 2010.

PATRIMÔNIO, UMA VIA DE MÃO DUPLA

CLÁUDIA REGINA PLENS

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente a cultura material foi estudada pela disciplina arqueológica, e, por essa razão, os exemplos e experiências aqui tratados advêm, principalmente, dessa área do conhecimento, porém outras disciplinas podem fazer uso desse instrumento para o conhecimento do comportamento humano.

Uma das características mais conspícuas da humanidade em relação aos demais animais é a cultura material. Por isso, o estudo do comportamento da espécie humana por meio de análise de seus objetos é extremamente importante e, em alguns casos, o único meio de se acessar o passado comportamental de alguns grupos.

Desde a confecção dos primeiros artefatos até a cultura pós-moderna, a cultura material se transformou, se adaptou e vem sendo adaptada pelos diversos segmentos culturais do globo terrestre. Os artefatos são os mais significativos diferenciais mesmo entre a própria espécie humana, visto que interações culturais das mais diversas, inclusive de base intangível, e.g., economia e sistemas de crenças têm relações diretas com os objetos (HOLLENBACK; SCHIFFER, 2011, p. 314). Mais do que isso, características culturais ou escolhas individuais podem ser encontradas na cultura material.

O entendimento do comportamento humano em relação aos objetos é expresso em forma de linguagem, geralmente escrita ou falada e, então, transmitida para a sociedade.

Durante a história da arqueologia o mais tradicional veículo intermediador utilizado na transmissão do conhecimento arqueológico foi e tem sido o museu (ALMEIDA, 2002, p. 33).

Para Mensh (1992, IX), as três funções básicas do museu são preservação (conservação, restauração e documentação), a investigação (correspondendo à pesquisa) e a comunicação (a transmissão do conhecimento ao público). Porém, a Educação Patrimonial deve ultrapassar as paredes do museu, de modo a ganhar um sentido para a população também em outros ambientes cotidianos, aproximando a sociedade do patrimônio que o cerca.

Por um lado, o modo como o conhecimento do passado é transmitido para sociedades contemporâneas depende da leitura que se faz do artefato e das escolhas feitas em prol da sua preservação. Nesse sentido, questões ligadas às escolhas no momento da pesquisa, do restauro e conservação são cruciais para as tomadas de decisões acerca de como os poderes públicos lidarão com o patrimônio. Por outro lado, a Educação Patrimonial deve transmitir o conhecimento científico para a população, ao mesmo tempo em que ouve e aprende com essa população acerca de sua interação com seu próprio patrimônio. Pois, os herdeiros locais dos bens culturais ora se identificam como incluídos, ora como excluídos da História contida no simbolismo desse patrimônio.

Por meio da cultura material é possível compreender a relação entre pessoas e objetos, tanto no passado quanto no presente (ALMEIDA, 2002, p. 14).

A PESQUISA

A pesquisa da cultura material é a base para as escolhas sobre preservação, restauração, conservação e educação patrimonial, pois a utilização de diferentes ferramentas metodológicas pode levar à corroboração, ao conflito ou a visões completamente distintas do passado. O desafio para o pesquisador do comportamento humano por meio da cultura material é utilizar o registro escrito, os bens físicos e a tradição oral como fontes independentes, porém complementares, para construir uma compreensão do passado com significado (BEAUDRY, COOK; MROZOWSKI, 1991).

Fontes documentais primárias fornecem importantes pontos de vistas de contextos históricos em que artefatos (de pequeno ou grande porte) podem ser situados. Enquanto fontes secundárias fornecem importantes subsídios para a compreensão de contextos sociais, políticos e econômicos (BEAUDRY, COOK; MROZOWSKI, 1991).

Para abarcar a gama de possibilidades interpretativas do passado, o pesquisador deve ainda se envolver numa pesquisa interdisciplinar cujos diversos pesquisadores tenham seus olhares voltados para um mesmo período de pesquisa. O objetivo é que o pesquisador possa articular informações para interpretação dos dados de diversas áreas do conhecimento.

Não importa qual o período que o pesquisador da cultura material e da história humana esteja interessado (e.g. período clássico, pré-histórico, industrial ou pós-moderno), o importante é atentar para como os indivíduos interagiram com a matéria física.

Mas qual a definição de cultura material? Ao longo do século XX, cultura material foi um termo designado como toda a matéria física confeccionada pelo homem e, portanto, parte de um contexto cultural, uma vez que indivíduos passam suas vidas em meios materiais engajados na confecção ou no uso e na manutenção destes materiais.

Ao longo desse século as definições mais usadas para cultura material se limitavam aos objetos cujas transformações para sua confecção guardavam características óbvias desta transformação. Deste modo, por muito tempo, elementos como árvores, paisagens ou esqueletos foram relegados a meros remanescentes biológicos e não culturais.

Entretanto, com o desenvolvimento da disciplina arqueológica pôde-se observar que mesmo os elementos biológicos tidos como puramente naturais são passíveis da modificação por razões culturais. A partir de então, a denominação mais vigente na arqueologia para cultura material é qualquer forma de matéria ou energia com a qual o Homem interage (SCHIFFER, 1999, p. 2-3).

É possível reconstruir como um objeto foi manufaturado através de sua forma, características dinâmicas, modo de uso ou análises físico-químicas (HOLLENBACK; SCHIFFER, 2011, p. 313-332). Podemos também entender as relações sistêmicas entre

elementos de um mesmo conjunto *artefatual* com identidade social, pois na técnica de confecção de um artefato se encontram produções sociais que expressam e definem identidades, dando sentido ao mundo socialmente construído (LEMONNIER, 1986, p. 154-155).

Para tanto, o pesquisador da cultura material não deve limitar seus esforços na interpretação dos elementos óbvios dos objetos como estilos, decoração, etc., porém, sempre que houver base empírica, o pesquisador deve trabalhar na análise de aspectos simbólicos envolvidos na construção e manutenção do objeto.

O trabalho de campo e/ou laboratorial consiste em coletar e construir dados comparáveis relacionados às ações sociais ao mundo material. Para entender essa relação é necessário entender a sequência operacional do artefato, ou seja, as operações que transformam a matéria-prima de seu estado natural ao estado manufaturado.

Para a interpretação da cultura material é importante que, de antemão, o pesquisador esteja atento a duas questões: a formação e a sobrevivência do artefato. O primeiro aspecto está relacionado ao fato de que apenas parcela da sociedade contribuiu na confecção e na utilização de determinados objetos, fazendo com que a interpretação desse remanescente esteja diretamente relacionada a alguns indivíduos e indiretamente a outros membros de uma sociedade (SCHIFFER, 1995).

O segundo aspecto é em relação à sobrevivência do artefato, pois apenas parcela da cultura material confeccionada e adotada por um grupo sobrevive para a posteridade, fazendo com que o pesquisador tenha apenas fragmentos para interpretação de todo um grupo do passado. No caso, chama atenção o fato de que apenas certos setores das sociedades estarem representados através da sobrevivência de determinados materiais.

Nesse ponto, podemos notar que para uma visão mais generalizante do passado histórico das sociedades, além da interpretação do documento escrito, do campo da História, faz-se necessário a articulação de um conjunto abrangente de conhecimento sobre as sociedades investigadas e os aspectos físicos de sua respectiva cultura material. São necessários conhecimento e pesquisas interdisciplinares. O pesquisador do passado humano deve ter conhecimento de outras áreas afins, como as ciências biológicas e da terra.

Tendo em vista que em muitas partes do mundo o documento escrito é um resultado fragmentado e parcial do contato do europeu com culturas por eles até então desconhecidas, o estudo ambiental pode indicar e caracterizar a expansão colonial e o tráfico de agentes bióticos pelo mundo.

Reconstrução ambiental no estudo do comportamento humano pode ser facilitada usando documentos, mapas ou narrativas escritas sobre ambientes e condições da terra em diferentes períodos. O desenvolvimento da perspectiva paleoambiental pode oferecer significantes resultados a respeito do período e tipo de impacto ambiental causado pela adaptação do homem em determinados ambientes pela expansão colonial, produção agrícola e urbanização (MROZOWSKI, 2006).

Metodologias e técnicas da ciência da terra através de investigações do solo, principalmente do que se trata da sedimentologia, podem, por exemplo, elucidar quais atividades foram exercidas para a formação do solo através de análises físico-químicas.

Na Groelândia Nórdica, por exemplo, amostras de sedimentos dos lagos e os perfis do solo documentam o desenvolvimento de séria erosão após a chegada de vikings (980 AD), bem como o assoreamento dos lagos pela terra e pela areia trazidas pelos ventos e pela água corrente, uma vez que eles utilizaram demasiada turfa, vegetação local, para a construção de suas casas e para a queima de combustíveis, tornando o solo assoreado (DIAMOND, 2005).

A aplicabilidade das ciências biológicas na arqueologia pode ser inúmera. Aqui, trataremos de métodos da antropologia física, zooarqueologia, isótopos estáveis em contextos históricos.

Como atesta Morozowski (2006, p. 29), o impacto do açúcar levado pelos europeus é um vívido exemplo da importância dos alimentos como medidor de transformação cultural, principalmente por meio de análises dentárias humanas que comprovam o consumo intensivo do açúcar pela alta proporção de número de cáries após o contato europeu.

Pesquisadores que trabalham em contextos espanhóis coloniais têm levado a cabo inúmeros estudos para examinar a interação de práticas culinárias entre espanhóis, nativos americanos e afro-americanos. Defrance (DEFRANCE, 2003; MROZOWSKI, 2006, p. 29) trabalhando na Bolívia, por meio da análise zooarqueológica - estudo da fauna em contexto arqueológico - de dois sítios localizados na comunidade de Tarapaya, observou mudanças alimentares importantes. Nesses sítios, era evidente a preferência da elite pela cozinha ibérica. Embora espécies silvestres estivessem presentes na dieta, havia domínio na presença de animais domesticados como ovelha e bode.

Por sua vez, Trigg (2005) e Morozowski, (2006, p. 30), também através de análises zooarqueológicas, desenvolveram um trabalho no Novo México, onde examinaram uma área predominantemente habitada por segunda geração de imigrantes europeus, envolvendo, portanto, uma população nascida no Novo México. Nesse sítio, pode-se observar o predomínio de animais e plantas nativas em detrimento da cozinha europeia.

Evidência de adaptação e mudanças culturais tem sido o estudo de práticas alimentares entre pesquisadores que trabalham em contexto colonial. Por exemplo, Janowitz (1993) e Mrozowski (2006, p. 30), em outra investigação zooarqueológica, localizaram evidências de articulação de práticas de alimentação nativo-americana e holandesa na Nova Amsterdã. Lá, o milho se tornou o principal recurso, assim como caça de animais silvestres e peixes. No entanto, as evidências apontam para a inexistência de uma ruptura na prática de preparação do alimento. Ao invés disso, as evidências apontam para a incorporação de novos alimentos num relativo estável sistema de preparo culinário.

Esses exemplos indicam a interseção de forças culturais e biológicas no remodelamento da experiência colonial. Em alguns casos, a cultura material em colônias

tem apontado a habilidade dos europeus em se adaptarem ao novo ambiente, ou não.

Nessa perspectiva do contato entre Velho e o Novo Mundo, há ainda evidências bioarqueológicas apontando para a reação de populações nativas e europeias na sobrevivência a doenças levadas pelos europeus.

Um grupo de estudos focado na arqueologia histórica e paleoambiental em Jamestown, Virginia, EUA, é um exemplo de como a história pode ser reescrita através da leitura do contexto paleoambiental. Historiadores e arqueólogos passaram muito tempo debatendo por que muitos indivíduos europeus morreram tão rapidamente nesse lugar, ao invés de se perguntarem por que eles estavam tão mal preparados para a sobrevivência nesse local. E mais, porque a relação com os povos nativos se tornou tão violenta (MROZOWSKI, 2006, p. 26-27).

Respostas a essas novas perguntas vieram da análise ambiental, a partir de abordagens processualistas e aplicação de métodos laboratoriais específicos. Através da leitura de linhas de crescimento de árvores foi revelado que o registro climático recente foi pontuado por três períodos de grande seca. A primeira seca parece coincidir com o abandono de porções do vale do Rio Savana durante o período pré-histórico. Essa mesma condição parece se repetir no período de contato e parece ter contribuído para aumentar as tensões de grupos nativos nas áreas de estabelecimento de espanhóis em Santa Elena (que abandonaram a colônia) (MROZOWSKI, 2006, p. 26-27).

Um segundo período de grande seca foi justamente durante a chegada de ingleses a Jamestown. Novamente foram localizadas evidências de extrema seca entre 1606 e 1612. Com essas condições ambientais as colheitas foram muito escassas, o que deve ter contribuído para a disseminação de doenças. De acordo com os documentos escritos primários, a gripe “influenza” parece ter sido uma das maiores causas de mortalidade das populações nativas que não possuíam resistência a essa doença. Além disso, a análise esquelética humana revelou grande incidência de traumas relacionados à violência nesse período (MROZOWSKI, 2006, p. 26-27).

A aplicação de leitura de gráfico de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio de materiais orgânicos pode ser utilizada para reconstruir dieta humana. Análises isotópicas possibilitaram a reconstrução da história de um único indivíduo localizado abaixo do piso habitado por escravos do século XVIII na cidade do Cabo. Esqueleto e análise isotópica revelaram que a mulher havia primariamente vivido em uma região rica em plantas tropicais, provavelmente do oeste da África ou ainda da Malásia. Apesar das dúvidas quanto à proveniência desse indivíduo, foi constatada uma origem longínqua de seu local de enterramento (MROZOWSKI, 2006, p. 28).

Os exemplos supracitados nos mostram como diferentes abordagens metodológicas aproximam o pesquisador de questões acerca do comportamento humano estudado. Mais do que isso, nos mostram que, se as perguntas não estiverem sendo devidamente postuladas, as respostas podem ficar perdidas entre os dados da cultura material. Esse é o caso, por exemplo, de um importante período da História do Brasil. Desde o período

colonial até hoje, os livros de História brasileiros se caracterizam pela ausência total ou quase total da história indígena na formação cultural do país. Isso ocorre, sobretudo, pela falta da conservação de estruturas materiais de grande porte e pelo discurso elitista que apagou da história comunidades inteiras que não dispunham de bens materiais duráveis.

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Ao longo dos séculos XX e XXI, diversas entidades e organizações com intuítos preservacionistas utilizaram remanescentes arqueológicos restaurados, de pequeno ou grande porte, para ser “consumido” pelo público. Entre os remanescentes mais utilizados em todo o mundo estão as grandes estruturas arquitetônicas de investigação do campo da arqueologia histórica.

Modernos pesquisadores da cultura material conectados à pesquisa vêm chamando a atenção para a questão ética do restauro do remanescente arqueológico quando essa prática contribui para o dano ou destruição do registro arqueológico original ou perda de informações. Esses problemas podem ocorrer por escolhas metodológicas, mas também, e mais comumente, pela falta de conhecimento do pesquisador e também pelos tomadores de decisão acerca do patrimônio sobre a sociedade estudada, o suporte material analisado e a sociedade mantenedora do patrimônio.

O primeiro passo, para a conservação do material, é a fase da pesquisa. Compreender a cultura material em suas diversas facetas permite clarificar os dilemas da sua curadoria e da conservação. Primeiramente, há de se compreender a escolha dos materiais confeccionados para, então, analisar o amplo espectro de medidas e intervenções físicas com o intuito de garantir a preservação do objeto através do restauro. Trata-se de dois conhecimentos indissociáveis.

Restauro consiste em medidas para a preservação de qualquer remanescente material pré-histórico ou histórico (e.g. estruturas, relações espaciais), baseadas em duplicação acurada de estruturas documentadas através da arqueologia e de pesquisa empírica.

A decisão do protocolo a ser seguido no serviço curatorial depende da análise de muitas variáveis, de modo geral, podem ser destacadas três: a caracterização do registro visual de tudo o que aconteceu com o material através do tempo (adição, retiradas ou mutilação), avaliação da significância original do artefato e, por fim, a integridade do artefato, para saber se o estado atual do objeto ajuda ou esconde a intencionalidade estética ou funcional do artesão.

Todo o remanescente arqueológico passa por mudanças durante o tempo, devido ao uso do material ou ainda pela sua reutilização. Cabe ao arqueólogo como pesquisador caracterizar a dinâmica do ciclo de vida do artefato de modo a apontar as atitudes curatoriais.

Uma questão em relação à preservação de artefatos arqueológicos é se esse deve

ser deixado em estado de reutilização ou em estado de destruição parcial, apresentando-o aos visitantes como uma ruína ou reutilizá-la de modo a criar no visitante e na comunidade atual um vínculo com o passado.

Muitos têm defendido uma abordagem restrita e conservadora em relação ao restauro, enfatizando a importância dos dados e autenticidade do material (GRANATO et al., 2005, p. 294-295). Os seguidores dessa opinião sustentam que o público não deva basear seus conhecimentos em reconstruções e restauros que não tenham sido absolutamente verificados pela pesquisa arqueológica e documental. Em relação a grandes estruturas arquitetônicas, atualmente acredita-se na estabilização de ruínas como um método de preservação. Desse modo, o público poderia compreender o material como em seu estado original sem modificações.

Por sua vez, uma abordagem mais liberal do assunto, acredita que restauros podem enfatizar valores educacionais e interpretativos (GRANATO et al., 2005, p. 294-295), pois eles fornecem uma visão tridimensional da história fazendo com que as pessoas possam relacionar e compreender o passado através de suas próprias experiências.

Nesse sentido, o restauro forneceria realidades espaciais, dimensionais, além de intimidade com a cultura material que não poderia ser compensada através de histórias a serem transmitidas oralmente, nem por exposições bidimensionais e de pequena escala.

Além das especificidades do restauro acima citadas, há ainda a questão de preservação do artefato; faz-se necessária a utilização do restauro em casos específicos de fragilidade do material. Nesse caso é importante que a pesquisa arqueológica esteja voltada para a caracterização da estrutura, para a compreensão das etapas construtivas (TIRELLO, 2006/2007, p. 151).

Entretanto, mundo afora ainda há diferentes programas dedicados a interpretações do público, que procuram fornecer uma variedade de perspectivas e abordagens educativas.

A Educação Patrimonial engloba um conjunto de ações e reflexões cuja primeira problemática é saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia. De que forma nossas pesquisas afetam a sociedade e como elas estão sendo apresentadas ao público?

Os sítios arqueológicos, assim como os objetos, remetem o público do presente ao passado e são, portanto, parte da história e da memória de uma determinada comunidade. Geralmente considerado o agente condicionante para o reconhecimento de inclusão social, o patrimônio, como um veículo integrador, só permite exercer esse requisito caso os grupos que compõem uma sociedade identifique a si e aos demais setores sociais na materialidade física que o cerca.

A Educação Patrimonial pressupõe a elaboração de estratégias educativas que criem condições para que os indivíduos sejam capazes de compreender a profundidade temporal da sociedade e suas características. A legislação brasileira atual, principalmente a Portaria n. 230 do Iphan (17/12/2002) prevê a Educação Patrimonial durante projetos de pesquisa de contrato. No entanto, não há uma orientação adequada por parte do poder

público para a execução desta etapa de trabalho de modo adequado.

Existem duas abordagens distintas para execução da educação patrimonial, são elas a educação formal e a informal. A educação formal implica aquelas atividades que se desenrolam – especialmente no âmbito acadêmico -, envolvendo alunos e professores. A educação informal ultrapassa o ambiente escolar englobando vários tipos de atividades educativas (BRADFORD, 1998).

Dentro da educação informal, os veículos intermediadores entre o arqueólogo e o público podem ser diversos, porém, mais comumente são os museus, a mídia e o turismo as ferramentas utilizadas para a transmissão do patrimônio (BRADFORD, 1998).

Os museus têm sido o lugar preferencial dos projetos que envolvem Arqueologia e Educação no Brasil (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 1998). No princípio, e por muito tempo, a transmissão do conhecimento através dos museus ocorreu de forma estática e elitista, distanciando o público que não se identifica com o passado apresentado na exposição.

É preciso que haja uma articulação nos significados dos objetos expostos dentro de um discurso inteligível pelo público. Mais do que uma questão de incrementar técnicas museográficas, há que se pensar no envolvimento com administração da memória (ALMEIDA, 2002).

O Setor de Educação MAE/USP é um exemplo da articulação de esforços para a formação de uma equipe de museólogos e educadores que trabalham para melhor atender a população com a divulgação da ciência (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 1998).

O Setor Educativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) atende a públicos distintos (e.g. crianças, estudantes, professores e comunidade em geral), para os quais existem programas diferenciados para transmissão do conhecimento visando atender as necessidades específicas de acordo com a idade, dentro da educação formal e informal.

O MAE adota práticas manuais para o envolvimento do público com os objetos arqueológicos e etnológicos. Além disso, o programa fornece noções dos fundamentos da Arqueologia e do trabalho dos arqueólogos. Nas visitas de longa duração, os visitantes passam por atividades preparatórias com o intuito de se ambientarem ao espaço do museu e de trabalharem as peças, manuseando-as que, em seguida, são deixadas livres pela exposição. Por fim, participam de oficinas e jogos.

O Setor Educativo do MAE, em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no curso Laboratório II (Módulo Cultura Material), também participa da educação formal de graduandos em História, atendendo os alunos em oficinas específicas para o ensino de Arqueologia e Etnologia, a partir da cultura material.

A mídia, tendo a seu serviço uma ampla gama de tecnologia, é o veículo mais rápido e atinge um público mais geral e, por isso, é uma importante ferramenta na transmissão do

conhecimento do passado. Apesar de não haver uma maneira formal de transmissão da arqueologia pela mídia, há que se pensar em estratégias que visem evitar problemas entre o pesquisador e o público, que possam deturpar as informações (ALMEIDA, 2002, p. 37).

Um bom exemplo a ser seguido é a série de documentários dirigidos por Luciano Delion (VCR Cine Vídeo) e transmitida pela TV Senac (e atualmente disponível no site “Youtube”) a respeito da pré-história brasileira. Dividido em três filmes sobre os períodos paleoíndio, arcaico e formativo, os produtores participaram de todas as etapas da pesquisa arqueológica, desde as aulas da pós-graduação, trabalho de campo e de laboratório. Um ano após o trabalho de campo, fizeram uma série de entrevistas com os coordenadores dos trabalhos para saber sobre os primeiros resultados.

Outra forma de educação informal sobre o patrimônio cultural é o turismo arqueológico, bem desenvolvido em muitos países, ele é ainda pouco explorado no Brasil. Há iniciativas independentes como no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí e, também, em Xingó, em Sergipe (BRADFORD, 1998; ALMEIDA, 2002). No turismo arqueológico o importante é pensar para quem o patrimônio arqueológico deve ser preservado e explorado. Para os descendentes ou para os turistas?

Outro problema já mencionado neste artigo, mas que vale uma maior reflexão, é a questão de preservação dos sítios, deixar a ruína em estado de reutilização ou em estado de destruição parcial, apresentando-os aos visitantes como uma ruína, resquício de uma cultura morta, e direcionar o visitante a olhar para a população atual como numa situação de desvantagem ao período “arqueológico”.

Nesse sentido, a Unesco vem trabalhando para que o turismo arqueológico, associado a outras áreas de conhecimento, se torne uma ferramenta em prol das comunidades contemporâneas, por meio da criação de *geoparques*. *Geoparque* é um conceito criado pela UNESCO para o reconhecimento de sítios geológicos que sejam associados a relevantes pontos culturais – tais como os arqueológicos -, com o objetivo de ajudar as populações locais a reconhecer e a conservar a diversidade natural e cultural, de modo a gerar a sustentabilidade do parque e dar suporte econômico à população local para a valorização da identidade e dos patrimônios natural e cultural (PLENS, 2011).

No município de Guarulhos, SP, o projeto de criação do Geoparque Ciclo de Ouro de Guarulhos, dentre as ações de intervenções previstas para a área do Geoparque pelo grupo de Arqueologia deve-se considerar, apenas como exemplo, a definição de normativas de adequação metodológica aos diferentes tipos de sítios, a garantia de monitoramento dos processos de licenciamento ambiental, seguindo as exigências da legislação vigente, e a construção de uma política de gestão participativa que compreenda atores diretamente envolvidos dos setores públicos e privados, respeitando o protocolo de pesquisa em que se estabelecerá o interesse primordial da pesquisa acadêmica dos sítios de potencial interesse (PLENS, 2011).

Quanto à educação formal, para que ela atinja seu objetivo de permitir a identificação do indivíduo com o passado e participando dele, é necessária a elaboração de estratégias

que abrangem diversos aspectos importantes da arqueologia. Almeida (2002) lembra que todo o processo educativo sistematizado pressupõe escolhas de conteúdo programático, levando-se em consideração o público que se visa atender.

Na educação formal, de diferentes níveis, deve-se propor a integração do conhecimento do passado humano com as diversas áreas do conhecimento, como a História, a Biologia, a Arte, a Geografia, a Física, a Química, a Matemática e a Língua Portuguesa.

A interdisciplinaridade, tanto durante a pesquisa quanto na educação patrimonial, como um sistema onde as diversas especialidades convergem em direção a um projeto comum, abre um leque de oportunidades para o conhecimento proporcionando uma melhor compreensão e identificação com o objeto de pesquisa.

A arqueologia, por tratar principalmente da cultura material, tem um caráter ideológico na legitimação da inclusão e exclusão social. O objetivo da educação formal do patrimônio é desmistificar a história humana e esclarecer a população sobre o conhecimento científico atual do passado humano. Mais do que isso, faz com que toda a população perceba sua cultura material como patrimônio, cuja história de todos os segmentos sociais esteja representada, e não apenas a da elite. Na história contada pelo patrimônio devem-se incluir os pobres, os iletrados e os demais setores sociais, políticos e geográficos que possuem sua história e valorizam sua cultura material.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96, garante aos estudantes um ensino diversificado voltado para as características regionais e locais de cada cultura. A metodologia da Educação Patrimonial no ensino da História, por meio da articulação do conhecimento arqueológico, pode aproximar os indivíduos de seus objetos de pesquisa, contribuindo para um aprendizado estimulante e para fazer com que eles sejam críticos, tanto na preservação e na transformação do conhecimento da História quanto nas tomadas de decisões acerca do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, tento chamar a atenção para o fato de que a Educação Patrimonial se destina não apenas a comunidades locais, mas, especialmente aos envolvidos nas tomadas de decisões acerca do patrimônio. As questões patrimoniais, assim como a própria Educação Patrimonial, surgem do conhecimento acadêmico-científico do pesquisador e do educador sobre a sociedade estudada e dos dados físicos da cultura material e, ainda, da sociedade a qual se visa passar o conhecimento. Os educadores e os tomadores de decisões políticas sobre o patrimônio devem ter a perspicácia de escutar o que a população conhece e pensa a respeito de seu patrimônio, para a tomada de decisões a seu respeito, pois, Educação Patrimonial é uma via de mão dupla; ela só tem significado se a população participa e se reconhece em seu patrimônio.

É a pluralidade de opiniões e experiências que nos possibilitam entender o

imaginário individual e coletivo sobre o passado e, dessa forma, permite traçar estratégias de convívio e senso de comunidade no presente, por meio da coerência da materialidade e do patrimônio que nos cerca (MAYNE; MURRAY, 2001, p. 3; LITTLE; KASSNER, 2001, p. 57).

A Educação Patrimonial não é uma ferramenta a ser utilizada “de cima para baixo”, destinada apenas às classes menos favorecidas, mas é, sobretudo, a ferramenta a ser utilizada como interlocutora entre os valores da maioria da população e os tomadores de decisões do patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M.; VASCONCELLOS, C. de M. Por que visitar os museus. In: Bittencourt, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 104-116. (Repensando o ensino).
- BEAUDRY, M. B.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artifacts and active voices: material culture as social discourse. In: MCGUIRE, Randal H., PAYNTER, Robert (Ed.). **The archaeology of inequality**. Oxford: Basil Blackwell, 1991. p. 150-191.
- ALMEIDA, M. Bezerra de. **O Australopiteco corcunda**: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRADFORD, R. B. **Arqueologia para quem?** 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, R. M. R. **As transformações da relação museu e público**: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DEFRANCE, S. Diet and provisioning in the High Andes: a spanish colonial settlement on the outskirts of Potosí, Bolivia. **International Journal of Historical Archaeology**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 99-125, 2003.
- DIAMOND, J. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GRANATO, Marcus; BRITO, Jusselma D. de; SUZUKI, C. Restauração do pavilhão, cúpula metálica e luneta equatorial de 32 cm: conjunto arquitetônico do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). *Anuário do Museu Paulista*. [online], v. 13, n. 1, p. 273-311, 2005. Disponível em: <(http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142005000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 8 dez. 2011.
- HOLLENBACK, K. L., SCHIFFER, M. B. Technology and material life. In: **The Oxford handbook of material culture studies**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 313-332.
- JANOWITZ, M. F. Indian corn and dutch pots: seventeenth-century foodways in New Amsterdam/New York. **Historical Archaeology**, [s. l.] v. 27, n. 2, p. 6-24, 1993.
- LEMMONIER, P. The study of material culture today: toward an anthropology of technical systems. **Journal of Anthropological Archaeology**, [s. l.], n. 5, p. 147-186, 1986.
- LITTLE, B. J.; KASSNER, N. Archaeology in the alleys of Washington, DC. In: MAYNE,

A.; MURRAY, T. (Eds.). **The archaeology of urban landscapes: explorations in slumland.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 57-68.

MAYNE, A.; MURRAY, T. The archaeology of urban landscape: explorations in slumland. In: MAYNE, A.; MURRAY, T. (Eds.). **The archaeology of urban landscapes: explorations in slumland.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 1-7.

MENSH, Peter Van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. In: **Boletim ICOFOM/LAM.** 1ª. Reunião Anual do ICOFOM/LAM. Ano II, n.4/5, agosto 1992.

MROZOWSKI, S. A. Environments of history: biological dimensions of historical archaeology. In: **Historical archaeology.** [S. l.]: Wiley-Blackwell, 2006. p. 23-41.

PLENS, C. R. **Inventário e pesquisa arqueológica em Guarulhos, SP.** Projeto submetido à Fapesp e ao Condephaat, 2011.

SCHIFFER, M. **Behavioral archaeology: first principles.** Salt Lake City: Utah Press, 1995.

SCHIFFER, M.; MILLER, A. **The material life of human beings: artifacts, behavior, and communication.** London: Routledge, 1999.

TIRELLO, R. **Revista CPC,** São Paulo, n. 3, p. 145-165, 2006/2007.

TRIGG, H. **From household to empire: society and economy in early colonial New Mexico.** Tucson: University of Arizona Press, 2005.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MEMÓRIA: A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL

LEANDRO HENRIQUE MAGALHÃES

INTRODUÇÃO

O entendimento em relação ao que deve ser considerado patrimônio cultural, e assim, salvaguardado, cuidado e preservado, passa também pelo olhar do educador. Dessa forma, não é possível pensar uma educação para o patrimônio sem considerar aspectos do ensino. Ou seja, apesar das possibilidades de se trabalhar uma educação patrimonial não escolar, não se deve ignorar a escola como espaço importante nesse processo, especialmente porque, independentemente dela, a sociedade constrói concepções próprias de patrimônio, a partir de princípios nem sempre definidos e por meio de uma diversidade de ferramentas. Ou seja, se os professores não se apropriarem do tema e o trabalharem em sala de aula, não faltarão aqueles que o farão, muitas vezes, sem os critérios necessários para uma reflexão crítica.

Vale ressaltar ainda que, no Brasil, vem sendo consolidada uma concepção de educação que valoriza o trabalho com o patrimônio cultural. Documentos referentes à educação básica definem como necessário o trabalho com esse tema, acompanhados pela legislação que, como indicado por Pelegrini (2009, p. 102), ganha corpo na década de 1990, a partir:

- da LDB, que destaca a educação superior como lugar para promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e éticos que compõe o patrimônio da humanidade;
- do PCN, que possibilita a inserção do tema Educação Patrimonial a partir dos temas transversais, especialmente o da Diversidade Cultural, e;
- do PNE (Lei n. 10.172/2001), que indica o ensino fundamental como local onde se deve formar a cidadania para o usufruto do patrimônio cultural.

Também o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional – Iphan avança, na década de 1990, nesse sentido, o que pode ser explicitado a partir de ações como:

- a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial, em 1999, de autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro;
- a reunião técnica, realizada pela Coordenação de Educação Patrimonial em Pirinópolis/GO, no ano de 2004, que reuniu todas as Superintendências do Iphan e é considerado um marco institucional na organização de ações no âmbito da educação patrimonial;

- a realização do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial – ENEP, em São Cristóvão/SE, no ano de 2005;
- a publicação, em 2007, do Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, de Evelina Grunberg;
- a institucionalização das Casas do Patrimônio, que ganhou corpo a partir da Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projeto, realizado no ano de 2008 também em Pirinópolis-GO, e que se consolida no I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio realizado em 2009, em Nova Olinda /CE;
- a realização de duas mesas redondas para tratar do tema Educação Patrimonial, durante o “I Fórum do Patrimônio Cultural - Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão”, realizado em Ouro Preto/MG, também no ano de 2009.

Todo esse movimento possibilitou a construção de propostas metodológicas para a educação patrimonial. Dentre elas, podemos destacar: a desenvolvida por Mauri Luiz Bessegatto, em parceria com o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e publicado no livro *O Patrimônio em Sala de Aula: Fragmentos de Ações Educativas*; as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP, também vinculado à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e coordenado pelo professor André Luis Ramos Soares; a proposta do Iphan apresentada no *Guia Básico de Educação Patrimonial e no Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial*; e as atividades desenvolvidas pelo grupo envolvido com o Projeto Educação Patrimonial que, no ano de 2011, chega a sua sétima edição, sempre com o apoio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC, do município de Londrina/PR. Esta pesquisa parte de experiências vivenciadas por esse projeto, a partir de atividades desenvolvidas em escolas municipais como demonstrado adiante.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONCEITOS POSSÍVEIS

Na escola, a partir dos estudos realizados, encontram-se prioritariamente duas perspectivas em relação à educação patrimonial. Com características distintas e opostas entre si, temos a educação tradicional, marcada por uma visão impositiva, visando atender a interesses específicos, caracterizada pela universalização, integralização e unicidade do conhecimento; e a educação transformadora, de caráter libertador, visando à condição de sujeito autônomo, tendo como característica a contradição, a heterogeneidade e o conhecimento dialogado (GADOTTI, 1992 e 1983; SAVIANI, 1991).

No que se refere à educação patrimonial tradicional, ela é caracterizada por:

- ser universalizante e homogeneizante, partindo do princípio da existência

de uma identidade e de uma memória, imposta pelos detentores do saber sistematizado e oficial;

- ser integralizante, não havendo possibilidades de identificação de outros espaços ou manifestações. Neste sentido, o foco se dá nas edificações e manifestações de caráter público, vinculado ao Estado e aos grupos dominantes, rejeitando outras tradições ou valores;
- propõe uma única possibilidade para o conhecimento, focando na preservação e não na apropriação e interpretação;
- desfavorece a multiplicidade de memórias, caracterizando-se como impositiva e obrigatória.

De outro lado, temos a educação patrimonial transformadora, que parte dos seguintes princípios:

- a necessidade do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial, e assim, de uma concepção tradicional de identidade nacional;
- é libertadora, ao permitir a coexistência, conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio;
- é focada na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidades de entendimento acerca do patrimônio;
- o local é entendido como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo “[...] mantém, em seu cotidiano, estreitas e complexas relações sociais e culturais” com outras localidades, além de possuir peculiaridades (MORAES, 2005, p. 1);
- valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local (CHAGAS, 2006, p. 1)

Partindo da concepção transformadora de educação patrimonial, admite-se a retomada de espaços arquitetônicos, sociais e de memórias, a partir de uma diversidade de possibilidades e de relações com outros elementos, atentando-se para as tensões das vivências e das seleções. Além disso, há a necessidade de identificar outros espaços e manifestações que dê conta das contradições e possibilidades que permeiam o mundo contemporâneo. A educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando à formação de pessoas capazes de (re)conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões (MORAES, 2005, p.1-3).

Ressalta-se o fato que atividades nessa perspectiva vêm sendo desenvolvidas pelo

pesquisador e sua equipe, sendo este projeto o resultado de reflexões que se deram a partir delas, com destaque para: o *Curso de Capacitação para Professores do Ensino Fundamental do Município de Assai/PR*, realizado em 2002; o *Projeto Histórias de Nosso Pedaco*, aprovado pelo PROMIC e desenvolvido em 2003, na região Oeste de Londrina/PR; o *Projeto Agente Jovem*, desenvolvido no Bairro Ana Rosa, em Cambé/PR, nos anos de 2004 e 2005; o *Projeto Quem Tem Medo de Quê?*, desenvolvido em Congonhinhas/PR, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina - UEL, além do projeto *Educação Patrimonial*, iniciado em 2007 e ainda em andamento, sendo financiado pelo Programa Municipal de Incentivo a Cultura – PROMIC, do município de Londrina/PR.

A pesquisa aqui apresentada foi possível graças às atividades desenvolvidas no Projeto Educação Patrimonial, em seis escolas da rede pública de Londrina/PR, durante aos anos de 2007 e 2010, sendo elas:

- em 2007 foram atendidas: na Zona Norte da cidade, o Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta, na Zona Oeste, a Escola Municipal Ruth Ferreira Souza, no Distrito Espírito Santo, a Escola Municipal Luiz Marques Castelo;
- em 2008, localizada no Patrimônio Heimtal, a Escola Municipal Padre Anchieta, e na Região Oeste, a Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti;
- em 2009, a Escola Municipal David Dequech, na Zona Norte e;
- em 2010, o CAIC Dolly Jess Torresim, localizado na Zona Sul da Cidade, e a Escola Municipal José Gasparini, na Zona Norte.

Partindo dos princípios apontados, foi definido o seguinte problema de pesquisa:

- qual é a percepção da criança, estudante de uma escola pública de periferia do município de Londrina-PR, acerca do patrimônio local, elemento fundamental para o entendimento de suas identidades? Foi levado em consideração não apenas o patrimônio material, mas, sobretudo, o imaterial, marcado por manifestações culturais que se transformam, por redes de sociabilidades e por manifestações como festas, músicas, brincadeiras, histórias, dentre outras, que retratam modos de vida que estão em constante transformação.

Em relação aos objetivos, definiram-se como gerais:

- verificar qual é a percepção e concepção das crianças alunas de 4ª. série do Ensino Fundamental (ciclo de oito anos), de bairros de periferia, acerca do patrimônio histórico e cultural local;
- identificar, a partir de atividades significativas desenvolvidas junto a essas crianças, elementos fundamentais para a constituição de sua identidade, e assim, de sua memória;
- perceber se o aluno identifica-se com o patrimônio eleito pelos órgãos oficiais

do município.

E como objetivos específicos:

- destacar as mudanças e permanências das manifestações culturais locais, a partir da percepção do aluno;
- entender a memória como meio de manifestações de identidades coletivas, marcada por disputas e contradições;
- analisar os conflitos discursivos acerca do patrimônio histórico e cultural, em especial no que se refere à percepção do aluno de periferia acerca do patrimônio da área central.

METODOLOGIA

A metodologia aqui empregada pretendeu desenvolver um processo de conhecimento, uma conexão entre patrimônio e as práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino fundamental. Para isso optou-se pelo Método Receptional, desenvolvido por Maria da Glória Bordini e Vera Teixeira de Aguiar.

Os primeiros estudos envolvendo a estética da recepção tiveram início na década de 1960, tendo como precursor Hans Robert Jauss, que acreditava que a confecção de um texto deve ser viva, não engessada em normativa com nenhuma preocupação com os desejos dos alunos. Dessa forma, o aluno primeiramente toma contato com aspectos que lhe agrade para se tornar receptivo para aspectos que lhe desagrade.

Partindo do horizonte de expectativa social em que os alunos estão inseridos, Jauss entende que as obras literárias auxiliam na construção de uma consciência crítica e ampliam o horizonte do aluno. Além disso, deve-se reconhecer que a literatura compreende elementos que interferem nas questões sociais ao despertar os leitores para a reflexão e a crítica instituindo novos paradigmas. Pretendeu-se assim, entre outros aspectos, associar a educação patrimonial com a literatura infantil, em especial no que se refere a aspectos da diversidade cultural, de manifestações e práticas.

A partir dessa perspectiva, as estudiosas Maria da Glória Bordini e Vera Teixeira de Aguiar organizaram o *Método Receptional de Ensino*, que se fundamenta na atitude participativa do aluno em contato com os diferentes textos. Partindo do horizonte de expectativas do grupo, em termos de interesses literários, determinados por suas vivências anteriores, provocam-se situações que propiciem o questionamento desse horizonte, levando à ruptura do horizonte de expectativa e seu conseqüente alargamento. Em seguida, oferece diferentes leituras aos alunos, incitando-os a refletir e instaurando a mudança por meio de um processo contínuo, transformando a escola e a comunidade. (BORDINI; AGUIAR, 1993)

Nesse intuito, desejou-se que através do olhar sobre os próprios espaços de

memórias os alunos compreendessem e reconhecessem as manifestações de identidade coletiva. Assim, ao fazer uso do *Método Recepional*, foi possível comparar elementos que compõem o horizonte de expectativa dos alunos e transformá-los em algo novo, rompendo com a visão tradicional de concepção acerca do Patrimônio. De acordo com as autoras:

O processo de recepção se completa quando o leitor, tendo comparado a obra emancipatória ou conformadora com a tradição e os elementos de sua cultura e seu tempo, a inclui ou não como componente de seu horizonte de expectativas, mantendo-o como era ou preparando-o para novas leituras de mesma ordem, para novas experiências de ruptura com os esquemas estabelecidos. (BORDINI; AGUIAR, 1993, p. 84-85).

Para tanto, seguiram-se as seguintes etapas:

- determinação do horizonte de expectativas: momento em que os pesquisadores verificam os interesses dos alunos pela questões referentes ao patrimônio e memória identitária, a fim de construir estratégias de ruptura e transformação;
- atendimento ao horizonte de expectativas: nessa etapa proporciona-se à classe experiências com textos literários e instrumentos didáticos que despertem e satisfaçam suas necessidades quanto ao objeto escolhido e às estratégias de ensino;
- ruptura do horizonte de expectativas: é introduzido atividades que abalem as certezas e costumes dos alunos, seja em termos de literatura ou de vivência cultural;
- questionamento do horizonte de expectativas: momento em que se compara os dois momentos anteriores, verificando que conhecimentos escolares ou vivências pessoais, em qualquer nível, proporcionaram a eles facilidade de entendimento sobre os aspectos identitários;
- ampliação do horizonte de expectativas: nessa última etapa os alunos tomam consciência das alterações e aquisições, obtidas através da experiência com a literatura e atividades. Conscientes de suas novas possibilidades de manejo, parte-se para a busca de novas atividades, que atendam a suas expectativas ampliadas em termos de temas e composição mais complexos.

Seguindo as etapas apontadas acima, pretendeu-se desenvolver atividades com os alunos visando à aplicabilidade do método descrito, sendo elas:

- levar os alunos a perceber e compreender seus horizontes de expectativa e a identidade patrimonial por meio da atividade do espelho (reconhecimento do eu), quando o aluno é confrontado com ele mesmo. Como atividade complementar,

foram entrevistados os pais, avós, tios, vizinhos, enfim a comunidade sobre sua história, da cidade e do bairro;

- foram socializadas entre os alunos as histórias coletadas e recolhidas para montagem de um espiral como um caracol, quebrando com a tradicional leitura de uma história linear. Desejou-se com isso demonstrar que a história está a nossa volta. O relato do aluno foi o centro, com dados do tipo: onde nasceu, quando nasceu, quem são seus pais, em suma sua história; para depois, dos pais; avós; vizinhos; bairro; etc.;
- para ampliar o horizonte recepional, foram trabalhadas músicas (e suas letras) que salientassem a importância da memória, e foi feito o uso de literatura, tendo como foco a história de Londrina, seus pioneiros e ícones patrimoniais preservados. Dessa forma, houve um confrontar com os ícones e histórias do bairro. Como atividade para os alunos foram desenvolvidas pesquisa sobre as brincadeiras que seus pais/avós costumavam brincar e histórias tradicionais de “medo”;
- houve, ainda, uma comparação entre as brincadeiras e histórias contadas por seus pais/avós e as atuais, contadas por eles. Foi realizada ainda uma pesquisa na biblioteca das escolas, visando identificar histórias semelhantes às contadas. Houve também um momento prático, quando foi possível brincar;
- os alunos escolheram pessoas consideradas de importância em seu bairro, discutindo-se, nesse momento o significado da ideia de excepcionalidade de uma pessoa e do patrimônio. Os alunos foram divididos em grupos para entrevistar algumas das pessoas destacadas como importantes, convidando-as para contar sua história para seus colegas;
- por fim, foi realizado um roteiro no bairro, quando foram visitados os locais considerados importantes pelos alunos. Os locais foram fotografados e posteriormente identificados por eles. O resultado foi uma exposição, quando se debateu o conceito de patrimônio histórico material. Como contraponto, foram apresentados outros roteiros existentes na cidade, como os pontos considerados como “patrimônios da cidade”, visando identificar o reconhecimento, ou não, desses espaços como identitários para os grupos de alunos.

Dessa maneira foi possível resolver a primeira etapa do problema, ou seja: qual a percepção da criança, estudante de uma escola pública de periferia do município de Londrina/PR, acerca do patrimônio local, elemento fundamental para o entendimento de suas identidades? Paralelamente foi trabalhada a percepção da criança em relação ao patrimônio histórico material tido como “oficial”. Para tanto, partiu-se das atividades desenvolvidas, provocando a elaboração de discursos sobre esses lugares a partir da análise dos seguintes documentos: *site da Prefeitura Municipal de Londrina; Roteiro*

Turístico, produzido pela Diretoria de Turismo de Londrina; e *Guia Cultural da Cidade de Londrina*, e visita ao Museu de Arte de Londrina – MAL, Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, Memorial do Pioneiro e o Teatro Ouro Verde.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho desenvolvido possibilitou que a equipe de pesquisadores percebesse que os alunos do ensino fundamental das escolas trabalhadas possuem uma percepção acerca do patrimônio cultural local e municipal, mesmo que não formulada. No que se refere ao patrimônio cultural, há uma identidade entre experiências e fazeres familiares. Os alunos, ao trazerem relatos sobre brincadeiras e histórias contadas pelos pais e avós, as reproduziram e as reconheceram. No caso dos relatos que denominamos aqui “histórias de medo”, houve uma valorização das mesmas ao encontrar relatos semelhantes em livros na biblioteca da escola, aproximando a perspectiva tradicional da erudita. No caso das brincadeiras, após a identificação daquelas praticadas pelos familiares, houve um espaço para “o brincar”. Nos dois casos (relatos e brincadeiras) buscaram-se referências contemporâneas, onde os alunos puderam escolher aquelas que mais gostavam e contar seus medos, transformando-os em histórias que foram desenhadas e textualizadas.

No que se refere ao patrimônio considerado material, foram desenvolvidos roteiros, identificando pontos de referência do bairro ou região onde as escolas estavam inseridas. Para tanto, as salas foram divididas em grupos, com cada qual destacando os três lugares mais importantes do bairro/região. Após essa etapa, foram realizadas plenárias, com todos os lugares sendo apresentados e debatidos entre os alunos, que selecionaram aqueles considerados significativos. Ainda na plenária, foram montados os roteiros de visita e, antes de realizá-los, os alunos, em grupo, construíram mapas mentais, ou seja, uma representação gráfica, anterior à construção cartográfica e que entende o espaço como produto histórico, construído e transformado pelo homem, possibilitando o estudo da realidade, a partir do conhecimento que o aluno possui do espaço vivido (experiências cotidianas) (CASSOL, 2008, p. 35-36).

As visitas foram realizadas posteriormente, em um processo de reconhecimento do espaço vivido, ficando a cargo dos alunos a identificação e a apresentação das características principais desses lugares. Foram tiradas fotografias que, posteriormente, foram analisadas em grupo, deram títulos para as mesmas e as descreveram, numa atividade que visa essencialmente ao aprendizado de leitura de documentos. Os resultados das análises foram apresentados novamente em plenária, com os alunos avaliando as atividades desenvolvidas.

A metodologia de trabalho partiu da identificação dos objetos comunitários como estratégias de aprendizagem do contexto sociocultural, visando perceber a forma como os alunos se relacionam com esses objetos (SOARES, 2003, p. 31). No caso das atividades aqui descritas, o roteiro foi constituído pelos próprios alunos, a partir de atividades em grupo e plenária, exigindo assim argumentação e convencimento para se alcançar um

consenso, pois mesmo na sala de aula tem-se uma disputa pelo patrimônio, que é sempre política. Os roteiros apresentaram, por sua vez, certa padronização, sendo geralmente contemplados:

- elementos identificados como “Patrimônio Ambiental”, tais como campo, árvores, rios e cachoeiras;
- espaços de uso comunitário, como postos de saúde, igrejas e praças;
- espaços que marcam uma identidade imediata, como a escola;
- espaços privados ou pertencentes a personalidades, como a casa daqueles considerados pioneiros do bairro/região, ou mesmo a cada de alunos, representando a classe, e;
- lugares que não existem mais, mas que ainda marcam a identidade dos alunos.

Não é apenas a materialidade que é aqui ressaltada, mas a relação com os lugares, que possibilita um novo olhar para sua vivência e sua experiência, sendo esse um dos papéis da Educação Patrimonial.

Ainda em relação aos lugares identificados, apareceram elementos que marcam a identidade local, como o que foi chamado pelos pesquisadores de “estranhas nomenclaturas”. Caso de uma rua, denominada pelos alunos de Rua do Meio, mesmo não ficando localizada no “meio” de outras ruas e não apresentando características que “os de fora” pudessem identificar como tal. Ou ainda o “redondo”, local identificado por um grupo de jovens como significativo para suas vivências naquela comunidade. O “desconhecido presente” também apareceu em diversos momentos, como o caso de um terreiro de candomblé localizado na entrada de um dos bairros estudados, e que os alunos chamavam de “Igreja Espírita”, demonstrando desconhecimento sobre o local, mas curiosidade em descobrir o que ocorria naquele espaço e o motivo de tanta visita. Ainda nessa perspectiva, um grupo de alunos, residentes em uma comunidade vizinha em um condomínio fechado, escolheram-no como um dos lugares a serem visitados pelo fato de quererem conhecer o local, pois, apesar de estar próximo, não se sentiam a vontade para se deslocarem até lá.

Os “particulares coletivos” também estiveram presentes, a partir da ideia de “Heróis do Cotidiano”. Nesse sentido, foram indicadas as residências de personalidades dos bairros, pessoas que de alguma forma ajudavam as demais (ministra da igreja, líder de bairro). Um dos casos foi a escolha da chamada “Casa de Curso”, uma residência onde se ofertavam cursos gratuitos para a comunidade, porém sem vínculos institucionais ou certificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou que se notasse qual a percepção que alunos

de escolas públicas, localizadas nas periferias de Londrina-PR, têm em relação ao patrimônio local. A valorização das experiências e vivências familiares, identificadas e socializadas em sala de aula, possibilitou uma aproximação entre os alunos e entre eles e seus familiares, retratando modos de vida que estão em constante transformação; sendo destacadas as mudanças e permanências das manifestações ao cotejar as experiências dos pais e avós com as dos próprios alunos (caso das brincadeiras) ou com a literatura (caso das histórias de medo), aliando o tradicional ao moderno, o popular ao erudito. Nesse sentido, os objetivos gerais foram alcançados, tendo em vista que, a partir das atividades desenvolvidas, foi possível trabalhar com a percepção que possuem em relação ao patrimônio cultural familiar e comunitário, destacando-se os elementos fundamentais para a constituição de sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- BRANCO, Patrícia Martins Castelo; PAULI, Alice Atsuko Matsuda; SILVA, Andréa Cristina Fontes Silva. Histórias de assombração: quem tem medo de quê? **Revista Eletrônica de Educação**, ano 1, n. 1, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.unifil.br/revista_educacao/sumario.asp>. Acesso em: 23 maio 2011.
- CASSOL, Roberto, et al. Mapa mental: ponto de partida para a alfabetização cartográfica. **Revista do Professor**, Rio Pardo, ano 24, n. 93, jan. 2008.
- CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: Tensão, devoração e adjetivação. **Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN**. Dossiê: Educação Patrimonial, n. 3, jan/fev. 2006. Disponível em: <www.revista.iphan.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2011.
- GADOTTI, Moacir. A dialética: concepção e método. In: **Concepção dialética de educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992. p. 15-38.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. 4. ed. Brasília: Iphan; Rio de Janeiro: Museu Imperial, 2009.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; ZANON, Elisa Roberta. **Educação patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: UniFil, 2009.
- MORAES, C. C. P. et al. O ensino de história e a educação patrimonial: uma experiência de estágio supervisionado. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 7, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <www.proec.ufg.br>. Acesso em: 25 maio 2011.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.
- SOARES, André Luís Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

ENCONTROS COM A MEMÓRIA; UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO

GIANE MARIA DE SOUZA

APRESENTAÇÃO

Este texto é fruto de um projeto de pesquisa de educação em patrimônio cultural e histórico intitulado *Encontros com a Memória*,¹² que foi desenvolvido pelo setor educativo da Estação da Memória – uma das unidades da Fundação Cultural de Joinville. O texto discorre sobre a experiência desenvolvida nessa unidade e tem por objetivo apresentá-la como uma das possibilidades dentre muitas outras de concatenar história, educação e patrimônio, tendo em mente uma sociedade que se conheça e se reconheça nas formas do passado no presente.

Esta pesquisa foi apresentada no *Simpósio Temático Patrimônio Cultural: as Formas do Passado no Presente*, coordenado pelos professores Elisabete da Costa Leal e Odair da Cruz Paiva,¹³ no 26º *Simpósio Nacional de História em São Paulo*, em 2011. A comunicação na ANPUH oportunizou o intercâmbio com experiências historiográficas de diversas regiões do País e provocou imersões e emergências acerca do *ofício* do historiador.

As discussões apontadas no Simpósio Temático ultrapassaram as fronteiras da História, Educação e Patrimônio Cultural, sobretudo no que se refere às políticas públicas voltadas para essa área. A partir dos debates realizaram-se diagnósticos e constatações coletivas - nossas fragilidades regionais não são isoladas geograficamente, mas são reflexos da precariedade das políticas públicas nacionais e se estendem pelo território brasileiro. As agências de fomento do governo federal ainda caminham timidamente e em sobressaltos, por isso, urge a necessidade de salvaguarda do trabalho do historiador e do pesquisador em patrimônio.

Recentemente, aconteceu o 26º Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de Profissionais de História, na Universidade de São Paulo (USP) promovido pela ANPUH, entidade que, neste ano, comemora seus 50 anos. O evento foi agraciado com diversos cursos, conferências, palestras e comunicações que demarcaram as múltiplas variações epistemológicas da pesquisa historiográfica no País. O simpósio encerrou as atividades com a participação especial do professor François Hartog, historiador francês que discute as temporalidades, as memórias e suas implicações e, principalmente o *ofício* dos historiadores. Em vias atuais de possível aprovação da lei de regulamentação da profissão de historiador pelo Senado, temos agora a urgência histórica de repensarmos nossas instituições educacionais, culturais e de pesquisa no Brasil e no mundo, sobretudo o campo de trabalho da historiografia. Os historiadores, diariamente, labutam e garimpam seus objetos de pesquisa e discutem as inúmeras vertentes teóricas e metodológicas acerca

12 O projeto foi laureado com Menção Honrosa no Prêmio de Educação em Museus – Darcy Ribeiro e foi selecionado para representar o estado de Santa Catarina na categoria Educação Patrimonial, no Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, em 2010.

13 Elisabete da Costa Leal (Pós-Doutora - Universidade Federal de Pelotas), Odair da Cruz Paiva (Pós-Doutor - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP).

do pensamento histórico. Mas, neste último simpósio nacional, ocorreu um fato de extrema relevância histórica para o desenvolvimento de pesquisas científicas e produção acadêmica no País. No dia 21 de julho, foi fundado o grupo de trabalho nacional de patrimônio cultural da ANPUH com a participação de pesquisadores e professores de inúmeras instituições superiores do Brasil. O GT de Patrimônio nesse sentido nasceu a partir das prerrogativas do Conselho Internacional de Museus (Icom); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Apoiado por essas instituições, o GT de Patrimônio Cultural pretende divulgar e organizar simpósios temáticos, lançamentos, cursos, encontros e pesquisas acerca dos estudos sobre o patrimônio cultural no Brasil. A divulgação das pesquisas realizadas em nível nacional terão também seu registro e salvaguarda por meio de publicações acadêmicas, que irão propagar o trabalho produzido pelo historiador que, muitas vezes, é solitário. As necessidades e investigações históricas surgem e são inesgotáveis porque são fios que tecem a grande malha histórica do **conhecimento científico na contramão histórica do descaso com o patrimônio público.** (SOUZA, 2011 p. 31, grifo nosso)

A solidificação de um GT Nacional de Patrimônio na ANPUH problematiza os campos de atuação do historiador em instituições públicas e privadas e nos remete à responsabilidade da geração de uma vertente historiográfica orgânica que desenvolva um trabalho ético e difuso. Pretende-se, com este artigo ultrapassar o entendimento do que é o patrimônio tangível e intangível e como o historiador se articula com essas reminiscências para salvaguardar seu trabalho.

A INVENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS – ESTAÇÃO DA MEMÓRIA – ESTUDO DE CASO

Para discorrer sobre o projeto de educação patrimonial é necessário previamente entender o processo de transformação e (re)invenção da antiga Estação Ferroviária de Joinville, em Estação da Memória. Para esse escopo, nos apoiaremos em uma categoria de análise criada por Pierre Nora (1993), denominada lugares de memória. Ao associar a discussão de Nora com a criação ou invenção de museus e lugares de memórias, como convém aqui denominar, inicia-se uma breve interlocução sobre a museologia e a que se destina à musealização pretendida de determinados espaços, a fim de se provocar ou sacralizar uma memória coletiva. Para o autor, os lugares de memória são criados a partir de uma demanda histórica de elaboração identitária para assegurar representações sociais de determinados grupos:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência, e ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como

um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos (sic) por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22)

Os lugares de memória, nesse caso, possuem essas três dimensões ressaltadas por Nora: material, simbólica e funcional. Pode-se advogar que essa categorização pode servir de embasamento para o entendimento do patrimônio histórico cultural tangível e intangível em suas múltiplas variações e determinações nos espaços ou lugares de memórias e museus. Dessa forma, os lugares são cenários ou territórios, falas ou olhares, documentos ou objetos, imagens ou memórias, edificações ou paisagens, entre outras percepções subjetivas ou objetivas da realidade. Todas, impreterivelmente, são imbuídas de disputas e negociações, apropriações e empoderamentos, antagonismos e homogeneidades.

Quando um lugar de memória é inventado ou recriado ele segue as prerrogativas ideológicas ou culturais de quem o comandou ou coordenou sua invenção. Destarte, acontece com os espaços públicos na sua magnitude. Os museus e lugares de memória historicamente foram criados com essa predestinação ideológica – de sempre representar um grupo ou o comando de uma elite em um determinado período histórico e social. Dessa forma, o patrimônio cultural possui na sua gênese a escolha e o juízo de valor agregado ideologicamente.

Para Chauí (2006, p. 114), convencionou-se chamar de patrimônio cultural:

- 1) o conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva;
- 2) as edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade;
- 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos antigos.

Por que preservar determinada edificação? Por que guardar determinado documento? Qual o objeto que deve ser musealizado, tombado e salvaguardado? As escolhas do que é o patrimônio histórico e cultural são questões ideológicas demarcadoras

de movimentos históricos, identidades e conveniências, assim como o processo de musealização e patrimonialização de alguns bens.

Os museus de Joinville e os lugares de memória não excetam sua existência ao rol da invenção ou criacionismo dos diversos museus e lugares de memórias espalhados no Brasil, concebidos majoritariamente sob a égide da museografia positivista. Dessa forma, o patrimônio é sacralizado a partir das óticas de determinados grupos sociais, como se a história pudesse ser compartimentada para responder às aspirações de uma suposta diretriz homogênea.

Alguns pesquisadores tentam aventar probabilidades históricas nas discussões em patrimônio como as especificidades geográficas e as diferenças étnicas que constroem diferentemente as sociedades. Os espaços de memória são concebidos para o povo - não em uma visão dualista, que divide a história entre os vencidos e vencedores, mas na criação daquilo que forma os antagonismos inerentes ao território, como a língua, a religião e as estratificações sociais e econômicas da população, enfim, os elementos constitutivos da história e da cultura de um país.

Nessa rede de invenções, de paradigmas e de construções ideologicamente arquitetadas são criadas as estruturas museológicas atuais. As histórias emergem facilmente, como num caleidoscópio, basta exercitar a visão para as múltiplas possibilidades que o olhar oferece de acordo com o ângulo que se vê.

Em Joinville, o caso do Museu Nacional de Imigração e Colonização é um caso clássico. A instituição museológica foi criada em 1961 para demonstrar, por meio de centenas de artefatos e cenários compostos, como viviam as famílias de imigrantes alemães no “Sul” do país, numa pretensão temporal, geográfica e histórica de ilustrar o final do século XIX e início do século XX, a partir de uma conduta específica social.

Na década de 1990, em Joinville se inventou uma infinidade de museus (Museu da Bicicleta, Museu da Imagem e do Som, Museu da Mulher, Museu da Dança, Museu do Rádio, Museu do Ferro de Passar, entre outros), abriam-se mais museus na cidade e a facilidade para fazê-lo era muito maior do que abrir um bar. Cômico, mas triste! Legalmente, para a abertura de um bar, existem as cobranças de alvarás, vigilância sanitária e inúmeras prerrogativas oficiais para seu funcionamento. E um museu? Quais os critérios previstos para sua fundação e instalação? Como se fará o planejamento museológico, a política de acervo, a constituição profissional e a estrutura de trabalho pretendida? Quem fiscalizará as ações e de que forma o poder público fará a interlocução com o espaço? Essas são apenas algumas questões, existem infinitas.

O invencionismo segue em movimento porque a ideia de patrimônio é movimento e dinamismo, por isso antagônica em essência. Se há uma diretriz ideológica por trás dos museus e lugares de memória, é porque o Estado avaliza sua gerência. O poder público com suas leis, decretos e normativas cria uma rede de convivência e interesses. Assim, atrás dos museus, lugares, exposições, acervos, documentos, imagens, artefatos patrimonializados há uma ordem de valores simbolizados e materializados nas estruturas

museológicas atuais. Por isso, alguns projetos e museus se criam, outros ficam à deriva da memória histórica, como pareceu ser o caso da Estação da Memória, antiga Estação Ferroviária.

A Estação Ferroviária de Joinville foi fundada em 1906 e, até meados da década de 1980, funcionou com o transporte de cargas e de passageiros sob o comando da antiga Rede Ferroviária Federal S/A – (RFFSA). A privatização das linhas férreas em 1991, promovida pelo governo federal, concedeu o comando dos trilhos para a iniciativa privada. A partir daí, a América Latina Logística (ALL) passou a administrar somente o transporte comercial.

Em 1996, a Fundação Catarinense de Cultura tombou a edificação por considerá-la um importante patrimônio histórico e cultural. O tombamento federal veio somente em 2008, depois da extinção da RFFSA, em 2007. Porém, desde a década de 1980, foram realizadas inúmeras pesquisas históricas e arquitetônicas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, da Prefeitura de Joinville (IPPUJ) e a Fundação Cultural de Joinville com acompanhamento do Iphan. Em 2000, a Prefeitura Municipal de Joinville adquiriu a edificação da Rede Ferroviária Federal S/A da União e pretendeu transformá-la em Estação da Música. Entretanto, a edificação foi reinaugurada somente em 2008, como Estação da Memória, destinada a abrigar a Coordenadoria do Patrimônio Cultural e Histórico e um setor educativo que elaborasse um programa de educação patrimonial para o espaço.

Em todo o território nacional, as diretrizes preservacionistas do governo federal impulsionaram os municípios a responderem a essa demanda patrimonial. O que fazer com as estações e estradas de ferro? As estações tornaram-se lugares ermos e perigosos, desativadas e literalmente abandonadas.

Por outro lado, o surgimento da Lei n. 11.483/2007 provocou a criação de inúmeros museus e espaços de memória nas antigas estações ferroviárias desativadas. Em alguns lugares, o poder público já havia revitalizado e ocupado importantes estações, como o caso de Campinas, em São Paulo, com o seu Centro Cultural, em 2003, e Londrina, no Paraná, com sua edificação transformada em museu, em 1986.

Com a Lei 11.483/2007, o Iphan ficou responsável por receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção. Quando o bem for classificado como operacional, o Instituto deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário. Um dos pontos mais importantes que ficou a cargo do Iphan foi a preservação e a difusão da memória ferroviária, por meio da construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos; conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA. (MENEZES, 2010, p. 40)

Depois da aprovação da Lei n. 11.483/2007, o Iphan passou a se responsabilizar

oficialmente pela salvaguarda do patrimônio arqueológico-histórico-ferroviário brasileiro, que estava até então sob a tutela do Ministério dos Transportes, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

O poder público de Joinville corroborou com a lógica de revitalizar o espaço urbano e reapropriar as edificações históricas. A Estação da Memória foi forjada institucionalmente e alguns dos seus espaços musealizados. As salas expositivas formam ambientes cenográficos e figurativos, como a sala do chefe, a sala de bagagem, a bilheteria, a sala do telégrafo e as salas de administração e educação patrimonial. A plataforma exhibe painéis que narram a história da cidade e da estrada de ferro na região. A Estação da Memória torna-se mais um espaço inventado e musealizado.

Mais uma vez os trabalhadores entraram em cena com a reforma, o restauro e a organização do espaço museal. As exposições foram concebidas para retratar a história da edificação e da cidade. Os funcionários do Museu Arqueológico de Sambaqui e do Arquivo Histórico foram centrais nessa jornada. Os painéis organizados pelo Arquivo tentaram materializar a garimpagem de uma história escrita por poucos e onde poucos são lembrados. A ausência de bibliografia sobre o período de funcionamento da Estação, assim como o resgate documental, jornalístico e também iconográfico foi imprescindível para se criar uma linha temporal em que se compilhassem as informações históricas. Na sala central há um dos mais preciosos artefatos existentes na exposição – a bilheteria. O piso do espaço também se tornou um artefato importante ao ser mantido em sua forma original com os desgastes do tempo e do movimento humano. Vê-se claramente no piso que abriga a bilheteria quais eram as pessoas que mais viajavam de trem. Os trabalhadores! Observa-se no guichê da segunda classe o desgaste profundo de um ambiente que foi pisoteado por passageiros que iam e vinham de outros lugares para Joinville. O Museu Arqueológico do Sambaqui também contribuiu com a organização da sala de exposição destinada à arqueologia histórica. Uma das únicas salas em que, de fato, há uma metodologia expográfica e museológica que garante ao público o vislumbramento do que é uma investigação científica e como deve ser essa intervenção nos espaços públicos. Os visitantes da Estação da Memória questionam a partir dela a existência de um pedaço de dentadura, uma perna de boneca e uma lasca da faiança no expositor. Onde há ação humana, há história, e por meio dessas investigações, podem-se cogitar algumas respostas para algumas questões. Como as pessoas viviam no entorno da Estação? Quais os perfis das pessoas que viajavam de trem? O que elas transportavam? Qual a louça utilizada no serviço de restaurante no interior dos vagões? Havia chefes de cozinha e garçons nos vagões da primeira classe? (SOUZA, 2010, p. 2)

Como um lugar de memória, a Estação trouxe no seu bojo uma teia de pertencimentos e de significações entre os trabalhadores e os visitantes, que vão além dos decretos de sua criação e da imponência e os usos da edificação. Há ainda muitas histórias não manifestas, há outras memórias para serem desveladas, problematizadas e narradas.

ENCONTROS COM A MEMÓRIA

O Setor de Educação foi implantado na Estação da Memória a partir de sua reinauguração. Podemos informar que o Setor foi formado por um grupo de profissionais ligados à educação, história, artes e turismo para ocupar um espaço ainda em processo de invenção. Para iniciar uma construção programática de educação que atendessem às demandas do lugar, ou seja, a relevância histórica e cultural que o patrimônio exigia, foi necessário garimpar fontes iconográficas e documentais que subsidiassem sua elaboração.

A constatação de que o espaço havia sido inaugurado, porém, não planejado, provocou a necessidade de criar um projeto de educação em patrimônio que perdurasse e solidificasse uma ação, que transgredisse as gestões e os interesses advindos da esfera pública de poder.

O debruçar sobre as fontes históricas e suas narrativas evidenciou que havia uma edificação imponente, mas uma história em fragmentos, característica muito comum para os grandes feitos e prédios históricos. Alguns nomes haviam sido registrados nas páginas referenciais da história da Estação Ferroviária como os do prefeito e presidente que inaugurou o prédio e do engenheiro que o construiu.

Durante muito tempo, a história da cidade foi narrada a partir de uma perspectiva positivista, refêm da causalidade e da factualidade. Um dos maiores clássicos da historiografia joinvillense, subsídio para muitos historiadores, foi escrito por Carlos Ficker, em 1961. A obra foi classificada como crônica e foi resultado de um concurso de monografias. É uma das poucas fontes bibliográficas que tratam da fundação da Estação Ferroviária e da instalação das estradas de ferro na região.

Entre as abordagens escolhidas para o tratamento das fontes e da pesquisa para o projeto educativo, uma delas foi a escolha de tratar a história da Estação Ferroviária sob a matriz dialética. Como se fosse uma grande colcha de retalhos formada com o colorido de muitos rostos e concretizada por muitos braços - a história se forma impulsionada pelos antagonismos aparentes de múltiplos grupos sociais. Dessa forma, elegeu-se o trabalho e os trabalhadores como um elemento fundador e aglutinador das referências sociais, históricas e culturais. Para aqueles que não estavam nos livros históricos, para os nomes que não faziam referência às ruas, sobretudo, o projeto vislumbrava àqueles que conheciam como ninguém o funcionamento e a história do lugar. A memória para os ferroviários tornava-se fato e não mais um espectro da lembrança, e concedia finalmente vida à edificação.

O projeto *Encontros com a Memória* surgiu a partir da necessidade histórica de se (re) escrever a história da Estação Ferroviária, não como Estação da Memória, apesar das coisas serem obviamente inerentes, mas a simples constatação de que havia importantes indícios dos períodos de funcionamento da Estação a serem pesquisados. Sobretudo, muitos movimentos históricos tiveram como palco e cenário a edificação e seu entorno, apesar da ausência na história regional de quase um século.

O programa de educação patrimonial da Estação da Memória foi dividido em quatro linhas de pesquisa e atuação: 1) Memória da Ferrovia e da Indústria-grupo de trabalho que desenvolveu pesquisas de fontes documentais e levantamento bibliográfico sobre a história da ferrovia e da indústria de Joinville e região; 2) Grupo de Estudo sobre Patrimônio Material, Imaterial e Educação Patrimonial; 3) Encontros com a Memória - estudos sobre memória e história oral, projeto este aplicado aos ferroviários, seus familiares e todos aqueles que tiveram ou possuem relações identitárias com a ferrovia; 4) Registro, Compilação e Publicação - consiste em recolhimento de artefatos, organização de acervo iconográfico, fontes orais e documentais relacionados à história da Ferrovia, assim como a divulgação dos resultados. (SOUZA, 2011, p. 4)

Para cumprir com as prerrogativas do Conselho Internacional de Museus (ICOM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), os *Encontros com a Memória* serviriam de subsídio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, que registrassem, salvaguardassem e tornassem pública a memória coletiva e individual dos trabalhadores ferroviários, de seus familiares e de Joinville.

Houve por parte da Prefeitura Municipal de Joinville, sob a coordenação da Fundação Cultural, a incumbência de trazer em comodato objetos e mobiliários da antiga RFFSA para compor exposições relativas à ferrovia. A empatia da comunidade com o espaço foi imediata e após sua reabertura, os ferroviários e seus familiares começaram a visitá-la para rememorar os tempos de seu funcionamento. Os trabalhadores que outrora desenvolveram inúmeras atividades ali transitavam pela plataforma e estação de cargas e se emocionavam ao ver os lugares onde haviam desenvolvido suas funções. Ofícios extintos, como os de telegrafista, guarda-freio, guarda-chaves e foguista, eram trazidos à tona conforme as lembranças provocadas pelos Encontros.

Abriu-se a possibilidade de articular a história da cidade e da edificação a partir dos trabalhadores. O auxílio da História Oral dos trabalhadores seria a fonte crucial para a tentativa de preencher as lacunas históricas deixadas pela inexistência de narrativas que abordassem a edificação como lugar de trabalho/ lugar de memória.

O terreno fértil e pantanoso da memória se retroalimenta das incursões e percepções a partir do outro e para o outro. Essa alteridade é translúcida e inerente a todo e qualquer processo histórico. Quando as histórias aparentemente são individuais, o cenário e a trama são coletivos, portanto, as “minhas” histórias também pertencem aos outros. E os trabalhadores da ferrovia, particularmente, possuem essa relação identitária aflorada: “[...] poder voltar ao passado e reviver muitos momentos de minha vida. Fui ferroviário e telegrafista na rede mineira de viação. A Estação de Joinville me levou de volta a inúmeras estações onde vivi e trabalhei”. (ESTAÇÃO DA MEMÓRIA, 2008)

As histórias são compartimentadas na memória, mas quando aguçadas emergem à tona e são relembradas sempre de forma coletiva. Quando as histórias eram compartilhadas nos Encontros elas logo encontravam os elos emotivos e coletivos de sua essência. As

alegrias, as tristezas e até mesmo os amores eram todos compartilhados como numa grande comunidade. Os trabalhadores narravam histórias de namoros, casamentos, acidentes, mortes, greves e insubordinações com a mesma intensidade emocional que as histórias lhes provocavam. Um problema de um ferroviário era sempre um problema de todos.

Ao buscar na história essa relação identitária de pertencimento e coletividade também se refletiam as questões trabalhistas e sindicais. Historicamente, os ferroviários sempre foram muito organizados e unidos, não por acaso que a primeira lei de criação de Caixa de Pensão e Aposentadoria para os ferroviários – a Lei Eloi Chaves, Decreto-Legislativo n. 4.682, de 14 de janeiro de 1923 - é considerada um marco para o desenvolvimento da Previdência Social brasileira. Todavia, quando indagados sobre manifestações operárias na cidade, alguns ferroviários se autoproclamavam a categoria mais combativa da cidade, outros diziam nunca terem ouvido falar ou participado de greve na história da Estação Ferroviária de Joinville.

O trabalhador férreo vivia nos arredores ou no interior do seu trabalho. A Rede geralmente construía residências no entorno das edificações e também compartimentos internos para abrigar os trabalhadores. O ferroviário, sobretudo era um nômade, percorria as estações ferroviárias do Brasil e migrava de cidade em cidade conforme os interesses da Rede. Por isso, era muito comum um trabalhador de Santa Catarina ser colocado à disposição para trabalhar no Rio Grande do Sul ou em São Paulo. Costumeiramente trabalhava-se muito além do que previa a legislação trabalhista, dessa forma se estabeleciam muito mais do que a relação casa versus trabalho. O trabalho era a residência, e as 24 horas do dia eram vivenciadas no ambiente ferroviário. A forma e a organização social do trabalho não diferiam nas regiões do País e, apesar dos ferroviários possuírem cargos determinados, como guarda-freio, foguista, mecânico entre outros, geralmente o ferroviário era “pau para toda obra”, ou seja, um faz-tudo:

Ah, não tinha hora. Naquele tempo eles pagavam extraordinários¹⁴, nem tanto como a gente fazia, eles descontavam algumas, mas tinha horas eu ficava (sic), tinha uma cama lá na Estação, num quarto, eu ficava deitado lá pra atender o telégrafo, que além do trem de passageiros tinha o trem de carga, chegava um numa determinada estação e já soltavam o outro. Na época da madeira, eles estavam construindo Brasília na época ia muita madeira pra lá. Então ia até Itajaí. Itajaí tinha o porto e tinha estrada de ferro que ia até o porto de Itajaí e dali embarcava no navio e levava a madeira. (LEICHSERING, 2009, p. 9)

Outro fator importante era a ambiência das estações e estradas de ferro por sua similitude marcante. Geograficamente, elas podiam estar localizadas em pontos diferentes, mas o estilo, a composição e a disposição arquitetônica seguiam um padrão. A Estação de Joinville não diferia das outras e, nos seus arredores, geralmente havia desde pequenos comerciantes, proprietários de lojinhas de secos e molhados, hotéis para pernoites de mascates e migrantes que desembarcavam dos trens, bordéis e bares nos quais se divertiam os trabalhadores nos poucos momentos de folga que possuíam.

14 Os extraordinários são horas extras.

Essas informações foram obtidas graças aos *Encontros com a Memória* e à disponibilidade dos trabalhadores que, ao saberem do projeto, traziam seus documentos pessoais e profissionais, fotografias, carteiras de trabalho, boletins ferroviários, instrumentos, entre outros artefatos, para as atividades. A equipe técnica, ao receber os objetos, catalogava e registrava o material para (re)composição de acervo e discutia, sob o ponto de vista da educação, como se processava a patrimonialização de artefatos em um museu. Os bens patrimonializados imbuíam-se simbolicamente de um valor histórico e cultural outorgado, não pela curadoria dos técnicos, mas pela seleção dos ferroviários.

Nessa discussão da relação objeto versus museu e sobre as tentativas de patrimonialização dos bens, temos a experiência de RÉGIS (2004) na coordenação do Museu do Ceará e na implantação do projeto de educação patrimonial naquele espaço. O projeto cearense apoiou-se na categoria de análise criada por Paulo Freire, que demarca como ponto de partida para uma ação pedagógica – um objeto gerador.

[...] perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras. (RÉGIS, 2004, p. 32)

O objeto, segundo o autor, sem contexto e história, sem a vivacidade da apreensão intelectual é objeto morto, assim, seguiam as predeterminações dos “museus de antigamente”. O objeto fechado em si, enclausurado e exibido numa redoma que não se pode tocar e sentir, apenas lhe é imputada importância de estar exposto em um museu.

A organização e a ordem dos valores dos artefatos e documentos dos ferroviários estavam de acordo com as memórias emergidas. Apesar de haver uma sistemática metodologia de abordagem pautada na história oral, a condução do projeto não estava articulada a uma direção única pré-estabelecida. O projeto ultrapassou a relação do objeto de pesquisa e suas fontes, sobretudo, alcançou outra lógica de aproximação do museu versus comunidade. As fontes de pesquisa - os ferroviários – se tornaram efetivamente os protagonistas do processo.

Percebia-se essa relação quando alguns trabalhadores se identificavam com os espaços expositivos e outros contestavam veementemente. Durante a execução do projeto educativo, as manifestações giravam em torno de: - “O telégrafo não era aqui” ou - “Ali era a sala do chefe e não a sala de espera”, e vice-versa: - “Esse instrumento não pertencia à Estação de Joinville”. Todas as contestações eram recebidas e discutidas, afinal, a edificação havia passado por várias reformas, fases administrativas e a rotatividade dos espaços e ambientes de trabalho eram constantes. Por isso a necessidade dos ferroviários de identificar os lugares e objetos de acordo com suas lembranças emocionais.

A equipe de trabalho da Estação, nesse processo, ficava muito deslumbrada e afoita com os objetos trazidos e discutidos, e com uma ânsia histórica de estudar e

dominar logo as fontes e informações apresentadas. Isso de certa forma forçava uma percepção histórica e patrimonial requerida pela equipe aos ferroviários, o que se sabe, não aconteceu imediatamente. O processo é lento e para a equipe foi certamente uma aprendizagem, até porque, para a produção histórica em patrimônio, é necessário também o exercício da paciência.

Os objetos e as histórias também são colocados em compartimentos ora divididos pela memória, linhas e textos, como o caso das histórias contadas e memórias revividas, ora concentrados em prateleiras e vitrines museológicas. São os suportes da memória que fazem com que a existência tenha sentido, ou seja, se transforme em uma “[...] expressão objetivada da lembrança coletiva”. (CHAUI, 2006, p. 114)

Dessa forma, o trabalho que, por diversas vezes, era narrado como duro, insalubre e sem garantias trabalhistas, pelos ferroviários, era lembrado com o carinho e o saudosismo de uma profissão, hoje, quase em extinção. Sobretudo, perceber que “atrás de cada artefato há uma pessoa, ou muitas pessoas. Descobrir quem eram e como viviam é um fator fundamental para a experiência humanizante que nos é proporcionada pelos objetos do patrimônio cultural”. (HORTA, 1991, p.70)

O projeto *Encontros com a Memória*, nos moldes previstos pelo Setor de Educação da Estação da Memória, compreendia inúmeras etapas de desenvolvimento de pesquisas com desdobramentos sociais, como a criação de uma Associação de Amigos da Estação da Memória (Aema) e a implantação de um projeto de educação patrimonial em conjunto com a Secretaria de Educação do Município, em parceria com a Fundação Cultural de Joinville, destinado aos alunos do ensino fundamental, denominado Patrimônio Cultural Memórias e Oficinas:

[...] o setor de educação da Estação da Memória pretende apresentar ao corpo docente do município de Joinville novas possibilidades de entendimento sobre a educação patrimonial tangível e intangível, considerando os passos metodológicos de observação, experimentação e participação para uma nova leitura de objetos de valor histórico - patrimônio material: telégrafo; e patrimônio imaterial – *ofício* de telegrafista. Desta forma, pretende-se problematizar o que é patrimônio cultural? O que é tecnologia? O que é modernidade? O que é trabalho? O que são redes de informação e comunicação. Disciplinas correlatas: História; Geografia; Matemática; Física; Língua Portuguesa. (ESTAÇÃO DA MEMÓRIA, 2009, p. 3)

Infelizmente, esse projeto não foi concretizado! Nem tampouco, o projeto *Encontros com a Memória*, apesar das deferências em premiações nacionais, também não seguiu mais o escopo e estrutura programática elaborada pelo Setor de Educação Patrimonial da Estação. O Setor Educativo, por readequações administrativas e a implantação de outros interesses de gestão, também ficou comprometido. A equipe, composta por cinco estagiárias que auxiliavam diretamente o Setor, foi desfeita por conta de término de contrato e houve a transferência de uma educadora e uma monitora para outras unidades, gerando instabilidade profissional e divergência direta e contra a Gerência de Patrimônio

da Fundação Cultural de Joinville. Enfim, o trabalho que era realizado por um grupo de nove pessoas ficou resumido e sob a responsabilidade de duas profissionais – uma educadora e uma monitora. Em protesto, ambas solicitaram transferência, somente uma foi atendida.

Atualmente, o projeto na sua perspectiva original não existe mais. Os ferroviários continuam a caminhar pela plataforma da Estação, lembrando ainda os tempos de funcionamento e de trabalho na Rede, mas também rememorando os Encontros com a Memória, as atividades realizadas e o grupo de profissionais que coordenava o projeto. Na memória coletiva e individual, mais uma lembrança, agora, a de um trabalho não concluído. Por isso, a relevância desta reflexão, que por hora, incipiente, mas necessária para garantir o registro de um trabalho realizado.

Mudam gestões administrativas e projetos são destruídos ou são substituídos sem nenhum critério, ética e responsabilidade. Essa situação reflete impreterivelmente as concepções de um grupo ou de uma pessoa em detrimento ao desejo coletivo. Os equipamentos públicos culturais sofrem ingerências, abandonos e negligências administrativas.

Vê-se diariamente uma tentativa insana e desenfreada de “marcar a gestão”, e para isso é preciso atribuir para e nos espaços aquilo que reza o programa de governo, não os interesses do município. Os gastos e os orçamentos são muito maiores em publicidade do que em ações concretas voltadas para áreas de risco de preservação. No rol de prioridades de “gestão”, a cultura tradicionalmente está em último lugar.

Os discursos governamentais são fundamentados em referências administrativas do serviço privado para o público, em planejamentos estratégicos e organizacionais, mas infelizmente o que se vê, dentro da esfera pública, é a ausência completa de políticas que sejam gerenciadas de forma tripartite: o poder público, o poder privado e a sociedade civil organizada.

A ausência de coordenação técnica e planejamento, sobretudo, respeito ao trabalho especializado, faz com que os lugares de memória e projetos de educação e salvaguarda do patrimônio terminem ou caiam no esquecimento. Os espaços são criados ou inventados, mas não lhe são imputados a garantia de um funcionamento com estrutura técnica, física e administrativa.

[...] por mais que haja planos, projetos, programas e intenções se não houver trabalhadores não há execução de obra nenhuma. Porque se não há sentimento, não há comprometimento. Brecht tinha razão. No meio de tantos nomes, tantas construções, tantas datas e histórias existem inúmeros trabalhadores. E a homenagem vai para esses personagens, que muitas vezes são tratados em segundo plano, mas na verdade são de fato os verdadeiros protagonistas dessa viagem histórica. (SOUZA, 2010, p. 2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que ocorreu com os Encontros com a Memória e o trabalho técnico da Estação da Memória, não é um problema regional, mas é de forma deliberada, enraizado e estendido por todo o território nacional. Alguns problemas são de ordem menos complexa, e existem lugares onde há carência de políticas públicas, porém, além de mapear, registrar, inventariar e elaborar ações educativas de salvaguarda e difusão do patrimônio há de se colocar na ordem do dia as discussões públicas de salvaguarda do trabalho técnico.

No término dessa reflexão e à luz do 26º *Simpósio Nacional da ANPUH*, a criação de um Grupo de Trabalho Nacional de História e Patrimônio concretiza o desejo de organicidade dos historiadores em patrimônio para recompor a tentativa diária, não só de salvar o patrimônio e suas inúmeras modalidades, mas uma força-tarefa que seja capaz de resistir às agruras que a pesquisa e a salvaguarda do patrimônio impõem cotidianamente para garantir, também, a salvaguarda do trabalho do historiador.

O *Simpósio Temático Patrimônio Cultural: as Formas do Passado no Presente* provocou e contribuiu imensamente para o confronto de realidades e pesquisas distintas em patrimônio, educação e história. Essa publicação já é um dos resultados dessa organicidade pretendida pelo GT nacional e, principalmente, traduz o que de fato deve ser um Simpósio, um lugar não só de memórias, mas de propagação delas. Sobretudo, as inquietações trazidas foram registradas para que consigamos garantir as condições de aperfeiçoamento, inserção e pesquisa onde o patrimônio corre o risco do desaparecimento, mas também em áreas nas quais há interesses outros e não sociais e coletivos. A reflexão sobre a patrimonialização de bens, de invenção de lugares de memórias, de musealização de espaços e artefatos, de tombamentos e restauros de edificações, devem gerir e nortear trabalhos éticos e sérios no campo do patrimônio histórico e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 11.483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11483.htm>. Acesso em: 29 nov. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ESTAÇÃO DA MEMÓRIA. **Livro de Registros e Impressões**. Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 2008.

_____. **Patrimônio cultural**: memórias e ofícios: Projeto Núcleo de Educação Patrimonial. Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 2009.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônicas da Colônia Dona Francisca. Joinville: Letra d'Água, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Educação patrimonial**: comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre a Preservação do Patrimônio Cultural, 1991.

LEICHSERING, Edgar. Edgar Leichsering: depoimento. Barra Velha, [2009]. Entrevista

concedida a Giane Maria de Souza et al. Barra Velha.

MENEZES Suelen. Retratos: Rede Ferroviária, um patrimônio cultural. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, n. 62 jun./jul. 2010. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/62/pdfs/rd62not07.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

SOUZA, Giane Maria de. Patrimônio Cultural: Grupo de Trabalho. **Jornal A Notícia**, Joinville, 22 ago. 2011. Opinião, p. 36.

_____. 104 anos da estação ferroviária de Joinville: no lugar de transição, as memórias ficaram. **Jornal A Notícia**, Joinville, 8 ago. 2010. Caderno Anexo, p. 1-2.

_____. O Projeto Encontros com Memória e a educação patrimonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-9.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA, A IDEIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O OFÍCIO DO HISTORIADOR.

LUCÍLIA SIQUEIRA

[...] A história não é escrava da atualidade. [...] A história não é a memória [...]

Assim afirmava o manifesto *Liberté pour l'Histoire*,¹⁵ assinado por 19 historiadores franceses, em dezembro de 2005, contrários às chamadas “lois memorelles”. Entre eles, Françoise Chandernagor, Marc Ferro, Pierre Nora, Antoine Prost, Jean-Pierre Vernant, Paul Veyne e Pierre Vidal-Naquet insurgiam-se contra as leis que o Estado teimava em impor no sentido de regulamentar a memória: a primeira foi a Ley Gayssot, em 1990, que proibia o negacionismo, referindo-se à proteção da memória do genocídio dos judeus, do holocausto; a ela seguiram-se as leis que tratavam do genocídio armênio, do tráfico de escravos africanos na época moderna e, mais recentemente, os projetos para uma lei que garantisse a preservação dos aspectos positivos no trato da história da presença colonizadora francesa na África, principalmente na porção setentrional africana.

Mais de uma década antes desse manifesto, T. Todorov (2000), em 1992, em Bruxelas, fez uma conferência que depois foi amplamente divulgada, tendo sido publicada em várias línguas sob o título *Os Abusos da Memória*. Na ocasião, em Bruxelas, discutia-se a memória do Holocausto, e Todorov chamou a atenção para que a lembrança do passado seja tomada como emancipadora, que seja entendida na sua exemplaridade, isto é, que seja resguardada sua especificidade, mas que a lembrança de um acontecimento possa ser comparada a de outros acontecimentos e, assim, sem buscar comparar sofrimentos, possamos extrair lições do passado. Para Todorov (2000), há uma memória que paralisa porque apenas acentua a vitimização e há outra memória que afirma a transitoriedade do tempo, porque articula vários momentos históricos.

Em 2005, poucos meses antes de falecer, R. Koselleck, numa entrevista à *Revista de Libros* (FUENTES; SEBASTIÁN, 2006, p. 7), publicação da Caja de Madrid, perguntado sobre o que pensava acerca do revisionismo por que passava a memória da Guerra Civil Espanhola respondeu que, para essa memória, assim como para a do Holocausto, era preciso começar por estabelecer as diferenças, partir da ideia de que sempre haverá perspectivas distintas para mirar o passado, das quais, portanto, surgirão memórias diferentes.

Desde o último terço do século XX, vimos consolidar-se, felizmente, a participação de diversos grupos sociais na tarefa ampla e múltipla de construir conhecimento sobre o passado, nas diversas esferas da vida social. Como reclamavam Maria Célia Paoli (1991), Ecléa Bosi (1991) e tantos outros pensadores brasileiros, durante as últimas décadas do século passado, enquanto o país se redemocratizava, era preciso reconstruir a memória de grupos, antes invisíveis em nossa história, não apenas na sua relação com o poder, mas na

15 Disponível em: <<http://www.liberation.fr/tribune/0101551004-liberte-pour-l-histoire>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

visibilidade de suas ações e de seus projetos.

De lá para cá, algo mudou. Os historiadores já não têm o direito à memória dos grupos anteriormente marginalizados como sua plataforma precípua, como mostram o manifesto francês de 2005, a conferência de Todorov e a entrevista de Koselleck. Isso não quer dizer que não estejamos todos convencidos do valor dessa plataforma, mas, provavelmente, que a inclusão dos distintos segmentos sociais na memória social está dada como consenso; é preciso garantir que se efetive, mas já não se discute sua validade.

Ocorre que, ao invés de lutar pela memória, temos visto os historiadores alarmados com o excesso de memória, com o culto à memória, com o “the past is everywhere”, como mostrou D. Lowenthal (2003), no seu livro *The Past is a Foreign Country*.

Aqui pretendemos justamente examinar esse debate atual entre os historiadores acerca dos conhecimentos sobre o passado que circulam no nosso presente. Pretendemos fazê-lo por meio do exame de algumas situações nas quais a memória dos afrodescendentes no Brasil foi patrimonializada.

Sabemos que a ampliação do patrimônio - com a incorporação de expressões culturais veiculadas por meio de linguagens e suportes não consagrados, oriundas de grupos sociais anteriormente marginalizados – tem trazido decorrências de envergadura cada vez maior. Os órgãos públicos, acostumados a certas rotinas de patrimonialização, têm enfrentado dificuldades diante das especificidades inerentes a esses “novos” bens culturais. Mais ainda, a novidade representada pela proteção a essas expressões reverbera em muitas esferas sociais, pois tudo que requer salvaguarda atinge os interesses de outros setores; temos visto o patrimônio cultural provocar alterações no andamento de grandes obras públicas, no mercado imobiliário, nas políticas de distribuição de terras, na legislação ambiental, nas políticas de patente e nos direitos de autoria, nas atividades turísticas, nos conteúdos ensinados na escola, etc.

Podemos admitir que há três tipos de impasses que se apresentam ao historiador diante da patrimonialização do passado: primeiramente, um impasse de natureza histórica propriamente dita, num sentido mais positivo, isto é, o que aconteceu e o que não aconteceu no passado, discrepâncias entre o que o historiador afirma que tenha ocorrido no passado e aquilo que outro agente social pretende que seja patrimonializado; também pode se dar um impasse de natureza histórica no que diz respeito à interpretação do que ocorreu no passado, quando o historiador e outros agentes sociais concordam acerca do que aconteceu no passado, mas divergem no significado que atribuem a isso.

Uma segunda ordem de impasses, que podemos considerar para o historiador diante da patrimonialização do passado, é de natureza epistemológica, ou seja, discrepâncias entre o modo como o historiador concebe e maneja o tempo para construir conhecimento sobre o passado, e o modo como outros agentes sociais envolvidos no processo de patrimonialização do passado concebem e manejam o tempo. Dessa diferença na maneira de conceber e de lidar com o tempo resultam relações muito distintas com os vestígios do passado e, portanto, entre o passado e o presente. Voltaremos a isso mais adiante.

Na falta de expressão melhor, poderíamos considerar como de natureza “antropológica” um terceiro tipo de impasse para o historiador diante da patrimonialização do passado. Cremos que esse impasse atinge mais os antropólogos que os historiadores, pois se trata de diferenças na maneira de compreender as expressões culturais, de atribuir-lhes autoria, de distinguir – ou não – o material do imaterial, enfim, trata-se mesmo de diferenças no modo de conceber o que chamamos “patrimônio cultural”. José Reginaldo Santos Gonçalves (2009, p. 29), docente de Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisou as Festas do Divino Espírito Santo realizadas no Brasil e nos Estados Unidos pelos imigrantes açorianos. Examinando essas manifestações que envolvem arquitetura, culinária, música, rituais, religião, moralidade, etc., o antropólogo pede cautela para classificá-las como “patrimônio”, pois há diferenças fundamentais entre os agentes sociais nas noções de espírito, matéria, identidade, memória, representação, símbolo; cada uma delas tem significado diferente para padres, lideranças açorianas e intelectuais.

Sabemos que todo processo de patrimonialização é, na origem, um processo de alteração e ampliação do significado de um bem cultural que, além de existir no seu contexto original, passa a ter ressonância em contextos distantes do de sua comunidade geratriz. Por isso, por ter ou adquirir ressonância, por ir além de seu contexto original, todo bem cultural patrimonializado carrega múltiplos sentidos.

A Constituição de 1988, no artigo 216, enunciava: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.” Em seguida, o artigo n. 68, do Ato das Disposições Transitórias firmava: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”. No ano de 2003, o Decreto n. 4.887 regulamentou esse artigo 68. Depois de mais de uma década de discussões, para viabilizar o que na Carta Constitucional estava preconizado como *tombamento* e o referido aos *antigos quilombos*, chegou-se à formulação que a memória dos grupos formadores dessas comunidades, a memória de sua relação com o território em questão e a memória de uma experiência comum de resistência à opressão seriam os elementos que tornariam essas comunidades em remanescentes de quilombos; não mais numa linha de continuidade, de permanência no local desde os tempos da escravidão.

Em 2005, o Jongo do Sudeste recebeu o título de Patrimônio Cultural do Brasil. Segundo o Centro de Cartografia Unificada da Universidade de Brasília, os locais onde o jongo ainda é praticado coincidem com os das comunidades que pleiteiam ser reconhecidas como quilombos. Os pesquisadores têm apontado, inclusive, que a revivescência do jongo tem sido de grande ajuda no processo de reconstrução das memórias dos afrodescendentes – veja-se, como exemplo, o texto das professoras Hebe Mattos e Martha Abreu, no livro *Memória do Jongo* (LARA; PACHECO, 2007, p. 69-106).

Dar título de propriedade da terra às comunidades de afrodescendentes é, sem dúvida, uma política de reparação que não se fez à época da abolição. Mas, garantir que isso se faça em função de uma memória autoatribuída, estabelecer uma lei que reconhece

o valor do jongo como referência identitária para essas comunidades e a amplia tornando-a patrimônio de toda a sociedade brasileira, além de outras medidas que foram tomadas na última década em benefício da memória dos afrodescendentes no país, tudo isso, sim, configura uma política da memória que, indubitavelmente, deve ser festejada.

A Prof. Hebe Mattos (2008), no entanto, em análise das *Diretrizes Curriculares para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, alerta para as distorções que se podem operar a partir de algo que na origem é um grande avanço político e se constitui, também, em mais um elemento dessa nova política da memória: a obrigatoriedade de incluir conteúdos relacionados à história da África e das populações de africanos e de seus descendentes no Brasil no ensino de História. De acordo com a professora da Universidade Federal Fluminense, emerge nas recomendações, nas “diretrizes”, uma noção de identidade negra, herdeira da escravidão, e a ela vinculada, oposta a uma noção de identidade branca, diretamente vinculada a uma tradição europeia e dos senhores de escravos. Desprezou-se, portanto, a ideia da democracia racial, da miscigenação homogênea, mas, em lugar da pluralidade cultural – que é o tema-chave do que a política de memória pretende instituir -, estabeleceu-se uma ideia baseada em dualidades, nas polarizações de senhor/escravo, branco/negro, europeu/africano.

Segundo as pesquisas históricas da historiadora fluminense e segundo outros historiadores dos Oitocentos, não podemos mais entender a presença dos descendentes de africanos no país apenas remetendo-a à experiência escrava. Vejamos alguns exemplos.

Nos seus estudos sobre os projetos e discussões que antecederam nossa Constituição primeira, de 1824, Andréa Slemian, da UNIFESP, lembra que no texto jurídico nada se distinguia por cor; no Império do Brasil, o texto constitucional ocultava a escravidão. Ademais, nossa primeira Constituição integrava os ex-escravos e os libertos ao conjunto dos cidadãos. Essa decisão estava alinhada com o que havia de mais liberal na época e reforçava a distinção entre o mundo dos homens livres e o mundo dos escravos, trazendo para o campo dos livres todos os libertos ou os que tivessem nascido livres, quer fossem ou não fossem brancos. Assim, tornou-se possível separar os companheiros de cor, fazendo com que os que não eram brancos e pertenciam ao mundo dos livres não se identificassem com os escravizados que, por sua vez, vislumbravam como atraente a liberdade individual. Segundo a historiadora paulista:

E apesar das dificuldades que existiram aos ex-cativos no alcance dos seus plenos direitos de cidadania, cuja condição de ex-escravos os colocava numa situação peculiar que tendia a distingui-los socialmente – até mesmo pela marca da tez – a dissociação entre sua posição social e política de critérios raciais, como a que vingou na Constituição, fazia que os ditos direitos que compunham o universo dos cidadãos pudessem ser almejados no seu horizonte de expectativa. (JANCSÓ, 2005, p. 847)

Há mais de duas décadas, João José Reis, no magistral *Rebelião Escrava no*

Brasil, discutia se a rebelião que tomou Salvador naquele dia de festa santa, em janeiro de 1835, juntou, num mesmo grupo, os homens de mesma etnia ou de etnias afins, os homens de mesma cor negra contra o mundo dos senhores brancos, ou juntaram-se os homens de mesma religião de origem islâmica contra todos os demais.

Os conspiradores de 1835 provavelmente idealizaram seu projeto de rebelião levando em conta a divisão entre os homens livres e a insatisfação entre os escravos africanos. Estes últimos se caracterizaram por uma forte convergência em torno da identidade étnica que, apesar de dividi-los, constituía, paradoxalmente, uma das principais referências de ruptura com o mundo dos brancos. Com base nas raízes africanas, eles construíram uma nova cultura de resistência, no interior da qual o islamismo ganhou força. Identidades religiosa e étnica convergiram na mobilização, sobretudo, dos escravos, mas também dos libertos nagôs. No final do livro, o historiador traça as sinuosas linhas que dividiram a sociedade da Bahia no momento:

Embora divididos, os homens livres da Bahia eram muitos e, ao contrário dos escravos, estavam sempre unidos quando se tratava de pôr freios à rebeldia africana. O interesse em manter a escravidão funcionou como uma base estratégica de solidariedade entre ricos e pobres. Mas não apenas o interesse escravista contou. O fosso cultural e ideológico que separava brasileiros – inclusive escravos – e africanos escravos e libertos também definiu com alguma precisão os lados em conflito. Os laços de cultura e nacionalidade uniram contra os africanos os mais poderosos e os mais miseráveis dos brasileiros, mesmo os que não possuíam escravo algum, ou que eram eles próprios escravos. (2003, p. 545-546)

Keila Grinberg, docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, estudiosa dos aspectos jurídicos da escravidão no Império do Brasil, examinou uma centena de processos de reescravização, do século XIX, encontrados na Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Concluiu que os senhores que recorreram à justiça para manter a propriedade de cativos eram aqueles que não tinham forças para fazê-lo por si, isto é, eram homens de poucos recursos materiais para manter sua condição senhorial:

[...] o que a análise destes processos deixa entrever é que estas disputas envolvem pessoas de situação social muito próxima. São forros, ou descendentes daqueles tantos que lograram conseguir suas alforrias ao longo dos séculos XVII e XVIII. O que os distingue é a condição, ou melhor, a suposta condição de alguns, de livres, libertos ou escravos. Não é pouco, evidentemente. Mas trata-se de pessoas que frequentam os mesmos lugares, têm amigos em comum, falam a mesma língua.

[...] Se as pessoas que iniciam as ações de escravidão podem ser caracterizadas como *senhores*, são senhores de poucas posses. Da mesma forma, as pessoas a quem eles querem caracterizar como cativos, de fato, viviam como livres, agiam como livres, trabalhavam como livres. Impossível, à primeira vista, distinguir estes escravos dos livres. (GRINBERG, 2007, p. 12)

Hebe Mattos estudou os significados da liberdade no mundo escravista do sudeste cafeeiro durante o século XIX. Lembrava que no censo de 1872, para o Sudeste, mais da metade da população livre não era branca, isto é, no período imediatamente anterior à abolição (e para épocas até anteriores, em algumas regiões do Império) era grande o número de africanos e de seus descendentes que não eram escravos. A partir de processos-crime em que são narrados os assassinatos cometidos por escravos das *plantations* do Vale do Paraíba fluminense, Mattos afirma que uma comunidade escrava na grande propriedade formava-se sobre a diferenciação que os cativos operavam entre si e não sobre uma homogeneidade constituída na condição escrava. Os escravos que chegavam eram identificados com os atributos da escravidão, aquela da *plantation*, e os que estavam há mais tempo naquela propriedade, inseridos numa rede familiar e, inclusive, numa relação mais próxima com os livres da localidade, tendiam a se identificar com o mundo da liberdade.

[...] a gestação de relações comunitárias entre os escravos, no Brasil, significou mais uma aproximação com uma determinada visão de liberdade que lhes era próxima e que podia, pelo menos em teoria, ser atingida através da alforria, do que a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativo. A família e a comunidade escrava não se afirmaram como matrizes de uma identidade negra alternativa ao cativo, mas em paralelo com a liberdade. (MATTOS, 1998, p. 127)

De acordo com Hebe Mattos, eram os senhores que faziam a imagem da escravaria como grupo homogêneo; os cativos, por sua vez, afirmando-se na sua humanidade, viam-se como diferentes entre si e estabeleciam distinções e hierarquias a partir disso, o que não os impediu de fazer aflorar uma identidade escrava em inúmeras situações de agudização dos conflitos e de revoltas.

Cada um desses exemplos mereceria muito mais espaço para se explicitar com consistência. Contudo, o que buscamos salientar é que a pesquisa historiográfica, nas últimas décadas, tem mostrado que a condição jurídica de escravo ou de livre, em si, não esclarece muito sobre a experiência de vida no universo escravista do Império e no pós-abolição, como afirmou John French, em artigo publicado no livro *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*:

[...] livre e não-livre são categorias ambíguas na sociedade brasileira, na qual as delimitações não são fixas e os pequenos retrocessos em direção ao estigmatizado status de não-livre são constantes. Quer tenham sido ex-escravos, libertos ou nascidos livres, a vida dos trabalhadores rurais mudou apenas em aspectos limitados depois de 1888. (LIBBY; FURTADO, 2006, p. 81)

Antes da abolição, havia gente livre que não era branca e que vivia em condições de vida e de trabalho superiores aos brancos pobres. Houve descendentes de africanos que, depois de alforriados, tornaram-se senhores de outros escravos. Eram muito complexos os laços e as divisões que uniam e separavam os milhões de negros que viviam no Império

do Brasil, e as configurações de alianças e conflitos variavam conforme as condições, a época e as localidades.

Portanto, nem a condição jurídica e nem a cor, sozinhas, podiam revelar o lugar social do indivíduo no Brasil oitocentista, afirmam os historiadores. Com isso, não querem diminuir a força da escravidão ou dirimir seus horrores; ao contrário, querem mostrar que a dominação escravista estava bastante disseminada na sociedade; que a propriedade escrava também chegava aos senhores pobres e que outras relações de trabalho, supostamente contratuais, ainda se faziam em padrões escravistas, etc.

Para o assunto que temos em mente neste texto, no momento, retenhamos, então, que os historiadores não podem endossar visões do passado brasileiro que insistem na corroboração de uma identidade escrava para todas as situações, tampouco de uma identidade negra, ainda que reconheçam que essas noções têm valor para uso político, local e circunstancial.

De acordo com os resultados das pesquisas promovidas pelos historiadores, bem como de acordo com o documento da Associação Brasileira de Antropologia, de 1994,¹⁶ que fazia recomendações sobre como viabilizar o reconhecimento das comunidades que se pretendiam reconhecer como comunidades remanescentes de quilombos, é imperativo não estabelecer continuidade direta entre a escravidão e esses afrodescendentes da atualidade. Ao menos não devemos difundir esse nosso “novo” patrimônio – os “remanescentes” de quilombos – como “quistos” que sobraram do tempo da escravidão.

Num mundo ávido por reminiscências do passado, onde se cultua a memória em todas as esferas da sociedade, o historiador vê-se em meio a uma crescente demanda da indústria da memória. Toda a complexidade que exige o tratamento da questão da memória da escravidão e da memória dos afrodescendentes no Brasil implica que o historiador arrisca parecer conservador.

Segundo François Hartog (2003, p. 63), vivemos atualmente no presentismo. Na atualidade, o presente engoliu o passado e o futuro. A força do patrimônio no mundo ocidental contemporâneo, conforme Hartog, é sinal justamente do fato de que a sociedade está sedenta de um passado para este presente, um passado aonde se possa chegar mais por sensações do que pela narrativa. F. Hartog apresenta seu incômodo de maneira semelhante àquele que Todorov enunciava em *Os Abusos da Memória* (2000). O passado que se busca hoje não é o que possa provocar estranhamento, reflexão. O passado que se veicula na mídia, no turismo, na indústria do entretenimento, é aquele tempo que, com muita facilidade, pode se adequar à sintaxe do patrimônio; trata-se de um passado que emociona, que pode ser comprado, que pode ser exibido, que pode ser visto e tocado.

Nos *Anais do Museu Paulista*, Manoel Salgado Guimarães (2007, p. 14), no artigo *Vendo o Passado*, interrogava-se sobre como deve proceder o historiador que foi formado sobre a sólida ideia de que o passado tinha sua especificidade, de que não era redutível, de que não se podia abrir mão da alteridade do passado; como proceder, então, diante da

¹⁶ Redigido para o *Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos*, realizado em outubro de 1994. Sobre isso, ver: CASTRO (2006).

sociedade que deseja se encontrar no passado, nele submergir em experiências onde se crê estar no passado, ter a ele chegado?

No Brasil, ainda não chegamos – oxalá não cheguemos nunca – às “lois memorelles” da França. Ali, os historiadores pugnaram a liberdade de escrever a história que resultar de suas pesquisas; no manifesto que citamos na epígrafe, aludem claramente à imposição que as leis exercem sobre o que buscar e o que encontrar nas suas investigações.¹⁷ Aqui, o Estado apenas determinou que a memória dos afrodescendentes seja ensinada nas escolas do país e que algumas de suas manifestações culturais sejam preservadas; não se impuseram conteúdos para essa memória que se quer construir.

Cuidemos, então, para não incorrer na construção de um passado brasileiro onde os negros não estavam presentes nas praças, nos mercados, nas igrejas, nas escolas; estamos arriscados, se ignorarmos as pesquisas historiográficas, a consolidar uma memória dos africanos e de seus descendentes como uma gente que só podia estar em dois lugares: no eito ou no quilombo.

Comentando o texto do professor Manoel Salgado Guimarães, Ulpiano T. Bezerra de Meneses advertia que o passado tem perdido estatuto como vetor do patrimônio histórico. Isto é, cada vez mais o patrimônio tem deixado de se apoiar na história. Como afirmou Hartog (2003), já não é a história que informa o patrimônio; de acordo com o francês, o patrimônio, hoje, é a memória da história.

Os historiadores, como vimos, andam inquietos com tudo isso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das ‘Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana’: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.
- _____. Jongo: registros de uma história. In: LARA, Sívila; PACHECO, Gustavo. **Memória do jongo**: as gravações históricas de Stanley Stein (Vassouras, 1949). Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007. p. 69-106.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1987.
- CASTRO, Hebe Mattos. Terras de quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia (Orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 415-436.
- FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia (Orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 75-96.

FUENTES, Juan Francisco; SEBASTIÁN, Javier Fernández. Historia conceptual, memoria e identidad (I e II): entrevista a Reinhart Koselleck. **Revista de Libros**, Madri, n.111, p. 19-22, mar. 2006; n. 112, p. 6-10, abr. 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. Nova Série, v.15 n. 2, p. 11-30, jul.-dez. 2007.

GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 6, p. 4-13, nov. 2007. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=forum&edicao=6&conteudo=218>. Acesso em: 19 nov. 2011.

HARTOG, François. **Régimes d’historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

LIBERTÉ pour l’histoire. **Libération**, Paris, 13 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.liberation.fr/tribune/0101551004-liberte-pour-l-histoire>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Comentário XII. Visões, visualizações e usos do passado. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. Nova Série, v. 15, n. 2, p.117-123, jul.-dez. 2007.

PAOLI, Maria Célia. História e cidadania: o direito ao passado. In: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1991.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SLEMIAN, Andréa. “Seriam todos cidadãos?”: os impasses na construção da cidadania nos onalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005. p. 829-847.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

¹⁷ “[...] restringiram a liberdade do historiador, determinaram-lhe, sob pena de sanções, o que ele deve buscar e o que deve encontrar, prescreveram-lhe os métodos e os limites [...]”.

Disponível em: <<http://www.liberation.fr/tribune/0101551004-liberte-pour-l-histoire>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

MEMÓRIA DE PATRIMÔNIO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JONGO/CAXAMBU

LUANA DA SILVA OLIVEIRA

*“Se Manoel nasceu no Congo
Caxambu veio da Angola
Se vamos cantar jongo
É pra contar a nossa história”*

Jackson Douglas¹⁸

INTRODUÇÃO

A pesquisa que dá base para este artigo tem como título *“Barra do Pirai Ainda é Terra de Jongueiros: Patrimônio Familiar e Patrimônio Cultural entre Permanências e Transformações do Jongo no Sudeste”*, e é resultado de reflexões e investigações iniciadas no ano de 2005, quando conheci os grupos de jongo de Barra do Pirai. A partir de então, minha concepção de história e de fontes históricas mudou. Passei a entender com mais clareza as relações entre história e memória, a pensar em questões metodológicas e a fazer associações entre cultura e a construção de identidades. Também passei a observar como os sujeitos sociais reconstroem e *ressignificam* suas memórias, culturas e identidades, e as maneiras como as pessoas no presente leem o passado e o usam como instrumento de luta política na contemporaneidade.

Hebe Mattos (2005) coloca que uma das principais interações entre história e memória é que as duas se apropriam do passado e abordam historicamente o próprio processo de produção de memória. A memória é sempre construída no presente, por meio de suas variadas formas de expressão e materialidade, seja escrita, visual ou oral, permite ao historiador analisar diferentes fontes e abordagens do passado: é a partir da memória que o interpretamos e reconstruímos. Assim, o “Jongo no Sudeste” recebeu, em 2005, o título de Patrimônio Cultural Brasileiro, pois expressa, como todo bem cultural intangível, continuidades e transformações que se dão em função de questões políticas e identitárias vividas no tempo presente.

Trabalhar com a memória de jongueiros é trabalhar com uma memória subterrânea que por muito tempo foi silenciada. Entretanto, as lembranças silenciadas não foram esquecidas, foram transmitidas de uma geração para outra, oralmente. O silêncio tem razões bastante complexas, políticas e pessoais, e a fronteira entre o dizível e o indizível separa uma memória subterrânea de uma memória coletiva organizada. Conforme as circunstâncias ocorrem, há a emergência de certas lembranças, de acordo com Pollack (1989, p. 8), “o presente colore o passado”. A problemática principal desta pesquisa é demonstrar como a institucionalização do patrimônio imaterial traz o diferencial da garantia de direitos culturais por meio de políticas públicas. Porém, o patrimônio, os bens culturais patrimonializáveis em si, não dependem do título para se manterem vivos, e sim da sabedoria transmitida e cultivada nas bases familiares dos grupos e comunidades.

18 Jackson Douglas Américo da Conceição, jovem jongueiro do grupo Filhos de Angola, de Barra do Pirai, RJ.

Temos como campo de análise os grupos de jongo de Barra do Piraí. O município localiza-se na região das fazendas históricas do Vale do Paraíba, que se consolidaram em meados do século XIX, com a emergência do “período do café”. Utilizou-se a mão de obra escrava africana, sendo os negros bantos a maior parte da população cativa nos municípios de Piraí, Vassouras e Valença.

No cruzamento dos limites territoriais desses três municípios, devido à presença de duas importantes redes ferroviárias — a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Rede Mineira de Viação —, formou-se um destacado centro comercial que ganhava cada vez mais importância. Esse centro, localizado às margens do encontro dos rios Paraíba do Sul e Piraí, era formado pelos povoados de São Benedito e Nossa Senhora Sant’ana, e acabou se tornando um município a partir da grande influência da família Pereira do Faro e seus barões, o II e o III barão do Rio Bonito. O município de Barra do Piraí foi a primeira cidade emancipada no regime republicano, o que se deu em 10 de março de 1890.

Como foi dito, a localidade já se destacava por sua atividade comercial e, com a abolição dos escravos, em 1888, tornou-se uma opção de trabalho e de permanência dos libertos na região. Por isso, até hoje Barra do Piraí é um dos municípios com maior população negra do sul fluminense. Recebeu libertos de todos os municípios vizinhos que se encontravam falidos, devido ao fim da escravidão e ao declínio do café.

Na atualidade, sabemos da existência de três grupos de jongo na cidade que trazem como marca uma heterogeneidade na sua formação em relação às origens de seus componentes — o que configura uma situação propícia para a análise de memórias que estão acompanhando a mudança de status do jongo, que deixou de ser apenas um *patrimônio familiar* quando recebeu o título de *Patrimônio Cultural Nacional*.

Os três grupos de jongo de Barra do Piraí são o Caxambu do Tio Juca – comunidade do bairro Caixa D’Água Velha –, o Caxambu da Tia Marina – comunidade do bairro Boa Sorte – e os Filhos de Angola – comunidade do bairro Boca do Mato. Os grupos são compostos por variadas famílias, que se reuniram principalmente pelos seus laços familiares e também devido a uma proximidade de habitação. Entretanto, o elo entre ambos está na presença das pessoas mais velhas, os mestres, os anfitriões, os “guardiões da memória”.

No início da década de 1990, os grupos tomaram consciência de que as rodas de jongo estavam acontecendo com menos frequência e que muitas pessoas e famílias estavam se distanciando e deixando de participar por diversos fatores, como o preconceito, o falecimento de alguns mestres, as migrações para áreas urbanas, etc. Nesse momento, os grupos se juntaram, pois viram a necessidade de preservar e revitalizar o jongo nas comunidades em questão. Por serem descendentes de antigos jongueiros e por acreditarem e gostarem muito do jongo, passaram, com o auxílio da animadora cultural¹⁹ Elza Maria

19 A animação cultural foi um dos princípios da educação proposta por Darcy Ribeiro na implementação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) no governo Brizola. O papel desses educadores nas escolas é ligado à parte recreativa, com atividades culturais, de artes, teatro e música. No contexto de sua criação, no primeiro mandato do governador no estado do Rio de Janeiro (entre 1983 e 1987), os animadores culturais estavam comprometidos com uma intervenção social nas comunidades e se envolveram com os movimentos dos então grupos folclóricos. Daí, a participação e aproximação dos animadores culturais com grupos de jongo, Folia de

Paixão Menezes, a se apresentar publicamente e a frequentar novos espaços para divulgar e fortalecer os grupos.

Em 2007, fundaram a Associação Cultural Sementes D’África, a partir da necessidade de organizar formalmente a prática do jongo na cidade de Barra do Piraí. Até então, os três grupos da cidade vinham atuando conjuntamente, mas não estavam organizados enquanto associação, não tinham um estatuto e um registro. Essa formalização se deu pelo crescente movimento gerado pela indústria cultural, pelas possibilidades geradas por editais públicos no campo da cultura e pelo reconhecimento obtido com o título de patrimônio.

Para estar inserido nesse contexto, para efetivar uma atuação oficial, muitos grupos da sociedade civil estão se organizando em associações e tornando-se pessoa jurídica, com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ. Essa institucionalização de grupos tradicionais e a criação de políticas públicas específicas para suas comunidades estão suscitando debates sobre algumas questões políticas, econômicas e sociais.

Dessa maneira, temos o intuito de acompanhar a formalização de demandas sociais e políticas por um passado e uma memória, por direitos de memória e políticas de reparação. Nesse novo momento em que há a emergência do patrimônio imaterial, as manifestações culturais deixam de ser vistas sob a perspectiva dos folcloristas, que as consideravam algo genuíno e fadado ao fim, e passam a ser entendidas a partir das ciências sociais, que as enxergam como forma de legitimação política. É importante deixar bem claro que a eleição dos bens de patrimônio cultural de uma nação é uma operação política relevante para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comum. (ABREU, 2007)

Por isso, ao trabalhar com uma manifestação cultural popular, percebemos a relevância de se discutir PERMANÊNCIAS e TRANSFORMAÇÕES. Entendemos esse binômio por meio de uma relação de interdependência entre os polos. Para permanecer é preciso se transformar, e para se transformar é preciso ter uma base fundamental para “legitimar” tal transformação, que é inevitável com o passar do tempo, por estar relacionada com as dinâmicas mudanças da vida em sociedade. Tal constatação também põe em discussão o embate que existe entre tradição e modernidade.

O fator da permanência está diretamente ligado à ideia de tradição que, na concepção do folclore e da história cultural tradicional, é restrita à transmissão de objetos, práticas e valores, de geração para geração, não sendo consideradas as transformações que a concepção de cultura popular e a “nova” história cultural consideram. A ideia de cultura popular, por mais limitado que seja esse conceito, nos mostra que esse campo permanece em disputa, estando além do nosso controle. A cultura é o lugar do conflito, e falar em cultura popular é destacar o conflito, sendo que essa não é determinada pelas práticas, mas pelos sujeitos sociais que a praticam. (ABREU, R., 2003)

As transformações, então, são resultantes da luta contínua que se dá entre

Reis e outras manifestações culturais populares associadas ao folclore brasileiro.

aceitações e resistências colocadas de acordo com os contextos históricos. Essas aceitações e resistências fundamentam todas as relações sociais que envolvem o universo de atuação das comunidades jongueiras e marcam os conflitos que existem em torno da tradição. Os conflitos estão presentes principalmente dentro dos grupos, mas também entre diferentes grupos e com os que estão de fora. É, a partir da concepção de tradição, que os grupos assimilam as formas como são vistos e como eles próprios vêem o seu patrimônio. É nesse sentido que analisaremos o jongo, considerando seu inventário constituído por HISTÓRIA, MEMÓRIA e IDENTIDADE, sendo todas essas categorias construídas historicamente e possuidoras de permanências e transformações.

Então, por se tratar de uma manifestação cultural popular que hoje é classificada como patrimônio cultural brasileiro, o jongo sempre esteve vulnerável à interferência de influências externas. Dessa forma, mostrar sua continuidade na sociedade atual da região do sul fluminense é relevante por trazer à tona rastros da escravidão e a evidência de uma luta política dos afrodescendentes no campo da cultura.

Constatar a continuidade, nos tempos atuais, de uma prática cultural como o jongo, que supera os períodos de repressão, as tentativas de aniquilamento e as previsões de seu fim — uma vez que era visto de maneira pejorativa e até mesmo “demonizada”, como parte de uma cultura inferior —, contribui para a reescrita da História. Além de pôr em foco a situação das comunidades jongueiras e colaborar, a partir de uma divulgação e explicação de suas origens e trajetórias, para a abertura de caminhos que possam contribuir diretamente para sua sustentabilidade e para a autoestima de seus praticantes.

MEMÓRIAS DO PATRIMÔNIO FAMILIAR

*“Eu sou semente da África
Terra que deus criou
Terra de gente sofrida
Mas gente com muito amor”*

Paulo Otávio Rosa²⁰

O processo de patrimonialização oficial do jongo é vivenciado de formas distintas entre os membros dos grupos e comunidades jongueiras. No grupo que forma a Associação Cultural Sementes D’África de Barra do Piraí, foco da nossa análise, realizamos dez entrevistas com diferentes participantes e quando perguntamos sobre o título de patrimônio e o que isso significa, tivemos respostas extremas. Seis pessoas sabiam do título, variando a precisão da informação. Duas sabiam do título, mas não sabiam falar sobre ele, e duas não sabiam nada. Segue abaixo a explicação dada pela liderança política do grupo, Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa:

- O que você entende por patrimônio? O que é patrimônio?

- Eu acho que patrimônio é uma coisa que é nossa, é da nossa nação, é do nosso

país, é da nossa família, eu acho que é nosso. É uma coisa que é nossa e eu não posso falar nosso, meu, é nosso do povo brasileiro, é nosso coletivo e que a gente precisa cuidar. Como você cuida de uma planta que você tem, tem que estar sempre regando ela pra ela ficar verdinha. Eu acho que isso aí que a gente está tentando fazer.

- Você acha que mudou alguma coisa no grupo quando o jongo ganhou o título de patrimônio?

- Olha, eu acho que o que mais a gente ganhou até hoje, foi um pouco mais de respeito, sabe. Porque eu já tive dias de estar cantando e batendo em algum lugar e as pessoas rindo e debochando da gente, entendeu. Outros fazendo comentários maldosos, falar que a gente está pulando feito macaco e não sei o que. Eu passei por tudo isso.

- Hoje você não passa mais?

- Graças a Deus não. Eu acho que a gente ganhou respeito e um pouco mais de auto-estima. Muitas pessoas, inclusive meu netinho, tem orgulho de falar: “eu sou jongueiro”. Porque antigamente todos tinham vergonha de falar que sabiam o que era jongo, que gostavam de jongo e que era jongueiro, isso pra gente é muito importante.²¹

Essas respostas possibilitam muitas interpretações. Primeiro, fica claro o discurso dessa líder e o quanto ela acompanha as questões políticas do patrimônio. Segundo, que o patrimônio está associado à família.

O QUE É O PATRIMÔNIO FAMILIAR NO JONGO

A ideia que sustentamos aqui é de que há uma relação dialética de manutenção entre o patrimônio oficial e o patrimônio familiar. Ao falar em “patrimônio familiar” se faz necessário definir o que significa família para as comunidades e grupos em questão, pois a família colocada aqui, não necessariamente está vinculada às relações de parentesco, esse aspecto é destacado por Mintz e Price em seu livro “*O Nascimento da Cultura Afro-Americana*” (2003).

Embora os antropólogos, pagando um preço considerável, tenham finalmente aprendido que não é bem assim, muitos historiadores talvez ainda não estejam cômicos das implicações dessa reificação. Por exemplo, na Afro-America, a unidade “familiar” não precisa, de modo algum, corresponder à “família”, como quer que esta seja definida. É comum, por exemplo, que grupos domésticos (aqueles que juntam seus recursos econômicos, dividem a responsabilidade pela socialização dos filhos etc.) abarquem várias famílias, que a composição de família seja determinada por outros fatores que não o parentesco, e assim por diante.

20 Jongueiro do Grupo Caxambu do Tio Juca e membro da Associação Cultural Sementes D’África.

21 Entrevista realizada com a vice-presidente da Associação Cultural Sementes D’África, Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa, realizada no dia 29/01/2010, em Barra do Piraí, RJ.

Dentro do jongo, a partir das relações de aprendizagem intergeracional que se estabelecem, os mais velhos, por serem mais experientes, detentores da sabedoria e das práticas, são muito respeitados e referenciados como mestres, o que nos remete à tradição africana de culto ao ancestral. A representatividade dos mestres é tanta entre os jongueiros, e o jongo é algo tão presente na vida construída, que os laços ganham uma conotação familiar, o convívio, o respeito e a admiração fazem com que muitos sejam chamados de tio, tia, irmão e até pai, mesmo sem haver laços biológicos. No trabalho citado acima, também há explicação para o uso dessas denominações:

Diante da ausência de parentes verdadeiros, mesmo assim eles modelaram seus novos laços sociais nos do parentesco, muitas vezes tomando emprestados os termos de parentesco de seus senhores para rotular as relações com seus contemporâneos e com as pessoas mais velhas “mano”, “tio”, “títia”, “vovó” etc. (MINTZ; PRICE, 2003, p. 93)

Para entender melhor como se dá a formalização dessas relações familiares que compõem patrimônios, buscamos fazer uma análise sobre as comunidades jongueiras de Barra do Piraí. O foco dos depoimentos analisados, como foi dito, está nas lideranças políticas, nos mestres e em pessoas atuantes e participativas nos grupos. Podemos destacar Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa, atual líder e vice-presidente da Associação Cultural Sementes D’África; Cosme Aurélio Medeiros, liderança e presidente da referida associação, Adriane Ivanine Faria Rosa, filha da líder e jovem atuante; Sérgio Belarmino, jongueiro responsável pelos tambores do Grupo Filhos de Angola, entre outros. Os mestres vivos, que são referências jongueiras em Barra do Piraí, são José Gomes de Moraes – Tio Juca – e Marina Leite Adelino – Tia Marina.

Ao trabalhar com a memória, um fator que sempre deve ser considerado é o seu caráter seletivo. Fernando Catroga (2001, p. 20) discute essa característica e acrescenta sobre a memória: “ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero *registro*; mas é a retenção afectiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”.

Outra relevante questão que o autor coloca, é a memória do eu como sendo sempre, em primeira instância, uma memória de família. “E é a este nível que melhor se poderá surpreender os laços que existem entre *identificação*, *distinção*, *transmissão* e a sua interiorização como *norma*: recorda-se o espírito de família, porque é necessário preiteá-lo, retransmiti-lo e reproduzi-lo” (CATROGA, 2001, p. 27). A partir desses aspectos, podemos pensar os pontos de jongo e os relatos memoriais dos jongueiros, para relacionarmos passado, presente e expectativas de futuro a partir da evidência do título de patrimônio cultural brasileiro.

Nesse sentido, assim como a memória, a identidade também depende das formas históricas em que as fronteiras entre nós e os outros se constroem, se reproduzem ou se modificam, sendo historicamente construídas e relacionais, em suma, um produto social. Stuart Hall (1996) propõe pensar a identidade como uma “produção” e não como um

fato, estando sempre em processo. Por não serem fixas, as identidades culturais sofrem transformações constantes, até porque são constituídas também pelo poder e as relações que ele estabelece. Então, para os jongueiros que sempre vivenciaram um patrimônio familiar receber um título do Estado e passar a compor a lista de bens culturais que identificam o Brasil deve ser um fator novo que vai, de alguma forma, influenciar na permanente construção de identidade dos grupos em questão.

Antes de começar a falar dos grupos, é importante definir algumas categorias que usamos com recorrência e que ajudam a ter noção da “estrutura” que organiza as comunidades jongueiras. Para isso, nos basearemos no Relatório da Oficina de Organização Comunitária, realizada pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, em 2008, com as comunidades da Região Sul Fluminense (Angra dos Reis, Barra do Piraí, Quilombo São José/Valença e Serrinha/Rio de Janeiro).²² Essa oficina é articulada a partir do eixo Capacitação das Ações, previstas pelo projeto do Pontão.

A partir do primeiro tópico pautado nessa oficina: conceitos e ideias no debate sobre organização comunitária nas comunidades jongueiras, comunidade, grupo, líder e mestre, pretendeu-se estabelecer como os grupos entendem essas categorias. As definições que seguem abaixo são construções coletivas:

Comunidade: É um grande núcleo de pessoas, onde existem diversos grupos, que necessariamente não precisam ter objetivos parecidos. Porém, não existe nenhuma comunidade sem grupo.

Grupo: Algumas pessoas que se reúnem para fazer determinadas funções, projetos, etc., para a melhoria da comunidade.

Líder: Exerce a liderança, é o comunicador. Uma pessoa responsável e sua função é organizar o grupo.

Mestre: Pessoa mais idosa da comunidade e que possui o conhecimento e passa esse conhecimento para toda a comunidade.

GUARDIÕES DA MEMÓRIA: HISTÓRIA DOS MESTRES

Os três grupos de jongo de Barra do Piraí são caracterizados por laços familiares e a partir dos bairros que seus integrantes moram, localizados na periferia da cidade. O grupo *Caxambu da Tia Marina* tem como núcleo o bairro Boa Sorte. O nome do grupo é em homenagem a mestre jongueira Marina Leite Adelino, senhora de 90 anos, nascida em 22 de maio de 1920, na Fazenda de São José, no distrito de Conservatória. Mudou-se para

²² A oficina foi realizada nos dias 18, 19 e 20 de julho de 2008, em Santa Isabel/Valença, no Colégio Estadual Dr. Guilherme Milward.

a cidade com a família quando perderam o espaço de produção na fazenda e a atividade da pecuária foi fixada como principal. Diz ter conseguido comprar o terreno onde fica sua casa com o trabalho de lavadeira, cozinheira e a ajuda do marido.

O *Caxambu da Tia Marina* é um grupo conhecido e respeitado em Barra do Piraí. A mestre tem uma grande representatividade, sendo a jogueira mulher mais velha da região, seus pontos de jongo são caracterizados por uma beleza que relaciona poesia e história. Sua memória tem como traço forte a emoção, não relata tanto fatos e datas, mas conta de uma maneira emocionada o que viveu no passado, as recordações de um tempo que diz ter sido de “fartura” e lembranças que são ricas em sentimentos. Um exemplo o belo ponto de jongo: “Baixa, baixa limoeiro/ Que eu quero apanhar limão/ Eu quero tirar uma nódua/ que eu trago no coração/ A nódua do coração/ Não se tira com limão/ É tirada com dois abraços/ E dois apertos de mão”.

Inicia suas rodas de jongo com um chapéu na mão, saravando, saudando o público: “Com meu chapéu na mão/ Saravá todo povo que tá aí/ Saravá todo povo que tá aí”. Conta das transformações do jongo e enfatiza a importância da participação das crianças nos dias atuais para a continuidade da tradição, diz que antigamente não era assim e canta: “Joguei meu limão pra cima/ Parei num canivete/ Em conversa de adulto/ Criança não se mete”.

O jeito que Tia Marina canta o jongo é bem peculiar, tem uma musicalidade que marca seus pontos, fazendo sons entre um verso e outro que dão um tom bem africano às suas músicas. É também chefe da ala de baianas de uma escola de samba do seu bairro, já foi enredo de uma outra, e sua fama faz com que nas rodas das quais participa, os líderes mais jovens cantem: “Plantei graminha/ Nasceu bambu/ Saravá Dona Marina/ Rainha do Caxambu”.²³

Tia Marina se sente honrada por hoje ser procurada por músicos e pesquisadores que querem saber da sua trajetória e do seu conhecimento sobre a música negra, algo que passou a acontecer há uns quinze anos. A família sempre praticou o jongo, mas antigamente e ainda hoje, só que em menor proporção, sofrem com o preconceito e a discriminação. Devido à presença dos tambores e à forma dos cantos e danças, a manifestação foi e é relacionada à macumba, dentro de uma visão pejorativa e preconceituosa. Essa constatação, não se restringe apenas ao grupo *Caxambu da Tia Marina*, mas a todos os grupos da cidade, sendo que temos relatos parecidos em todas as comunidades jogueiras do sul e do sudeste fluminense.

Por questões internas, o grupo não participa das ações e atividades de Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. A liderança mais jovem, que é a filha da Tia Marina, Rosângela Santos e o seu esposo Daniel Santos, não quiseram assumir responsabilidades formais dentro de uma associação e um estatuto, preferem restringir a atuação do grupo a eventos para os quais são convidados e a festas que promovem no bairro e na casa dos

²³ Todas essas informações foram tiradas de uma entrevista realizada pela equipe do projeto “Jongos, Calangos e Folias”, no dia 16/05/2005, em Barra do Piraí. A entrevista está disponível no ACERVO UFF Petrobrás de Memória e Música Negra: <www.historia.uff.br/jongos/acervo> .

familiares. Possuem um forte vínculo com a Associação de Moradores e com a escola de samba do bairro, assim como com os projetos e ações que esses desenvolvem.

Estiveram junto aos outros dois grupos durante algum tempo, quando a animadora cultural Elza Maria da Paixão Menezes fazia um movimento de articulação e divulgação do jongo, momento em que esses grupos passaram a frequentar Encontros de Jogueiros e a participar da Rede Memória do Jongo. Entretanto, com a evidência do título de patrimônio imaterial e a necessidade de uma organização mais séria, que levou à criação da Associação Cultural Sementes D’África; o grupo *Caxambu da Tia Marina* não quis permanecer nesse movimento e preferiu continuar com atividades paralelas.

Os outros dois grupos são o *Caxambu do Tio Juca* e *Filhos de Angola* também muito antigos na cidade. O primeiro tem esse nome em homenagem ao seu mestre, José Gomes de Moraes, senhor de 89 anos, nascido em 9 de outubro de 1920, na Fazenda Taquara, em Barra do Piraí, vive há muito na comunidade do Morro da Caixa D’Água Velha. O outro grupo tinha como mestre o senhor Dorvalino de Souza, grande amigo do Tio Juca, que morreu no ano de 2000, e deixou seu grupo, no Bairro da Boca do Mato, fortalecido e articulado com os demais. Atualmente, são esses dois grupos que formam a Associação Cultural Sementes D’África e representam a cidade de Barra do Piraí no inventário do Iphan.

Diferente de Tia Marina, Tio Juca apresenta uma memória impecável em relação a detalhes de datas e fatos, nome das pessoas e acontecimentos marcantes para o país, região, cidade e para o jongo. Grande conhecedor de jongo, ele apresenta uma narrativa contextualizada. Teve a oportunidade de estudar quando ainda morava na Fazenda, era o filho caçula, e foi funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, tendo se aposentado como auxiliar de escritório. Aprendeu o caxambu, como o jongo também é chamado, com o pai, mas não conseguiu que nenhum dos seus filhos ficasse com o seu lugar; eles cantam e dançam, mas não quiseram ficar com o caxambu para eles.²⁴ Por isso, escolheu sua sobrinha, Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa, para ficar com essa responsabilidade; ela herdou da família a tradição do jongo e tomou a função de líder como uma missão.

Eva Lúcia nasceu em 14 de abril de 1957, no Morro da Caixa D’Água Velha, em Barra do Piraí. Filha de José Rodrigues de Faria e Thereza Guilhermina de Moraes Faria, foi a quarta a nascer de uma família de doze irmãos. Não conheceu os avós maternos, apenas o avô paterno. A família do seu pai era de Minas Gerais, da Fazenda Santa Clara, localizada na cidade de Santa Rita de Jacutinga, próxima à divisa com o estado do Rio de Janeiro. O seu pai, assim como seu avô materno, mudou com a família para o município para trabalhar na ferrovia.

O encontro dessas famílias que tinham a prática do jongo/caxambu, no espaço da cidade, ocasionou a formação de núcleos jogueiros e a possibilidade da sua manutenção. Desse modo, Eva Lúcia foi criada nas rodas de caxambu e bailes de barraca que sua família

²⁴ Todas essas informações foram tiradas de uma entrevista realizada pela equipe do projeto *Jongos, Calangos e Folias*, no dia 17/05/2005, em Barra do Piraí. A entrevista está disponível no ACERVO UFF Petrobrás de Memória e Música Negra: <www.historia.uff.br/jongos/acervo> .

frequentava e organizava. Desde criança, se interessou pela prática e se consolidou como jogueira respeitada por meio de uma convivência intensa com muitos mestres antigos da cidade e da região.

Além de cantar, tocar e dançar, Eva Lúcia confecciona tambores. Esse *ofício* não foi herdado da mãe ou avô, eles não tinham esse conhecimento, para a nossa surpresa. Ela aprendeu a confeccionar o tambor grande e o candongueiro com outro jogueiro, um amigo de sua mãe. Da mesma forma, aconteceu com o próprio jongo, que diz ter aprendido com todos os jogueiros:

- E sua mãe também sabia fazer o tambor?

- Minha mãe não sabia fazer o tambor, minha mãe cantava, minha mãe dançava, minha mãe batia, mas ela não sabia fazer o tambor.

- E com quem você aprendeu?

- Eu aprendi com um outro companheiro dela que fazia e me ensinou quando eu era criança. Era o S. Paulo e ele era lá de Ipiabas, eu aprendi com ele.

- E o jongo você aprendeu com ela (com a mãe)?

- O jongo eu aprendi com todos eles, porque por ela cantar e frequentar a roda de jongo e eu sempre fui atrás dela desde muito criança. Então, eu cresci com todos eles, todos os jogueiros aqui dessa região eu conheci, a maioria deles eu conheci, conheci todos eles. Então, meu estilo de cantar, de bater, assim tem um pouco de cada um. Sabe, cada gesto, cada toque, cada jeitinho de cantar

que eu achava bonito, que eu via de um, eu ia pegando. Então, em

tudo que eu faço tem um pouquinho de cada um deles.²⁵

Essa ideia de aprendizado no coletivo reforça nossa concepção de que a relação estabelecida pela manifestação cultural é uma relação que forma uma grande família. A referência não é só do pai, da mãe ou dos tios biológicos, a referência é dos que se destacam como mestres, como os grandes conhecedores e sábios, esses são respeitados e referenciados como familiares.

Toda sua narrativa e discurso ocupam boa parte das análises utilizadas na pesquisa, e demonstram uma trajetória muito consciente e inteirada quanto às questões do título de patrimônio cultural do jongo e o desenvolvimento de políticas públicas no campo da cultura. Ela explica sobre a formalização dos grupos como uma associação:

- Quem são as pessoas que participam da Associação Cultural Sementes D'África?

- Bom, na verdade, desse grupo... Eram três grupos, Tia Marina, Tio Juca e Filhos de Angola, quando nós fomos tombados como patrimônio imaterial, sentiu-se a necessidade de ter uma coisa mais sólida, então nós buscamos fundar uma associação com os três *grupos*, Tio Juca, Tia Marina e Filhos de Angola. Só que o grupo Tia Marina no momento dessa fusão, eles não tinham amadurecido bem a ideia de se firmar como grupo estabilizado. Então, eles não quiseram firmar com a gente, eles preferiram esperar mais um pouco, não tinham certeza ainda. Então, formou apenas dois grupos Filhos de Angola e Tio Juquinha. Alguns componentes do Filhos de Angola se uniram ao Tio Juquinha e no grupo ficou basicamente alguns parentes que são da minha família mesmo, muitos dos componentes são da minha família, e alguns são da Boca do Mato, componentes do antigo grupo Filhos de Angola que se uniu ao do Tio Juquinha. Atualmente, nós somos muito unidos, praticamente todo mundo é quase parente de todo mundo, na verdade nós somos irmãos, por que a gente se entende, a gente briga, concorda, discorda, mas o jongo é uma família.²⁶

Esse breve histórico da relação dos grupos coloca em evidência o título de patrimônio imaterial conferido pelo Iphan como o principal incentivo para a fundação da Associação. A entrevistada diz que precisavam ter “uma coisa mais sólida”.

Conta que a Associação significou um momento de fusão dos três grupos, mas que o grupo da Tia Marina não quis participar. Essa fala é recorrente em outras conversas e entrevistas. Entendemos essa opção do grupo Tia Marina como um direito que deve ser respeitado; não podemos associar somente, como é colocado por Eva Lúcia, ao não amadurecimento ou a falta de compromisso, é uma escolha que nos mostra que existem outros caminhos e que há uma disputa entre os grupos. Nem todos querem estar formalizados e participar das propostas do Iphan. Eles têm o mesmo direito, também são portadores da prática cultural, mas podem não querer se inserir na salvaguarda oficial e continuar com o seu bem por meios próprios, reforçamos, é uma opção.

A resposta da entrevistada é concluída com o relato de que os componentes que se mantiveram unidos formam uma família, todos se consideram parentes, há uma relação de irmandade. Entre entendimento, brigas e discordâncias, eles consideram o jongo uma família. Dessa forma, mais uma vez, fica claro que a conotação familiar desse patrimônio é colocada à frente de tudo. Para os jogueiros, eles são portadores de um patrimônio familiar que é transmitido de geração em geração, por meio de um convívio cotidiano. A família aparece aqui, como nos referimos acima, com uma amplitude que não depende de parentescos sanguíneos.

Dessa forma, podemos destacar um diálogo entre tradição e modernidade, a necessidade de manutenção da prática cultural e a necessidade de transformação em alguns aspectos para que continue fazendo sentido. Porém, esse diálogo não é simples, como podemos acompanhar pela trajetória dessa líder e os dilemas que ela nos expôs. Sua ideia de tradição pode ser observada quando afirma os princípios e elementos ritualísticos do

²⁵ Entrevista realizada com a líder jogueira e vice-presidente da Associação Cultural Sementes D'África, Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa, realizada no dia 15/3/2011, em Barra do Pirai.

²⁶ Entrevista realizada com a vice-presidente da Associação Cultural Sementes D'África, realizada no dia 29/1/2010, em Barra do Pirai.

jongo/caxambu. E a de modernidade pode ser identificada quando considera a necessidade de assumir um formato oficial, de fazer alianças com parceiros e intelectuais. Demonstram entender que só com o apoio do poder público conseguirão consolidar o trabalho que desenvolvem, um trabalho que é cultural e educativo e de extrema importância para a reescrita da História do Brasil, uma vez que a diversidade cultural está em foco e os personagens e as práticas negras precisam ser valorizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATRIMÔNIO COMO PROCESSO

“Saravá jongueiro velho
Que veio pra ensinar
Que Deus dê a proteção
Pro jongueiro novo
Pro jongo não se acabar.”

Jéferson Alves de Oliveira²⁷

Sabemos que o maior desafio para a implementação do campo do patrimônio imaterial é a ampliação da noção de salvaguarda. Pois essa, não se restringe apenas a medidas oficiais, administrativas ou técnicas, e/ou de disponibilidade de recursos financeiros, envolve muitos outros fatores que escapam ao controle da ação estatal.

Entretanto, é inegável que esforços conjuntos, do poder público, de instituições e das comunidades, contribuem para a continuidade de manifestações ameaçadas por fatores como: “processos intensos de migração e crescimento urbano, pelos efeitos da comercialização e do turismo, e, sobretudo, pelo impacto de novos valores, principalmente entre jovens, com o consequente enfraquecimento da cadeia de transmissão da herança cultural”.

A história do jongo em Barra do Piraí demonstra uma trajetória que é iniciada no período da escravidão e perpetuada no pós-abolição. A prática cultural foi, por muito tempo, marginalizada e silenciada, isso só mudou com aproximação e articulação com mediadores, pesquisadores e intelectuais que se interessaram pelo jongo/caxambu e o divulgaram para a sociedade em geral; até a entrada e o diálogo com essas “*peessoas-chaves*”, o jongo estava restrito aos jongueiros.

Dessa articulação, composta por negociações e conflitos, permanências e transformações, chegaram à conquista do título oficial de *Patrimônio Cultural Brasileiro*, pelo Iphan, e assim passaram do silêncio ao reconhecimento e valorização. Entretanto, novos desafios estão sendo colocados e, mesmo com um novo status, a manifestação cultural e seus agentes, continuam passando por dificuldades e preconceitos. Essa longa página da história, apenas começa a ser virada, pois ainda falta muito para se chegar a um contexto de igualdade de oportunidades e condições.

A pesquisa evidenciou que a herança cultural do patrimônio do jongo, foi

transmitida por meio de uma base familiar específica, constituída por uma noção de família estendida, que não se restringe a laços sanguíneos. Estabelecemos categorias de referência para entendermos a organização e estrutura da manifestação cultural. Com a definição coletiva de *comunidade, grupo, líder e mestre*, chegamos a um histórico contextualizado e abordamos memórias que reconstróem um passado de lutas, um presente de desafios e a expectativa de um futuro mais digno.

Nossa problemática principal é demonstrar como a institucionalização do patrimônio imaterial busca alcançar o diferencial da garantia de direitos culturais através de políticas públicas. Porém, o patrimônio cultural, os bens culturais patrimonializáveis em si, não dependem apenas do título para se manterem vivos, mas também, e principalmente, da sabedoria transmitida e cultivada nas bases familiares dos grupos e comunidades. Entretanto, na conjuntura atual, a partir das lutas e conquistas estabelecidas, o apoio do poder público é legítimo e necessário.

Desse modo, a pesquisa buscou contribuir para a reescrita dessa história e para a valorização desses jongueiros, agentes culturais que constroem sua identidade, a partir de uma constante luta por direitos culturais e de memória, para a sua valorização e melhores condições de vida. A conquista do título de *Patrimônio Cultural Brasileiro – Jongo no Sudeste* – e a entrada para o campo das políticas públicas representam a possibilidade de continuidade dessa trajetória de resistência por meio de novas frentes institucionalizadas. Para finalizar, reafirmamos que a salvaguarda do jongo é a salvaguarda do jongueiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFR: MinC/IPHAN, 1997.
- _____. **Construção das políticas internacionais de referência para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Texto de aula 2. Curso Patrimônio Imaterial: Políticas e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda. Realização da Unesco com coordenação geral da Comuna S.A. Disponível em: <www.duo.inf.br>. Acesso em 20 ago. 2010.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro, modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: UCAM: Ed. 34, 2001.
- GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio com categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

²⁷ Jéferson Alves de Oliveira. Atual liderança da Associação Quilombola do Tamandaré, Guaratinguetá, São Paulo.

_____. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

HEYMANN, Luciana. **O “devoir de mémoire” na França contemporânea:** entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

MATTOS, Hebe. Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro. In: RIOS, A. L.; MATTOS, H. **Memórias do cativo:** família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana:** uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.

_____. ABREU, Martha. Jongo, registros de uma história. In: LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo (Orgs.). **Memória do jongo:** as gravações históricas de Stanley J. Stein. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SANT’ANNA, Márcia Genésia de. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: Abreu, Regina e Chagas, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 46-55.

_____. O patrimônio imaterial: políticas em curso: a legislação brasileira e os programas de fomento. Texto de aula 3 – **Curso Patrimônio Imaterial:** Políticas e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda. Realização da UNESCO com coordenação geral da COMUNA S.A. Disponível em: <www.duo.inf.br>. Acesso em: 20 ago. 2010.

SLENES, Robert W. Eu venho de muito longe, eu venho cavando: jogueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo (Orgs.). **Memória do jongo:** as gravações históricas de Stanley J. Stein. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

FONTES

BRASIL Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 2 mar. 2011.

JONGO no Sudeste. Brasília, DF: Iphan, 2007. 92 p. + CD ROOM. (Dossiê Iphan, 5).

IPHAN. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 5 abr.2011.

IPHAN. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. INRC do Jongo - RJ/SP. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=722>>. Acesso em: 14 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE; IPHAN. Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste: 14. Reunião do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano_de_salvaguarda_versao_final.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2011.

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO SOBRE OS BENS DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE

LUANA SONCINI

APRESENTAÇÃO

Este artigo pretende contribuir para o debate acerca do papel da História como disciplina no reconhecimento dos bens culturais no âmbito da política de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI). Para tanto, será analisado um caso que explicita suficientemente a problemática a ser discutida: o reconhecimento do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*,²⁸ utilizando como fonte o *Dossiê*²⁹ produzido no âmbito do Processo de Registro. No entanto, é importante ressaltar que as conclusões advindas desta análise não objetivam conduzir a uma generalização acerca das práticas da política de PCI como um todo, até porque os registros e documentos produzidos no Brasil, a partir de então, guardam variações quanto ao formato e conteúdo. O objetivo é, portanto, suscitar a discussão, considerada relevante no âmbito dessa política, bem como no conjunto de reflexões apresentadas nesta publicação, sobre a responsabilidade do historiador nos processos de reconhecimento de bens culturais imateriais.

Assim, inicia-se buscando uma breve definição sobre objetivos e concepções que norteiam o reconhecimento dos bens culturais imateriais no Brasil, e em seguida analisa-se o documento referido, a fim de identificar a noção de História implícita nele e sua relação com o objetivo da política de PCI.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PCI

A política de Patrimônio Cultural Imaterial é responsável pelo reconhecimento de bens culturais considerados constitutivos da cultura de um grupo definido historicamente, que residem essencialmente nos sujeitos portadores dos bens em questão, do que resultaria sua imaterialidade.³⁰ Essa definição já teria sido ressaltada em estudos desenvolvidos

28 Trata-se do primeiro Registro de Patrimônio Imaterial realizado no Brasil, em 2002. Nele são descritos o processo de produção, as matérias-primas e instrumentos utilizados na fabricação das painéis, sua história, o território onde se pratica, bem como o processo de Registro.

29 O Dossiê é um documento produzido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que sintetiza e congrega informações acerca do processo legal de registro, constituindo um relatório contendo informações sobre o bem registrado, registros audiovisuais, bem como o parecer técnico constante do processo. Apesar de sintético, o Dossiê é considerado documento importante, pois nele se opera a seleção das principais informações contidas no processo. Nesse caso, trata-se do documento *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. DOSSIÊ n. 3. Brasília, DF: Iphan, 2006, utilizado como fonte neste artigo. Doravante, para facilitar a leitura, o documento será citado como “Dossiê 3”.

30 A adjetivação imaterial ainda é objeto de discussão entre os Estados Partes da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003). Discute-se a dicotomia exposta no termo imaterial em relação ao patrimônio material. Em linhas gerais, argumenta-se que a definição patrimônio material indicaria inerência do valor conferido ao objeto, questionada como sendo fruto de valoração subjetiva, relativa aos valores e identidade de determinados grupos sociais que o reconhecem como patrimônio, tal como o patrimônio imaterial. As definições “patrimônio intangível” e “patrimônio vivo” buscam minimizar essa dicotomia, considerando a intangibilidade ou a existência contemporânea e dinâmica do patrimônio como melhor diferenciação em relação ao patrimônio reconhecido até então. Parte dessa discussão se encontra descrita em: *MUNJERI, Dawson. Patrimônio Material e Imaterial: de la Diferencia a la Convergencia*. Museum International Intangible Heritage, [s.l.], n. 221/222, p. 13-21, maio 2004,

pela Unesco, entre 1995 e 1999, por motivo de avaliação da *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (UNESCO, 1989), documento anterior à *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003), em que foi definido que o valor desses bens culturais residiria, primordialmente, nos seus produtores e não nos produtos (AIKAWA, 2004, p. 143). Uma característica importante do PCI é a centralidade conferida a esses sujeitos. Isso se justifica, em linhas gerais, por serem eles considerados os responsáveis por conferirem sentido a essas manifestações culturais, e pela sua manutenção até o presente, elementos fundamentais para o próprio reconhecimento como PCI.³¹

Essa noção se evidencia em importantes publicações do Iphan a respeito da salvaguarda³² de tais bens, como em *A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: 1936–2006*, onde define que “A reprodução e a continuidade dos bens culturais vivos dependem de seus produtores e detentores. Por isso, eles devem sempre ser participantes ativos do processo de identificação, reconhecimento e apoio” (Iphan, 2006, p. 20). Na medida em que o grupo foi historicamente responsável pela existência do bem cultural, ele é ator fundamental para a identificação deste, ou seja, para a produção de conhecimento sobre ele, que ora se realiza por meio do reconhecimento como PCI. Consequentemente, deve ser também protagonista no processo de salvaguarda, constituindo o elo entre os tempos passado e futuro, como ressalta a publicação:

Importante lembrar: esses planos (de salvaguarda) devem valorizar os modos de expressão e organização próprios das comunidades envolvidas. Afinal de contas é essa valorização que garante a sustentação dos mecanismos e instrumentos locais de transmissão e a continuidade dessas manifestações culturais. (Iphan, 2006, p. 25)

Nesse sentido, tal política pública cultural se insere num contexto de debates em torno da ideia de democratização da cultura, como observam Castro e Fonseca:

Não se trata mais de garantir o acesso a recursos, informações e instrumentos culturais às diferentes camadas e grupos sociais com base em visões homogêneas e etnocêntricas de desenvolvimento, mas de favorecer não só processos de desenvolvimento que integram as diferentes camadas e grupos sociais, como também produtores de expressões culturais que importa a todos conhecer e valorizar. A noção de patrimônio cultural imaterial é um sensível instrumento nessa direção. (CASTRO; FONSECA, 2008, p.13)

e também em: GUANCHE, Jesús. *El Patrimonio Cultural Vivo y su Protección. Biblioteca Digital del CRESPIAL* (2009), que, ao contrário, argumenta no sentido de questionar a imaterialidade dos bens definidos como tal. Portanto, não há consenso internacional quanto a essa definição, embora seja adotada no Brasil e tenha sido assim fixada na Convenção de 2003. No entanto, no que interessa para este artigo, variações conceituais entre patrimônio intangível e patrimônio vivo acabam por corroborar com a noção de que a importância do bem cultural residiria nos produtores/portadores desse, e não nos produtos e manifestações culturais em si.

³¹ Na medida em que, para ser reconhecido como PCI, o bem cultural deve ser contemporâneo, ou seja, praticado no presente, e deve ser representativo para o próprio grupo que solicita o reconhecimento.

³² Apenas para situar esse conceito, o documento que institui o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), define: “Salvaguardar um Bem Cultural de natureza Imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável. É atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência.”

Assim, confronta políticas de difusão cultural que, por sua vez, conceberiam a democratização da cultura como a ampliação de acesso a bens culturais, que seriam previamente selecionados sem a participação dos grupos aos quais se destinariam as ações. Como afirmam Castro e Fonseca (2008), a noção de patrimônio imaterial tem potencial para ser um instrumento de revisão desse tipo de ação, na medida em que valoriza a troca cultural, o que implica em uma relação simétrica, a partir do reconhecimento de tais grupos sociais como produtores de expressão cultural. Isso significa, nos termos da discussão aqui proposta, reconhecê-los como sujeitos históricos protagonistas na elaboração de expressões culturais constitutivas de sua identidade e cultura.

Diante de tais considerações entende-se, primeiramente, que a construção de conhecimento histórico sobre os bens culturais reconhecidos é importante para a execução da política de PCI. Isso decorre da noção de processo inscrita nos bens culturais imateriais, do dinamismo que os caracteriza enquanto tais, como afirma Morales:

El patrimonio cultural inmaterial se constituye a través de un conjunto de procesos y prácticas que se transmiten y enriquecen de generación en generación. Por ende su existencia actual es producto de un conjunto de variaciones y aprendizajes en el tiempo y el espacio de cada generación. (2008, p. 3)

Além disso, reconhecendo a importância da participação do grupo detentor do bem no processo de registro e salvaguarda, emerge a questão sobre como a História enquanto área de conhecimento pode contribuir para que tal processo seja efetivo. Para isso, será analisado o *Dossiê do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, especificamente no que concerne à concepção de processo histórico inscrita nesse documento, a fim de suscitar, a partir desse caso, a discussão sobre a responsabilidade da disciplina histórica quanto aos objetivos dessa política pública cultural.

A CONCEPÇÃO HISTÓRICA NO RECONHECIMENTO DO BEM - OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

O documento sujeito a esta análise está dividido em nove partes, das quais três apresentam elementos que denotam a concepção histórica expressa nesse processo de reconhecimento, sendo elas: a *Introdução*, seguida da segunda parte *História e Pré-História*, composta de apenas um tópico, nomeado *A Herança das Paneleiras*, e a terceira parte, *O Território do Ofício*, com destaque para o primeiro tópico, *A Ocupação Urbana da Área*. Primeiramente, essa divisão explicita a existência de uma parte do estudo inteiramente dedicada à apreciação histórica do ofício. Pelos dos dois títulos que a compõe se evidencia que se recorre ao passado remoto do *ofício* – pré-história – e à noção de legado desse passado – a herança.

Já na *Introdução do Dossiê*, trata-se de fixar o caráter original do conhecimento das paneleiras: “A técnica cerâmica utilizada é de origem indígena, caracterizada por

modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino” (DOSSIÊ 3, p. 13). Aqui se definem as características que conferem originalidade à técnica, que se diferencia de outras técnicas de produção cerâmica – feitas com torno para modelagem e queima em fornos específicos – e a partir dessas características se deduz sua origem indígena. Isso se reitera em outros trechos: “O processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos” (DOSSIÊ 3, p. 15). Disso resulta que o saber local em questão é identificado, nas suas características essenciais, como anterior ao século XVI. Evidentemente, remeter a tal ancestralidade objetiva não só informar sua origem, como conferir-lhe valor social, como elemento de legitimação desse saber como patrimônio. Até aqui podemos perceber a centralidade do próprio ofício para sua valorização, na medida em, que é a partir da forma como as paneleiras produzem as panelas atualmente que se reconhecem os elementos identificados como indígenas, ou seja, a produção atual é a fonte privilegiada dessa afirmação. A essa fonte, se cruzam conhecimentos produzidos por informações arqueológicas, recurso ao saber científico a respeito: “A técnica cerâmica utilizada é reconhecida por estudos arqueológicos como legado cultural Tupi-Guarani e Una, com maior número de elementos identificados com os desse último” (DOSSIÊ 3, p. 15). Além disso, também é utilizado, para atestar a antiguidade de tal produção, um documento histórico escrito:

O naturalista Saint-Hilaire visitou a região em 1815 e fez a primeira referência a essas panelas, descritas como ‘caldeira de terracota, de orla muito baixa e fundo muito raso’, utilizadas para torrar farinha e fabricadas ‘num lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo’. Goiabeiras é, portanto, o lugar onde esse ofício de fabricar panelas ocorre por tradição. (DOSSIÊ 3, p. 15)

Assim, o histórico remoto (ou “a origem”) da manifestação cultural em questão é atestado pela semelhança entre o fazer atual e os dados obtidos a partir de fontes arqueológicas e históricas. As paneleiras, como produtoras desses bens culturais, não são fonte direta de informação acerca da antiguidade desse conhecimento, ou seja, não se sabe, ou não é destacado no Dossiê 3 como algo relevante, a *quando* e a *quem* as paneleiras remontam a origem de seu saber. E, talvez mais importante do que isso, não se avalia, tampouco, se esse é um dado importante para elas, e qual a sua concepção de história e de tempo.

Não se pretende aqui questionar o rigor da análise ou a validade de tais vestígios históricos como fonte. No entanto, o que é importante considerar é que há pouca variação em relação a um estudo histórico de uma manifestação cultural pretérita. Em outras palavras, não se valoriza naquele estudo o fato que a manifestação cultural referida é contemporânea, e que possui um grupo de praticantes, o que, ao mesmo tempo, constitui o próprio motivo pelo qual esse ofício é reconhecido como patrimônio imaterial. Imaginando que algum relato histórico de um observador externo tivesse descrito a técnica ou que a análise do artefato possibilitasse ao historiador da cultura material inferir

aspectos da produção, como a “modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino”, assim estariam reunidas as evidências utilizadas para identificar a ancestralidade desse bem. Todavia, sua singularidade, que o destaca como patrimônio *imaterial*, reside em seu histórico passado e, também, no fato de ele existir atualmente, o que não é explorado na parte dedicada ao conhecimento histórico sobre o ofício.

O documento sugere ainda, no trecho conclusivo da parte *História e Pré-História*, como elo entre esse passado distante e a existência atual do ofício que,

O consumo permanente e reiterado das moquecas e da torta da Semana Santa, valorizado pelos capixabas como uma referência na formação de sua identidade cultural, é provavelmente uma das principais razões da continuidade histórica da fabricação artesanal das panelas de barro, apesar das notáveis transformações urbanas ocorridas. (DOSSIÊ 3, p. 17)

Ou seja, as paneleiras, como grupo cultural detentor desse conhecimento, parecem não ter uma significativa participação na relação entre esse passado distante e o presente, reiterando a noção de que algo lhes foi legado pelo passado, o que já estava implícito na ideia de “herança das paneleiras”.

Após essa parte nomeadamente voltada para a descrição do histórico remoto do bem cultural em questão, o Dossiê 3 se volta para o histórico recente, e descreve:

Apesar da urbanização e do adensamento populacional que envolveu o bairro de Goiabeiras, fazer panelas de barro continua sendo um ofício familiar, doméstico e profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha. (DOSSIÊ 3, p. 13, **grifos nossos**)

Nesse trecho, o Dossiê 3 afirma que foram mantidos, num contexto de desenvolvimento urbano, a produção artesanal das panelas de barro, as relações de produção vinculadas a relações de parentesco, e um “modo de ser” da comunidade. Entre as adversidades implícitas no *apesar* e a manutenção inscrita no *continua*, reside uma das principais questões para o estudo histórico no âmbito dessa política de reconhecimento e salvaguarda. Isso porque, compreender o processo historicamente recente de manutenção dessa tradição poderia, potencialmente, informar os mecanismos específicos que permitiram que ela tivesse continuidade, principalmente no que diz respeito à realidade local e à intencionalidade das paneleiras em mantê-la, elementos identificados como fundamentais para a salvaguarda no item anterior. Considerando, portanto, a importância dessa questão, é válido perscrutar o que é identificado no Dossiê 3 como relevante para a reiteração dessa prática cultural, suas permanências e mudanças, buscando entender como foi reconhecido o papel das paneleiras nesse processo.

Como consta do documento, o bem cultural em questão está intimamente relacionado com o lugar onde é praticado³³, que é o mesmo onde residem as paneleiras.

³³ O *ofício* das paneleiras é uma atividade econômica culturalmente enraizada na localidade conhecida como Goiabeiras Velha, situada na parte continental norte do município de Vitória, à beira do canal que banha o manguezal e circunda a Ilha”. (DOSSIÊ 3, p. 19).

Ali se fabricam as panelas, juntamente com as demais atividades desenvolvidas por suas praticantes.

Até então (década de 60), o manguezal nativo era a principal fonte de alimentação – pescado e coleta de ostras e caranguejos – e o caminho de acesso dos moradores de Goiabeiras ao trabalho e ao mercado. Para as paneleiras, também significava o provimento da casca de mangue-vermelho e o caminho até o barreiro – como elas chamam a jazida de barro situada no Vale do Mulembá –, onde se chegava de canoa pelos braços de mar que margeiam o manguezal, depois de vencido um pequeno trecho a pé. (Dossiê 3, p. 20, **grifos nossos**)

Dessa relação descrita, alguns aspectos são apontados no documento como permanências. O meio é, histórica e atualmente, fonte de alimentação, “A Rua e o Galpão das Paneleiras dão acesso ao manguezal, que continua sendo fonte de pescado, de caranguejo e mariscos para os moradores da localidade” (DOSSIÊ 3, p. 23), e de acesso³⁴ às matérias-primas relativas à prática cultural:

As matérias-primas tradicionalmente empregadas no processo de produção das panelas são provenientes do meio natural. A argila é tirada de barreiro situado no Vale do Mulembá, na Ilha de Vitória, e a casca de mangue-vermelho, da qual é feita a tintura de tanino, é coletada diretamente do manguezal [...]. Da mesma forma, dois dos principais instrumentos do ofício – a cuia e a vassourinha de muxinga – são feitos a partir de espécies vegetais encontradas na região. (DOSSIÊ 3, p. 31)

Todavia, apesar de indicar tais permanências, o Dossiê 3 reitera o peso das mudanças, “Apesar das transformações, a relação da comunidade de Goiabeiras com o manguezal se preservou, em alguma medida [...]” (DOSSIÊ 3, p. 20). Parecem perguntas pertinentes, então: Como se deu essa preservação? Quais foram as adaptações necessárias? Quais as dificuldades superadas pelas paneleiras? Quais os incentivos que contribuíram para a continuidade da produção? Enfim, quais os mecanismos de sua reiteração.

A narrativa das transformações recentes inicia-se por volta da década de 1960, quando a marginalidade física da localidade de Goiabeiras em relação ao processo de urbanização da capital começou a ser modificada.

O antigo distrito de Goiabeiras esteve relativamente fora do processo de urbanização da capital até o final da década de 1960, quando foram implantados o campus da Universidade Federal do Espírito Santo, o primeiro conjunto habitacional do então Banco Nacional de Habitação – BNH e as correspondentes vias de acesso. Foi também dessa época a ampliação do Aeroporto de Goiabeiras, seguida da instalação dos grandes empreendimentos da indústria siderúrgica na Ponta do Tubarão. Alcançado e seccionado por novas avenidas, o distrito se subdividiu em bairros que foram sendo ocupados rapidamente, conquistando terreno através de aterros e desmatamentos, o que

produziu alterações significativas nas relações dos antigos ocupantes com o seu meio ambiente.³⁵ (DOSSIÊ 3, p. 19)

O distrito foi alcançado e seccionado, se subdividiu, foi sendo ocupado, conquistou terreno, foi desmatado. Alterações foram produzidas nas relações dos antigos ocupantes – dentre os quais as paneleiras – com o meio ambiente, por meio de ações de um sujeito não identificado. A descrição passiva do processo elimina os sujeitos históricos da narrativa e, por isso, não possibilita identificar também a posição das paneleiras diante das adversidades descritas.

No entanto, a narrativa histórica construída nesse documento recorre a soluções apaziguadoras do passado. Como explicação para a manutenção da tradição, identifica que a localidade teria sido “confinada”, entre uma via expressa e o manguezal, por motivo do “grande projeto de modernização urbana da capital” (anos 70), “resguardando-a como reduto de ocupação antiga, de configuração familiar, onde reside a maioria das famílias de paneleiras” (DOSSIÊ 3, p.19). Além de não ficar claro se foram produzidas “alterações significativas” com o meio ou se a ocupação foi “resguardada”, este último trecho decorre a manutenção dessa tradição de um isolamento físico e, portanto, social e cultural, em relação à cidade. Sugere-se aqui que o documento apresenta uma visão romântica desse processo, associada às ideias de “resguardo”, “reduto”, “ocupação antiga” e “familiar”, contrastando com a descrição das alterações do bairro, conforme a citação anterior. As adversidades implícitas em tantos “apesares”, e mesmo na ideia de “confinamento”, estão ocultadas e, com isso, não se aprofunda o conhecimento sobre os mecanismos de sobrevivência criados pelas paneleiras, dentre os quais, possivelmente, estaria incluída a manutenção do *ofício* ora reconhecido como PCI.

Na década de 80, teria havido uma mudança significativa nessa situação de isolamento: “a indústria turística consagrou a panela de barro por meio de campanhas publicitárias, associando sua imagem à da moqueca e da torta capixabas, num processo que acabou por transformá-la em ícone da cultura regional” (DOSSIÊ 3, p. 13). O ator responsabilizado pela elevação do bem a ícone cultural regional é a indústria turística. No entanto, não se pode perder de vista que tal valorização e difusão só foram possíveis porque o grupo detentor do bem cultural, único portador dos saberes ligados ao ofício, decidiu ativamente incrementar tal produção. Do contrário, essa difusão teria sido impossível. Na medida em que o sujeito da difusão, conforme identificado no texto – desta vez, seguido de verbo em voz ativa – é a indústria turística, a história do *ofício* propriamente dito permanece confinada ao bairro de Goiabeiras.

O momento histórico em que a narrativa construída no Dossiê considera a importância das paneleiras para a manutenção de seu *ofício* é o da fundação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), em 1987: “por iniciativa de liderança política local e com o apoio da Prefeitura Municipal, *cinco paneleiras fundaram* a APG, entidade constituída para proteger a categoria na defesa de seus interesses e das condições

34 O acesso, nesse caso, não se refere ao caminho, que, para chegar ao barreiro “passou a ser feito pela Ponte da Passagem e pela rodovia perimetral da Ilha” (DOSSIÊ 3, p. 20), mas, sim, à fonte de coleta das matérias-primas.

35 No Dossiê, a única alteração descrita no item correspondente a esse trecho selecionado é a referida na nota 7, acima.

objetivas de permanência do ofício” (DOSSIÊ 3, p. 27). A associação foi criada quando, na área da jazida de barro, pertencente ao Estado, foi projetada a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) (DOSSIÊ 3, p. 27). “Como grupo de ofício, uma das principais bandeiras de luta das Paneleiras de Goiabeiras tem sido o direito de acesso à fonte de matéria-prima, condição básica para a continuidade da sua produção artesanal e sobrevivência econômica das suas famílias” (DOSSIÊ 3, p. 27). É nesse contexto, que as paneleiras saem, ativamente, da condição de marginalidade em relação à *cidade* – entendida aqui como centro político e como espaço físico – na medida em que o território, ocupado até então em suas atividades, passa a ser disputado politicamente com aquele centro. Mas se é apenas nesse momento que elas passam a existir do ponto de vista do centro político, da cidade, é necessário reconhecer que, do ponto de vista da manutenção do ofício, objeto desse reconhecimento, o grupo em questão existe há séculos. Aqui transparece a dificuldade de apreensão da realidade local, da história do bem cultural reconhecido. A fundação da associação é o momento em que as paneleiras, no que concerne ao seu ofício, ultrapassam o âmbito local e informal – características fundamentais da própria constituição do bem cultural – e é apenas nesse contexto que se reconhece o esforço e a intencionalidade desse grupo na manutenção do ofício.

O TEMPO DA HISTÓRIA

O processo histórico descrito não se aprofunda na identificação dos mecanismos de transmissão e valorização do ofício pelo grupo, o que teria resultado na sua existência atual, e que poderia contribuir para sua salvaguarda. É importante ressaltar que esta análise não pretende desqualificar o trabalho de apoio que vem sendo realizado junto ao grupo nesse caso específico, o que não foi objeto deste estudo, mas sim, propor uma reflexão sobre a validade e importância do conhecimento histórico para esse novo tipo de patrimônio cultural. Nesse caso analisado, conclui-se que a função do conhecimento histórico foi conferir legitimidade ao bem, tanto a partir da identificação de sua origem, como consta do item *História e Pré-História*, quanto por meio da minimização das transformações históricas do ofício, indicando uma visão estática de tradição, por meio da reiteração da ideia de que, apesar de tantos pesares, o bem cultural se mantém. No entanto, ambos os recursos, embora contribuam para determinado tipo de atribuição de valor ao bem, impõem um afastamento dos detentores desse. Isso porque, tais sujeitos não necessariamente remetem seu conhecimento às origens seculares identificadas, e, ao mesmo tempo, são atores das transformações efetivamente ocorridas no “fazer-se da história”.³⁶

Considerando que o reconhecimento de um bem cultural como PCI prevê, como um dos principais objetivos, salvaguardar sua continuidade, sua “existência imaterial”,

por meio do apoio aos detentores do bem e do reconhecimento de sua importância, resulta uma questão importante quanto ao papel da disciplina histórica. Para que a produção de conhecimento histórico possa contribuir efetivamente para tal política de patrimônio é necessário ressaltar que a história se ocupa de processos dinâmicos, de mudança. Sobre essa concepção de história, vale a pena recorrer à definição de Meneses (1988, p. 72) a respeito:

A História não é a disciplina que tem por objeto o conhecimento do passado, mas que se preocupa com o problema da mudança, isto é, os aspectos dinâmicos do fenômeno sócio-cultural. Preocupa-se, portanto, com definir os fatores de mudança, seus mecanismos, vetores, velocidades, orientação, contra-forças, produtos, etc. etc. Da dinâmica social não está obviamente excluído o presente.

Vista sob essa perspectiva, a disciplina histórica é capaz de contribuir com os estudos desenvolvidos no âmbito dessa política de patrimônio precisamente no sentido de permitir a identificação dos fatores de mudança, ao contrário do uso apresentado no Dossiê 3, onde é apropriada como o estudo da “origem” e da “permanência”. O reconhecimento do PCI pode ter como central a valorização do processo histórico que constitui tais bens, ou, ao contrário, pode relegar a História a conhecimento lateral. Esse tipo de interpretação resulta não só em uma apropriação questionável da disciplina histórica, mas também no empobrecimento da compreensão das dinâmicas vividas por esses grupos sociais detentores dos bens culturais ora reconhecidos como PCI. Em alguma medida, tal limitação pode prejudicar a própria execução da política de salvaguarda, especialmente sob um aspecto central, o do reconhecimento e fortalecimento da ação intencional dos detentores dos bens culturais na reiteração de tais práticas culturais no tempo – incluindo o passado, o presente e o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKAWA, Noriko. Visión histórica de la preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. **Museum International Intangible Heritage**, [s. l.], n. 221/222, p. 140-153, 2004.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO: Educarte, 2008.
- GUANCHE, Jesús. El patrimonio cultural vivo y su protección. In: **Biblioteca Digital del CRESPIAL**, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.crespial.org/descargas/el_patrimonio_vivo_%20y_su%20proteccion.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2010.
- INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- _____. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 1936/2006. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial, 2006.

³⁶ Referência à expressão resultante da tradução da obra *The Making of the English Working Class*, de E. P. Thompson (*A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987)). Obviamente, não se trata do mesmo tipo de processo histórico estudado por Thompson, o fenômeno de formação da classe operária, mas certamente algumas das premissas do autor sobre a produção de conhecimento histórico informam o questionamento aqui desenvolvido, como a centralidade da ação humana, explícita na expressão “fazer-se”.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio industrial e política cultural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1., 1988, São Paulo. *Anais...* São Paulo: DPH, 1988. v. 2, p. 68-73.

MORALES, Lorena Liliam Monsalve. Patrimonio cultural inmaterial y su salvaguardia: apuntes sobre su tratamiento en América Latina. *Boletín Gestión Cultural* [online], n. 17. Gestion del Patrimonio Inmaterial, 2008. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org/gc/><<http://www.gestioncultural.org/gc/boletin/2008/bgc17-patrimonioinmaterial.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

MUNJERI, Dawson. Patrimonio material e inmaterial: de la diferencia a la convergencia. *Museum International Intangible Heritage*, [s. l.], n. 221/222, p. 13-21, 2004.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES

OFÍCIO das Paneleiras de Goiabeiras. – Brasília, DF: Iphan, 2006. (Dossiê Iphan n. 3)

ROMARIA DO CAARÓ: PRÁTICA CULTURAL, PATRIMÔNIO E DISCURSO MIDIÁTICO

JULIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Todo o evento tem um princípio, um acontecimento que marca de forma indelével a memória e a história das pessoas, que passam a ressignificá-lo e atualizá-lo em diferentes momentos. O princípio da Romaria do Caaró está circunscrito às atividades de conquista espiritual do século 17, quando os jesuítas evangelizavam as populações indígenas na região do Rio da Prata, particularmente na margem esquerda do rio Uruguai. Segundo os relatos, tudo ocorrera no Caaró em 15 de novembro de 1628, quando o padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, S.J., após rezar a missa e a ação de graças, foi assassinado por uma liderança indígena. No mesmo local e poucos minutos após, o outro padre, Afonso Rodriguez S.J., também foi assassinado. Depois, os corpos dos padres foram arrastados para dentro da capela de pau a pique, que foi incendiada. No dia seguinte, o coração do padre Roque foi arrancado e jogado ao fogo, porém ele ficou ileso e encontrado alguns dias após. Essa narrativa tem seduzido muitas pessoas, que a defendem, repetem, valorizam, acrescentam, introjetam e buscam nela um sentido, tanto espiritual quanto material. Esse evento tem por desdobramento alguns outros eventos, entre eles a Romaria do Caaró, que acontece desde 1933 na região das Missões do estado do Rio Grande do Sul. Essa peregrinação religiosa reúne um significativo número de pessoas que recorrem ao Santuário do Caaró, lugar considerado sagrado, que está composto de uma fonte d'água, do suposto lugar onde dois jesuítas foram martirizados, da capela Três Mártires,³⁷ das simbólicas lápides, de um altar e de um pátio interno com imagens da via-sacra. Para esse lugar se dirigem os romeiros, peregrinos devotos dos Três Mártires para pagarem suas promessas, agradecerem, pedirem graças. A Romaria do Caaró é uma prática da cultura popular, que se corporifica como um dos lugares da memória missioneira, cuja historicidade pode ser reconstruída a partir de 1933, quando a Igreja Católica oficializou o evento.

A presente análise se restringe ao processo de construção dessa prática cultural, nas décadas de 1920 e 1930. Nesses momentos, os habitantes da área do atual Santuário do Caaró – quando ele ainda inexistia – buscavam em suas lembranças os acontecimentos dos fatos fundantes do evento. Essas diversas memórias orais e coletivas, eram partilhadas por estancieiros, peões, pequenos lavradores, imigrantes, os quais se dispunham, como guardiães da memória, detentores de narrativas que se transformavam em voz corrente de um passado que consagrava o milagre, o sagrado, os sinais e as relíquias. As populações locais e particularmente os descendentes de imigração europeia disputavam com a Igreja Católica as narrativas, as interpretações do passado missioneiro, a circularidade das ideias, a ressignificação e, principalmente, a apropriação do evento.

Nesse sentido, a partir da década de 1920, os campos de batalha e defesa dessa

³⁷ O terceiro padre martirizado, em 17/11/1628, foi Juan de Castillos, morto em outro local, nas proximidades do rio Ijuí.

prática cultural se multiplicavam e foram bastante promissoras à construção da Romaria, quando tiveram início as primeiras procissões nas ruínas de São Miguel, entre 1927-1932. Em 1933 o lugar do espaço sagrado e de convergência dos peregrinos já era de domínio público, ocasionando a edificação da capelinha por volta de 1936-1937 nas terras da família de Horácio Marques de Menezes.³⁸ A confirmação do espaço sagrado em 1933 referenda o êxito dos habitantes das proximidades do Caaró como o lugar santo, neutralizando as disputas e possibilitando a Igreja Católica mais um lugar da memória cristã. Porém, coube aos intelectuais católicos a definição do lugar do martírio, o princípio da romaria, bem como a confirmação dos primeiros milagres, os sinais necessários à devoção popular. Convém destacar que no começo havia mais dúvida do que certeza sobre o local exato do martírio dos padres e do Caaró. Vejamos a afirmação de um dos expoentes da Igreja Católica, o padre historiador e professor Carlos Teschauer, S.J., cuja obra de 1913 relata:

Em ambos [os mapas] acha-se bem marcado o lugar do martyrio, entre os hodiernos povos missioneiros de S. Lourenço e S. Miguel, que ficam entre os rios Piratini ao sul e o Ijuhy ao norte, ambos tributários da margem esquerda ou oriental do [rio] Uruguay, neste Estado do Rio Grande do Sul. [...] Para determinar o local de Caaro ou do martyrio, vê-se no mapa de 1744, que uma cruz, encimada da palavra Caaro, está um pouco ao norte de S. Miguel e S. Lourenço, mais perto deste povo ao grão 28° e 10' de latitude sul e 32°, 25' de longitude. Uma nota, na margem inferior, a qual não vem aqui, diz que este signal, a cruz, indica o local onde os padres Roque Gonzalez e Affonso Rodriguez foram martyrisados pelos índios guaranis [...] o nome do arroio Carogué dá testemunho da antiga redução Caaro; pois o nome Carogué, traduzida da língua guarani significa: Aqui foi Caaro. Hoje nem nos mappas nem na região já não se acha vestígio desta denominação do arroio ou da capela. O dito arroio passava por entre povos de S. Lourenço e S. Miguel rumo norte, desembocando no rio Ijuhy pela margem esquerda [...] passei pelo sitio, há vinte annos sem suspeitar que era tão memoravel e tão digno de ser visitado e assignalado ao menos por um cruzeiro ou uma simples lage que informasse o viandante sobre importante facto. (TESCHAUER, 1913, p. 95-97)

É perceptível nesse fragmento supramencionado que, no começo do século 20, ainda não havia certezas, muito menos evidências sobre o lugar do martírio. As coordenadas geográficas mencionadas por Teschauer não nos remetem ao atual local do Santuário. Na verdade, a fala desse insigne historiador sul-rio-grandense não nos permite a precisão do local, além do que, ele próprio recupera as suas lembranças do início do século 20, quando percorreu o suposto local do evento sem reconhecê-lo como tal.

Na década seguinte o jesuíta Luís Gonzaga Jaeger, se propôs a unificar esse sistema de crenças e racionalidades relativas a evidencia do evento, ao definir o local gerador da romaria³⁹ – o martírio e os seus desdobramentos – pesquisando, escavando,

38 Em 1975, o senhor Horácio Marques de Menezes, aos 94 anos, lembrava em reportagem ao jornal Zero Hora sobre os momentos marcantes do encontro e definição de Caaró, em 1933. O Senhor Menezes foi o guardião da memória do Caaró, foi o principal interlocutor entre o passado perdido e aquele momento simbólico na resignificação da fé ao padre Roque. Foi ele quem conduziu os padres Estanislau Volski, Luís Jaeger e Max Lassberg aos supostos vestígios, às relíquias missioneiras em suas terras, atual Santuário do Caaró (jornal ZERO HORA, 13/11/1975).

39 O padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J., após estudos e baseado na tradição oral vigente na região e nas pesquisas *in loco*,

buscando os possíveis vestígios que atestassem o episódio:

Certo Senhor E.L., muito devoto dos três Martíres, desde vários anos se ocupava com a idéia de achar o verdadeiro Caaró. Até mesmo já empreendera com este fim uma viagem de um dia e meio, acompanhado de mais dois amigos. Não descobriu, porém, coisa nenhuma. Algum tempo antes da nossa chegada para aquela zona [1927], nosso homem – como no-lo narrou ele próprio – veio em sonhos uma pessoa [parece que um padre] vir do lado direito do Ijuí da Cerro Azul, Passar por Santa Lúcia [atual Caibaté-RS], onde morava nosso informante, perguntar pelos três homens que haviam procurado Caaró, na intenção de levá-los consigo – entretanto o que não se fez naquele dia pelo adiantado da hora – e rumar em direção da fazenda de Horácio [Menezes]. No outro dia seguiu ele ao peregrino, vendo ainda em sonhos a casa do fazendeiro, depois a coxilha, e mais para além do banhado onde se submergiu, mas donde tirou um sacerdote que lhe apareceu; encontrou no alto da coxilha uns homens fazendo escavações e que lhe disseram que estavam procurando o lugar do martírio do Padre Roque e lhe mostraram cacos de louças e pedaços de madeira queimada. Aí nosso informante tomou, sempre em sonhos, uma picareta, bateu no chão, percebeu um som abafado e declarou: este é o lugar do martírio do Padre Roque. Os outros examinaram o ponto e confirmaram sua exatidão. (JAEGER, 1954, p. 311-312)

A pesquisa propriamente dita foi coordenada por Jaeger, professor do Colégio Anchieta de Porto Alegre, organização confessional jesuítica. O padre Jaeger viaja de Porto Alegre para a localidade a fim de coordenar a pesquisa arqueológica, que teve a participação do padre Max Lassberg e colonos católicos de Cerro Azul, atual Cerro Largo, que foi cotejada por fontes documentais e orais, incidindo na propriedade particular de Horácio Menezes, que cedeu, inicialmente, aos jesuítas o lugar para a construção da capela dos Três Mártires. Essa confirmação também é relatada D. Estanislau Wolski, pároco de São Luiz Gonzaga, na obra “*Polyantéa Missioneira*”, publicada em 1940, uma narrativa sobre as origens das primeiras romarias, seus sentidos e suas necessidades. D. Estanislau era o antigo pároco de São Luiz Gonzaga e em sua obra enfatiza e define o local do evento:

O local do martírio de Roque Gonzales está dentro do triangulo cujas linhas se foram entre S. Miguel – S. Lourenço – foz do arroio Urubú-caarú –, tal deve ser o ponto, conforme vai delineado num mapa de 1744 [...] Si ainda falta um marco histórico, não falta outro marco mais durável: é a gratidão, a admiração e a veneração que a população missioneira volta a seu fundador, a romaria de 3.000 pessoas no dia 15 de novembro de 1928. (WOLSKI, 1940, p. 29)

A exatidão do local do martírio - fato fundante e gerador da romaria - impressionou as comunidades locais, entre elas, os habitantes de Santa Lúcia, antiga Colônia Rodinha, atual Caibaté, consagrados como os principais romeiros e os organizadores das comemorações, das festividades, observando os aspectos litúrgicos do evento. O

presumiu o local do martírio dos missionários jesuítas Roque Gonzalez de Santa Cruz e Afonso Rodriguez, identificando-o na propriedade da família de Horácio Pinheiro Menezes, onde se situa atualmente o Santuário do Caaró, conjunto composto pela capela, via-sacra e fonte d'água.

evento do martírio passou a ser ressignificado e as populações missioneiras passaram gradativamente a negociar com o passado histórico missioneiro as suas identidades. No entanto, nesse processo de ressignificação do passado histórico missioneiro, recuperou-se o que era interessante de ser preservado; à luz da devoção católico-popular das décadas de 1920 e 1930, as lembranças de um passado distante passaram a conviver com os esquecimentos e com as representações sociais sobre o martírio.

As narrativas míticas dos mártires passaram a povoar o imaginário coletivo e popular dos romeiros e o evento de 15 de novembro de 1628 assumiu o caráter de fato fundante, em detrimento das narrativas históricas sobre a fundação das comunidades de imigrantes que ali se estabeleceram no começo do século 20. A revelação do sagrado assumiu o sentido de aliança divina com as populações, cujos lances atingiram proporções de grande acontecimento, construindo o santuário como um lugar sagrado da memória missioneira.

Entre as narrativas edificantes do evento, destacamos a dos padres João Batista Reus S.J. e Jesus Acerete S.J., os quais produziram uma cartilha *Os Três Mártires*, em 1934, que quase nunca é mencionada nas análises sobre o evento. Essa cartilha era bilíngue (português-espanhol), distribuída às comunidades católicas e às crianças em fase de catequese. O seu fim era catequizar as famílias, narrando os episódios e ricamente ilustrada, o que facilitava bastante o diálogo com os analfabetos. Nela se produz um discurso eficaz na defesa de que os mártires foram eleitos por Deus para derramarem o seu sangue em prol da evangelização do povo sul-rio-grandense. Para comprovar tal tese, a cartilha é permeada de exemplos e depoimentos de fé e milagre, com destaque que após a morte do padre Roque: “o coração, porém, ficou ileso [...]. A autenticidade desse fato foi confirmada pelos próprios assassinos, que caíram nas mãos da justiça.” (REUS; ACERETE, 1934, p. 31). No entanto, no texto também há a preocupação em confirmar a delimitação do local, narrado de forma fantasiosa:

Numa noite, em janeiro de 1933, ao tempo em que se faziam as excavações em procura do lugar do martírio, um dos cavouqueiros que estava a rezar fervorosamente o terço, pedindo a Nosso Senhor que lhe manifestasse se aquele era realmente o lugar do martírio, viu de repente um fenômeno luminoso, rubro, de alguns metros de extensão, baixar do céu sobre um ponto determinado do campo. O fenômeno desceu lentamente, parou alguns instantes e desapareceu. O homem tomou nota do lugar e desenterrou ali no dia seguinte a primeira cruzinha. (REUS; ACERETE, 1934, p. 32)

A partir de então, se organiza a liturgia que unificou o sistema de crenças e racionalidades e resultou na formação da romaria e do santuário, os quais são reconhecidos como patrimônio cultural missioneiro, partilhando diferentes práticas culturais no âmbito do popular e da tradição católica. O fantasioso, o alegórico e o real, passaram a conviver juntos e foram incorporados em único discurso, que reconhece aquele local como do martírio, da fé, da devoção, do milagre, referendando-o como lugar da memória missioneira. O clero católico passou a aceitar o primeiro milagre o fato de que o coração

do padre Roque⁴⁰ ficou ileso em meio ao martírio, sendo esse o sinal de ser ele um eleito e enviado de Deus para propagar a fé católica, considerada pelos populares e pelo clero como uma relíquia cristã.

A partir dessas considerações, propomos como método compreender a Romaria e o Santuário do Caaró como patrimônio cultural missioneiro e a sua construção social através da revista Rainha dos Apóstolos, a partir do espaço reservado aos intelectuais católicos – em particular os padres jesuítas – na construção de narrativas positivas do martírio.

A Romaria do Caaró enquanto prática cultural constitui o patrimônio cultural missioneiro, no qual encontramos os denominados três “modos de acesso” ao passado os quais mais contribuem à consciência do patrimônio nas sociedades modernas. Esses “modos de acesso” são estipulados por Susan Davis, quando esclarece a relação entre história e patrimônio, quais sejam: memória, história e “relíquias”,⁴¹ cujas expressões são os fragmentos, os vestígios que encontramos dos eventos de 1628, com a superestimação do Martírio, nele o fragmento do coração do padre Roque, a água da fonte sagrada, os demais milagres decorrentes, os quais sobreviveram ao tempo e à ganância das sociedades do passado que nem sempre preservaram, conservaram e valorizaram, onde as comunidades passam a negociar com as referências do passado missioneiro.

Nos “modos de acesso” às representações do passado histórico, que fundamentam os romeiros, põe-se em prática um exercício de leitura do mundo e de suas contradições, reconhecendo os silenciamentos, os esquecimentos, as exclusões, pertinentes à composição da memória e da história. Nesse sentido, nos valem de Prats (1998, p. 63) para entender que o patrimônio cultural é uma construção social. Diante desses argumentos, construímos a premissa a partir do entendimento da importância do Patrimônio Cultural como ferramenta de construção da consciência crítica e de entendimento de pertença da História, conforme a abordagem de Vera Lúcia Maciel Barroso (BARROSO et al. (Orgs.), 2010, p. 22). Nesse sentido, compreendemos a necessidade desta ferramenta para contribuir na revitalização dos vínculos do tempo presente com o passado histórico, buscando nos vestígios culturais da Romaria do Caaró e a sua ressignificação do fato fundante, os resíduos possíveis reconstruídos e ressignificados, que possam fortalecer a memória social e a memória coletiva. Analisar a Romaria do Caaró é percebê-la como expressão do patrimônio cultural missioneiro e regional, por isso é possível buscar na interpretação de Nestor Canclini o seu significado.⁴² A partir das proposições de Canclini podemos

40 O padre Cândido Santini S.J., na obra *Triunfos dum Coração*, escrita em 1940, uma espécie de diário, narra como essa relíquia da Igreja Católica, encontrada em Roma em 1903 e que estava em Buenos Aires, voltou após 312 anos a Caaró e como os peregrinos percorreram por todas as paróquias do RS para que ele fosse celebrado pelas comunidades católicas. A Romaria de 1940 atraiu mais de 5.000 pessoas curiosas em verem e tocarem essa relíquia, reconhecida e legitimada enquanto princípio da liturgia católica.

41 As relíquias são concebidas como “resquílios físicos sobreviventes de todos os tipos (construções, artefatos e coisas do tipo), sempre geram uma resposta emocional, seja favorável ou desfavorável”, segundo Davis (In: LAMBERT; SCHOFIELD, 2011, p. 320).

42 É pertinente mencionar que em relação a essa definição compartilho da proposta presente no texto de Canclini, no qual o autor afirma que: “o patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social” (Canclini, 1994, p. 96). A partir dessa definição podemos

problematizar o fato de que a Romaria do Caaró, enquanto patrimônio cultural é atrativo e objeto do turismo religioso para manter-se (ALVES, 2007). Essa conjectura torna-se mais clara, no momento em que o autor assim pontua: “nos debates sobre o patrimônio histórico costuma-se ver como inimigos atuais processos de mudança, o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo.” (CANCLINI, 1994, p. 95)

Mas, essa romaria possui as suas particularidades, além de estar conectada com o universo simbólico cristão jesuítico, ela seduz os romeiros devido as suas falas sagradas e muitas vezes fantásticas como o fato do coração do padre ter saído ileso do massacre – considerado pelos romeiros como o primeiro grande milagre. Além disso, existe a fonte sagrada, nela a água como elemento simbólico de peregrinação, presente no saber e na crença popular de que o “sangue dos mártires do Caaró além de banhar a terra, tornou-se a água derramada pelas fontes, purificadora da “alma”, na “salvação” transcendente do corpo. Esses elementos simbólicos compõem o Patrimônio Cultural do Santuário do Caaró.

Os romeiros e as comunidades em geral que frequentam o santuário reconhecem como importante à formação do missionarismo,⁴³ às suas negociações com o passado, as suas apropriações desse passado e o sentimento de preservar o evento, o que, segundo Canclini, faz referência: “a quase totalidade dos estudos e das ações destinados a conhecer, preservar e difundir o patrimônio cultural continuam se ocupando apenas dos monumentos (pirâmides, locais históricos, museus)” (CANCLINI, 1994, p. 99). Na medida em que avançamos na pesquisa da romaria, percebemos o quanto o patrimônio cultural imaterial está sendo preservado e transmitido oralmente pelos diferentes grupos que a frequentam, sendo a preservação e difusão desse patrimônio cultural tão relevante quanto os monumentos.

No momento em que o evento do martírio é recuperado à luz do processo histórico sul-rio-grandense, os Pallottinos criam a revista *Rainha dos Apóstolos*, dando ampla divulgação às narrativas históricas sobre o martírio, no decênio de 1923-1933. Das páginas da revista brota uma versão oficial da Igreja Católica sobre o martírio e sobre os mitos fundadores da cristandade no Rio Grande do Sul.

Além disso, ao analisarmos o processo de formação da Romaria do Caaró, o qual acontece, concomitantemente, ao processo de beatificação dos três mártires, evidencia-se o caráter de ressignificação do martírio dos padres. Afinal, após 300 anos, o significado dos mártires do Caaró se transforma. De episódio colocado à margem da história, torna-se ressignificado, a fim de acompanhar as homenagens ao tricentenário do martírio. Os romeiros detêm o poder sobre alguns elementos do patrimônio cultural missionário, como estarem no local onde – supostamente – foi consagrado o martírio e o milagre, eventos

entender a Romaria do Caaró nessa relação, uma vez que, a comunidade organiza-se para receber um contingente de peregrinos que vai à romaria.

43 O termo missionarismo está sendo usado aqui no sentido atribuído por Roselene Pommer, enquanto identidades negociadas com o passado da região das Missões do Rio Grande do Sul, na obra *Missionarismo: História da Produção de uma Identidade Regional*, em que as populações que vivem na região das Missões se apropriam e acionam as identidades missionárias na atualidade, a partir de suas representações do passado histórico jesuítico-guarani, desenvolvendo por elas um sentimento de pertença.

incomparáveis com outras áreas da região das Missões.

Mas, a Igreja Católica ao negociar com esse passado histórico construiu um discurso oficial, que ultrapassa a cultura popular, num processo de apropriação do mesmo. As narrativas populares e orais passam a ser redimensionadas pela intelectualidade católica, durante a construção do evento, confirmando a importância desse patrimônio religioso para a história do Rio Grande do Sul. Nas páginas da revista, até 1933, Diosen Marin (2011), acompanhou os momentos decisivos na construção do evento, de forma monumental para explicar a presença da Igreja Católica e da Companhia de Jesus na formação do Rio Grande do Sul. A revista possui circulação estadual, atendendo naquela época as elites católicas e a população em geral. A história dos mártires do Caaró passou a servir de modelo a esse ideário, sendo retomada e ressignificada ao sabor da evangelização. É preciso reconhecer as divergências que ocorrem no evento e as suas pluralidades, porém, esse não era o propósito nem dos intelectuais católicos – na maioria padres – nem mesmo das linhas do editorial. Por isso, convém salientar algumas pesquisas como os trabalhos de Ezeula Lima de Quadros e Paulo Rogério Melo de Oliveira (2001; 2009). A partir deles, é possível perceber o caráter que a Romaria vem adquirindo recentemente no turismo religioso e na construção das identidades regionais.

Todavia, é perceptível nas narrativas jesuíticas expressas na *Rainha dos Apóstolos*, a preocupação de justificar e patrimonializar o evento, já que a Companhia de Jesus tratou e preservou os seus documentos como monumentos, tanto pelo seu caráter de registro e homenagem dos episódios, quanto pela intencionalidade do que foi produzido. Com isso, é relevante mencionarmos a dedicação do grupo em preservar o que ficaria para a posteridade. A partir disso, podemos afirmar que “todo o documento é monumento na medida em que supõe uma intencionalidade, encerra determinadas relações de poder e projeta para o futuro uma imagem desejada de alguém, de uma instituição, de um acontecimento, ainda que involuntariamente.” (OLIVEIRA, p. 53).

Para entender a construção da patrimonialização, pode-se buscar em Jacques Le Goff (1984, v. 1), a noção de documento/monumento, além disso, a formação de uma lógica peculiar expresso, segundo Le Goff, no binômio documento/monumento, o que chama a atenção exatamente pelo seu caráter discursivo, ou de montagem, em que um discurso é forjado, a fim de reificar uma personagem ou, no intuito, de criar um mito. Ou seja, a Romaria do Caaró pode ser entendida como um documento/monumento, uma vez que sua consolidação é resultado da construção dos três mártires, com, destaque a Roque González apresentado enquanto mito fundador das missões jesuíticas na região do Rio da Prata, compreendendo na atualidade o sul do Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, onde podemos localizar a atuação da Província Jesuítica do Paraguai e os seus diferentes povoados missionários, os quais variavam em torno de 30 Povos. Nesse sentido, se torna relevante mencionarmos a preocupação que os padres da Companhia de Jesus dispensam ao passado e à memória da instituição. Além disso, um grande número de jesuítas dedica-se à rememoração da obra missionária jesuítica (que tem como principal fonte a correspondência epistolar); com isso é evidente a importância que atribuem à

história, por ser sua escrita uma possibilidade de resguardar a memória da instituição, que explica o patrimônio cultural missionário.

As mensagens oriundas da revista *Rainha dos Apóstolos* convocava a população local a organizar/render homenagens aos mártires, através de procissões, romarias. A adesão da população a essa proposta da Igreja, provavelmente seja resultado de algumas benesses que a comunidade poderia adquirir ao apoiar a proposta da Igreja. Entretanto essa proposição será desenvolvida, posteriormente. Assim, pode-se compreender a Romaria do Caaró enquanto prática cultural, uma vez que implica uma mobilização popular, organizacional e política para a sua realização. Trata-se assim de um evento que confere autenticidade à região, já que a religiosidade na região também é uma herança cultural em seus diferentes momentos históricos.

Após essas questões iniciais, Diosen Marin problematiza: como a revista *Rainha dos Apóstolos* reconstrói a imagem dos mártires? Passa então a recuperar a trajetória da revista que desde sua primeira edição, de abril de 1923, evidencia sua posição editorial ou seu *ethos*,⁴⁴ a partir da qual se propõe a ser uma publicação dedicada a propagar e defender as missões católicas, tanto no Brasil quanto no mundo. Nesse sentido, a defesa dos mártires toma conta das páginas da revista.

Os primeiros números da revista⁴⁵, no ano de 1923, dedicam-se exclusivamente à divulgação das missões, dentre as tantas temáticas de lisonjeio, podemos citar: a capacidade dos evangelizadores das missões jesuítas, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Paraguai, nas quais os índios, mesmo após um século e meio, ainda sabiam rezar. Nessa reportagem, ainda identificamos a construção de uma imagem pejorativa dos indígenas, os quais são denominados de “rudes” e descritos como “não gostam de trabalhar” (REGINA APOSTOLORUM, 1923, n. 2, p. 13). Na compreensão de Diosen Marin é importante analisar o conteúdo do discurso da *Rainha dos Apóstolos*.⁴⁶ Nas edições de fevereiro e março de 1924, é publicado um artigo denominado *Cultores Martyrum*. Esse artigo faz referência à necessidade de a comunidade católica brasileira organizar-se, como acontece com as associações científico-religiosas que florescem em Roma, a fim de promover a beatificação dos três mártires. A justificativa para a organização dessas associações se deve ao fato de que deixemos de cultuar santos, “além-mar” e, a partir disso, convida aos católicos a aclamarem/pedirem a beatificação dos mártires, os quais são aclamados, pela revista, como os primeiros santos brasileiros. Em *Cultores Martyrum*, é feita a primeira defesa dos mártires, ou seja, em fevereiro de 1924 já encontramos referência

44 De acordo com Maingueneau (1989, p. 45), “o discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma voz”, sendo que essa voz pode ser apresentada como o *ethos* da revista, com isso, podemos entender o *ethos* como o que é revelado pelo próprio modo de se expressarem.

45 É pertinente mencionarmos que, no ano de 1923, a revista *Rainha dos Apóstolos* é bimensal, mas a partir do ano de 1924, suas publicações tornam-se mensais, sendo que essa periodicidade da revista é mantida durante todo o período estudado, de 1923 a 1933.

46 Antes de nos atermos a análise da revista é pertinente mencionarmos que a abordagem realizada consiste em analisar os artigos que se remetem aos mártires e qualquer temática relacionada à Romaria do Caaró, pois entende-se que a organização da romaria só foi possível, a partir do processo de ressignificação dos mártires. Ou seja, estudaremos a Romaria do Caaró através do processo de ressignificação dos mártires e não, exclusivamente, artigos referentes à romaria, pois o que se pretende é entender como esse patrimônio cultural é construído.

à tentativa da Igreja de promover a sensibilização popular favorável a beatificação dos mártires (REGINA..., 1924, n. 2, p. 24). Na continuação do artigo *Cultores Martyrum*, março de 1924, os leitores são notificados sobre os passos de um processo de beatificação. Posteriormente, os católicos são convidados a formar uma associação de *Cultores Martyrum*, com alguns membros em todas as paróquias do Rio Grande do Sul, a fim de “propagar o culto aos heróis da fé”, sendo essa a maneira como a revista refere-se aos mártires. Ainda, nesse artigo é narrada aos leitores a história dos heróis missionários, a qual nos é apresentada como um passado grandioso (REGINA..., 1924, n. 3, p. 36).

A obra do intelectual católico, o padre Carlos Teschauer S.J., foi sendo publicada ao longo dos anos, dividida de acordo com os capítulos do livro e foram sendo publicados em edições da revista, perpassando os anos de 1928 até 1931. Essas publicações saem numa seção homônima ao seu livro, *Vida e Obras do Venerável Roque González de Santa Cruz*.

No editorial de 1926 há uma declaração sobre a necessidade da canonização dos santos mártires. “Ao invés de levantar monumentos a homens, cuja importância para a nossa pátria foi quase nula, excelente seria labutar pela canonização dos nossos mártires, os quais abreviaram ou deram sua vida pela civilização dos índios” (RAINHA DOS..., 1926, n. 11, p. 164). Assim a Igreja congrega a população a participar do processo de canonização dos mártires, onde se verifica que esse processo de aproximação dos mártires com a população não foi imediato, além disso, demandou o esforço da Igreja em agregar os católicos a essa causa.⁴⁷

Essa trajetória atinge um excelente nível de debate em 1928, no qual foi rememorado o tricentenário do martírio existem inúmeras referências aos mártires do Caaró. O primeiro artigo sobre os mártires é de julho de 1928, o qual é denominado *Os Martyres Brasileiros* (sic); nesse artigo os católicos são, novamente, motivados a participar do processo de canonização. Entretanto, um dos fatores intrigantes do artigo refere-se ao fato de os mártires serem apresentados como brasileiros, uma vez que, eles não o são, com isso, supomos que talvez seja uma tentativa de aproximá-los da população. Além de brasileiros, eles também são apresentados como heróis nacionais, ou seja, percebemos nessas construções discursivas uma tentativa de aproximar os mártires da população. Nesse mesmo ano, há outro artigo referente ao Pe. Roque González, o qual é apresentado como o mártir do Rio Grande do Sul e responsável por introduzir no estado a cultura cristã, tornando-se, assim, o primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul. No mês seguinte, a revista segue com as homenagens ao tricentenário do martírio através do artigo *Honroso Centenário* (RAINHA DOS..., 1928, n. 9, p. 132), no qual fazem referência a que tipo de homenagem os católicos podem prestar aos mártires, com isso demonstra que se pretende promovê-los junto à população. Ainda nessa publicação, iniciam-se os artigos de Teschauer, sobre a *Vida e Obras do Venerável Roque González de Santa Cruz* (RAINHA DOS..., 1928, n. 9, p. 132). No mês de novembro de 1928, a revista pública

47 Ainda, nessa edição de novembro de 1926, existe na revista uma chamada em que eles anunciam que, a partir do ano de 1927, a revista passará a ter algumas ilustrações e formato maior. Com isso, no ano de 1927, a revista perde suas características de folheto ao passar a apresentar características como: ilustrações, duas colunas, formato maior, entre outros.

uma edição especial sobre o tricentenário do martírio, enfatizando o apostolado do padre Roque Gonzalez. Por fim, em dezembro de 1928, foi publicado *Um Duplo Tricentenário* (RAINHA DOS..., 1928, n. 12, p. 173), no qual se aproxima o tricentenário da história do Rio Grande do Sul com o tricentenário do martírio do Pe. Roque González de Santa Cruz, sendo que ele é apresentado pela revista como *apóstolo e descobridor* do Rio Grande do Sul, cujos atributos são de desbravador, civilizador, conquistador e missionário.

No ano seguinte, na edição de janeiro há uma nítida referência à primeira relíquia católica em território rio-grandense: o coração de Roque González. A revista relata que em 1903 o padre Beccari foi a Roma e, a pedido de Teschauer, reencontrou o coração de Roque González. Beccari evidencia a organização e o empenho da Companhia de Jesus “em Roma teve sorte melhor do que muitas outras ordens religiosas devido aos fatos seguintes” (RAINHA DOS..., 1929, n. 1, p. 70). Apesar de ter sido encontrada em 1903, a relíquia só veio em setembro de 1928, sendo levada para Buenos Aires após um ano. Esse relato demonstra um esforço de padres brasileiros de reaver a memória e o culto ao padre Roque González, esforço que não foi recompensado da maneira como eles pretendiam, uma vez que, vindo o coração de Roma foi encaminhado a Buenos Aires. Além disso, ainda na publicação de janeiro de 1929 (RAINHA DOS..., n. 1, p. 70), identificamos que em Buenos Aires, assim como no Rio Grande do Sul, também foi organizada uma comissão promotora das comemorações do tricentenário do martírio. O campo de batalhas se acentua, pois na edição do mês seguinte, existe referência à disputa entre os clérigos de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul, a fim de promover a beatificação dos mártires, isso através do artigo *A Beatificação dos Veneráveis Mártires Riograndenses*, no qual é mencionada a luta pela beatificação em Buenos Aires. Os editores da revista se posicionam pela Igreja sul-rio-grandense.

No ano de 1930, ainda ocorrem muitas referências aos mártires do Caaró, sendo que o primeiro artigo que trata dessa temática é *Os Protomártires Riograndenses* (RAINHA DOS ..., 1930, n. 1, p. 8), a partir do qual a revista analisa a hipótese de que coube à expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, no século 18, o retardo na beatificação dos mártires, entretanto entende-se que essa proposição é uma justificativa da Igreja para o longo período que separa o martírio da beatificação dos padres, demonstrando com isso que a Igreja não esqueceu o fato. Além disso, a revista nessa edição sugere outra proposição, a de que as comemorações do tricentenário contribuem para o recomeço da causa da beatificação dos mártires.

Na edição de fevereiro de 1930, a revista, investida do discurso da Congregação Pallottina a que representa, dá continuidade ao artigo *Os Protomártires Riograndenses*. Nessa continuação do artigo identificamos a dificuldade que os clérigos encontraram para mobilizar a população sul-rio-grandense em prol da beatificação dos mártires, pois como já observamos, desde 1924, a revista desenvolve a proposta de colaboração da população para a beatificação dos mártires.

Com isso, a leitura que podemos realizar é de que, apesar dos esforços da Igreja Católica em mobilizar a população a participar do processo de beatificação dos mártires,

essa mobilização não estava de acordo com o que a Igreja esperava. Talvez a Igreja esperasse uma maior mobilização dos fiéis, entretanto essa é apenas uma hipótese, pois não existe nenhuma referência a isso na revista.

Em janeiro de 1931, em *Vida e Obras do Venerável Roque González de Santa Cruz*, de Teschauer, está expressa uma visão de criminalização dos indígenas:

Quem urdia a trama de maliciosa crueldade foi, como já apontou acertadamente Southey, um certo Potirava índio fugido das reduções, que votava aos padres um ódio fidalgo e lhes tinha jurado a morte como parecer provar um atentado anterior contra o padre Aragon. Procurando quem lhe servisse de companheiro na empresa infernal, encontrou-se com Nheçú. (RAINHA DOS..., 1931, n. 1, p. 9)

A partir desse fragmento pode-se questionar o caráter demoníaco que o indígena é representado/apresentado aos leitores. Entretanto, o que devemos considerar é o fato de que, no artigo da revista, não identificamos uma posição ponderada, que considerasse que o indígena ao assassinar os padres procurava proteger sua cultura, suas terras, suas crenças, as quais estavam sendo atacadas pela tentativa de cristianização dos indígenas. O único discurso que encontramos na revista enaltece o caráter do martírio e demoniza a figura do indígena, sem ao menos ponderar sobre os motivos que o levaram a adotar tal atitude.⁴⁸

Num outro artigo muito relevante, intitulado como *Lembrando o Primeiro Missionário do Rio Grande do Sul* (RAINHA DOS..., 1933, n. 12, p. 237), relata a organização da população com a primeira Romaria do Caaró. A revista pontua que nesse dia, 15 de novembro de 1933, aproximadamente mil fiéis foram à localidade do Caaró.⁴⁹ Ainda nesse dia foi realizada uma solenidade em que se ergueu uma cruz, a fim de sinalizar o local em que seria erguida a capela, a mesma que resiste até hoje.

Esse artigo narra os primeiros momentos da Romaria do Caaró, uma construção iniciada na revista em 1924, momento em que publica o seu primeiro artigo sobre os mártires do Caaró e mantém suas publicações até o período estudado, em 1933. É necessário compreender o processo de ressignificação dos mártires, no intuito de entender como é construída a Romaria do Caaró, buscando através de uma fonte midiática identificar qual discurso⁵⁰ empregado pela Igreja Católica chegava até a população. Sendo que, a própria revista justifica a presença de assuntos religiosos nos meios de comunicação ao afirmar

48 Ezeula L. de Quadros, ao analisar os acontecimentos de 1628, realiza uma profunda análise sobre os massacres, entre eles a dos indígenas que foram perseguidos após o episódio de 15 de novembro, ao tratar da defesa do Modo de Ser Guarani. Paulo R. M. Oliveira também aprofunda esse debate em sua tese, quando trata da Margem Indígena.

49 Em relação à localidade do Caaró, ela foi reencontrada pelo Padre Luiz Gonzaga Jaeger no ano anterior, ou seja, em 1932, com o auxílio da população local conseguiu encontrar as ruínas da capela, sendo que é essa história que se conta sobre a localização do Caaró.

50 Em relação ao discurso, é pertinente citarmos: “[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9). A partir dessa citação podemos afirmar que o discurso é uma relação de poder, em que se seleciona o que será transmitido aos demais, sendo que a revista *Rainha*, como um meio de comunicação, seleciona o seu discurso, bem como acontece com a Igreja.

que: “atualmente a imprensa domina tudo, e sem ela não se faz nada” (RAINHA DOS ..., 1929, n. 9, p. 85). Essas visões eloquentes do Martírio expressas na mídia católica se infiltraram no corpo do evento da romaria, construindo um universo simbólico particular e uma versão favorável aos missionários. Dessa forma, a revista *Rainha dos Apóstolos* contribuiu e reforçou o significado da Romaria do Caaró, enquanto confirmou uma das origens do patrimônio cultural missionário: o martírio dos três padres, defendido, cultuado, reconhecido e valorizado desde 1933.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por volta das 19h do terceiro domingo do mês de novembro, as comemorações da Romaria do Caaró são encerradas no seu santuário. Gradativamente, os poucos romeiros que lá se encontram ainda recolhem água na fonte sagrada para levarem para suas residências. Outros ainda acendem velas e rezam em frente às lápides simbólicas dos Três Mártires e de Sepé Tiaraju – todos sabem que ali inexistem restos mortais, no entanto, afirmam que sentem a presença espiritual e agradecem pelas graças alcançadas, enquanto renovam os seus atos de fé. Alguns ensaiam os últimos cantos, reverenciam o clero. É o momento de voltarem para casa, em suas excursões, em suas conduções particulares ou coletivas e outros tantos seguem a pé, são os andarilhos que percorrem muitos quilômetros para chegarem ao Santuário e depois irem embora. Esses peregrinos podem caminhar de lugares próximos, mas também de lugares distantes, como do Paraguai, Argentina e Uruguai.

Todos os romeiros circulam pelo santuário com uma certeza, de que exatamente naquele lugar Roque Gonzalez e Afonso Rodriguez deram a sua vida para salvá-los, no dia 15 de novembro de 1628. Alguns romeiros idosos relatam que fazem esse percurso desde que eram crianças, que já perderam a conta de quantas romarias foram, mas sabem que foram muitas, nesses quase 80 anos de peregrinação. Os arautos desse evento, precursores na década de 1930, já nem são mais lembrados. Hoje o movimento tem seu percurso próprio e os atos litúrgicos em meio às festividades encobrem o evento.

A revista *Rainha dos Apóstolos* continua sendo editada, em outro formato, inclusive online. Seus números continuam circulando no evento e são distribuídos gratuitamente. Em suas páginas, ainda persistem narrativas apologéticas aos mártires do Caaró. Os vestígios do passado histórico missionário se misturam com os acontecimentos do tempo presente, e nesse diálogo de permanências e rupturas, percebemos o quanto se constrói a memória social e coletiva da romaria, tendo por princípio a resignificação e atualização do fato fundante.

As obras consultadas da historiografia tradicional e os artigos da revista *Rainha dos Apóstolos* nos permite observar que a Romaria do Caaró é uma prática da cultura popular, mas que coube aos intelectuais da Igreja Católica em normatizar o evento e construir a sua liturgia. A revista *Rainha* facilitou a compreensão do protagonismo dos mártires e se tornou num discurso hegemônico na formação da romaria, antes mesmo

dela acontecer. Assim, a resignificação dos mártires também foi promovida na mídia católica, como construção local, regional, nacional e institucional, portanto, um eficaz e poderoso meio de comunicação que facilitou a construção discursiva e positiva que incentivava a população a se organizar a fim de requerer os mártires como santos católicos.

Mas, o evento está protagonizado pelos seus mitos, ritos, emblemas, sinais e principalmente a sua relíquia – o coração do padre Roque, que movimenta fiéis, curiosos, turistas, estudiosos e que se constitui numa via de acesso ao passado missionário, formatando um exemplar de patrimônio cultural. A cada ano, os romeiros reconhecem, prestigiam, valorizam e lutam por esse patrimônio compreendido como singular à história do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, C. A. S. **O caminho das Missões e seus peregrinos: nova modalidade de produto turístico na região das Missões**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PortoAlegre.
- BARROSO, V. L. M. Educação patrimonial e ensino de História: registros, vivências e proposições. In: BARROSO, V. L. M. et al. [Orgs.]. **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Edições EST, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução de Maurício Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CHARTIER, Roger. A História cultural e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- DAVIS, S. História e patrimônio. In: LAMBERT, P.; SCHOFIELD, P. (Orgs.) **História: introdução ao ensino e à prática**. Tradução R. C. Costa. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 320.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- JAEGER, Luís Gonzaga. **Os três mártires rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1951.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LE GOFF, Jacques. Memória-História. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. V. 1: Verbetes. Documento/monumento.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes/EDUSC, 1989.
- MARIN, Diosen. **Mídia e religião: a Romaria do Caaró nas páginas da Revista Rainha**. 2011. 55 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Graduação em História) - Universidade Federal de

Santa Maria, Santa Maria/RS.

OLIVEIRA, Paulo Rogério de. **O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñezú**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo**: história da produção de uma identidade regional. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, 27, p. 63, 1998.

QUADROS, Ezeula L. de. **A defesa do modo de ser guarani**: o caso de Caaró e Pirapó, em 1628. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata**. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

REUS, João B.; ACERETE, J. **Os três mártires das Missões Guaraníticas da Companhia de Jesus**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.

ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

SANTINI, Cândido. **Triunfos dum coração**. São Leopoldo: Edições do Seminário Central, 1940.

TESCHAUER, Carlos. **Vida e obras do Venerável Roque Gonzalez de Santa Cruz primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Edição da Livraria Americana, 1913.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;

VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones de Guaranés**. Buenos Aires: [s. n.], 2009.

FONTES

A NACIONALIDADE do padre Roque González. **Rainha dos Apóstolos**. Vale Vêneto, p. 26, nov. 1928.

AZEVEDO, Soares d'. Um herói da independência. **Rainha dos Apóstolos**. Vale Vêneto, p. 6-7, nov.1928.

CULTORES Martyrum. **Regina Apostolorum**, p. 24, fev. 1924.

CULTORES Martyrum. **Regina Apostolorum**, p. 36, mar. 1924.

HONROSO centenário. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 132, set. 1928.

LEMBRANDO o primeiro missionário do Rio Grande do Sul. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 237, dez. 1933.

MIDDELDORF, Germano. Os companheiros do padre Roque González. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 19, nov. 1928.

OS PROTOMÁRTIRES riograndenses. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 20, fev. 1930.

OS PROTOMÁRTIRES riograndenses. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 8, jan. 1930.

TESCHAUER, Carlos. Vida e obras do Venerável Roque González de Santa Cruz. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 133-4, set. 1928.

TESCHAUER, Carlos. Vida e obras do Venerável Roque González de Santa Cruz. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 9, jan. de 1931.

UM DUPLO tricentenário. **Rainha dos Apóstolos**, Vale Vêneto, p. 173, dez. 1928.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO: O LOCAL DA MORTE DO PADRE CRISTÓVÃO DE MENDONZA NAS TERRAS DO SUL DO BRASIL

ARTUR HENRIQUE FRANCO BARCELOS

Em 1635, em algum ponto do atual território do Rio Grande do Sul, ou, com alguma precisão a mais, em algum ponto entre o município de Caxias do Sul e o município de São Sebastião do Caí, faleceu o missionário jesuíta Cristóvão de Mendoza y Orellana. Até aqui um fato, um dado, que a documentação produzida ainda no século XVII pode corroborar. O contexto dessa morte é o do início da ação missionária jesuítica nas terras da então Banda Oriental do Rio Uruguai. O padre Cristóvão de Mendoza foi precedido por outros missionários, entre eles, o celebrizado Roque Gonzáles de Santa Cruz, que também encontrou a morte sete anos antes, no noroeste do atual Rio Grande do Sul. As primeiras décadas do século XVII representaram para os missionários jesuítas um momento de expansão de suas atividades, em busca das populações indígenas que possuíam poucos contatos com os europeus ou que ainda não tivessem estabelecido relações diretas com estes. Mesmo a historiografia não produzida pelos jesuítas, ou aquela de caráter enaltecendor de seus feitos, concorda com as dificuldades enfrentadas por esses missionários nos primeiros anos. Não apenas na região platina, mas em diversas outras áreas do continente americano (BARCELOS, 2006). E entre essas dificuldades destaca-se a resistência, direta ou indireta, que alguns grupos indígenas impuseram à conquista e colonização promovidas pelos europeus e fortemente calcada no braço católico. Assim, chega a algo em torno de três centenas o número de missionários jesuítas que perderam a vida na América e alcançaram, em seguida ou posteriormente, o epíteto de mártires. O longo processo histórico que se desenrolou desde as primeiras incursões dos missionários em territórios indígenas, passando pelos êxitos e fracassos na redução de populações nativas e o posterior declínio da ação jesuítica, no período colonial, já foi fartamente estudado, resultando em uma historiografia que remonta a centenas de títulos, nos mais diversos idiomas. Contudo, são recentes os estudos sobre as vinculações das construções historiográficas acerca da temática e o estabelecimento de marcos patrimoniais compartilhados por inúmeras pessoas em todo o continente americano.

O caso da morte, e posterior configuração como “evento de martírio” e sua apropriação como patrimônio sacro de uma comunidade mais conhecido é, sem dúvida, o de Roque Gonzáles de Santa Cruz. Esse missionário jesuíta foi morto em algum lugar do noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, em 1628. Atualmente, historiadores e pesquisadores autônomos têm se dedicado ao estudo desse fenômeno, encarando-o ora como evento real, cuja apropriação legitima-se por si mesma, ora como uma construção social, ocorrida ao longo do século XX. São muitos os trabalhos publicados por historiadores e diletantes a respeito do tema. Porém, encontra-se, invariavelmente, uma tendência à sacralização dos fatos, deslocando a perspectiva crítica e dando por sentada a legitimidade da patrimonialização dos lugares onde o evento teria ocorrido.

Curiosamente, na região onde se constrói um autorreconhecimento, como “Terra e Sangue das Missões”, a saber, o município de Roque Gonzáles, há também um movimento que busca enaltecer e reconhecer como personagem relevante o alegado responsável pela morte do Padre Roque Gonzáles. Trata-se do cacique Guarani Nheçú. Também grafado como Ñeçú. Esse personagem liga-se, pela documentação histórica legada pelos jesuítas e de parte da historiografia, a um lugar específico: o Cerro do Inhacurutum. Nesse local, desde os anos 80 do século passado, alguns agentes buscam seu reconhecimento como “lugar histórico”, e o papel de Nheçu como sujeito ativo e defensor da terra indígena. Em uma complexa colagem de aspectos do passado colonial da região, Nheçu é visto como “[...] um dos primeiros líderes a perceber os problemas que a aculturação branca trazia para o continente de *Nuestra América del Sur!*”⁵¹

Mais do que reverenciar a figura de Nheçu, essas reivindicações se desdobram em propostas de patrimonialização do Cerro do Inhacurutum, com o corolário do possível desenvolvimento pelo turismo histórico e cultural. Nelson Hoffman (2006) relata que existe um “Grupo de Amigos de Nheçu”, os quais almejam há tempos que se constitua algum marco físico em sua memória. Esse grupo, formado por sete famílias que vivem nas imediações do Cerro, resolveu adotá-lo. Tratando do tema, o autor refere-se à proposta de construção de uma estátua em homenagem, não a Nheçú, mas ao papel dos índios que o serviam como vigias de suas terras. Supostamente, no alto do Cerro ficariam os vigias. Hoffmann denomina essa hipotética figura como “O Bombeador”, utilizando-se de um termo regional que designa aquele que espiona, espreita, vigia, observa, etc. (HOFFMANN, 2006, p. 96). Aqui, outra clara confusão em atribuir a uma suposta atividade indígena do século XVII um epíteto anacrônico, posto que, o termo Bombeador não era frequente no período em que os primeiros jesuítas travaram contato com os guaranis. Mas esse é um aspecto de menor importância. Importa sim, o fato de que o grupo pretendia erguer

[...] lá no alto, uma gigantesca estátua de um índio guarani estilizado. Seria o Bombeador. O interior da estátua seria oco, permitindo a entrada de pessoas e, por seu interior, o alcance dos olhos, que seriam duas lunetas, e proporcionariam ao visitante a chance de vistoriar, conhecer e admirar a imensa paisagem que se desenrola por dezenas de quilômetros em derredor. **O espetáculo é magnífico, chamaria a atenção e o turista, em breve, estaria sempre presente. Em caravanas, E a própria região mudaria seu perfil de dificuldades e quase abandono.** (HOFFMANN, 2006, p. 99, grifo nosso)

E não apenas associações locais e historiadores diletantes defendem a patrimonialização do Cerro do Inhacurutum com base em sua relação com eventos e personagens históricos. O *Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira*, promovido em 2008, por um convênio entre Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan, o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico-IAPH, e a Universidade Regional Integrada-URI Santo Ângelo, aponta, no tocante ao Diagnóstico Turístico do município de Roque Gonzáles, que “O Serro do

Inhacurutum, moradia do xamã Nheçu na época da catequização indígena nas Missões, é outro ponto turístico forte do município”.⁵²

Quanto ao reverso dessa medalha, ou seja, a vítima de martírio apropriada pela historiografia e elevada à condição de Santo, ou seja, o missionário Padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, há diversos trabalhos acadêmicos. Destaco aqui a recente tese de Paulo Oliveira (2009), que abordou o conflito/encontro entre Roque Gonzáles e Nheçu, analisando as imagens construídas ao longo do tempo em torno desses dois personagens. E, especificamente, sobre a apropriação patrimonial e turística do local de morte de Roque Gonzáles, indico o trabalho que vem realizando Julio Quevedo dos Santos (2011), o qual, pela extensa pesquisa documental e bibliográfica e de seus trabalhos etnográficos na Romaria do Caaró, tem demonstrado o complexo processo de determinação do lugar, sua apropriação pela comunidade católica, e sua inclusão nos roteiros turísticos da chamada Região Missioneira .

Assim como Roque Gonzáles de Santa Cruz, Nheçu, e tantos outros personagens envolvidos no passado colonial do Sul do Brasil e vinculados às missões jesuítas, Cristóvão de Mendoza também é o referencial para um emaranhado de construções patrimoniais. Almejadas ou concretas. O que pretendo demonstrar são os processos e mecanismos que levaram ao aparecimento de ao menos quatro lugares distintos atribuídos ao local de morte do Padre Cristóvão de Mendoza e sua apropriação por diferentes agentes no intuito de construir elementos patrimoniais relacionados a esse personagem.

Meu interesse por esse assunto foi despertado a partir de um convite realizado pela Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, do município de Tabai, RS, em março de 2008. Na ocasião, a pessoa que realizava o convite me informava que o *III Seminário em Comemoração aos 373 Anos da Origem do Tradicionalismo Gaúcho* estava inspirado na figura do Padre Cristóvão de Mendoza y Orellana. A premissa era a de que o referido jesuíta teria sido o introdutor do gado bovino nas terras do atual Rio Grande do Sul. E dada a vinculação da imagem do “gaúcho” com o gado e sua criação, Cristóvão de Mendoza seria um dos precursores, se não “o” precursor das tradições gaúchas. Essa referência ao papel do Padre Cristóvão de Mendoza como introdutor do gado bovino no Rio Grande do Sul não constitui novidade e é voz corrente entre os chamados tradicionalistas, bem como em parte da historiografia gaúcha. O dado novo que atraiu minha atenção foi o fato que o convite mencionava Cristóvão de Mendoza como tendo sido morto por indígenas, nas terras que atualmente pertencem ao município de Tabai. E é justamente aqui que me deparei com um processo de “construção” patrimonial. Antes de elaborar uma resposta ao convite, debrucei-me sobre a questão. A fonte na qual se baseavam os promotores do evento em Tabai era o livro *Raízes do Tradicionalismo Gaúcho*, de autoria de Emiliano Limberger (2004). Esse autor, na obra citada, busca através de estudos etimológicos, toponímicos e documentais, determinar o local da morte de Cristóvão de Mendoza. Por serem muitos e carentes de precisão os argumentos do autor, destaco apenas um extrato que talvez tenha passado despercebido pelos proponentes do

51 ígrafe de abertura do blog de internet Tribo de Nheçu. Disponível em: <www.inhacurutum.blogspot.com/2010/01/cerro-do-inhacurutum.html>. Acesso em: mar. 2012.

52 Disponível em: <www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file934.pdf>. Acesso em: mar. 2012.

evento. Limberger afirma que o martírio teria se dado na localidade de Tabaí, pertencente ao município de Paverama. É o próprio autor que trata de demarcar a diferença entre a localidade e o município de mesmo nome:

Onde se localizaria à época esta ‘Villaroyon’ ou na linguagem guaranítica talvez fosse (ou poderia ter sido) ‘Tabaroyon’, de que se poderia ter originado a atual designação ‘Taba’? Trata-se por enquanto de meras suposições, mas em situações semelhantes assim se chegou a recolocação toponímica de então. Nesta região ainda hoje subsiste a localidade de Tabaí, ao sopé da serraria dos morros Azul e dos Cavalos. (não confundir com nova cidade de mesmo nome junto às BR/RS). (LIMBERGER, 2004, p. 35).

Aqui, um pequeno equívoco, cujas consequências em termos patrimoniais são imprevisíveis. Limberger percorreu a localidade de Tabaí (Paverama, RS) e afirma que identificou o local da morte, descrevendo inclusive um método duvidoso: “*Em recente pesquisa in loco inclusive com pendulação confirmou-se ser esta a verdadeira localização do martírio do Pe. Cristóvão de Mendoza y Orellana S. J. em 26/27 de Abril de 1635*”. (LIMBERGER, 2004, p. 38, grifo nosso)

Para além de discutir os métodos questionáveis do autor, importam aqui as implicações da recepção e apropriação de suas conclusões por agentes públicos, envolvidos no estabelecimento e promoção de patrimônios. Quando um local histórico é apropriado por uma sociedade como parte de sua memória, criam-se as condições para que esse local seja também apropriado como símbolo de identidade local e regional. Contudo, estabelecer um local de importância histórica pressupõe certezas que as pesquisas históricas ou arqueológicas nem sempre são capazes de oferecer.

O local da morte do Padre Cristóvão de Mendonza é um bom exemplo das dificuldades encontradas quando se trata de localidades do atual território do Rio Grande do Sul relacionadas às missões jesuíticas do século XVII, comumente chamadas de “Missões da Primeira Fase”. Os registros feitos pelos jesuítas relativos às suas atividades de evangelização davam-se por meio de diversas espécies documentais, tais como, diários, informes, instruções e, sobretudo, por meio das chamadas *Cartas Annuas*. Essas eram elaboradas pelos Padres Provinciais de relatos enviados pelos missionários das mais diferentes localidades em que se encontravam. Originais ou cópias dessas *Cartas Annuas*, dos séculos XVII e XVIII, se encontram em arquivos europeus e americanos, e algumas estão publicadas no Brasil e na Argentina. Outra fonte de informações de que dispomos são as crônicas escritas por alguns missionários. Para o Rio Grande do Sul do século XVII, no tocante à presença dos jesuítas, um dos textos mais referidos é *Conquista Espiritual Feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Provincias do Paraguai, Paraná e Tape*” (MONTROYA, 1985), cujo título original é *Conquista Espiritual Hecha por los Religiosos de la Compañia de Jesus en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape*, que foi publicado na Espanha, em 1640. Nesse livro, o Padre Antônio Ruiz de Montoya descreve a morte de Cristóvão de Mendonza e, entre outras informações imprecisas para a atualidade, se refere que ele encontrava-se na “terra dos Caaguas”, local

de difícil identificação, visto que a terra dos Caaguas era localizada como sendo entre a região do Tape (área de predominância guarani) e o litoral. Montoya continua sendo a fonte mais visitada quando se trata de identificar esse e outros eventos do período. Os autores que se dedicaram à morte de Cristóvão de Mendoza após Montoya, ainda nos séculos XVII e XVIII, também se baseavam em sua narrativa.

No século XIX, a imprecisão a esse respeito era tanta que encontramos esta nota de rodapé em um livro de Evaristo Affonso de Castro, ao tratar sobre possíveis tesouros de jesuítas:

No lugar duma destas reduções abandonadas, situadas na serra dos Tapes, onde os jesuítas por ocasião de sua fuga haviam enterrado um precioso tesouro, que ficou perdido, e que provavelmente foi ocultado pelo Padre Cristóvão de Mendonça, que anos depois foi assassinado pelos índios charruas, nas imediações de São Borja; [...]. (CASTRO, 1887, p. 14, grifo nosso)

Em 1918, o Padre Carlos Teschauer, também jesuíta, publicou sua *História do Rio Grande do Sul dos Dois Primeiros Séculos*. Nela, trata do martírio de Cristóvão de Mendoza. Seguindo os cronistas, atribuiu a morte do missionário à conspiração de um indígena chamado Taiabaí. E a única identificação do local que oferece é a que segue:

Julgando-se [o padre Cristóvão] mais seguro e menos estorvado em suas maquinações no Ibia, região da bacia do Caí (?), reuniu os chefes principais e lhes aconselhou com muita loquacidade que não permitissem aos padres acabarem com os costumes dos índios. [...] No dia combinado, e levando em sua companhia a numerosos homens armados, os principais conspiradores se esconderam num lugar onde calcularam houvesse de passar o padre Mendoza, ao voltar do Caágua (TESCHAUER, 2002, v. 1, p. 207).

Teschauer, acostumado a fontes jesuíticas, não se atreve a definir o local, inserindo até mesmo um ponto de interrogação quando se refere à bacia do Caí. E apenas nos informa que poderia ser um lugar por onde passava o Padre Mendoza ao retornar do Caágua.

Numa informação dada por Serafim Leite, em um artigo publicado na revista *Província de São Pedro* (1946, n. 2, n. 5, p. 9), consta:

Por outro lado, sabe-se que o local em que foi morto o P. Cristóvão de Mendoza, em 1635 é o Ibiá, no município de Caí e diz o P. Inácio de Sequeira que o mataram os homens do Anjo, o qual por meio de um filho seu, o Terreiro Espantoso, se comunicava com o mesmo P. Sequeira.

Assim, temos outra localização para a morte de Cristóvão de Mendoza, o município de São Sebastião do Caí. No entanto, em que pesem as opiniões de Serafim Leite e Emiliano Limberger, outro município do Rio Grande do Sul parece ter tomado a dianteira em termos de apropriação desse acontecimento para efeitos de estabelecimento de um patrimônio local. Caxias do Sul há muito já estabeleceu oficialmente em seu calendário as

celebrações do martírio do Padre Mendonza, o qual, segundo a versão local, teria ocorrido na localidade de Água Azul, no distrito de Santa Lúcia do Piaí. A principal referência dos caxienses é o trabalho do historiador local Mário Gardelin. Cito, por exemplo, o trecho do livro de Gardelin em que se refere a esse assunto:

Um esquecimento secular caiu sobre a vida e a morte do p. Cristóvão. A retomada das pesquisas, com o retorno ao Rio Grande do Sul dos jesuítas no século passado, baseadas em farta documentação, fez com que Aurélio Porto e Luiz Gonzaga Jaeger tratassem da questão e iniciassem as primeiras buscas referentes ao local. Foi em 29 de novembro de 1940, há, portanto, 49 anos, que o local foi identificado, **embora ficassem algumas dúvidas a respeito**. Divulgada a notícia, a população entusiasmou-se. Foi construída uma capela, dedicada a Cristo Crucificado. A Mitra Diocesana recebeu em doação 20 há. Anualmente, com grande concurso popular, o aniversário da morte do padre é recordado e sua contribuição à história do Rio Grande do Sul festejada. (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 120, **grifo nosso**).

Como é possível verificar, Caxias do Sul já internalizou a ideia que, em seu território, na localidade de Água Azul, distrito de Santa Lúcia do Piaí, deu-se a morte do Padre Mendonza. E isso com base nos estudos de Aurélio Porto, conhecido autor sobre o tema dos jesuítas no Sul do Brasil, e Luiz Gonzaga Jaeger, também pesquisador da temática, e ligado ao Instituto Anchieta de Pesquisas, de São Leopoldo, ambos já falecidos. O que chamo a atenção é justamente para o fato que, quando uma sociedade se apropria de determinado aspecto do passado e o transforma em patrimônio histórico e social, o sentimento torna-se arraigado e propicia a inclusão do evento no calendário festivo de tal sociedade.

Recentemente, o deputado Federal Ruy Pauletti encaminhou um projeto para que Água Azul seja considerada patrimônio histórico, com base na tradição estabelecida em Caxias do Sul, como pode ser visto em notícia do *Jornal Correio Riograndense* (2005, 27 abr.):

Água Azul pode ser patrimônio histórico. Projeto de lei do deputado Ruy Pauletti quer transformar a capela, a fonte e o sítio histórico da localidade de Água Azul, em Santa Lúcia do Piaí, distrito de Caxias do Sul, em Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul. Água Azul foi o local onde morreu assassinado o padre jesuíta Cristóvão de Mendoza em 1635. O nome da localidade é uma referência à fonte onde teria sido jogado o corpo do mártir. A comunidade celebrou os 370 anos da morte do padre no último dia 24 de abril com missa solene a almoço de confraternização. O projeto está sendo avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa.

Em que pese ações já empreendidas por agentes locais e políticos de Caxias do Sul, outros municípios seguem reivindicando sua vinculação com a morte de Mendoza. Com base nas informações de Emiliano Limberger sobre a possível localização da morte do Padre Mendonza, o município de Paverama referendou outra localidade, que pertence a seu território:

Uma cavalgada, uma missa crioula e um seminário histórico homenagearam os 370 do martírio do Padre Cristóvão de Mendoza y Orellana – jesuíta que introduziu o cavalo e o gado no Rio Grande do Sul. O evento realizado no município de Paverama aconteceu de 21 a 24 de abril. De acordo com o pesquisador Emiliano Limberger, a chegada do Pe. Cristóvão no Estado, com a introdução das lides campeiras, seria considerada a data de origem do tradicionalismo gaúcho. “Começaram a criar gado, lidar com cavalo, criar ovelha, usar o laço, o chiripá, depois a bombacha; começou assim”, explica Limberger. O pesquisador é também autor do livro “Raízes do Tradicionalismo Gaúcho”, publicado pelo MTG e lançado durante o evento em Paverama. A cavalgada retomou o roteiro original do Pe. Cristóvão de Mendoza saindo de Vera Cruz (sede da antiga redução de Jesus-Maria 1633 – 1637), passando por Venâncio Aires, Lajeado (Parque do Imigrante: última região visitada pelo pioneiro) até o local do martírio do Pe. Cristóvão no **município de Paverama**, Alto Taquari. Após a chegada da cavalgada houve uma Missa Crioula, celebrada pelo Pe. Gerson Schmidt. O seminário “Resgate histórico do Tradicionalismo Gaúcho” teve o relato da pesquisa da região e escavações da caverna “Penedo das Pombas”, elaborada pelo professor da Unisc, Pedro Mentz Ribeiro, além, é claro, do relato da pesquisa de Limberger. Já está sendo programada uma cavalgada no ano que vem, só que no sentido inverso. “Vai ser bem mais incrementado, porque as pessoas já estão entendendo a importância desse fato”, salienta o pesquisador. (**grifo nosso**)⁵³

Até aqui, temos, com base em diferentes autores, as localidades de Tabaí, Paverama e Caxias do Sul. E isso sem incluir São Sebastião do Caí, por não ter esse município realizado até o momento, nenhuma ação patrimonial vinculada à morte do Padre Mendoza, embora Serafim Leite pudesse lhes servir de referência.

Não bastasse o exposto, outro município vem somar-se aos anteriores. O jornal *A Gazeta do Sul* noticiou, em 21 de abril de 2007:

Vera Cruz receberá cavalgada em homenagem ao padre Cristóvão Mendoza y Orellana. O introdutor da primeira tropa de gado e cavalos no Rio Grande do Sul, padre Cristóvão Mendoza y Orellana, será lembrado em Vera Cruz neste domingo (22) quando uma cavalgada chegará ao Município. De acordo com o coordenador do Departamento de Cultura Guaranítica do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), Emiliano Limberger, o túmulo do padre Cristóvão Mendoza y Orellana está na localidade de Linha Tapera. Limberger explica que no ano de 1.634, o padre trouxe a primeira tropa de gado ao Estado. Foram cerca de 1,5 mil rezes vindas do Paraguai, além de cerca de 50 cavalos. “Todo o gauchismo se deve a esse fato”, considera, Limberger, que lembra que o padre foi morto no município de Tabaí, em abril de 1.635, depois de um martírio de dois dias. De Tabaí o corpo foi conduzido até a localidade de Linha Tapera, interior de Vera Cruz, porque, segundo o coordenador do Departamento de Cultura guaranítica, a localidade é a sede de Jesus Maria. Os cavalarianos partiram na quinta-feira (19) de abril, de Tabaí. A previsão de chegada em Vera Cruz é às 11 horas, para um almoço e, às 16h30, será realizada uma missa crioula em Linha Tapera.⁵⁴

53 Extraído do site <<http://www.mtg.org.br/jornal46.html>>. Acesso em: mar. 2008. Infelizmente, este conteúdo já não se encontra mais disponível.

54 <http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_ultimas.php&intIdUltimaNoticia=43416>. Acesso em: março

Novamente, a fonte da informação é Emiliano Limberger. Aqui, abrindo outro aspecto patrimonial. Não se trata agora do local de morte do Padre Cristóvão, mas sim, de sua sepultura. As fontes históricas realmente indicam que Cristóvão de Mendoza não foi sepultado no mesmo local de sua morte, mas que seu corpo teria sido levado para a Redução de Jesus Maria. O espólio desse mártir possui assim, duas vertentes, o local da morte e o local do sepultamento. O município de Vera Cruz segue em sua apropriação e, neste ano de 2011, anuncia mais um evento:

Semana Missioneira será em abril. O Instituto Pró-Memória Sepé Tiaraju, com o apoio da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), na Assembléia Legislativa (AL), a Semana Missioneira, a ser realizada de 19 a 25 de abril, em diversos municípios. O diretor técnico do IGTF, Claudio Knierim, explicou que o objetivo do evento é resgatar a cultura Guarani, além de promover a conscientização sobre a importância dessa herança para os gaúchos. A abertura oficial da semana será no dia 20 de abril, às 20 horas, no Teatro Dante Barone da AL, com show do cantor missioneiro Pedro Ortega. A data de abertura é consagrada ao índio e o encerramento relembra o mártir do padre jesuíta o mártir do padre jesuíta Cristóvão de Mendoza y Orellana, que impulsionou a criação, em larga escala, de gado, equinos e ovinos em terras gaúchas. **Por ironia, ele foi morto pelos índios guaranis no dia 25 de abril de 1935, em Vera Cruz**, que será o ponto de encontro de quatro cavalgadas que sairão de São Gabriel, Rio Pardo, São Miguel das Missões e Tabai. O encerramento da Semana será em Vera Cruz, com uma missa missioneira. A programação incluirá apresentações artísticas, exposições, palestras e desfiles. (JORNAL CORREIO DO POVO, 17 mar. 2011, **grifo nosso**)

O evento programado para este ano de 2011 está calcado em outra hipótese, a de que o município de Vera Cruz abrigaria o local da morte de Cristóvão de Mendoza e não de seu sepultamento, como feito em 2007, entrando na disputa com Tabai, Caxias e Paverama.

Quatro municípios, um evento, muitas expectativas e investimentos públicos e privados em ações patrimoniais. Como visto, tanto Paverama quanto Vera Cruz, trataram de organizar cavalgadas, feiras e festas em torno da já mitificada morte de Cristóvão de Mendoza. Tabai, ao menos em 2008, organizou um Seminário que se baseava na possibilidade de que a cidade teria sido o local da morte de Cristóvão de Mendoza. E Caxias do Sul possui um local, Santa Lúcia do Piaí, onde a cada ano, em abril, centenas de pessoas se reúnem para homenagear Cristóvão de Mendoza no local de sua morte. O que se apreende desse caso são as formas de apropriação do passado, em um contexto atual onde os municípios buscam no turismo religioso e cultural, alternativas econômicas e elementos de constituição das memórias locais.

Trata-se de um tema que para alguns historiadores pode não ter muita importância, mas para os municípios de Tabai, Paverama, Vera Cruz e Caxias do Sul e seus respectivos habitantes sim. Trata-se de uma construção da memória e da história local, que pode ter desdobramentos futuros. Sendo assim, tentar identificar o possível local da morte

do P. Mendoza e “afirmar” que se situa em território de um determinado município exige compromisso social e responsabilidade de quem faz as afirmações. Pois, uma vez convencida a comunidade local sobre o fato alegado, ela irá dirigir seus esforços para a preservação de sua memória, através de eventos e monumentos. No tocante a questões que envolvem a religiosidade, isso ganha ainda mais importância ao pensar-se em procissões, festas e celebrações no local indicado. Estamos diante de um caso de construção patrimonial, onde distintos elementos da história são acessados e ativados para que se constitua uma memória local que possa ser apropriada pelos agentes públicos e privados, na forma de eventos e marcos materiais.

A questão de fundo refere-se à própria concepção de Patrimônio Histórico e/ou Cultural acionada pelos agentes envolvidos em processos de patrimonialização de lugares. Mormente quando esses processos vinculam-se a alternativas de sustentabilidade por meio do turismo. Ronaldo Dias, ao definir o patrimônio cultural, afirma que:

[...] é considerado, atualmente, um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram **legados pelos nossos antepassados** e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e novos significados, os quais, provavelmente, deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades sócio-culturais. (DIAS, 2006, p. 68, **grifo nosso**)

Questiono aqui a perspectiva de que o patrimônio cultural seja algo “legado” pelos antepassados. Essa premissa atribui um valor de *per se* aos bens materiais ou imateriais que chegaram até as gerações atuais. Ainda que o autor reconheça o acréscimo de novos conteúdos e significados que são atribuídos a esses bens, a ideia de um legado a ser transmitido, deixa transparecer um devir desses bens, cuja destinação seria sua constituição como patrimônio, passando de geração em geração. Em outro caminho, e partindo de outras premissas, Lorenç Prats refere-se ao patrimônio como resultante de um processo de construção ou invenção social.

Asocio los procesos de invención con la capacidad de generar discursos sobre la realidad con visos de adquirir cartas de naturaleza, y por tanto, con el poder (no sólo con el poder político si como tal se entiende exclusivamente el que deriva del estado). Y asocio la idea de construcción social con los procesos de legitimación, es decir, de asimilación social de estos discursos más o menos inalterados. Podríamos decir, pues, que ninguna invención adquiere autoridad hasta que no se legitima como construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado (ya sea en sus elementos, en su composición y/o en sus significados) por el poder, por lo menos, repito, por lo que al patrimonio cultural se refiere. (PRATS, 1998, p. 63-64)

Dessa perspectiva, há que se considerar os elementos que geram discursos e processos de legitimação. Nos casos aqui esboçados, os referentes acionados pelos agentes envolvidos têm sido, quase que invariavelmente, os documentos históricos e a

2008. Infelizmente, este conteúdo também não se encontra mais disponível.

historiografia. Em linhas gerais, os agentes locais, principais responsáveis pelos processos de patrimonialização de lugares, ignoram a crítica documental e historiográfica acerca dos temas aos quais se baseiam. Da mesma forma, autores diletantes tampouco reconhecem a necessidade de uma análise crítica das fontes consultadas. Sobretudo, quando as tomam de segunda mão, através de autores que a historiografia mais contemporânea trata de revisar constantemente. Para além dessas assimilações quase diretas de fontes históricas ou autores consagrados, está o fato de que as afirmações dos agentes locais acabam elaborando discursos e legitimando processos, no que Prats identifica como uma construção social ou invenção legitimada. O vínculo de lugares ou objetos com personagens ilustres ou eventos históricos sacralizados é uma das principais ferramentas de legitimação nos processos de patrimonialização. Prats (1997, p. 22) alerta, porém, que isso é parte da questão, mas não seu elemento central, pois, segundo ele:

Los parámetros que definen lo que actualmente entendemos por patrimonio no son pues su carácter básico de construcción social (o de invención legitimada) ni su supuesta genealogía. Éstos pueden constituir, en lo mejor de los casos, si se interpretan correctamente, constataciones elementales. Pero el factor determinante es su carácter simbólico, su capacidad para representar simbólicamente una identidad. Esto es lo que explica el cómo y el porque se movilizan recursos para conservarlo y exponerlo. (grifo nosso)

Ao fim e ao cabo, são as identidades locais que estão sendo elaboradas e reelaboradas a cada ação concreta dos agentes sociais. Os sentimentos de pertença a uma determinada comunidade, ao seu passado e à sua memória são elementos centrais na construção da identidade. E os elementos patrimoniais jogam um papel central nessa construção. O caso em questão envolve uma série de ações, recursos públicos e privados, expectativas das comunidades e, segundo procurei demonstrar, baseiam-se em referências históricas pouco confiáveis. Porém, como aponta Lorenç Prats, não se trata de veracidade, mas sim dos elementos e da carga simbólica que podem ser vinculados aos eventos ou locais acionados. Prats refere-se às ativações de patrimônios e aos mecanismos que os agentes acionam para realizá-las. Em Paverama, Vera Cruz, Tabai e Caxias do Sul, esses elementos estão ligados ao fato de que parte da historiografia gaúcha legitimou o martírio de Cristóvão de Mendoza, sacralizando esse evento e sobrepondo-o a outros ocorridos no mesmo período. Compartilhar no presente esse passado, idealizado e sacralizado, reforça aspectos identitários das comunidades e abre a possibilidade para as distintas apropriações, como demonstrado. Desvendar esses mecanismos, suas referências e, porque não, suas consequências econômicas, turísticas e identitárias permite demarcar um processo de construção de patrimônios, mormente aqueles vinculados a eventos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, Artur H. F. **O mergulho no *Seculum***: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. 2006. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

CASTRO, Evaristo Affonso de. **Notícia descritiva da Região Missioneira**. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 68-69.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias**: origens. Porto Alegre: Edições EST, 1993.

HOFFMANN, Nelson. **Terra de Nheçu**. Santo Ângelo: EDIURI, 2006.

JORNAL CORREIO DO POVO, 17 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=168&Caderno=0&Moticia=269127>>. Acesso em: mar. 2012.

JORNAL CORREIO RIOGRANDENSE, Caxias do Sul, RS, 27 abr. 2008.

LEITE, Serafim, S. J., Pe. Os jesuítas no Brasil e a Aldeia de Caibi ou do Anjo no Rio Grande do Sul – 1626. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 7-9, jun. 1946.

LIMBERGER, Emiliano J. K. **Raízes do tradicionalismo gaúcho**. Porto Alegre: Editora Movimento: MTG, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo. **O Encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque Gonzáles nas terras de Ñezú**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

_____. El concepto de patrimonio cultural. **Revista Política y Sociedad**, Madrid, n. 27, 1998.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná e Tape**. 1. ed. bras. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

SANTOS, Júlio R. Q. dos. **Romaria do Caaró**: entre a educação histórica e a educação patrimonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 25, 2011. **Anais... ANPUH**, 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300919651_ARQUIVO_RomariadoCaaroEducacaoHistoricaePatrimonialSNH2011XVISimposio.pdf>. Acesso em: mar. 2012.

TESCHAUER, Carlos. **História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. v. 1.

A GUERRA DO CONTESTADO NO SUL DO BRASIL: UM ENFOQUE ARQUEOLÓGICO*

JAISSON TEIXEIRA LINO

CONTEXTUALIZANDO O TEMA

Em 2008, intrigaram-me alguns achados durante um projeto de arqueologia preventiva no município de Ibicaré, no meio-oeste de Santa Catarina. Minha equipe registrou nas proximidades da ferrovia São Paulo – Rio Grande, o que, por informações orais, foram identificados como sendo ruínas de casas de turma, locais destinados à habitação de funcionários da estrada de ferro. Desde então, instiguei-me a pesquisar e, posteriormente, criar uma hipótese de trabalho, em que os vestígios materiais ligados ao conflito do Contestado pudessem ser mapeados, registrados e estudados a partir do viés da arqueologia. Somado a isso, notei que boa parte dos arqueólogos quando pesquisam na região, domesticam seus olhos para sítios arqueológicos “clássicos”, em sua maioria procurando e encontrando às centenas, exclusivamente locais de assentamentos pré-históricos.

A partir dessa experiência, surgiu o interesse de desenvolver um estudo que manifestasse a possibilidade de pesquisas arqueológicas sobre a Guerra do Contestado e suas relações com os projetos capitalistas e a religiosidade popular. Como fazer isso para um tema ausente de pesquisas anteriores? A solução encontrada foi fazer uma “escavação” em trabalhos de colegas de outras áreas das ciências sociais, buscando nos textos os elementos da cultura material que marcaram, significativamente, a paisagem regional.

Assim, pois, estabeleceu-se o objetivo principal da pesquisa: realizar um estudo de cunho interdisciplinar, relacionando história e arqueologia no contexto da Guerra do Contestado (1912-1916), que ocorreu na região do Vale do Rio do Peixe, planalto serrano do Estado de Santa Catarina. Procurou-se, através do estudo da cultura material, perceber as profundas transformações na paisagem cultural regional, com especial ênfase na identificação de sítios arqueológicos relacionados com o conflito.

A Guerra do Contestado aconteceu no Planalto Sul brasileiro entre os anos de 1912 e 1916, culminando com a morte de mais de 6 mil pessoas⁵⁵, sendo, a maioria, caboclos pobres que resistiram a dezenas de expedições militares. Seu epicentro ocorreu onde hoje se encontra a região do meio oeste do Estado de Santa Catarina (vide figura 1), local de disputas lindeiras entre o Brasil e a Argentina no século XIX, e, posteriormente, entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, daí advindo o nome de “Contestado”.⁵⁶ Historiadores até hoje discutem as razões para a eclosão do conflito, com diversas explicações que podem ser assim resumidas:

* Este artigo é uma síntese de pesquisa de doutorado concluída no ano de 2012, dentro do programa “Quaternário: Materiais e Culturas”, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD), de Portugal. Ver LINO (2011).

55 Trata-se de um dado estimado, já que há ausência de dados mais precisos nas fontes que tratam das mortes do lado sertanejo.

56 Esses conflitos por interesses territoriais podem ser melhor conhecidos por meio da leitura do trabalho de HEINSFELD (1996).

1- o “fanatismo” religioso ou formas de messianismo que impeliram aos ajuntamentos e, por conseguinte, atraíram a atenção das autoridades, a exemplo do episódio de Canudos (ver, por exemplo, MONTEIRO, 1974 e CAVALCANTI, 2006); 2- a ignorância e a rudeza da população regional, afeita às peleias e ao banditismo (ver, por exemplo, LUZ, 1952); 3- a questão de limites mal resolvida entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que transformaram a região em uma “terra de ninguém” (ver crítica em: MACHADO, 2004); 4- a ruptura com as velhas formas de coronelismo e compadrio, típicas dos sertões brasileiros (ver crítica em: MACHADO, 2004); 5- os projetos capitalistas que expropriaram a população de seu bem mais valioso, a terra, cortando o sertão⁵⁷ com a construção de ferrovias e serrarias (ver, por exemplo: VALENTINI, 2009). Destacadas as presumíveis principais motivações do conflito, seria de se pensar seriamente na possibilidade de que houve uma junção de fatores causais, explicando-se a guerra a partir de um viés contextual, como vem ocorrendo com estudos mais recentes.



Fonte: Desenho de Elisana Reis da Silva

Figura 1: Localização geográfica da área de estudo: à esquerda, localização do Estado de Santa Catarina; à direita, região meio-oeste catarinense em destaque.

Embora o recorte geográfico se concentre mais na região oeste de Santa Catarina, comumente esses limites espaciais foram ultrapassados. Isso se deve, em parte, ao alargamento territorial dos temas tratados, como no caso das trajetórias dos monges eremitas, das dimensões das estradas de ferro, ou, ainda, à expansão dos territórios conquistados/atacados pelos sertanejos. Esse problema de definição de limites também se estende ao recorte temporal. A guerra em si ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, porém, o seu contexto de eclosão e as paisagens humanas e naturais relacionadas ao conflito,

⁵⁷ Esse termo é aqui utilizado no sentido de caracterizar uma região do interior brasileiro, geralmente onde o poder público teria tido pouca atuação. NEVES (2003) analisa esse conceito em pormenor.

recuam cronologicamente até, pelo menos, meados do século XIX.

Inicialmente explorado pelos bandeirantes paulistas em busca da mão de obra escrava indígena, somente a partir do século XVIII, o território foi sendo timidamente ocupado pelas frentes europeias colonizadoras, devido, em grande parte, à expansão da pecuária, decorrente dos caminhos de tropas que atravessavam todo o planalto sul brasileiro, em especial, aquele caminho que ligava os campos de Viamão, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, em São Paulo.⁵⁸ Aos poucos, pousos e vilas foram se formando, além das fazendas dos extensos campos de Lages⁵⁹ utilizadas para a criação de gado. Desde então, se criaram complexas relações de hierarquia social e econômica entre os poucos proprietários fazendeiros e a população agregada aos serviços ligados à pecuária ou à extração da erva-mate. Além da população indígena que continuamente resistia às investidas colonizadoras⁶⁰, havia também um significativo contingente de origem africana, vindos juntamente com essas primeiras levas migratórias para atuarem no trabalho escravo das fazendas. Assim, atravessou-se o século XIX, com um considerável aumento demográfico, de motivações diversas, destacando-se o avanço de famílias de posseiros sobre áreas de faxinais do meio-oeste, a partir da década de 1870, e os conflitos de origem gaúcha, nomeadamente a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893-1895)⁶¹, cuja consequência ocasionou a fixação de muitos ex-combatentes de lado a lado por terras que as tropas cruzaram (MACHADO, 2004, p. 57-104).

Dessa junção do meio natural com o cultural, moldou-se a paisagem regional que chegou ao início do século XX, quando então ocorreu o conflito do Contestado. Dessa grande miscigenação, surgiu o habitante típico da região: o caboclo. Jaci Poli (1995) procurou traçar um perfil básico do caboclo do planalto e do oeste catarinense, ressaltando que, embora formassem a maior parte do contingente populacional, em contrapartida tinham poucas posses ou bens materiais. O autor afirma que, antes de se classificar o caboclo por sua origem étnica, muito difusa devido à miscigenação, deve-se categorizá-lo mais em função de suas condições socioeconômicas, despossuídos que eram dos meios de produção, tanto da indústria pecuária quanto da extrativa.⁶²

⁵⁸ Os caminhos de tropas formavam uma série de vias, muitas vezes não passando de precárias picadas. Além de transportar animais para as regiões auríferas da colônia brasileira, teve parte importante na criação de povoados no planalto sul brasileiro, com alguns dos pousos de tropas tornando-se vilas e cidades posteriormente, como, por exemplo, ocorreu com Curitiba. VALENTINI (1999) descreve em detalhes o cotidiano dos principais personagens que utilizavam estes caminhos: os tropeiros.

⁵⁹ Lages foi fundada em 1766 dentro de um plano de avanço e proteção das fronteiras coloniais portuguesas, sendo hoje uma importante cidade do Estado de Santa Catarina, contando ainda com forte base econômica pecuária.

⁶⁰ A região sul do Brasil possui uma ocupação indígena inicial há cerca de um pouco mais de 10 mil anos, composta dos primeiros grupos de caçadores-coletores. Já por volta de três mil anos atrás, a região foi sendo, paulatinamente, mais densamente povoada, por grupos humanos agricultores vindos da Amazônia, no caso dos Guarani, e da região centro-oeste do Brasil, no caso dos povos Jê. Quando da chegada e ocupação territorial de origem europeia, todo o planalto sul estava povoado. Como aconteceu nas demais regiões brasileiras, as guerras de extermínio, as epidemias, os conflitos por terras e a escravidão ocasionaram o genocídio indígena, restando hoje alguns milhares de índios que ainda vivem em situação de guerra, na incansável luta por seus direitos e por terras adequadas para a reprodução do modo de vida tradicional (NOELLI, 1999-2000).

⁶¹ Sobre esses conflitos, ver: LEITMAN (2008), sobre a Revolução Farroupilha, e AXT (2008), sobre a Revolução Federalista.

⁶² No decorrer do texto, se utilizará do termo “caboclo” como sinônimo de sertanejo, denotando uma ligação direta entre aqueles sujeitos que resistiram por anos às investidas das forças armadas brasileiras e estaduais, adicionado com um sentido de identidade, até hoje assinalada entre a população do planalto catarinense.

OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

No decorrer deste trabalho, procurou-se realizar um estudo arqueológico sobre o episódio bélico da história brasileira que ficou conhecido como Guerra do Contestado, ocorrido no planalto meridional brasileiro entre os anos de 1912 e 1916. Para além do legado material da guerra, tentou-se analisar a partir do viés da arqueologia temas que possuem correlação, como a influência da religiosidade popular entre os sertanejos e os projetos capitalistas espoliadores da terra, riqueza maior do sertão brasileiro.

Para tal empreitada, orientou-se teoricamente na arqueologia da paisagem. Para os propósitos dessa pesquisa, em particular, considerou-se que os argumentos de Felipe Criado Boado (1999, p. 6) oferecem um conceito coerente com essa proposta do termo “arqueologia da paisagem”, que a define como o estudo arqueologicamente orientado dessa paisagem anteriormente definida, buscando a compreensão de paisagens do passado, por meio do estudo da “culturalização” dos espaços ocupados pelos seres humanos. Para que tal proposta seja possível, é necessário conjugar-se três diferentes dimensões desse espaço: o meio físico, sendo o palco do desenrolar das atividades humanas; o meio social, onde os diferentes povos e indivíduos constroem seu mundo, e o meio simbólico, por onde as intervenções na paisagem são pensadas e o modo de vida é estruturado.

A arqueologia da paisagem se desenvolveu ainda no contexto da arqueologia histórica, que trata do estudo arqueológico de tempos históricos, sendo mais fácil caracterizá-la pelo que não estuda, do que propriamente o contrário, ficando de fora a pesquisa com temáticas voltadas à chamada pré-história, mas não necessariamente excluindo as sociedades indígenas, porém, neste caso, estando inseridas dentro de um contexto colonial. Charles E. Orser Jr. (2000, p. 19), assinala as dificuldades em se delimitar a fronteira entre o histórico e o pré-histórico, propondo como solução para esse impasse a consideração da história em nível regional, já que essa transição ocorreu de diferentes modos, em diferentes períodos no continente americano. É nesse contexto de conexão entre a arqueologia da paisagem e a arqueologia histórica, somado com outros conceitos como cultura material e patrimônio histórico e cultural, que se desenrolou o estudo, o qual, influenciado pelos pressupostos teóricos, teve como fontes básicas de pesquisa suportes documentais escritos, pictóricos, paisagísticos e materiais.

As fontes escritas e pictóricas foram utilizadas com um intuito muito definido: por meio de uma “escavação” arqueológica nesses documentos, buscou-se realizar um inventário dos sítios arqueológicos e históricos que possuam conexões com o mundo religioso caboclo e os projetos capitalistas e seus efeitos, corporificados pela guerra que durou quatro anos. Na falta de trabalhos arqueológicos, a história forneceu os indícios necessários que pudessem guiar a etapa de campo posterior.

A estratégia de campo, então, consistiu em realizar “visitas” à região, guiando-se pelos dados anteriormente obtidos nas fontes bibliográficas e pictóricas, somados a importantes informações das comunidades visitadas, fundamentais para a localização de sítios de interesse arqueológico. Não foi realizado qualquer tipo de intervenção, havendo

como atividades desenvolvidas o registro de informações básicas em cadernetas de campo, acompanhados de registros visuais por meio de produção fotográfica e plotagem dos lugares em coordenadas UTM, utilizando-se de aparelho de GPS.

De posse desses pressupostos teórico-metodológicos, dividiu-se a pesquisa em três diferentes temas relacionados com o conflito bélico, que estão interconectados: 1- O espaço material sagrado; 2- O espaço material capitalista e 3- O espaço material da guerra. Tais aspectos da história regional condicionaram a estratégia de campo posterior, realizada no meio-oeste do Estado de Santa Catarina. As conclusões gerais desses tópicos são descritas a seguir.

O ESPAÇO MATERIAL SAGRADO

A paisagem do Brasil meridional foi, a partir do século XIX, profundamente transformada por meio de sua sacralização que se consolida com as peregrinações de monges eremitas e o crescimento do catolicismo popular, por um lado, e a atuação da igreja católica de modo muito esporádico, por outro. Essas duas frentes de devoção cristã que, aparentemente, poderiam conviver de modo sincrético e harmônico, viriam a se transformar em tensões que resultaram na constituição da santa religião do exército encantado de São Sebastião⁶³ presente nos redutos da Guerra do Contestado. O objetivo foi realizar uma descrição da formação dessa paisagem sagrada, servindo como contexto histórico, que justifica a constituição de lugares que se tornariam monumentos materiais da religiosidade cabocla.

O enfoque, nesse particular, foi discutido a partir do viés de uma arqueologia do sagrado. Em comparação com a história da arqueologia, pode-se dizer que é muito recente a preocupação dos estudiosos em procurar inferir aspectos cognitivos e, por extensão, religiosos a partir das evidências materiais. Isto se deve às opções teóricas que, até meados da década de 1970, predominavam na explicação arqueológica, em especial as escolas histórico-culturais e processualistas, as quais assumiam uma postura de busca de certa objetividade que não permitia o desenvolvimento de aspectos que se relacionariam mais com o mental do que com o material propriamente dito. É, pois, com o advento de correntes teóricas multivocais, baixo o termo “pós-processual”⁶⁴, que a cognição apareceu não apenas como mais um campo a ser explorado, mas se colocou em cena a importância primordial de estudos sobre ações tidas como mentais, que estão intrinsecamente relacionadas com o mundo material. Mais que isso, a partir de estudos rigorosos, poderia se ascender a esses aspectos, tendo como ponto de partida a cultura material, afirmação que causava repúdio entre arqueólogos mais conservadores e, por consequência, mais céticos em aceitar que sítios e artefatos teriam algo a oferecer sobre temas que envolvessem simbolismo, cosmologia e religião, por exemplo.

63 Trata-se de reelaboração mítica dentro do universo do catolicismo rústico do Contestado, em que não somente se esperava o retorno de José Maria, mas de todos aqueles combatentes mortos nas batalhas e, assim, quando retornassem, formariam um invencível exército encantado, demonstrando também uma ligação com o fenômeno do sebastianismo (QUEIRÓZ, 1966, p. 117-119).

64 As diferentes linhas teóricas da arqueologia são didaticamente apresentadas por JOHSON (2000) e por TRIGGER (2004).

Esses lugares sagrados são indubitavelmente os principais pontos de referência que norteiam a construção da memória social dos grupos humanos na paisagem. Desse modo, os arqueólogos precisam ter a noção das implicações que o presente possui na explicação do passado, constantemente reelaborado a partir dos interesses sociais, identitários e econômicos das diferentes populações que ocuparam um mesmo espaço geográfico (CRUMLEY, 1999, p. 271). Tem-se, desse modo, um tripé conceitual a ser destacado nas pesquisas: espaço, tempo e mente, necessário para o entendimento dos significados simbólicos da paisagem arqueológica. Para a região do Contestado, essas conexões entre passado e presente com relação aos sítios sagrados são muito evidentes. Muitos lugares ainda são visitados atualmente e muitas festas e rituais foram elaborados a partir de personagens e episódios do passado.⁶⁵ No sentido epistemológico, entender e respeitar essas ressignificações da paisagem religiosa é fundamental para o desenvolvimento das pesquisas, considerando as divergências que devem ocorrer entre os diferentes modos de pensar acadêmicos ou não. Um esboço tipológico e descritivo dos sítios sagrados de interesse para a pesquisa arqueológica, com foco na paisagem, está descrito na tabela abaixo:

Sítios	Características gerais
Cruzeiros	Cruzes instaladas na paisagem, geralmente confeccionadas em madeira, como o cedro. Seu número variava entre uma e várias, registrando-se até a presença de 14 unidades em um só local.
Grutas	Abrigos sob-rocha, cavernas ou cavidades rochosas, sendo que algumas serviram de "morada" para os monges eremitas.
Fontes d'Água	Também conhecidas como pocinhos de João Maria, são cursos d'água como córregos e nascentes que possuem, para a população em geral, propriedades medicinais, podendo-se curar de diversas enfermidades a partir de sua ingestão.
Outras formações naturais	Feições naturais distribuídas pela paisagem com poder simbólico para os habitantes, como montanhas e árvores.
Igrejas	Em sua maioria, construídas em madeira, possuíam pequenas dimensões e seu interior era composto de mobiliário também de madeira e algumas poucas imagens e esculturas de santos. Nos redutos, faziam parte do núcleo central dos povoados, junto à praça.
Quadros Santos	Locais no interior dos redutos onde se desenvolviam rituais religiosos, próximos à igreja e geralmente formados por praça e cruzeiros em cada canto do quadro.
Cemitérios	Símbolos máximos do resultado nefasto da guerra, os campos santos se distribuem pela paisagem regional, servindo como memória material do conflito.

Tabela 1: Quadro síntese de sítios relacionados com a arqueologia do sagrado

⁶⁵ Como exemplo tem-se a Festa de Santo Antão, ver em: <<http://fragmentos-do-tempo.blogspot.com/2009/01/religiosidade-de-so-joo-maria-4.html>>. O sociólogo José Fraga Fache (1995) analisou em perspectiva histórica as manifestações religiosas ligadas à passagem dos monges pelo sul do Brasil.



Figura 2: Arqueologia do sagrado: a) Fonte d'água em Curitiba; b) Pocinho de João Maria em Porto União; c) Cruzeiro em Canoinhas; d) Cemitério do Combate do Irani. (Fotos do autor)

O ESPAÇO MATERIAL CAPITALISTA

A economia da região do Contestado foi radicalmente transformada pela construção de empreendimentos capitalistas na região, notadamente, com destaque para as estradas de ferro e os grandes complexos madeireiros, a partir do início do século XX, expropriando a maior parte das terras de posseiros caboclos, os quais possuíam a terra por meio de seu uso e ocupação imemorial, em uma região onde as escrituras de terra tinham pouco significado para uma população majoritariamente analfabeta.

A ferrovia São Paulo - Rio Grande e seu ramal ferroviário de São Francisco foram responsáveis pelo maior impacto na paisagem do sertão, causando profundas mudanças e sendo causa direta do desencadeamento da guerra. O capitalismo, que veio com as locomotivas, executou seu inerente processo de exploração das massas e espólio dos bens básicos do já combalido povo sertanejo. A terra e seus recursos foram repentinamente tirados de seus tradicionais ocupantes e entregues aos interesses estrangeiros sob a liderança do capitalista norte-americano Percival Farquhar.⁶⁶

⁶⁶ Sobre a vida e a atuação de Farquhar no continente americano, ver VALENTINI (2009).

Com o objetivo de explorar os recursos florestais e colonizar o solo com imigrantes de origem europeia, o governo republicano brasileiro concedeu uma extensa faixa de terras de 15 quilômetros de cada lado da estrada para que a empresa de Farquhar – a “Southern Brazil Lumberand Colonization Company” - estabelecesse suas serrarias e vilas. A Lumber então foi organizada com vistas à exploração capitalista, aproveitando-se da recém-inaugurada via férrea, instalando na região uma grande serraria em Três Barras e, outra menor, em Calmon, que serviriam para processar cerca de 4 milhões de pinheiros e 2 milhões de imbuías e cedros, além de outras árvores de menor porte (NODARI, 1999, p. 97). Contando com tecnologia de ponta para a época, a serraria de Três Barras foi sendo instalada a partir do ano de 1909, com as obras concluídas em 1911.

Os aspectos da materialidade capitalista, que chegou ao sertão no alvorear do século XX, trazendo consigo muitos problemas para a população cabocla e muitos lucros para os empresários estrangeiros e para o governo federal, foram estudados tendo em vista o enfoque da arqueologia industrial, conceituada como o estudo da cultura material do período de industrialização capitalista, surgida no século XVIII na Inglaterra, e expandindo-se para os demais países. Por si só, isso implica a relação estreita entre arqueologia e capitalismo, cujos aportes da teoria social, a partir da década de 1990, vieram somar na interpretação do passado industrial (CASELLA, 2005, p. 3). O planalto meridional brasileiro, em inícios do século XX, sofreu uma grande transformação material na qual a floresta de araucárias, os rios limpos, as fazendas, as moradias caboclas, o ar puro, os caminhos lodosos e os relevos sem recortes artificiais, deram lugar aos trilhos das estradas de ferro, à fumaça das locomotivas, às intervenções dos aterros, aos “monumentos” das estações, aos guindastes e serras rasgando a selva, às serrarias engolindo as árvores, às vilas planejadas, e assim por diante. De modo geral, um inventário da cultura material da industrialização na região pode ser sistematizado de acordo com a seguinte tabela:

Sítios	Características gerais
Ferrovias	Formadas pelo conjunto de estruturas que faziam parte das estradas de ferro: trilhos, material rodante, estações ferroviárias, armazéns, depósitos, pátios de manobras, caixas d'água, túneis, vilas ferroviárias e casas de turma.
Engenhos de Serrar	Pequenas estruturas industriais, onde se processavam as árvores para a fabricação de itens diversos, geralmente destinados ao mercado interno.
Serrarias	Grandes indústrias que processavam centenas de metros cúbicos diários de madeira, destinadas ao mercado externo. Compunham-se de fábricas com caldeiras, serras, escritórios, armazéns, além das vilas operárias anexas.

Tabela 2: Quadro síntese de sítios relacionados com a arqueologia industrial



Figura 3 – Arqueologia industrial: a) Ruínas de estação ferroviária entre Rio das Antas e Caçador; b) Pousada de trabalhadores ferroviários em Rio Uruguai, Piratuba. (Fotos do autor)

O ESPAÇO MATERIAL DA GUERRA

Desde que se começou a escrever sobre a Guerra do Contestado, isto é, ainda no fragor das batalhas, se conjectura sobre suas causas, já que as consequências são por demais conhecidas. Desde o conflito, foram levantadas muitas teorias e explicações, multiplicando a gama de justificativas da ocorrência do conflito. Obviamente, que essas tentativas de dar motivo à guerra têm, por fundo, concepções teóricas diversas, inseridas em ideias preconceituosas e racistas sobre os sujeitos que ocupavam a região. Partiu-se, nesta pesquisa, do pressuposto de refletir sobre as causas da Guerra do Contestado, a partir de um enfoque contextual, em que a história regional forneceu os elementos necessários para a eclosão do conflito, somando-se com exploração coronelista, o advento da modernidade capitalista, a questão de limites, a religiosidade, e assim por diante. Entretanto, considerando-se a pesquisa aqui desenvolvida, a desestruturação do mundo econômico, social e cultural caboclo, ocasionado pelos empreendimentos capitalistas foi o grande propulsor da guerra, havendo-se a necessidade de reação de um contingente populacional espoliado dos mínimos recursos de sobrevivência. A partir de outubro de 1912, a região do Contestado foi abalada por uma guerra que duraria quatro anos, até a destruição final dos últimos redutos e as rendições dos últimos sobreviventes das cidades santas. De um lado, lutou a população sertaneja em reação às duras condições de exploração a que eram submetidas, de outro, em defesa dos ideais de modernidade e trustes capitalistas, as forças institucionais reunidas em torno do exército nacional. Apesar da imprecisão de cifras, VALENTINI (2000, p. 183) estima que teriam morrido aproximadamente 8 mil pessoas na guerra, sendo a grande maioria do lado sertanejo.

No particular dos reflexos da guerra na paisagem, procurou-se discutir a arqueologia, focada em conflitos bélicos, conhecida como “arqueologia dos conflitos”, “arqueologia dos campos de batalhas”, “arqueologia militar”, dentre outras designações. Neste artigo objetivou-se colocar em evidência o estudo da cultura material de grupos

subalternos e dos conflitos inerentes aos projetos capitalistas! Todavia, há certo caminho ainda a se percorrer no que concerne aos preconceitos dentro da própria comunidade de *scholars*, que, em parte, desconsidera estudos dessa natureza como arqueológicos, e que, no dizer deles, não podem prescindir de escavações e ainda devem ter uma “antiguidade” maior que a aqui apresentada, como se não fosse possível a existência de sítios e o estudo arqueológico de temas do século XX.

A arqueologia dos conflitos tem se estabelecido como uma importante subárea da arqueologia histórica, com a consolidação de um *corpus* de pesquisa crescente nos últimos 30 anos. A despeito dessa massa de pesquisas sendo realizada principalmente em países como Estados Unidos e Inglaterra, ainda há muito que se considerar com relação aos avanços teóricos e à definição objetiva de diversos conceitos que a norteiam (SCOTT, 2009, p. 299). Para o caso particular deste estudo, realizaram-se reflexões sobre alguns conceitos-chave, como os termos “arqueologia dos campos de batalhas”, devido às íntimas implicações para com os aspectos militares envolvidos no conflito bélico, e “arqueologia dos conflitos”, que se aproxima do viés mais crítico, relacionando arqueologia e os movimentos sociais e o uso da violência aí envolvida, como no caso da resistência cabocla do Contestado e a reação dos poderes constituídos.

CARMAN (2005, p. 215-6) aponta para o avanço das pesquisas arqueológicas em sítios de campos de batalhas e a comprovação notória da utilidade de tais estudos para as contribuições à história militar como um todo. Para o autor, necessita-se definir melhor o que seria de modo crítico e arqueologicamente falando esses tipos de sítios, visando uma melhor compreensão dos objetivos de pesquisa e o posterior gerenciamento desses bens culturais. Sob esse ponto de vista, logo os campos de batalhas necessitam ser vistos em sua dupla existência, como local onde se desenrolaram conflitos bélicos, e como lugar no presente que possui depósitos arqueológicos e que foi reapropriado pelas populações atuais como ponto de evocação de memórias. Assim, têm-se os seguintes lugares na paisagem diretamente relacionados com a Guerra do Contestado e de interesse para a arqueologia:

Sítios	Características gerais
Redutos	Povoados dos sertanejos que congregavam centenas e até milhares de pessoas, as quais viviam em pequenas casas de madeira. Esses locais serviram não apenas como bases residenciais, mas também como lugares de rituais religiosos e de defesa dos ataques militares.
Guardas avançadas	Acampamentos dos sertanejos que tinham como objetivo servir de defesa e ataque às tropas militares. Eram formados por algumas dezenas de casas de madeira e moradores.
Fortificações e trincheiras	As fortificações eram construídas em madeira e as trincheiras, via de regra, eram escavadas no solo, ou, mais raramente, formadas por toras de árvores.
Acampamentos militares	Locais provisórios constituídos de barracas que serviam como abrigo para os soldados militares durante as campanhas.

Campos de batalhas	Lugares distribuídos na paisagem cuja superfície é utilizada no desenrolar de atividades de batalhas, por meio de ataques e defesas de lado a lado do conflito.
--------------------	---

Tabela 03: Quadro síntese de sítios relacionados com a arqueologia da guerra

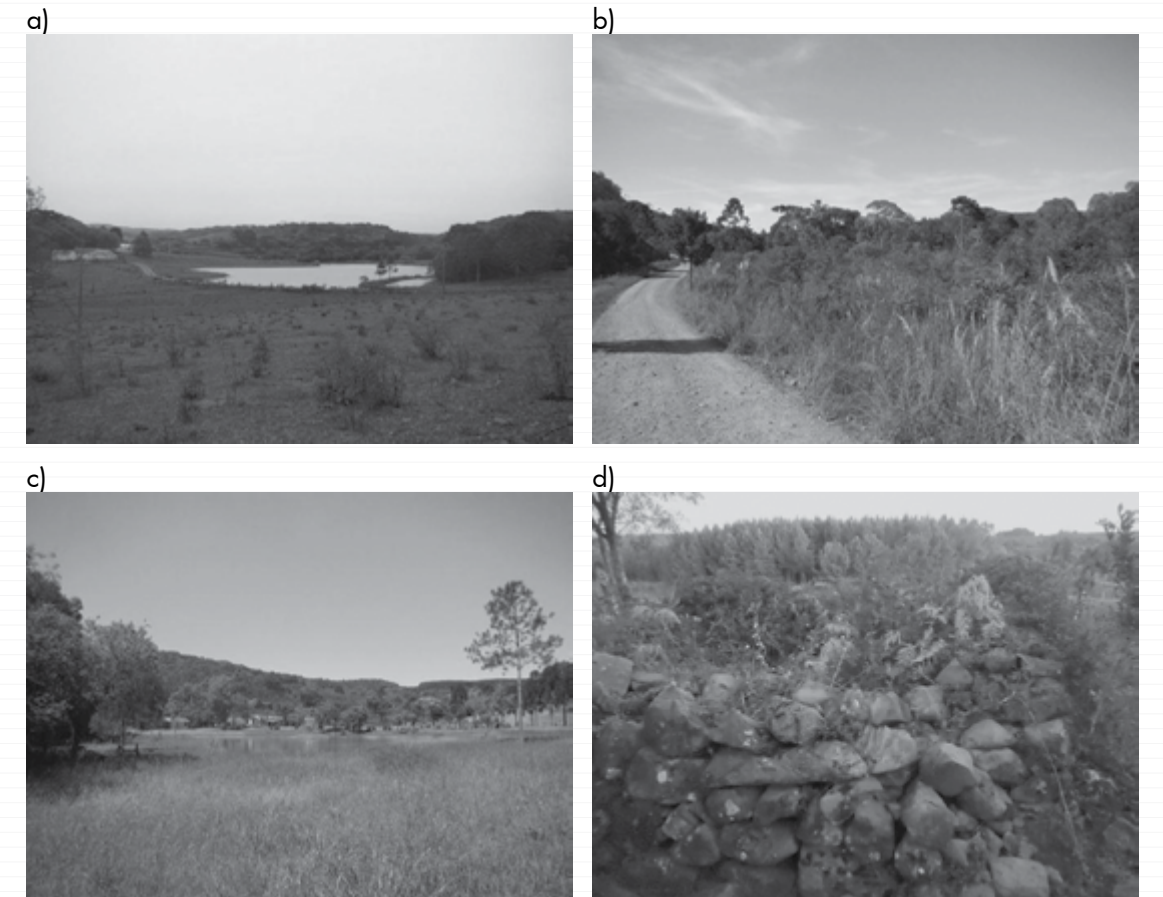


Figura 4 – Arqueologia da guerra: a) Local do reduto de Taquaruçu, Fraiburgo; b) Local do reduto de Caraguatá, Lebon Régis; c) Local da Batalha de Rio das Antas, Rio das Antas; d) Crematório de Perdizinhas, Lebon Régis. (Fotos do autor)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etapa de pesquisa de campo, a partir de um diagnóstico prévio, objetivou levantar o potencial de pesquisas arqueológicas envolvendo o sagrado, o capitalismo e a guerra na região do Contestado. As possibilidades e perspectivas são inúmeras, como pode se depreender. Destaca-se aqui, a necessidade de pesquisas de campo exaustivas, sistemáticas e criteriosas, buscando-se registrar o maior número possível de vestígios arqueológicos passíveis de desaparecimento completo ou parcial por meio de ações antrópicas e naturais. A primeira proposta consiste em se realizar um amplo inventário, registrando-se em fichas, fotos e medições gerais os graus de conservação e a descrição dos elementos materiais dos sítios já registrados nesta pesquisa e dos que devem surgir em pesquisas acadêmicas ou de contrato. Posteriormente, com dados mais precisos em

mãos, poderão ser elencados locais para escavações sistemáticas, buscando-se novos dados materiais de cemitérios, campos de batalhas, estações ferroviárias, redutos, e assim por diante. Além das análises de laboratório de vestígios encontrados em campo, existe um enorme potencial de estudo de objetos presentes em museus e coleções particulares, devendo ser analisadas, visando construir quadros tipológicos, combinando a cultura material encontrada em escavações com aquelas coletadas pela população em geral, desde o fim do conflito. O futuro se mostra promissor, com muitas tarefas científicas a serem desenvolvidas, desejavelmente realizadas por equipes multidisciplinares, conjugando esforços de arqueólogos, historiadores, geógrafos, arquitetos, sociólogos, e outros.

Outra tarefa urgente é a de se iniciar um trabalho contínuo de educação patrimonial junto a diversos segmentos da sociedade. Para a população regional é necessário mostrar que valorizar a cultura material cabocla não pode ser motivo de “vergonha”, sentimento resultante da lavagem cerebral histórica feita pelos órgãos civis e militares responsáveis pela repressão. Buscar o orgulho do ser caboclo, ser sertanejo, através da valorização do patrimônio arqueológico e histórico, eis o grande desafio e objetivo último dos estudos arqueológicos. Além disso, urge realizar-se um programa de educação patrimonial também nos meios acadêmicos, principalmente envolvendo historiadores, geralmente céticos com relação às contribuições que os estudos arqueológicos podem dar para a construção do conhecimento. Em suma, divulgar ao máximo a importância das pesquisas arqueológicas, proporcionando o acesso à informação, à memória, à identidade de grupos étnicos e sociais diversos.

De modo geral, espera-se que este estudo tenha contribuído ao menos parcialmente para a convocatória de DELMIR JOSÉ VALENTINI (2009, p. 239): “próximo do aniversário de um século, a História da Guerra do Contestado continua suscitando estudos e debates de caráter sociológico, antropológico, *arqueológico*, jornalístico e histórico”.⁶⁷ Eis o primeiro passo de uma grande jornada arqueológica, que deverá ser composta de vestígios de ferrovias e serrarias, de cemitérios e redutos santos, de grutas, fontes e cruzeiros. Do sangue derramado do sertanejo ou do soldado, 100 anos de memórias e esquecimentos podem ser pesquisados pelo seu legado material e arqueológico. As ruínas do Contestado aguardam mais colaborações dos arqueólogos: mãos a obra!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter. A Revolução Federalista 1893-189: guerra civil brasileira. In: _____ (Org.). **As guerras dos gaúchos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 224-247.

BOADO, Felipe Criado. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología Del Paisaje. In: **CAPA 6**, Grupo de Investigación em Arqueología Del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999.

CARMAN, John. Battlefields as cultural resources. **Post-medieval archaeology**, Londres, v. 39, n. 2, p. 215-223, 2005.

CASELLA, Eleanor Conlin. Social workers: new directions in industrial archaeology. In:

_____; SYMONDS, James (Ed.). **Industrial archaeology: future directions**. New York: Springer, 2005. p. 3-32.

CAVALCANTI, Walter Tenório. **Guerra do Contestado: verdade histórica**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

CRUMLEY, Carole. Sacred landscapes: constructed and conceptualized. In: ASHMORE, Wendy; KNAPP, Bernard. **Archaeologies of landscape: contemporary perspectives**. Massachussets; Oxford: Blackwell, 1999. p. 269-276.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: recusa dos excluídos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 1996.

JOHNSON, Matthew. **Teoria arqueológica: una introducción**. Barcelona: Ariel, 2000.

LEITMAN, Spencer. A Guerra dos Farrapos 1835-1845. In: AXT, Gunter (Org.). **As guerras dos gaúchos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 118-163.

LINO, Jaisson Teixeira. 2011. **Sangue e ruínas no Sul do Brasil: arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916)**. Tese (Doutorado em História) - UTAD, Vila Real.

LUZ, Aujor Ávila. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos**. Florianópolis: EDUFSC, 1952.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte temporal e como imaginário cultural. **Revista Politéia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 3, n.1, p. 153-162, 2003.

NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande: causas e consequências de sua construção em território catarinense, 1900-1940**. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, 1999-2000.

ORSER JR., Charles. **Introducción a la arqueología histórica**. Buenos Aires: Aina, 2000.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 71-110.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCOTT, Douglas D. Studying the archaeology of war: a model base on the investigation of frontier military sites in the American Trans-Mississippi West. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (Org.). **International handbook of historical archaeology**. New York: spring, 2009. p. 299-317.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: A instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916)**. 2009. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

67 Grifo nosso.

_____. **Da cidade santa à corte celeste:** memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 2. ed. Caçador: UNC, 2000.

_____. Tropeiros, ervateiros e balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense. **Ágora:** Revista de Divulgação Científica, Caçador, v. 6, n. 1, 1999.

DO MUSEU INEXISTENTE

JAIME RODRIGUES

A história não é o antigo, nem é o velho, nem é o bonito, nem é aquilo “digno” de ser conservado. A história desta cidade é, talvez, exatamente a confusão em que ela vive.

Déa Ribeiro Fenelon

São Paulo é tida como a terra do trabalho. Parto do princípio de que o leitor, se não compartilha dessa ideia, ao menos a reconhece como parte do imaginário construído pelos e sobre os paulistas, sobretudo no século XX, quando a imagem de “locomotiva da nação” enraizou-se em meio ao acelerado processo de industrialização da cidade, tida como uma das que mais cresciam no mundo.

Não farei um arrolamento de exemplos comprobatórios. Apresentarei apenas uma evidência significativa, até porque foi, ela própria, fruto de um longo trabalho, levado a cabo por alguém de fora de São Paulo – sinal de que identidade é algo construído num processo de mão dupla, do indivíduo e/ou da coletividade para os outros e vice-versa. Refiro-me à *Sinfonia Paulistana*, de Billy Blanco, nascido em Belém, no Pará. Durante dez anos, Blanco trabalhou para compor sua *Sinfonia*, lançada em 1974, quando a cidade completava 420 anos de fundação. Na letra da canção – uma homenagem a São Paulo –, vários trechos ressaltam o trabalho como um valor intrínseco e tradicional dos paulistas. Selecionei alguns versos:

São Paulo, que amanhece trabalhando
São Paulo que não pode adormecer
Porque durante a noite, paulista vai pensando
Nas coisas que de dia vai fazer [...].
Na reza do paulista, trabalho é Padre-Nosso
É a prece de quem luta e quer vencer [...]
Paulista é quem vem e fica plantando, família e chão
Fazendo a terra mais rica, dinheiro e calo na mão [...]
Faz a paz e a guerra, traz a Lua pra Terra
No mais aumenta a barriga do comendador [...]⁶⁸

O trecho mais conhecido dessa canção destacava como São Paulo não parava de crescer por causa de um povo que sempre corria, por saber que tempo é dinheiro. A *Sinfonia* fez enorme sucesso, sendo utilizada durante anos como vinheta de um jornal radiofônico bastante escutado pelos paulistas. O trecho usado como vinheta terminava assim: “*vambora, vambora, olha a hora, vambora*”, chamando todos ao trabalho.

Celebrativa porque veiculada com uma efeméride, e laudatória ao gosto da ditadura em meio à qual foi lançada, a *Sinfonia Paulistana* reiterava valores correntes. Mesmo assim, Billy Blanco não deixou de reconhecer que tanto trabalho resultava na concentração de riqueza. É um reconhecimento tímido, quase disfarçado no verso

68 Sinfonia paulistana. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/billy-blanco/376623/>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

“*No mais aumenta a barriga do comendador*” – que não trabalha e vive à custa do trabalho alheio. O compositor estaria se referindo a um comendador em particular, um que simbolizasse o patrão? Quero crer que sim, e que esse comendador poderia ser da família Matarazzo, dona de um império industrial, símbolo do progresso paulista e grande empregadora de operários fabris.

Os Matarazzo foram publicamente homenageados em diversas oportunidades. Por exemplo, pelo empréstimo do nome de Francisco Matarazzo a uma avenida na Água Branca. Com um bronze em tamanho natural do Conde Francisco Matarazzo na Praça Sousa Aranha, no eixo da mesma avenida e hoje quase escondida pelo Shopping West Plaza. Com o batismo de um distrito da Zona Leste de São Paulo, onde a família fez instalar unidades fabris, e que recebeu o nome de um de seus membros – também homenageado no ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil que passa pelo bairro: a estação (e o bairro) de Ermelino Matarazzo, também comendador.

Terra do trabalho, São Paulo celebra patrões. Mas não celebra oficialmente os trabalhadores em nenhum lugar da memória de grande visibilidade. Se ruas são batizadas com nomes de industriais ou se esses têm erguidos monumentos públicos em honra de sua memória, com os trabalhadores a situação é diferente. A Rodovia dos Trabalhadores, por exemplo, inaugurada em 1982, e inicialmente chamada Via Leste, foi rebatizada como Ayrton Senna, logo depois que o piloto faleceu em um acidente no Grande Prêmio de San Marino de Fórmula 1, em maio de 1994. Sem pôr em questão a importância e a popularidade de Senna, resalto que a homenagem a um indivíduo se fez à custa da única referência aos trabalhadores em um lugar muito conhecido e de uso público – no caso, uma rodovia.

A denominação de logradouros é um lugar da memória inegável, sobretudo para os grupos sociais que tem o poder de atribuir os nomes, na medida em que esses lugares possuem ou pretendem criar sinais de pertencimento grupal (NORA, 1984). As ruas, praças e avenidas de cada município ou bairro valeriam um estudo sobre os critérios de escolha de seus nomes e a lógica das homenagens que presidem a denominação de ruas e prédios públicos. Mas não é desse lugar da memória ou do esquecimento que vou tratar aqui, e sim do museu inexistente em São Paulo: o museu do trabalho e do trabalhador. Embora inexistente, curiosamente ele tem uma história.

São Paulo tem muitos museus, com diferentes tamanhos e temáticas, acervos e suportes variados. Não é o caso de inventariá-los aqui, mas apenas destacar a antiguidade do funcionamento de alguns deles. Dentre as instituições museológicas mais antigas, estão o Museu Paulista, inaugurado em 1895, e a Pinacoteca do Estado, de 1905. Ambos ajudaram a construir e a consolidar uma certa narrativa da história de São Paulo e da arte, ainda que direções e curadorias mais recentes tenham alterados substancialmente seus perfis museológicos.

Há também o Memorial do Imigrante, inaugurado como Centro Histórico do Imigrante em 1986 (CONDEPHAAT, 1984, p. 428-429) e que passará a se chamar Museu

da Imigração e contará com “uma exposição mais moderna, interativa e multimídia”, de acordo com notícias recentemente veiculadas na imprensa (CORREA, 2011). Não é propriamente um museu do trabalho, mas faz uma alusão recortada a certo tipo de trabalhadores.

Para além das divisas do estado de São Paulo, há algumas iniciativas que remetem à experiência do trabalho como passíveis de incorporação aos museus. Os dois exemplos mais marcantes são o Museu do Trabalho, de Porto Alegre, e o Museu de Artes e Ofícios, de Belo Horizonte.

O Museu do Trabalho gaúcho, fundado em 1982, em plena ditadura, na gestão do arenista Guilherme Socias Villela, foi projetado para funcionar na antiga Usina do Gasômetro e salvá-la da implosão – uma espécie de sina de museus com essa temática, como ficará claro logo mais. Ambas as ideias (a da implosão e a do museu na usina) não foram adiante, mas uma associação civil com vistas à formação do Museu do Trabalho acabou sendo constituída em 1981. A instituição ocupou uma sede provisória onde funciona até hoje, em galpões da Marinha construídos na década de 1930, nas proximidades da Rua da Praia, e que abrigava um depósito da Secretaria de Obras Públicas do Estado e um estacionamento (VALENZUELA, 1998). Originalmente, havia algumas diretrizes para a constituição do acervo:

Em sua concepção original, o Museu do Trabalho seria constituído de um acervo que retratasse de forma cronológica a evolução do mundo do trabalho no Rio Grande do Sul. Esta evolução seria recortada pelas formas de organização que prevaleceram ao longo desse tempo, especialmente o artesanato e culminando com o modelo fabril sem deixar, contudo, de apontar para novas formas de organização que se desenham para o futuro.

Todavia, em razão da falta de espaço e da frustração decorrente da não localização do Museu do Trabalho na Usina do Gasômetro, o acervo constituiu-se de peças isoladas representativas de algumas empresas tradicionais do RGS. Assim, lá está uma mesa de ourives da extinta Casa Masson, máquinas da gráfica da Livraria do Globo e outros instrumentos de trabalho que remontam a distintos momentos da história econômico e social do Rio Grande do Sul. (ACERVO DE..., 2011)

Além dessas peças, que somam em torno de 100 itens, os mais de 14 mil visitantes anuais do Museu do Trabalho porto-alegrense podem ver fotos e documentos diversos sobre o universo do trabalho. A instituição custodia ainda o Arquivo Leopoldis-Som, com cerca de mil filmes dessa extinta companhia cinematográfica. Uma oficina de gravuras, que permite a compra de obras de artistas vinculados ao projeto por um sistema de consórcio; um teatro anexo e cursos de artes plásticas são outras iniciativas que têm lugar ali, com o objetivo de manter e ampliar o escopo e o orçamento do museu, reforçado pelas anuidades pagas pelos sócios – já que ele não recebe verbas públicas de forma sistemática.

O mineiro Museu de Artes e Ofícios (MAO) é mais recente. Criado em 2005, a

instituição reúne o acervo da colecionadora e mecenas Angela Gutiérrez no edifício da antiga Estação Central de Belo Horizonte, edificada em 1922, no lugar da antiga estação provisória da nova capital de Minas Gerais, de fins do século XIX. O MAO define-se da seguinte forma:

O Museu de Artes e Ofícios [...] é um espaço cultural que abriga e difunde um acervo representativo do universo do trabalho, das artes e dos ofícios do Brasil. Um lugar de encontro do trabalhador consigo mesmo, com sua história e com o seu tempo. [...] O MAO preserva objetos, instrumentos e utensílios de trabalho do período pré-industrial brasileiro [...] [e] revela a riqueza da produção popular, os fazeres, os ofícios e as artes que deram origem a algumas das profissões contemporâneas (MUSEU DE ARTES...)

A coleção de itens pré-industriais do acervo remonta ao século XVIII e segue até o XX, embora não se possa dizer que os saberes-fazeres ali representados tenham desaparecido por completo na contemporaneidade. Suas ferramentas e máquinas, seus utensílios e equipamentos estão divididos em categorias e espaços expositivos dedicados a temas como produção de bebidas e alimentos, manipulação de matérias primas como madeira, ouro, ferro, barro e couro, artesanato, além de transportes e comércio. (O ACERVO DO...)

Campinas abriga uma iniciativa mais modesta: o Museu do Trabalho Feminino Alzira Helena Vallim Ferreira, criado em 1998, junto ao Seminário Teológico Presbiteriano do Sul e ao Museu da Igreja Presbiteriana do Brasil (TRABALHO FEMININO...). A imprensa do ABC paulista noticiou, recentemente, que se cumpriria o desejo existente, há décadas, de instalação de um Museu do Trabalho e do Trabalhador na região, em função do perfil da produção industrial, do sindicalismo e de seus significados para a história do Brasil, nas últimas décadas. Um jornal local quis ver em uma exposição instalada em 2010 no Museu Municipal de São Caetano do Sul, o embrião daquela “velha aspiração da memória” do ABC, depois que a ideia de um museu do trabalhador já fizera parte dos programas de candidatos à prefeitura de Santo André e São Bernardo em sucessivas eleições. (FIOROTTI, 2010)

No ABC, uma nova proposta de Museu do Trabalho surgiu em São Bernardo do Campo sob a gestão de Luiz Marinho. A marca industrial e sindical da região é, mais uma vez, a motivação. Inicialmente, seria montado um memorial dedicado aos metalúrgicos no histórico Estádio de Vila Euclides, tombado em âmbito municipal pelo Compahc (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo) desde 2002, experiência que seria sucedida por um projeto mais “amplo e ambicioso, que contará a história do trabalho desde os tempos mais remotos até os dias de hoje”, nas palavras de Celso Frateschi, quando esteve cotado para assumir a Secretaria de Cultura do município. O museu deverá ocupar o terreno do antigo Mercado Municipal, que fechou as portas em 2004, a partir de projeto do arquiteto Marcelo Ferraz e conteúdo desenvolvido pelo historiador Paulo Fontes (VERAS, 2009; MARINHO ANUNCIA...; OBRAS DO...; SANTOS, 2010). Na ausência de um projeto formal, temos as palavras do secretário

de Cultura de São Bernardo, Leopoldo Nunes, e algumas outras informações acerca das diretrizes do museu:

O museu terá como objetivo mostrar como o trabalho influencia no desenvolvimento da cidade, destacando sua atuação no mundo, bem como as relações de São Bernardo com a indústria moveleira, automobilística e a fase rural na região. ‘O museu será o primeiro dedicado ao mundo do trabalho e do trabalhador no País. Será um espaço muito agradável e moderno, onde serão utilizados recursos de artes gráficas e visuais, tecnologia 3D e digital, que permitirão dispor o acervo de todo o mundo [...]. No total serão cerca de 5 mil metros quadrados de área construída, com espaço para exposições multimídia temporárias, além de uma mostra permanente, que contará as várias fases da história do trabalho em São Bernardo, como, por exemplo, a linha de montagem. Haverá ainda um jardim com ferramentas em desuso de grande escala remetendo ao mundo do trabalho, desde as primeiras que surgiram até as máquinas utilizadas atualmente; espaços de convivência e pesquisa de referência sobre o mundo do trabalho; loja para venda de souvenirs e auditório para 200 pessoas com acesso independente (MARINHO ANUNCIA...; MARTINS).

Na imprensa, a proposta do memorial em Vila Euclides recebeu críticas, sobretudo pela pretensão inicial de abrigar o arquivo privado do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e pela suposta instrumentalização do poder público, ao custodiar um acervo privado. Lula deu outro destino para seu arquivo e as críticas arrefeceram.

Quanto ao museu no centro de São Bernardo, previa-se o início das obras para abril de 2011, com recursos do Ministério da Cultura e do município, e a inauguração para o primeiro semestre de 2012. (OBRAS DO...)

Curioso notar que, do mesmo modo que o Museu do Trabalho de Porto Alegre, o de São Bernardo também é tido por seus idealizadores como o primeiro nessa temática no país. Se não é verdade, ao menos é sinal da raridade de museus do trabalho no Brasil e da inexpressividade do tema em instituições museológicas conhecidas e reconhecidas nacionalmente.

Brasília, uma capital que não tem sua identidade coletiva demarcada pela associação ao trabalho, a não ser pelos candangos, também possui um Museu do Trabalho na sede do Ministério do Trabalho e Emprego. Criado em 1990, ele encerrou suas atividades em 2004 e reabriu em 2006, com uma exposição temporária que não garantia o funcionamento contínuo do museu. A rigor, não se trata de um lugar da memória do trabalhador, mas sim do Ministério que o abriga, com fotos dos ex-ministros e uma reprodução do gabinete de Lindolfo Collor, primeiro ministro do Trabalho, indicado por Getúlio Vargas em 1930. Alguns documentos originais também ficavam expostos lá.⁶⁹

Esses últimos casos, de Campinas, São Caetano, São Bernardo e Brasília, de algum modo referendam o título que dei a este texto: do museu inexistente. Mas o caso

⁶⁹ Como o original da Lei dos Dois Terços ou de nacionalização do trabalho, o decreto de criação do Ministério do Trabalho (datados de 1930) e a Aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (de 1943). Cf. *Museu do Trabalho reabre para comemorar Dia do Trabalhador*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/11200.asp>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

de museu inexistente mais polêmico e duradouro é o de São Paulo. É dele que tratarei a seguir.

O Museu do Trabalho de São Paulo, inexistente, foi uma ideia que sequer chegou a se constituir em projeto. Nem por isso deixou de ser polêmico e, curiosamente, virou lei. A polêmica parecia referir-se menos ao conteúdo do museu do que ao lugar onde a instituição ficaria sediada.

O início dessa história situa-se em 1989, mais precisamente nos primeiros meses da gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo. Candidata do Partido dos Trabalhadores, ela elegeu-se no último pleito realizado em turno único na história recente das eleições brasileiras. Recebeu cerca de 1/3 dos votos dos eleitores e governou com uma Câmara Municipal majoritariamente de oposição. Os tempos não eram fáceis.

Mas a oposição e as tentativas de desacreditar o Executivo também vinham de outras fontes. O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp), criado em 1985 (sob o prefeito Jânio Quadros), mas instalado somente em outubro de 1988 (no final da gestão Mário Covas), começava a funcionar de fato em 1989. Para quem esperava uma atuação decorativa, a surpresa foi grande: as questões do patrimônio histórico, pela primeira vez, ganhavam um espaço no debate sobre o planejamento urbano, tendo os membros do Conpresp e da Secretaria de Cultura discutido políticas públicas em relativa igualdade com outros órgãos que detinham o monopólio nessa área, como as Secretarias do Planejamento, da Habitação e dos Transportes, por exemplo. Na Secretaria da Cultura e, mais especificamente, no Conpresp, a especulação imobiliária encontraria uma barreira à sua sanha que, havia décadas, transformava a cidade naquilo que sabemos hoje o que é.

Um debate ocorrido em 1991 foi esclarecedor desse embate. Romeu Chap Chap – presidente do sindicato das empresas de incorporação imobiliária (o Secovi-SP) – desaprovou os “atos intempestivos” de autoridades do governo, tomados, na sua visão,

[...] sem o critério saudável para efetivamente contar com a colaboração de proprietários dos verdadeiros patrimônios históricos que acabam por descaracterizá-los, ou mesmo demolir para se verem livres de prejuízos ou eventuais injustiças que na maioria das vezes são cometidas [...]. Do ponto de vista absolutamente empresarial, hoje os construtores incorporadores estão extremamente preocupados e perplexos com a sequência de tombamentos que vêm sendo praticados, tanto pelo Condephaat como pelo Conpresp. (FENELON, 1992, p. 213)

Quando o debate ocorreu, a polêmica continuava a pleno vapor e o temor dos proprietários e especuladores não dava sinais de arrefecimento. Chap Chap referia-se a atos como o tombamento do Bexiga e do Anhangabaú como manchas urbanas e, também, à mansão Matarazzo. Este último era o imóvel escolhido pela Prefeitura para abrigar o Museu do Trabalho.

Além de polêmica, a situação era de confronto explosivo, sem exagero. O

Condephaat já estudara o tombamento da mansão e, em 1983, decidiu não levar o processo adiante. Mas o processo foi reaberto naquele órgão em março de 1989, a pedido do mesmo conselheiro que influenciara a decisão pelo não tombamento – o arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos. O motivo mais poderoso para reabrir o processo fora a tentativa de demolição da mansão com explosivos, conforme a imprensa destacaria entre março e abril de 1989.

Técnicos da Secretaria das Administrações Regionais entraram na mansão nos primeiros dias de abril para vistoriar a tentativa clandestina de demolição na propriedade desabitada da Avenida Paulista, 1230. Enquanto a família Matarazzo foi à delegacia prestar queixa por invasão de domicílio e abuso de poder, a prefeitura intimou os proprietários a recuperarem a estrutura da casa abalada pelas dezenas de bananas de dinamite que explodiram no porão em duas ocasiões (FOLHA DE S. PAULO, 1989, p. C-5; O GLOBO, 1989). Os técnicos constataram que a mansão não ruiu em razão do superdimensionamento da estrutura e do desconhecimento da empresa demolidora do “comportamento estrutural da residência” (CONPRESP, 1989, f. 132-133). Ou seja, a construção era sólida e a demolidora, pouco competente.

Enquanto isso, a Associação Pró-Parque Modernista rapidamente conseguiu reunir mais de 1.500 assinaturas em prol do tombamento da mansão Matarazzo pelo Condephaat. Essa associação já era ativa e agira pelo tombamento da Casa Modernista, da Rua Santa Cruz, pelo mesmo Conselho, em 1986. A casa fora projetada pelo ucraniano e precursor da arquitetura modernista no Brasil, Gregori Warchavchik, para ser sua moradia, e construída entre 1927 e 1928. A experiência anterior impediu a demolição da casa para dar lugar a um empreendimento imobiliário. O que se seguiu foi uma espécie de farsa, de repetição histórica: era esse destino que os membros da Associação queriam evitar para a mansão Matarazzo, e os advogados da empreiteira também ameaçaram processar o Estado para indenizar suas clientes impedidas de realizar o empreendimento (CARRILHO, 1999), como fariam os Matarazzo em 1989.

Uma inspeção realizada em diversos imóveis da Av. Paulista, em 1982, por arquitetos do Departamento do Patrimônio Histórico municipal (DPH), considerara a mansão Matarazzo como de “interesse pelo futuro uso público a que pode ser destinado e pela grande área ajardinada que o circunda” (CONPRESP, 1989, f. 9). Essa inspeção foi anexada ao processo de tombamento no Conpresp, aberto em 10 de abril de 1989, para ressaltar a antiguidade do interesse do poder público no imóvel e embasar o pedido de tombamento. Mas ela pode ser lida como uma prova cabal da velocidade paquidérmica desse mesmo poder, que aguardou uma ação dos proprietários para, só depois, reagir. Também é verdade que, 1982 e 1989, eram conjunturas muito distintas na Prefeitura de São Paulo e na História do Brasil. Durante anos, nada se fez, mas em poucos meses no início da gestão Erundina, em que pese a imensa dificuldade de se apropriar dos mecanismos da burocracia e fazê-los funcionar no interesse de uma causa, o tempo acelerou-se.

Primeiramente, o pedido de abertura do processo de tombamento, encaminhado por Déa Fenelon, presidente do Conpresp e diretora do DPH, ao colegiado, que acatou

o pedido e aprovou sua primeira resolução (01/89), considerando o valor urbanístico e histórico do imóvel e “as notícias veiculadas pela imprensa que dão conta da ameaça iminente de sua demolição” (CONPRESP, 1989, f. 2 e 21). Ao mesmo tempo, um parecer do conjunto de arquitetos da Seção de Crítica e Tombamento do DPH foi elaborado, e nele arrolou-se uma série de razões pelas quais era preciso abrir o processo de tombamento da mansão:

- 1) o inegável papel desempenhado pela família Matarazzo na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, sobretudo no processo de industrialização;
- 2) o fato de que o Condephaat já havia tombado outros marcos da industrialização na qual os Matarazzo haviam sido protagonistas, entre eles a sede das IRFM no Viaduto do Chá (atual sede da Prefeitura), o Palácio dos Bandeirantes (atual sede do governo do Estado) e o antigo Hospital Matarazzo. Nas palavras dos técnicos, esses edifícios expressavam “o caráter, a um só tempo ambicioso e explorador, benemérito e paternalista, vaidoso e autoglorificador dos Matarazzo, cujos atuais membros, demolindo a obra do patriarca, deixam patente o declínio desta outrora renomada família”. Ao propor o tombamento do casarão da Paulista, os técnicos não pretendiam “contribuir para a manutenção do mito dos Matarazzo; ao contrário, em nossa concepção, ao preservar este imóvel, e futuramente outros pertencentes à família, desejamos dar contornos nitidamente realistas à atuação desta família na sociedade brasileira [...]”;
- 3) a ambiência do imóvel, desde os jardins até as linhas arquitetônicas da edificação;
- 4) em que pese a ambiência, o imóvel era considerado de qualidade arquitetônica discutível. O objetivo não era salvaguardar “um bom projeto”, mas sim um “documento arquitetônico [...] da atmosfera mental em que viviam nossas classes privilegiadas”. O documento, obra de Marcelo Piacentini e demonstrativo das simpatias do Conde Francisco Maratazzo pelo fascismo, perdera seu “opulento recheio” em razão da crise financeira vivida pelos herdeiros, o que levou os arquitetos a lamentarem que o documento não estivesse completo, devido à dissipação dos móveis e da decoração da casa:

Contudo, achamos que mesmo assim, face à significação histórica e urbana de que se reveste o imóvel, torna-se imprescindível seu tombamento. Ato aliás que apresenta uma faceta disciplinadora para as nossas elites, que agem tão brutal e ilegalmente quando saem em defesa de seus interesses pecuniários.⁷⁰

A atuação marcadamente política, como em todo processo de tombamento, é inescapável, e não quero, com essas observações, diminuir o rigor das ações. Ao contrário. Observo apenas que, via de regra, os pareceres da Seção de Crítica e Tombamento eram atribuídos a um arquiteto, ainda que eventualmente as decisões técnicas de um indivíduo

pudessem ser objeto de discussão entre seus pares. Mas, na ocasião, o parecer foi assinado pelo chefe da Seção em nome de todo o corpo técnico – procedimento que não era comum no órgão municipal de preservação.

Nesse caso, a articulação política e técnica no interior do governo foi uma resposta à iniciativa da família, ao tentar destruir o imóvel e afrontar o poder público. Encerrada a seção do Conselho, foram enviados ofícios a Maria Pia Matarazzo e ao espólio de Francisco Matarazzo Jr, comunicando a abertura do processo de tombamento, sem se esquecer de mencionar que ficava vedada a destruição, demolição ou mutilação da casa.⁷¹ O informe era uma praxe legal, pois a abertura do processo cria, de fato, restrições válidas até a decisão final. Todavia, o lembrete obviamente fazia referência à tentativa de destruir o imóvel do início daquele mês, por ordem dos proprietários.

Um dia após a abertura do processo, a prefeita assinou um decreto que declarou o imóvel como de utilidade pública e passível de desapropriação, por ser “necessário à implantação da Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho”. O decreto previa a possibilidade de acordo com os proprietários do terreno de 11.916,43 m² e da área construída de 4.436m². Precavendo-se de um questionamento que já circulava em alguns meios paulistanos quanto ao investimento de dinheiro público em um museu dessa natureza, o decreto atribuía ao Executivo a tarefa de angariar recursos na iniciativa privada para sua implantação, ainda que as parcelas da desapropriação fossem incluída nos orçamentos anuais do município (DECRETO..., 1989). Os jornais comentavam que o valor de mercado da casa era de mais de US\$ 120 milhões e espólio argumentaria que o valor da indenização deveria ser de US\$ 200 milhões (ERUNDINA..., 1989, f. 177).

A inusual rapidez na ação do poder público parece ter apanhado os proprietários de surpresa. A resposta do advogado do espólio só surgiu em 26 de abril. Em um arrazoado de nove páginas, os proprietários apresentam uma peça jurídica denominada “defesa preliminar ao processo de tombamento”, como se em um processo dessa natureza houvesse um réu. Tratava-se, na verdade, de um recurso administrativo.⁷² No entendimento do advogado, o Decreto n. 27.727, ao desapropriar o imóvel, fazia o processo de tombamento perder o sentido. Se fosse declarado de utilidade pública, o imóvel não poderia ser tombado (CONPRESP, 1989; f. 33-34) um claro diversionismo, considerando que inúmeros imóveis públicos são tombados e, nem por isso, podem ser descaracterizados. Pediam o arquivamento do processo de tombamento, já que o Condephaat havia declarado, em março de 1983, que o imóvel não apresentava interesse para fins de preservação. Tendo já havido uma decisão administrativa do Condephaat

⁷¹ Ofícios Conpresp 7 e 8/89, 11 abr. 1989. Cf. CONPRESP, 1989, f. 23 e 24.

⁷² Como afirmou o procurador municipal e membro do Conpresp, Roberto Heitor Ferreira Lima, em 29 de junho de 1989. Lima notou que, durante o andamento do processo de tombamento, pela lei municipal, não caberia nenhum recurso administrativo, mas apenas no prazo de até 15 dias após o final do mesmo. Mas, no âmbito do Direito Administrativo, a reclamação era cabível. Lima ressaltou a confusão indevida entre tombamento e desapropriação, já que o tombamento não implica em perda da propriedade. “No tombamento, o que se pretende é a preservação do bem sem a perda da propriedade, enquanto que, na desapropriação [...], o imóvel passará para o domínio do expropriante, visando à implantação da Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho. Não obstante o Condephaat entender que o imóvel em apreço não apresenta qualquer interesse cultural, histórico ou arquitetônico para a sua preservação a nível estadual, não significa que o Município não tenha interesse em preservá-lo, pois os critérios que orientam o tombamento pelo Estado e pelo Município são diferentes.” Cf. CONPRESP, 1989, f. 4-147.

naquela altura e tendo o processo sido reaberto naquele órgão e aberto no Conpresp, a situação causava “incerteza e instabilidade jurídica” aos proprietários e ao público em geral, “em detrimento da credibilidade dos próprios órgãos preservacionistas, como consequência de decisões contrárias e conflitantes” (CONPRESP, 1989, f. 37). No caso do Conpresp, essa tese de direito administrativo não teria validade, considerando que as esferas estadual e municipal de preservação não mantêm relação de subordinação entre si. Embora o Conpresp tenha tombado, *ex-officio*, tudo o que o Condephaat tombara na Capital até 1989, o que o órgão estadual não tombara não ficava automaticamente excluído de estudos com vistas à preservação.

Quanto aos argumentos para preservar a casa e o terreno, rebatia-se o valor histórico em razão da propriedade do imóvel ter sido de Francisco Matarazzo. Na opinião do procurador do espólio, a importância dele já ficara registrada quando do tombamento de parte das instalações industriais da Água Branca, a chaminé e a casa das caldeiras (CONPRESP, 1989, f. 39).

Se o valor histórico já fora reconhecido, o valor arquitetônico foi negado por especialistas, como Carlos Lemos e Pietro Maria Bardi, em artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, em abril de 1989.

A petição do espólio reconhecia que, nas semanas anteriores, a imprensa havia sido um repositório de opiniões contra o reconhecimento do valor arquitetônico, “em razão da celeuma criada por este e outros processos, emitidos por professores, arquitetos, historiadores e muitos outros componente de elite intelectual paulista, todos condenando unanimemente e algumas vezes de forma veemente, o tombamento do imóvel em questão” (CONPRESP, 1989, f. 40). Quanto à área verde, no terreno só havia grama e árvores já protegidas por severa legislação municipal. Decidindo-se pelo tombamento, seria necessário ressarcir os proprietários, em razão da retirada do valor econômico do bem, onerando o Município e os contribuintes e deixando de lado “tantas outras obras sociais e culturais urgentes e necessárias”, “uma vez que é sabido que a propriedade em causa é uma das mais valorizadas do país” (CONPRESP, 1989, f. 39-41).

A imprensa era uma arena de luta e, nesse caso, estava explicitamente ao lado dos proprietários, como o advogado dos Matarazzo percebeu. Em seu texto, Carlos Lemos (1989, p. A-3) alegou que não queria voltar ao assunto, mas os “últimos incidentes pirotécnicos” acenderam “injustas críticas” às ações dele como conselheiro do Condephaat, e então ele resolveu se defender pessoalmente. Lemos reconhece que pedira o arquivamento do processo de tombamento da mansão em 1975 e o desarquivamento do mesmo em 1989, mas disse que “muita água passou por baixo da ponte” nesse tempo, fazendo-o rever sua posição. Quando do pedido de arquivamento, o arquiteto pensava que o tombamento não deveria proteger bens estrangeiros – como era o caso da mansão, projetada na Itália e entendida como uma espécie de disco voador descido na Paulista, que não dialogava com os padrões locais. Em 1989, Lemos pensava diferente, sobretudo pela proteção que o tombamento dera à coleção de arte estrangeira do acervo do Masp. “Por sorte, essa nossa intransigência xenófoba esvaiu-se”, escreveu ele.

Não se tratava de sorte, obviamente, mas isso pouco importaria para a decisão que o Condephaat estava perto de tomar. O fato é que a casa dos Matarazzo não fora tombada e, desde 1983, os proprietários sabiam disso e não a demoliram porque não quiseram: “[...] tudo poderia ter sido feito às claras, a qualquer hora, sem medo, sem a dinamite canhestramente colocada nos desvãos do porão”. Por pressão de entidades preservacionistas, a mansão mereceu novos estudos do Condephaat, e Lemos propôs uma solução semelhante à da Casa das Rosas, com a preservação da casa e do jardim e a liberação para a construção de um grande edifício no terreno. Se a mansão não merecia tombamento, “também não mereceu as bombas de gente assustada sem saudade e amor à memória de seus antigos. Afinal, acabaram merecendo o castigo esdrúxulo de Erundina” (LEMOS, 1989, p. A-3). Castigo, na visão daquele arquiteto, seria a desapropriação pelo valor venal do imóvel e não pelo valor de mercado. Mas posso supor que instalar ali o Museu do Trabalhador era parte do “castigo” merecido pelos Matarazzo, na avaliação de alguns conselheiros dos órgãos de preservação.

O artigo de Pietro Maria Bardi, diretor do MASP, foi escrito com mão mais pesada. Ouso dizer que era uma obra de encomenda. Foi publicado no mesmo dia em que o espólio apresentou sua “defesa preliminar” e virou anexo da mesma, como argumento de autoridade. Bardi chamava o Conde Francisco Matarazzo de benemérito – e de fato ele era, mas da causa fascista, à qual doara dinheiro e aderira, entre outras ocasiões, ao deixar instruções sobre o rito de seu funeral, a ser cumprido no suntuoso mausoléu da família no Cemitério da Consolação. Seus vínculos com o fascismo eram suficientemente reconhecidos nos estudos históricos que embasaram o processo de tombamento pelo Conpresp, exemplificado pela transformação do título pessoal de conde (recebido em 1917) em título hereditário em 1926, quando Mussolini já se tornara primeiro ministro italiano. Esse talvez fosse o “castigo” maior: industrial bem sucedido, Matarazzo seria “punido” *post mortem* pela instalação de um Museu do Trabalho na casa que mandara construir e, sendo ele simpático ao fascismo, o sabor do Museu nessa mansão seria melhor desfrutado pela gente socialista e provocadora que, naquele momento, ocupava a Prefeitura. Bardi discordava do castigo.

Ao discutir a decisão da prefeita de implantar ali o Museu do Trabalho, o diretor do Masp permitiu-se opinar a respeito, por ser “alguém com prática em problemas museográficos, para não dizer museológicos”. O projeto arquitetônico da mansão foi desancado. Mussolini admirava o pseudoclassicismo – estilo da mansão, nas palavras de Bardi – por lembrar a arquitetura da Roma Imperial. Mas o ousado Bardi já ridicularizara esse estilo em uma exposição na qual trabalhara em uma galeria de arte romana, inaugurada pelo próprio Duce, que na ocasião dissera ao amigo Pietro: “Parece que você tem razão”. Se o Duce gostava do estilo, Bardi o convenceu do contrário e agora pretendia usar o mesmo argumento para demover a Prefeitura de São Paulo da ideia de tombar a mansão:

Sua derrubada seria um benefício para a avenida com sua fisionomia de arranha-céus estando em vias de ser definitivamente fixada pelos poucos palacetes restantes que documentam o gosto dos donos do café, numa artéria

que Lévi-Strauss definiu, justamente, como uma rua de estação de águas na Europa.

Desancados ainda mais foram o trabalhador e seu museu. “Dona Luiza” – ele se referia assim à prefeita – deveria desistir do projeto do museu do trabalho porque era impossível alcançá-lo. Bardi, ele mesmo, já tentara algo do gênero e não obtivera bons resultados:

Seria complicado imaginá-lo [o Museu do Trabalho]. Eu mesmo, no Masp, organizei a exposição ‘A mão do povo brasileiro’ ainda em 69, para exaltar o trabalho deste maravilhoso canteiro que sempre foi o Brasil.

Apesar de todas as pesquisas, participando sociólogos e o próprio diretor do Patrimônio na época, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, o resultado não foi o previsto. O trabalho se integra com muitos e complexos problemas. “Parece-me complicado, com toda boa vontade, e pode ser, capacidade e fantasia, conseguir material de real interesse”.

“A Mão do Povo Brasileiro”, de 1969, pelo que consta, fora organizada por sua mulher, Lina Bo Bardi, e é tida como um momento relevante da produção intelectual dela.⁷³ Para terminar, Pietro pedia a “Dona Erundina” que não criasse outro museu na capital da cultura e ajudasse com a reforma do teto do Masp, um próprio municipal, se possível pedindo dinheiro aos industriais da Fiesp, como já fizera o então Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira (BARDI, 1989, p. A-3). Nada mais improvável de acontecer, naquela altura. Pietro Maria tinha outras ideias sobre o que fazer na Mansão Matarazzo, como criar um centro cultural Brasil-Itália, entidade que divulgaria a cultura italiana entre os brasileiros e que seria mantida por empresas italianas (SILVA, 1989, p. C-3).

A decisão final sobre o imóvel que abrigaria o Centro da Cultura do Trabalhador e o Museu do Trabalho paulistano viria à tona em março de 1990. Pela Resolução n. 1/90 do Conpresp, tombaram-se a casa principal, a portaria e o terreno com vegetação arbórea. A área de proteção envoltória foi definida pelos limites do lote. Ato contínuo, os herdeiros pediram uma indenização milionária e a revisão do processo foi negada pelo Conselho. Em setembro do mesmo ano, a prefeita homologou a decisão (CONPRESP, 1989, f. 162-217).

Pouco antes do tombamento final, as entidades de classe dos arquitetos tentam a conciliação entre a Prefeitura e os Matarazzo. O Instituto dos Arquitetos do Brasil apontava o problema de fundo, representado pela resistência à “avassaladora transformação da cidade, à destruição de suas referências urbanas e à progressiva perda da qualidade de vida” (CONPRESP, 1989, f. 154). O nome desse processo era, e ainda é, especulação

73 No site oficial do Instituto Lina Bo Bardi e P. M. Bardi (<http://www.institutobardi.com.br/instituto/atividades/12_Veneza_Guedes.html>. Acesso em: 2 mar. 2011), lemos sobre Lina: “Sua exposição ‘A mão do povo brasileiro’ foi uma aula original e espetacular, que precisa ser recuperada, divulgada, e estudada em suas diversas dimensões.”

imobiliária. Para o IAB, criara-se um impasse por diversas razões: “A ideia ingênua da preservação, o açodamento de iniciativas do poder público e o desrespeito às normas e procedimentos instituídos levaram a situação a seus limites extremos”, reconhecendo que “a preservação dos bens culturais constitui menos um problema técnico e mais uma questão política e que diz respeito a todos nós, cidadãos [...]”. A intervenção era inócua naquela altura dos acontecimentos, mas contém uma interessante avaliação crítica ao reconhecer que

os arquitetos tem sido penitenciados por terem assumido pioneiramente o problema da preservação dos bens culturais com a atenção reservada exclusivamente à produção arquitetônica. Com razão arguem especialistas da mais variada formação sobre os critérios que prevaleceram na eleição dos bens culturais a serem preservados.

A avaliação era uma evidente referência à primeira decisão do Condephaat em não tomba o imóvel em função do pouco interesse arquitetônico, em 1983. Como solução, o IAB sugeriu que fosse elaborado um concurso nacional de projetos, “aberto a equipes multidisciplinares”, que enfrentem o desafio de “manter o símbolo do local e responder às contingências do momento, sobretudo às de natureza econômica” (CONPRESP, 1989, f. 154-155).

Já o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo manifestou-se favoravelmente ao tombamento da casa, mas solicitou que o município formulasse e expressasse publicamente uma política de preservação do patrimônio ambiental urbano “que estabeleça as prioridades a curto, médio e longo prazo, evitando assim ações emergenciais [de preservação]” (CONPRESP, 1989, f. 153). Mesmo tendo assento no Conselho, o Sindicato parecia desconhecer a necessidade de ações emergenciais de preservação, pois ameaças como a tentativa de demolição com dinamite atropelam qualquer prioridade previamente estabelecida.

O Museu do Trabalho ainda não apareceu, como é possível perceber nesta altura do texto. Como anunciei desde o título, ele é inexistente, não aparecerá. Mas a história da preservação da mansão Matarazzo, ex-futura sede de um museu extinto antes de ter existido, ainda não tinham chegado ao capítulo final.

O epílogo é doloroso, até porque a palavra definitiva foi dada por Paulo Salim Maluf, que sucedeu Erundina na Prefeitura de São Paulo. Atendendo a uma determinação do Tribunal de Justiça, Maluf anulou a resolução de tombamento 1/90 e o decreto de desapropriação de 1989.⁷⁴ Essa administração avaliou que “a mansão Matarazzo foi condenada à ruína pela atitude demagógica da administração petista da senhora Luiza Erundina”, como afirmou um de seus secretários em texto assinado (RICHTER, 1996). Se quisermos dar a última palavra à ex-prefeita, podemos ouvi-la em um encontro com mulheres de diretores da Federação do Comércio do Estado de São Paulo em 1996,

74 Por meio do Decreto n. 34.718, de 2 dez. 1994. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaveb.com.br/iah/fulltext/decretos/D34718.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2011. Ver também as matérias “Justiça destomba mansão dos Matarazzo”, e “Prefeitura recorre contra os Matarazzo”. FOLHA DE S. PAULO, 16 mar. 1994 e 18 set. 1997.

durante a campanha para a prefeitura de São Paulo:

Perguntada sobre erros que teria cometido na gestão paulistana, Erundina citou o imbróglio da demolição da mansão da família Matarazzo, na avenida Paulista. Erundina queria evitar a derrubada da construção para erguer ali um ‘Museu do Trabalhador’. Foi um erro transformar aquilo num embate ideológico pensando em estimular a luta de classes (ALVES, 1996).

Em 2010, o Conpresp destombou a mansão⁷⁵ que, afinal, desabara em 1996, quando escavações nas colunas de sustentação surtiram efeito (DESABAMENTO..., 1996). O desabamento ocorreu dois anos depois que a ação judicial interposta pelo espólio foi vencida pelos proprietários. Na sentença, afirma-se que houve “excesso de poder e desvio de finalidade no ato administrativo”, sendo invalidados o tombamento e a desapropriação. Naquele mesmo ano, o presidente do Conpresp, Eduardo Lefèvre, dirigiu um animado *ofício* ao arquiteto Gian Carlos Gasperini para informá-lo, com “estima e amizade”, que a procuradoria do município liberara o direito de propriedade sobre o imóvel, restrito apenas às normas de uso e ocupação do solo, com as quais o Conpresp não tinha qualquer envolvimento (CONPRESP, 2010, f. 58). Em outras palavras: faça o que quiser no terreno. Caso alguém ainda se lembre dele, o Condephaat não tombou o imóvel depois da reabertura do processo, em 1989.

O projeto de Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho simplesmente desapareceu da pauta em meio à discussão sobre o destino da mansão. Mais uma vez, a memória do trabalhador desapareceu, mesmo que nesse caso fosse apenas uma ideia. O Conpresp não seria o lugar da discussão dessa ideia, mas em outros órgãos da Secretaria de Cultura do Município não resta nem sinal dela.

Em 1795, o político liberal inglês Edmund Burke afirmou: “Paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião é o que se deve recomendar a eles [os trabalhadores]; tudo o mais é pura fraude” (apud THOMPSON, 1987, p. 59). Memória, por exemplo. É certo que a demanda por um lugar da memória do trabalho e dos trabalhadores de São Paulo não veio de um protagonismo das entidades de classe ou mesmo de trabalhadores não organizados, entre fins da década de 1980 e início dos anos 1990. Mas a prefeita, oriunda politicamente de movimentos sociais e populares, em ação articulada com a Secretaria Municipal da Cultura, entendeu que a preservação da memória dos trabalhadores na terra do trabalho deveria se dar num espaço tradicionalmente associado à riqueza industrial, e que isso teria um significado emblemático.

No Brasil, ao analisarmos as ações do Estado, quase sempre é possível alinhá-las aos interesses dos patrões, promovendo a disciplina e reprimindo por meio de repertórios jurídicos e ações violentas. Nesse caso, a Justiça agiu em defesa dos proprietários do imóvel, mas o Executivo municipal, ao menos até o final da gestão Erundina, em 1992, promoveu uma ação alinhada com os interesses dos trabalhadores. Embora não houvesse

⁷⁵ CONPRESP, *Processo n. 2010-0-038.283-0*: Revogação de tombamento pelo Conpresp (doravante Conpresp 2010), votação em 3 ago. 2010 (f. 72) e ato consubstanciado na RESOLUÇÃO 6/2010 (fl. 77).

projeto executivo, curadoria ou pesquisa de conteúdo, a Casa da Cultura do Trabalhador e o Museu do Trabalho funcionariam no imóvel avaliado como o mais caro do país e que pertencera ao industrial mais conhecido do Brasil que, além de tudo, simpatizava com o fascismo. O imóvel acabou não sendo desapropriado e a polêmica em torno dos interesses financeiros se sobrepôs a qualquer discussão sobre a memória dos trabalhadores. Também não se deve esquecer que a Avenida Paulista, lugar onde o projetado museu seria instalado, não é símbolo do trabalho, mas do capital. Uma lógica não dita e repleta de interdições próprias da relação trabalho/capital imperou em todo este caso.

A nova proposta, agora em São Bernardo do Campo, não envolve polêmicas: afinal, aquela região fabril é tida como lugar por excelência dos trabalhadores, e sua projetada sede não afronta os interesses do capital. O projeto arquitetônico é louvado e a produção de conteúdo certamente trará as mais recentes tendências historiográficas do mundo do trabalho para as exposições que tiverem lugar ali, o que é uma ótima notícia. Um museu do trabalhador merece o melhor projeto arquitetônico e a melhor curadoria.

O Museu do Trabalho em São Paulo é um assunto praticamente esquecido, salvo por uma recente mobilização no Facebook, “Pela criação do Museu do Trabalhador no antigo prédio da fábrica Crespi, em São Paulo”, iniciativa de Antonio Carlos Mazzeo, cientista social e professor da Universidade Estadual Paulista, que reunia 1.346 membros em fins de setembro de 2011.⁷⁶

A abortada proposta do Museu do Trabalho paulistano, diferentemente das outras, traria o trabalhador para um ambiente físico e simbólico que não era o previsível, como os ambientes reconhecidamente operários do ABC ou da Mooca. Penso que isso mereceria uma reflexão: mais do que uma vitória dos proprietários da mansão, o resultado do processo que culminou na demolição da mansão Matarazzo, no inusitado “destombamento” e na liberação do uso do terreno não foi, acima de tudo, uma derrota dos trabalhadores? Vendido por R\$ 132 milhões em 2007, o terreno é alvo de um projeto de *shopping center* e torre comercial de autoria de Aflalo e Gasperini Arquitetos Ltda., a ser levantado pelas empreiteiras Cyrela e Camargo Corrêa. As notícias sobre o novo empreendimento ressaltavam a grandeza do empreendimento, o estilo “novo rico” dos autores do projeto e a solidez das construtoras. Sobre o Museu do Trabalho, nenhuma palavra. Talvez museus que um dia venham a existir possam transformar essa derrota em um lugar da memória dos trabalhadores e dar a ela o estatuto de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO DE máquinas. Disponível em: <<http://museudotrabalho.org/>>. Acesso em: 4 mar. 2011.

O ACERVO do Museu de Artes e Ofícios. Disponível em: <<http://mao.org.br/port/acervo.asp>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

ALVES, Carlos Eduardo. Erundina faz defesa de privatizações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo,

⁷⁶ Cf. <<http://www.causes.com/causes/566946-pela-cria-o-do-museu-do-trabalhador-no-antigo-pr-dio-da-fbrica-crespi-em-s-o-paulo/about>>. Acesso em: 25 set. 2011.

15 jun. 1996.

BARDI, Pietro Maria. O Museu do Trabalhador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C-3, 7 jul. 1989.

CARRILHO, Marcos. A ruína da Casa Modernista. In: A permanência do moderno. SEMINÁRIO DOCOMO BRASIL, 3, São Paulo, 1999. **Anais...** Disponível em <[http://www.docomo.org.br/seminario%203%20pdfs/sessao especial/Marcos_Carrilho.pdf](http://www.docomo.org.br/seminario%203%20pdfs/sessao%20especial/Marcos_Carrilho.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2011.

CONDEPHAAT. **Ficha de identificação do bem tombado/Condephaat:** bens culturais arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Negócios Metropolitanos/Emplasa/Sempla, 1984. P. 428-429

CONPRES. **Processo nº 1989-0.002.581-3.** Tombamento do imóvel conhecido como Mansão Matarazzo, situado à Avenida Paulista, 1230, Setor 009, quadra 047. Lote 001-1.

CORREA, Vanessa. Novo Memorial do Imigrante aposta na interatividade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 de mar. 2011.

DESABAMENTO da mansão foi provocado e Polícia pedirá nova perícia na mansão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 e 13 abr. 1996.

ERUNDINA desapropria mansão dos Matarazzo. **O Globo**, 13 abr. 1989.

FAMÍLIA Matarazzo vai processar Prefeitura por entrar em mansão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 abr. 1989.

FENELON, Dea Ribeiro. Os (des)caminhos da preservação. In: São Paulo (Cidade). Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória:** patrimônio e cidadania. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.

FIOROTTI, Paula. São Caetano ensaia o Museu do Trabalho e do Trabalhador. **Diário do Grande ABC**, 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Columnists/Posts/15/3680/saocaetano-ensaia-o-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2011.

JUSTIÇA destomba mansão dos Matarazzo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 1994.

LEMOS, Carlos A. C. A casa dos Matarazzo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A-3, 25 abr. 1989.

MARINHO ANUNCIA projeto do Museu do Trabalho e do Trabalhador. Disponível em: <<http://www.portaldograndeabc.com/pgabc/noticias/noticia.php?marinho-anuncia-projeto-do-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador&n=3287>>. Acesso em: 7 mar. 2011.

MARTINS, Ana Carolina. **Prefeito anuncia projeto do Museu do Trabalho e do Trabalhador.** Disponível em: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqtcontainer_r01.asp?srcpg=noticiacompleta&ref=7016&qt1=0>. Acesso em: 3 mar. 2011.

MUSEU de Artes e Ofícios. Disponível em: <<http://mao.org.br/port/institucional.asp>>. Acesso em: 6 mar. 2011.

MUSEU do Trabalho reabre para comemorar Dia do Trabalhador. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/11200.asp>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: _____ (Dir.). **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984. tomo 1: La République.

OBRAS do Museu do trabalho e do trabalhador começam em abril em São Bernardo. Disponível em: <<http://www.pt-sp.org.br/noticia.asp?p=Cultura&acao=verNoticia&id=2486>>.

Acesso em: 7 mar. 2011.

OFÍCIOS CONPRES. 7 e 8/89, 11 abr. 1989. In: CONPRES. **Processo nº 1989-0.002.581-3.** Tombamento do imóvel conhecido como Mansão Matarazzo, situado à Avenida Paulista, 1230, Setor 009, quadra 047. Lote 001-1. f. 23-24.

PREFEITURA recorre contra os Matarazzo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 1997.

RELATÓRIO da Casa do conde Matarazzo, situada na Av. Paulista, 1230. In: CONPRES. **Processo nº 1989-0.002.581-3.** Tombamento do imóvel conhecido como Mansão Matarazzo, situado à Avenida Paulista, 1230, Setor 009, quadra 047. Lote 001-1. f. 5-6.

RICHTER, Paulo Roberto. Ação pela Avenida Paulista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 mar. 1996.

SANTOS, Jéssica. Estádio de São Bernardo pode abrigar o Museu do Trabalho e do Trabalhador. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2010/03/estadio-em-sao-bernardo-pode-abrigar-o-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador>>. Acesso em: 6 mar. 2011.

SÃO PAULO (Cidade) Decreto n. 27.727, de 11 de abril de 1989. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 12 abr. 1989. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.gapweb.com.br/fulltext/decretos/D27727.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2011.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 34.718, de 2 de dezembro de 1994. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 12 abr. 1989. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.gaplweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D34718.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2011.

SILVA, Ayrton Camargo. Tombamento ou barbárie. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C-3, 7 jul. 1989.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1: A árvore da vida.

TRABALHO FEMININO da Igreja Presbiteriana do Brasil: breve histórico. Disponível em: <http://www.saf.org.br/downloads/historico_trabalho_feminino.html>. Acesso em: 7 mar. 2011

VALENZUELA, Stella Máris. **Um museu para o trabalho.** Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/jul98/cultu1.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2011.

VERAS, Dalila Teles. Memorial e Museu do Trabalho em São Bernardo. Disponível em: <<http://blog.alpharrabio.com.br/2009/03/14/memorial-e-museu-do-trabalho-em-sao-bernardo/>>. Acesso em: 7 mar. 2011.

MUSEUS E MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO: EMBATES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

ODAIR DA CRUZ PAIVA

A memória está em voga não só como tema de estudo entre especialistas. Também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia. Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sociais, de minorias e marginalizados, associações de bairros, escolas e assim por diante, todos têm procurado destilar sua auto-imagem – mas, raramente e com dificuldade, a da sociedade como um todo. Palavras-chave são resgate, recuperação e preservação – todas pressupondo uma essência frágil que necessita de cuidados especiais para não se deteriorar e não ou perder uma substância preexistente. (Menezes, 1999, p.12)

INTRODUÇÃO

A relação dos Museus com o tempo presente tem sido motivo para um sem número de preocupações, problemas e desafios; estes implicam reflexão e proposição de alternativas, mudanças de posturas e criação de práticas para a manutenção, renovação e vitalidade daquelas instituições. Os Museus emergem como territórios de preservação da memória e sempre em conexão com o seu tempo produtor. Isso implica numa dinâmica que é, ao mesmo tempo, positiva e negativa.

Em seu sentido positivo, os Museus são territórios de preservação da memória, cultura material e formas intangíveis do patrimônio cultural, cuja dinâmica do tempo tende, por um lado, a subsumir da paisagem e do vivido social; por outro lado, os Museus também são *sujeitos* que podem atribuir valor e importância a esses mesmos elementos, independentemente de sua condição de fragilidade – ou não – no contexto social.

Em seu sentido negativo, os Museus são territórios que *envelhecem*. Passadas algumas décadas ou mesmo alguns anos de sua fundação/formação, podem se tornar objetos de estranhamento por preservarem uma memória-história não mais reconhecida no presente. Originários de um passado *distante*, esses territórios da memória tendem a expressar concepções e perspectivas que, potencialmente, podem ser desvalorizadas pelas novas gerações implicando numa série de desafios aos Museus. Apenas como proposição para materializar um desses desafios: Como manter *viva* – quase um século depois - a representação de nosso passado *bandeirante*, criada por Taunay, no Museu Paulista?

O objetivo deste capítulo é discutir alguns elementos atinentes à produção da memória sobre a imigração tendo como foco a criação do Museu da Imigração em São Paulo. Esta experiência – ainda em curso – coloca em discussão duas outras questões que lhe são constitutivas: os condicionantes da produção da memória coletiva e o percurso histórico da criação de uma memória sobre a imigração no país e em São Paulo.

MEMÓRIA COLETIVA E PATRIMONIALIZAÇÃO

Em estudo que se tornou referência sobre o tema da memória coletiva, HALBWACHS, (2006) discute a relação entre a necessidade da estabilidade da paisagem para a manutenção de *instituintes* de memória partilhados por uma sociedade ou por um coletivo particular. Esses *instituintes* garantiriam a identidade (histórica, social, política, étnica, cultural) do grupo, ao passo em que engendrariam a possibilidade de uma estabilidade do *corpo* social. Isso nos coloca frente a duas questões.

A primeira dela é compreendermos como – do ponto de vista da escola *durkhemiana* – a busca do equilíbrio social, a constituição de laços comuns dentro de uma comunidade e a tentativa de extirpar eventuais *anomias*, encontra na relação entre a memória e a preservação da paisagem seu elemento estruturante. Nessa perspectiva, as iniciativas de preservação guardam uma conotação conservadora e, portanto, positivities e negatividades. Em seu sentido positivo, a relação entre a memória e a estabilidade da paisagem revela a necessidade que temos de preservar remanescentes materiais do passado; eles nos informam sobre nossas origens e, potencialmente, nos permitem traçar linhas mais definidas entre o passado e o presente; sua existência nos conforta diante da efemeridade da vida.

A paisagem seria portadora de uma memória *em si* que se conecta com as memórias individuais auxiliando-as na compreensão de seu lugar na história da coletividade. Em seu sentido negativo, a estabilidade da paisagem mascara a existência de construtos de memória que se sobrepõem a outros vividos sociais. A memória *em si* da paisagem se conecta com as memórias individuais, transformando o passado numa herança comum, da qual todos partilhamos. Nesse caso, ocultam-se outras memórias. Em ambos os casos a memória *em si* da paisagem é sempre uma construção e algo que não pode ser naturalizado, mesmo quando se trata da manutenção/preservação de memórias subalternizadas.

Para Joel Candau (2012, p. 9),

[...] a memória é acima de tudo uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição do mesmo “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um estar aqui que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece “insustentável”.

A memória coletiva constituiu-se a partir de um ambiente pleno de positivities, negatividades e contradições. Segundo Le Goff (1994, p. 476), “[...] a memória coletiva não é só uma conquista, é também um instrumento de poder”. Vários autores, entre eles Joel Candau, discutem se de fato existe algo que podemos intitular como “memória coletiva”; para ele, a existência de “atos de memória coletiva” como “comemorações, construções de museus, narrativas, passeios dominicais em um cemitério [...] não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva”. (CANDAU, 2012, p. 35)

No cerne da discussão estão questões um tanto óbvias, mas importantes. Le Goff nos alerta para uma dimensão da memória coletiva que a inscreve no quadro das contendas sociais. Nesse ambiente, a memória coletiva perde sua aura de neutralidade já que inscrita no contexto da sociedade de classes. Na mesma perspectiva, Candau nos remete para a impossibilidade da sua universalidade e que sua inscrição na memória dos sujeitos é obra dos constantes atos de memória. Embora um tanto *desqualificadores* da memória coletiva, os elementos acima não negam sua necessidade nos contextos sociais.

Assim como não há verdades absolutas, mas sim, verdades parciais, provisórias e em construção (ou desconstrução) penso que a discussão sobre a memória coletiva possa trilhar o mesmo caminho. O binômio que compõe a noção de *memória coletiva* deve ser constantemente repensado, particularmente a ideia de *coletiva*. Quanto maior os coletivos, menor a possibilidade a aceitação e aderência de seus elementos constituintes nos corações e mentes dos sujeitos.

O fato da manutenção e construção constante de memórias partilhadas por grupos sociais de dimensões variadas não nega a existência de memórias coletivas. Para Dominique Poulot (2011, p. 480), “Um passado compartilhado em comum existe, mas grupos diferentes podem reivindicar uma parte dele, ou acentuarem um ou outro aspecto em particular, entre um tempo ritual, sem duração, e o tempo do mundo dominado pelo presente que passa.”

As questões sobre a memória coletiva se conectam no presente às relacionadas à *patrimonialização*. Há um intenso debate em curso e este nos remete à construção de *instituintes* de memória que procuram sua aceitação por conjuntos sociais mais amplos.

O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao “dever” da memória, com sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (HARTOG, 2006, p. 266)

Para Hartog (2006, p. 268), há uma vaga patrimonial que entrou em sintonia com a memória ganhando em amplitude “[...] até tender para este limite que seria o “tudo patrimônio”. Assim como se anuncia ou se reclama memórias de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se”.

Essa *vaga patrimonial*, para Hartog, ou *vertigem patrimonial*, segundo Candau, revela mais sobre os dilemas do presente do que sobre o passado que se procura preservar. Ações quase obsessivas de preservação do passado escondem atitudes de recusa sobre o presente, suas transformações e suas potencialidades de futuro. Na recusa do vivido presente, inscrevem-se os desafios que nós temos que enfrentar para a construção/definição/revisão de nossas identidades e utopias.

Apegar-se obsessivamente à preservação do passado nos exime da reflexão sobre nossa atualidade, colocando-a num *continuum* que representa o que Hartog denomina

como *presentismo*; a nossa utopia de futuro está na manutenção do presente e este marcado pela preservação do passado. Essa perspectiva, obviamente, entra em contradição com a dinâmica produtora da memória que, centrada nas questões do presente, atualiza-se a cada momento.

A relação entre a memória e os processos de *patrimonialização* gera uma tensão na medida em que a dinâmica do presente não pode ser moldada em sua plenitude pelo *campo da experiência*⁷⁷; em outros termos, a tradição e os costumes, que regeram as vidas das gerações pretéritas, mas também as memórias cristalizadas têm o potencial relativo em moldar o presente. Isso implica dizer que *o novo* sempre emerge na história, rivalizando com o passado e buscando sua inserção/inscrição na história.

Tratar esta tensão de maneira genérica é abrir o campo para muitas controvérsias. Penso que uma análise mais circunscrita sobre o caso do Memorial do Imigrante/Museu da Imigração na cidade de São Paulo pode ser um caminho possível para compreendermos como o complexo de questões que envolvem a memória coletiva e a *patrimonialização* estão presentes naquele espaço; sua análise pressupõe, entretanto, uma breve digressão acerca de como a memória sobre a imigração foi sendo construída nas décadas que precederam a criação de um espaço dedicado à memória da imigração na cidade de São Paulo.

HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO: APONTAMENTOS⁷⁸

A partir dos anos 1940 e durante as décadas seguintes, os fluxos de entradas de estrangeiros no país apresentaram volumes bem abaixo daqueles que marcaram o período da Grande Imigração no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Um primeiro elemento para a reflexão acerca da construção de uma memória sobre a imigração pela historiografia reside no fato de que os estudos sobre o tema tiveram impulso justamente no período de refluxo da imigração para o país. Esse descompasso entre o *vivido* da imigração e o seu *concebido* abriu um campo muito amplo de análises sobre os processos migratórios no qual, várias dimensões desses foram exploradas por memorialistas, historiadores, antropólogos, economistas, sociólogos, demógrafos, etc.

A conferência de Giorgio Mortara no Instituto Ítalo Brasileiro, em abril de 1946, é um bom exemplo para compreendermos o impacto que o refluxo da imigração provocou naquele presente. O diagnóstico de Mortara apontava para uma eminente extinção do grupo italiano em todo o país. Com base em estatísticas populacionais do IBGE, o autor chega a seguinte conclusão:

Mais de 550.000 italianos emigraram para países estrangeiros no quadriênio

1946-49 e apenas 16.372 deles vieram para o Brasil, como consta dos seguintes dados do “Istituto Centrale di Statistica” [...] Entretanto, o grupo italiano de São Paulo está condenado a uma rápida extinção, se não sobrevier uma enérgica afluência de novos imigrantes que lhe traga elementos em idade moça (...) a diminuição a ser esperada, aplicando-se as tábuas de sobrevivência para a Capital e Interior [...]. (MORTARA, 1950, p. 331, 326)

O refluxo da imigração para o Brasil produziu outras leituras; estudos realizados por WILLEMS (1946), nos anos 1940 e SCHADEN (1956), nos anos 1950, tiveram como centralidade o tema da aculturação dos imigrantes, tanto no contexto rural quanto no contexto urbano. Esses trabalhos procuram marcar uma *história/memória* sobre um fenômeno social que tendia, para muitos, ao desaparecimento e apontavam para a necessidade da recuperação dos elementos *identitários*, culturais ou singulares destes antes de sua inexorável integração à comunidade nacional.

Percebe-se, a partir dos anos 1940, a necessidade do resgate de um passado/história/memória da imigração, que rapidamente era transformado naquele presente. Ao mesmo tempo, a tentativa de compreender o papel e a inserção dos imigrantes e seus descendentes numa nova conjuntura marcada pela ausência da retroalimentação dos fluxos migratórios.

Na década de 1950, houve um aumento do número de estudos sobre a imigração para o país. Começa a se definir com maior clareza algumas tendências. Em primeiro lugar, os trabalhos sobre a imigração alemã, italiana e japonesa concentram a maior parte das reflexões. Em segundo lugar – como previsível – as regiões meridionais do país surgem como espacialidade privilegiada. A cronologia desses estudos reflete, por sua vez, uma propensão ao resgate desses fluxos migratórios, a partir do início e meados do século XX. Trata-se de estudos de longa duração, já que em sua maioria percorrem um século ou mais de trajetórias de imigração.

Algumas obras buscam analisar o vivido de comunidades de imigrantes (GARDOLINSKI, 1959), seus processos de adaptação e mudança, ao mesmo tempo em que os estudos voltados para a compreensão da aculturação dos imigrantes são mais presentes (D'AMARAL, 1950; MARTINS, 1955; SCHADEN, 1956). A imigração passa a ser um fenômeno histórico – como apontado pela cronologia dos estudos – dado o seu declínio naquele tempo presente. Tanto em trabalhos mais centrados em nacionalidades específicas quanto em abordagens mais amplas (CORTES, 1958; DIEGUES JR., 1955), considerava-se a necessidade em se analisar um mundo em transformação; passados quase cem anos de imigração, é necessário um resgate de elementos primitivos e originais da inserção desses sujeitos e ao mesmo tempo suas transformações e mudanças.

Naquela década, é expressiva a quantidade de trabalhos que abordam contextos rurais; algo como uma necessidade em se compreender a perda de elementos identitários da imigração, dado o deslocamento dos sujeitos para contextos citadinos (AULICH, 1953). Também naquela década, os trabalhos sobre imigração apontavam para um duplo desafio: o resgate da memória e de elementos originais da inserção dos imigrantes e a

⁷⁷ Sobre esta expressão, ver: REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.

⁷⁸ Vários dos apontamentos inscritos neste item fazem parte da pesquisa pós-doutorado intitulada: *Migrações Internacionais para o Brasil*. Representações (1947-1978), desenvolvida em 2010 no Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi. Foram analisados 101, livros publicados no período de 1947-1978, e privilegiadas obras cuja abordagem da imigração fosse o elemento central da análise.

compreensão sobre as transformações no vivido das gerações que lhe sucederam.

Nos anos 1960, nota-se um pequeno refluxo nos trabalhos sobre imigração nos estados do sul do Brasil e um aumento daqueles focados no estado de São Paulo. Surgem estudos que posteriormente tornar-se-ão referência, dentre eles: (BEIGUELMAN, 1969; FRANCO, 1968). De qualquer forma, o Brasil meridional permanece como espacialidade privilegiada.

Do ponto de vista cronológico, os estudos atualizam a questão da imigração para o tempo presente. É expressiva a quantidade de trabalhos cuja abordagem incorpora os anos 1940 a 1960. São onze trabalhos, que representam 55% do total. Vale ressaltar que o período da grande imigração (final do século XIX aos anos 1920) está contemplado na maioria dos estudos, algo que também ocorreu na década anterior.

Na década 1970, os estudos sobre a imigração italiana para o Brasil ganharam relevância tendo em vista as comemorações de seu centenário em 1975 (ZAGONEL, 1975; MARQUES, 1978; FOCHESTATTO, 1977; MANFROI, 1975); eles representam pouco mais de 30% das obras pesquisadas. Os temas e/ou abordagens são bastante variados. Encontramos trabalhos sobre a fonética da língua (BONATTI, 1974); escolas e integração social (BONILHA, 1970); igreja (BUSATTA, 1975); antropologia visual (COSTA, 1976); biografias (LORENZONI, 1975); culto aos mortos (FOCHESTATTO, 1977), etc. Embora o centenário da imigração polonesa tenha ocorrido no mesmo período, não encontramos obras que seguissem – em volume - a tendência do centenário da imigração italiana. (STAWINSKI, 1977)

Os trabalhos sobre a imigração japonesa também foram expressivos. De certo modo, alguns ecos das comemorações dos 60 anos da imigração (1968) e da efeméride dos 70 anos incentivaram estudos sobre essa corrente migratória. Percebe-se uma preocupação com sua inserção no campo em detrimento de outros contextos espaciais como o meio urbano – ao contrário do que ocorreu na década anterior. Com menor expressão, a imigração alemã ocupa – no conjunto pesquisado – o terceiro lugar em volume dentre os estudos. Há nos anos 1970 uma pequena redução do *universo* de nacionalidades se compararmos com a década anterior.

Durante quatro décadas, os estudos sobre a imigração para o Brasil produziram um panorama compreensivo importante para esse processo. Esses trabalhos colocaram a imigração no plano dos processos pretéritos constitutivos de nossa história, ao passo que registraram uma variedade de elementos do vivido daqueles que imigraram para o país. Relação da imigração com a escravidão, cafeicultura e industrialização; os processos de fixação de imigrantes em pequenas comunidades rurais ou urbanas; religião; aspectos linguísticos; educação; festas; análises de correntes migratórias específicas; memórias; vida de personalidades... As análises sobre a imigração foram produzidas num período de intensas transformações da sociedade brasileira, marcado pela urbanização, industrialização, migrações internas, transformações no panorama político e cultural.

A história da imigração foi erigida a partir de um presente cuja dinâmica

distanciava-se rapidamente do contexto produtor da mesma. Esse distanciamento induziu a construção de uma história/memória que marcaria as percepções sobre a imigração das gerações seguintes. O fato é que essa história/memória possuía uma disseminação difusa, na medida em que hibridou-se com outras memórias deste mesmo processo presentes – especialmente - no vivido dos imigrantes e seus descendentes.

Em outros termos, a *memória da imigração* estava (e ainda está) presente em vários espaços, ao sabor das percepções de vários agentes e informada a uma gama variada de condicionantes. Até os anos 1970, os agentes de memória eram plurais e a memória coletiva sobre a imigração ainda difusa, parcial, diversa... Mas adiante, apontarei como a criação do Memorial do Imigrante em São Paulo foi um marco importante para a *materialização* da memória sobre a imigração. Ao erigir-se como tal, o Memorial foi um auxiliar importante para fixar e difundir certos aspectos da memória sobre o processo migratório, enquanto que outros ficaram foram daquele *espaço de memória*.

O MUSEU DA IMIGRAÇÃO EM SÃO PAULO

Os Museus são veículos importantes para a inscrição de memórias na paisagem. Tradicionalmente, cabe a esses espaços a reunião, classificação e ordenamento de elementos materiais e intangíveis acerca da ação de sujeitos, comunidades, acontecimentos, e instituições. Os Museus de História cumprem a função de manter e preservar *instituintes* de memória, cuja dinâmica do tempo presente relega, constantemente, ao passado ou ao esquecimento.

Não cabe aos Museus a proposição de reviver o passado; em seus discursos expositivos, o que temos é sempre a percepção do presente sobre o passado. Esse dado coloca em questão as constantes releituras que fazemos da história, informadas pelas mudanças operadas no e pelo presente. No caso dos Museus, essa questão é bastante sensível já que implica no *envelhecimento* dos discursos expositivos e a necessidade de sua atualização.

A antiga Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, desativada de suas funções originais em 1978, depois de 90 anos de funcionamento, abrigou, a partir de 1982, o Centro Histórico do Imigrante; alguns anos depois, foi sede do Memorial do Imigrante – inaugurado em 1998 -, e no presente momento, está prestes a ser o edifício sede do novo Museu da Imigração. Esse espaço é um bom exemplo das transformações pelas quais os espaços *musealizados* sofrem no transcurso de sua existência. A cada nova etapa, um novo discurso expositivo, uma nova perspectiva sobre um dado processo histórico e uma nova seleção da cultura material, da iconografia e outros elementos que buscam *materializar* o passado.

Há um paralelo importante entre a constituição da memória da imigração pela historiografia – como vimos no item anterior – e a Hospedaria de Imigrantes, transformada, a partir dos anos 1980, como um espaço de memória. Foi sua desativação, enquanto local de hospedagem de imigrantes, que propiciou que o antigo edifício fosse transformado

num museu de história centrado na memória da imigração para São Paulo. Tal qual a historiografia da imigração, a constituição de um *locus* de materialização da memória da imigração também ocorre quando do fim do *vivido* da imigração naquele espaço; a partir daí o *concebido* sobre ela assume seu lugar.

A constituição do Centro Histórico do Imigrante e posteriormente do Memorial do Imigrante produziu espaços expositivos que concretizavam várias das dimensões da memória da imigração produzidas pela historiografia e em menor grau, pelo vivido dos imigrantes e seus descendentes. Os determinantes econômicos (cafeicultura, industrialização), o movimento operário, as políticas de colonização de terras, representações sobre as diversas correntes imigratórias, o cotidiano no campo e nas cidades, memórias e história institucional da Hospedaria, foram alguns deles. Entre as décadas de 1980 e 2000, o Memorial tornou-se uma referência e espaço de visita quase obrigatória a todos que se interessassem sobre o tema da imigração.

O Memorial do Imigrante (mais do que o Centro Histórico do Imigrante) erigiu-se enquanto um espaço de memória, no qual escolhas e descartes sobre elementos da imigração lhe foram constitutivos. Assim, é preciso qualificar qual memória da imigração esteve presente naquele espaço. Sua conexão com a memória produzida pela historiografia materializou uma representação sobre a imigração para São Paulo informada, sobretudo, pela memória da imigração europeia do final do século XIX e início do século XX. A função Memorial daquele espaço pode ser compreendida por um exemplo a contrapelo que é o

[...] contramonumento (ou monumento invisível) de Sarrebruck: após ter arrancado setenta pedras do calçamento da praça que conduzia à antiga residência da Gestapo na cidade, Jochen Gerz gravou em cada uma delas, com a ajuda de estudantes, os nomes de antigos cemitérios judeus na Alemanha (mais de 2000) e em seguida recolocou-as com a face gravada contra o solo, o que tornava invisível o memorial. Essa ação comemorativa subterrânea, uma vez tornada pública, causou uma viva controvérsia na Alemanha, e numerosos visitantes foram ao local do monumento invisível. Evidentemente eles nada viram, mas responderam assim, as expectativas de Gerz: ele esperava que, buscando a memória ao redor deles, os visitantes descobrissem a memória que já existia dentro deles. (CANDAUI, 2012, p. 150)

O Memorial do Imigrante constituiu-se enquanto um monumento/museu cuja função era revelar, ordenar, dar sentido ao processo migratório para São Paulo e, por decorrência, instituir uma *memória de alto nível* (CANDAUI, 2012, p. 22) na pretensa memória difusa que os visitantes tinham sobre o processo migratório. A preponderância da imigração europeia – em detrimento de outras correntes imigratórias e mesmo migratórias – foi sempre um elemento considerado pelo corpo técnico da instituição. No entanto, o contexto histórico no qual a Hospedaria de Imigrantes foi erigida – o da Grande Imigração –, o volume predominante das entradas de europeus, se comparado com outras correntes, e o concebido sobre a imigração pela historiografia criaram um ambiente de grande densidade para que uma expressão da história/memória do processo migratório

fosse instituída e consolidada na primazia da imigração europeia.

Vale ressaltar que a presença dos migrantes naquele espaço foi, durante a maior parte do tempo, ocultada. A passagem de mais de um milhão de pessoas oriundas de diversas regiões do país – notadamente do Nordeste – teve pouca visibilidade naquele espaço, embora seus arquivos sejam, ainda hoje, de imenso potencial de pesquisa para a história das migrações internas para São Paulo, como demonstrado no estudo de PAIVA (2004). No sentido oposto do *antimonumento* de Gerz, o Memorial do Imigrante erigiu *instituintes* de memória seletivos; tornou-se uma referência *em si* sobre a imigração para São Paulo. Isso foi possível dada a densidade da cultura material ali presente e a articulação dos discursos expositivos em seus diferentes espaços.

No entanto, sua conexão com o passado dos fluxos migratórios produziu o exílio com relação a seu próprio tempo. Vale lembrar que, a partir dos anos 1980, novas levas de imigrantes estiveram presentes no cenário urbano em São Paulo. Esse exílio com relação ao presente não provocou tensões imediatas entre os *novos imigrantes* e a representação sobre a imigração presente no Memorial. Entretanto, bastaram dois novos elementos para que essas surgissem no cenário. Um deles foi o transcurso do tempo; trinta anos após os primeiros ingressos de chineses, coreanos, bolivianos e oriundos de África, foram suficientes para a criação de um estranhamento entre a nova percepção social da imigração e as representações presentes no Memorial.

Outro elemento foi a desativação do próprio Memorial do Imigrante em 2010 – a propósito da restauração do edifício da antiga Hospedaria de Imigrantes – e a iniciativa de criação de um Museu da Imigração em sua substituição. Esse segundo elemento colocou em questão a necessidade de se repensar as representações sobre a imigração até então vigentes no Memorial do Imigrante em razão da presença de novos sujeitos. O Museu da Imigração, em sua nova fase, erige-se num contexto de disputa pela memória da imigração em São Paulo.

Assim, as transformações sociais e culturais provocadas pelos novos fluxos migratórios na cidade de São Paulo, a partir dos anos 1980 e 2000 produziram outra perspectiva sobre a noção de imigração. A presença de imigrantes latino-americanos, asiáticos e africanos passou a contrastar com a ideia de imigração expressa naquele território que se intitulava Memorial do Imigrante.

Em certa medida a contenda presente naquele espaço é parte da história da cidade de São Paulo. Essa, tanto no presente quanto no passado, foi um território disputado pelos imigrantes.

A percepção de que determinadas porções da cidade guardam características arquitetônicas, culturais, humanas e econômicas singulares é abertura para um olhar mais atento a seus elementos históricos estruturantes e sua transformação no tempo. O bairro da Liberdade em São Paulo é um bom exemplo. No contexto paulistano, ele é rememorado como um bairro japonês muito embora, atualmente, a presença de chineses e coreanos seja cada vez mais intensa. O adensamento de fluxos migratórios alterou a dinâmica do vivido naquele espaço e tornou mais complexa sua dinâmica social, econômica e cultural. Bairros

como o Bom Retiro, Brás, Mooca ou Pari, são também exemplos de territórios migrantes que sofreram transformações significativas na sua paisagem no transcurso do século XX. A sobreposição de correntes migratórias num mesmo espaço transformou o Bom Retiro. De bairro judeu a partir da primeira metade do século XX, a presença de coreanos e bolivianos é predominante nos dias de hoje. Processo semelhante ocorreu com o Brás e a Mooca; redutos de italianos, espanhóis e portugueses, estes foram paulatinamente transformados pela presença de migrantes nacionais oriundos do nordeste. (PAIVA, 2011, p. 687)

A necessidade de incorporação e reconhecimento de sentidos e representações mais contemporâneas sobre a noção de imigração fez com que aquele território passasse a ser um objeto de disputas. Entre elas:

- a) A noção de que os processos migratórios no tempo presente são marcados por uma *pluridirecionalidade*; em outros termos, a nova dinâmica dos deslocamentos populacionais subverte um antigo padrão no qual o continente americano foi o receptor privilegiado dos imigrantes oriundos da Europa, Ásia ou Oriente Médio. Isso implica em pensar que os novos fluxos dos deslocamentos fazem com que, por exemplo, os chineses estejam presentes tanto na Europa, na África, Oceania e América;
- b) Derivado da noção acima, a perspectiva na qual, muitos países são ao mesmo tempo produtores de imigrantes quanto receptores desses. O caso brasileiro é exemplar. Desde o final dos anos 1970, temos os brasiguaios e, a partir dos anos 1980, os *dekasseguis*. Essa nova dinâmica faz com que o tão decantado *push and pull* explicativo dos deslocamentos populacionais no passado seja revisto;
- c) A noção de que a imigração manteve-se presente no contexto brasileiro, apesar do encerramento das atividades da Hospedaria de Imigrantes em 1978, e o fato de que a *nova* memória da imigração a ser erigida naquele espaço deve considerar também os que não passaram por suas dependências;
- d) Os dilemas enfrentados pelos imigrantes no contexto contemporâneo; as restrições de entrada de imigrantes na Europa ou Estados Unidos; as intolerâncias e xenofobias de todos os matizes; a exploração de mão de obra daqueles que são *indocumentados*, etc.;
- e) A atualização cenográfica dos espaços de exposição, a utilização de novas tecnologias mais adequadas às percepções sensoriais das atuais gerações; a inserção da Instituição nos programas oficiais de visitação escolar; a concepção de restauro da antiga edificação e os novos projetos que serão implementados.

Esses elementos – dentre muitos outros que poderiam ser explicitados – incidem sobre a *atualização* desse território da memória sobre a imigração. Não se trata apenas de agregar as novas percepções sobre a imigração àquelas antigas, mas como manter certos elementos originários - que deram identidade àquele espaço - ao mesmo tempo em que

um novo presente produz novos sentidos para a memória. A *atualização* que produzirá o novo Museu da Imigração na cidade de São Paulo será um bom exemplo e um excelente laboratório para que possamos compreender os dilemas entre a preservação do passado e os desafios do presente. Nessa contenda, a memória coletiva sobre o processo imigratório reaparece enquanto uma questão candente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MENESES (2005) apontou que um dos dilemas dos museus reside na necessidade de superarem sua condição de *templos* e transformarem-se em *fóruns*. Em outros termos, *do templo ao fórum* trata da constituição de espaços de memória cuja dinâmica permita a constante crítica e reelaboração da memória de maneira a impedir a produção de memórias cristalizadas. Na trajetória histórica dos museus desde o século XVIII, a perspectiva de *templo* foi predominante, derivando da mesma o sentido *aurático* atribuído aos mesmos.

Do templo ao fórum aponta dúvidas com relação a se é suficiente a agregação dos novos sentidos e perspectivas da imigração no novo Museu da Imigração, mesmo antes de sua inauguração. Isso porque a inserção de novas camadas de tempo naquele espaço pode não ser suficiente para que sejam superados sentidos e representações que, no tempo, tenderão a *envelhecer e cristalizarem-se*. A constituição de um *Museu-Fórum* mantém-se no horizonte utópico desse tipo de instituição e também nas necessidades de todos aqueles que procuram formas outras de conexão entre o passado e o presente.

Num espaço no qual, memórias *cristalizadas* possam dar lugar a novas percepções e releituras sobre o passado de maneira dinâmica, plural e contínua; lugares de memória que induzam os sujeitos à experiência do antimonumento de Gerz, ou seja: a encontrarem em si próprios os elos de pertencimento pretéritos de sua identidade e vivido; espaços que discutam o passado de maneira a tornar o presente mais vivo e liberto; lugares que apontem também para o sentido positivo da reelaboração constante da memória e quiçá seu esquecimento. São essas as potencialidades positivas do *Fórum*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULICH, Werner. **O Paraná e os alemães**: estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos. Curitiba: Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953.
- BEIGUELMAN, Paula. **Formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1968.
- BONATTI, Mario. **Aculturação linguística numa colônia de imigrantes italianos de S. Catarina, Brasil [1875-1974]**. São Paulo: Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras de Lorena, SP, 1974.
- BONILHA, Jose Fernando Martins. **Organização social e educação escolarizada numa comunidade de imigrantes italianos**: estudo sociológico de caráter monográfico da escola e suas relações com a comunidade. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1970.

BUSATTA, Felix Fortunato. **Paraí no centenário da imigração italiana**. Porto Alegre: EST Editora: 1975.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. **Migração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

COSTA, Rovilio. **Antropologia visual da imigração italiana**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, RS: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, [1976?].

D'AMARAL, Max Tavares. **Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Estudos de relações de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955.

FOCHESATTO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-IEB, 1969.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Imigração e colonização polonesa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, [1969?].

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio . **Vária História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina Editora, 1975.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, política e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARQUES, Agenor Neves, Pe. **Imigração italiana**. Criciúma: [s. n.], 1978.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmetvm; Brasília: CNPq, 2005.

_____. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia L. (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

MORTARA, Giorgio. **A imigração italiana no Brasil e algumas características demográficas do grupo italiano** de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru: Edusc, 2004.

_____. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos.

RiMe: Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea, n. 6, p. 687-704, giugno, 2011.

POLOUT, Dominique. Cultura, história, valores patrimoniais e museus. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, jul. 2011.

SCHADEN, Egon. Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. **Revista Brasileira de Antropologia**, São Paulo, v. 4, n.1, jun. 1956.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul: (1875-1975)**- Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1946.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Saboia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul, (1895-1915)**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1975.

CASA DE MEMÓRIA DE CARAMBEÍ: CONSTRUINDO O PATRIMÔNIO CULTURAL DE UMA COMUNIDADE

ELIZABETH JOHANSEN

Analisando a legislação contemporânea brasileira acerca da preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial, verifica-se uma interessante preocupação atual com o critério da representatividade, ou seja, “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (BRASIL, 2003, p. 146). Para que esse princípio constitucional se efetive é essencial a garantia do direito de que esses diferentes grupos sociais podem e devem se reconhecer no repertório preservado. No entanto, além de garantir tal direito é fundamental possibilitar a abertura de “espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural” (FONSECA, 2003, p. 65). Em outras palavras, o respaldo legal é fundamental para a salvaguarda de qualquer tipo de bem, mas a mobilização política da sociedade é que garante a participação, o reconhecimento e, por consequência, a efetiva preservação do seu patrimônio.

De acordo com Fonseca (2003, p.73), “cada vez mais, a preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade – seja a biodiversidade, seja a diversidade cultural – para a sobrevivência da humanidade”. Em um mundo globalizado, no qual as sociedades possuem um elevado grau de intercomunicação, muito se fala em contextos multiétnicos, multirreligiosos e heterogêneos como característicos das sociedades contemporâneas, o que pode provocar relativa *uniformidade cultural*. No entanto, ao mesmo tempo se discute sobre preservação de identidades locais/regionais/nacionais como elementos distintivos dignos de serem mantidos e capazes de atrair e fomentar estudos, pesquisas, visitas.

Nessa linha de discussão, Possamai (2008, p. 207) afirma que a preservação do “patrimônio cultural é garantia da sobrevivência social dos povos, porque é testemunho de sua vida”. Sendo assim, ao se ponderar sobre patrimônio, a discussão a respeito da preservação de identidades torna-se fundamental. Pois, se o patrimônio é um artefato cultural inventado, que adquire significados no processo de sua construção, ou seja, na vida cotidiana de grupamentos humanos, a identidade desses grupamentos é que dá forma e estrutura ao seu patrimônio. Já, a manutenção deste, no decorrer dos anos, reforça os elementos identitários que fazem com que determinado grupo se diferencie dos demais, visto que sua ênfase se dá nas relações sociais e não necessariamente nos objetos em si ou nas técnicas e processos para sua confecção.

A ação de se criar/construir/impor um patrimônio estabelece uma continuidade temporal, conferindo existência física a uma determinada história. Isso ocorre porque a categoria é constituída a partir de elementos, fatos ou situações escolhidos do passado, por membros legitimados pela comunidade, com o objetivo de redesenhar um quadro que remeta a uma cultura comum, ou seja, onde todos se reconheçam, se identifiquem, visto

que pretende certa uniformidade.

Kersten (2000, p. 33) ao analisar as características do patrimônio cultural de uma comunidade enquanto produção humana classifica-o em sua totalidade, ou seja, estabelece uma relação dialógica entre edificações, documentos, objetos, modos de fazer, modos de viver e eventos. Por meio desses, podemos entender como somos e percebê-los como parte do que somos. Assim, não defende a antiga dicotomia existente entre patrimônio arquitetônico e objetos museológicos ou acervos documentais, mas constrói a perspectiva da inter-relação como capaz de apresentar parte da riqueza patrimonial de um grupo.

Partindo do princípio da representatividade e de uma concepção ampliada de patrimônio cultural, alicerçada na relação da sociedade com sua cultura, o presente artigo apresenta a Casa da Memória de Carambeí (CMC). Criada em 2001, para comemorar os 90 anos da chegada dos primeiros imigrantes holandeses à região dos Campos Gerais, pertence à Associação do Parque Histórico de Carambeí (APHC). A instituição surgiu a partir da ação de alguns membros dessa comunidade descendente de holandeses, que no decorrer de suas vidas, se dispuseram a guardar móveis, livros, fotografias, revistas, roupas, louças, maquinários, entre tantos outros objetos utilizados por seus ancestrais e capazes de retratar fragmentos dessa memória. De certa forma, essas pessoas podem ser reconhecidas como guardiões de um passado que, por prazer diletante ou por curiosidade colecionista, preservaram um acervo considerável, que hoje é classificado como capaz de representar os anos iniciais dessa comunidade, portanto, é reconhecido pelos habitantes de Carambeí como parte de seu patrimônio local.

Em 2009, alguns professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa foram procurados por membros da APHC e das empresas responsáveis pelo marketing cultural para que trabalhassem em conjunto, no sentido de pensar as comemorações do centenário da chegada dos imigrantes holandeses, que ocorreriam no ano de 2011. Algumas frentes de trabalho foram desenvolvidas. Nesse momento interessa-me em especial apresentar o que foi proposto para a Casa da Memória de Carambeí, pois participei ativamente desse processo.

Tendo consciência que todo patrimônio envolve sempre uma atribuição de valor, o que pressupõe escolha, seleção, inclusão e exclusão, ao mesmo tempo em que ultrapassa o entendimento definido pela legislação brasileira, ou seja, reconheço como patrimônio “tudo aquilo que possa ser considerado documento das sociedades e dos grupos sociais pretéritos” (POSSAMAI, 2008, p. 211), fui conhecer a instituição e propor uma nova forma de organização, visto que, até aquele momento, as únicas pessoas que haviam trabalhado na seleção e preparo do acervo para sua exposição foram os membros da APHC.

A participação, enquanto historiadora, no processo de reorganização conceitual da instituição permitiu o levantamento de algumas questões – muitas sem respostas, mas que remetem à análise da criação e preservação de bens culturais. Quem escolheu as peças que estavam expostas na Casa da Memória? Essas pessoas eram reconhecidas/legitimadas

pela comunidade? Esses objetos eram capazes de retratar a diversidade cultural dos imigrantes holandeses que se estabeleceram na região, visto que muitos vieram da Europa e outros de regiões já colonizadas pela Holanda, por exemplo, da Indonésia? Por que uma instituição particular resolveu se envolver diretamente na produção, gestão e promoção de um espaço patrimonial, inclusive contratando empresas de marketing cultural para enquadrar sua ideia original às leis de incentivo à cultura e alcançar um apoio financeiro e uma visibilidade muito maior?

Observem que uso o termo *espaço patrimonial*, extrapolando a ideia do patrimônio edificado (imóvel da Casa da Memória), assim como do seu acervo (bens expostos em seu interior). Isso ocorre porque, para as comemorações do centenário em 2011, já estavam previstas a edificação e a inauguração de uma “Vila Histórica”, nome escolhido pelos membros da APHC para uma área do parque em que foram construídos diversos imóveis, com a intenção de retratar a primeira igreja, a estação ferroviária, a escola, residências e comércios, que se ali estabeleceram nos primeiros anos da colônia. Para conhecer virtualmente o local sugiro a visita ao site: <<http://aphc.com.br>>.

Como o objetivo deste artigo é o estudo da organização do acervo existente na CMC, como parte integrante do patrimônio cultural de Carambeí, não me deterei na análise de todas essas questões levantadas. Elas serão guardadas para uma pesquisa futura.

A criação e o funcionamento de um museu se estabelecem a partir do seguinte tripé: formação de seu acervo; sua organização, o que pressupõe a catalogação, e a exposição a todos os interessados. Concordando com esse pressuposto inicial, é possível afirmar que a CMC possui um acervo rico e diversificado sobre a colônia imigrante holandesa, estabelecida em Carambeí, a partir de 1911, expondo todo o material coletado entre seus participantes. No entanto, essa diversidade de peças museais não passou por um trabalho de organização em coleções, nem tampouco por uma catalogação, o que dificulta o pleno conhecimento do que possui, assim como o conhecimento da história de cada objeto coletado, sua vinculação com a comunidade e capacidade de identificação e representação.

De acordo com o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil (2008, p. 10), “os museus hoje podem ser compreendidos como fenômenos sociais complexos, que se apresentam, ao mesmo tempo, como lugares de memória, de esquecimento, de criação e de tensão” (2008, p. 10). Ou seja, atualmente, se defende que os museus possuem a capacidade de atuar no sentido da preservação do patrimônio de uma comunidade; da inclusão social de grupos que, até então, não se faziam presentes em espaços culturais; da criação artística e científica e na promoção do direito cultural de todos os cidadãos, pois permitem a transversalidade, articulando temas dos mais variados, como: saúde, arte, história, memória, esporte, educação, lazer, religiosidade, trabalho, turismo, ciência, entre tantos outros. Enfim, possibilitam também a defesa do direito à representatividade, como o caso da CMC, que busca representar uma etnia em especial estabelecida no sul do Brasil.

Diante desse panorama, a proposta de se pensar uma nova estrutura conceitual

para na sequência catalogar e organizar o acervo pertencente à CMC justificou-se pela necessidade também encontrada em tantas outras instituições museais espalhadas pelo Brasil, isto é, saber efetivamente o que se tem, para da melhor forma possível desenvolver ações, interagindo com a comunidade local e com os grupos que a visitam frequentemente, visto que os membros da APHC em nenhum momento pensaram em desenvolver esse espaço patrimonial apenas para preservar sua cultura e divulgar entre seus pares. Muito pelo contrário. A intenção sempre foi a preservação associada à divulgação, tanto no viés educacional quanto turístico.

Nesse momento verifiquei que a instituição possuía uma característica própria, uma personalidade enquanto museu, uma identidade. Diante dessa realidade defendi a manutenção de sua estrutura física sem mexer em nenhum espaço montado e já em exposição, apenas destacando alguns objetos que estavam relativamente escondidos. No entanto, propus a criação de coleções capazes de detalhar esses diferentes espaços existentes dentro da CMC. São elas: Coleção Tratores e Maquinários (TM); Coleção Mobiliário Avulso (MA); Coleção Arqueológica (A); Coleção Estabelecimento Comercial (EC); Coleção Escola e Templo (ET); Coleção Residência Imigrante (RI); Coleção Fazenda Carambey (FC); Iconografia, que se desmembra em fotos, cartazes, rótulos; e Documentos Diversos, que se desmembra em acervo bibliográfico e outros documentos (revistas, jornais e manuscritos).

O início das atividades para o trabalho de catalogação do acervo tridimensional, a partir da definição das coleções apresentadas acima, ocorreu em 24 de março de 2010 e contou com a participação de cinco historiadoras, três atuando diariamente (equipe técnica) e duas responsáveis pela supervisão e coordenação da empreitada. As coleções encontravam-se distribuídas entre os dois pavimentos da edificação e em seu entorno. Nesse momento, optou-se pela manutenção de todos os objetos em seus respectivos lugares. Iniciou-se uma ação de conservação preventiva, ou seja, a retirada das naftalinas e sua substituição por copinhos com cânfora e pimenta, apropriados como repelentes contra insetos, ao mesmo tempo em que não são danosos aos objetos e à saúde dos visitantes e trabalhadores da instituição. Ainda nessa linha de atuação observou-se a presença de humidade em alguns ambientes e de cupim em parte do mobiliário de madeira. Para conter esses problemas foram tomadas medidas pontuais, como a descupinização e o uso de sílica nas vitrines húmidas.

A partir de então foi iniciada a catalogação propriamente dita. O modelo de ficha escolhida baseou-se no exemplar desenvolvido pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), que após formalização de um convênio também forneceu o software para gerenciamento do banco de dados de todas as coleções, o Programa Simba – Software Donato 3.0. A atividade de catalogação inclui a produção de fotografias panorâmicas do andar e do ambiente para o caso de mudança de lugar de algum objeto; fotografias individuais de cada peça para o banco de dados (no mínimo três ângulos distintos); higienização do objeto; preenchimento da ficha (o que compreende a medição e descrição detalhada e o histórico do objeto); colocação das etiquetas fixas com o número de

registro geral e, em alguns casos, novo rearranjo dos artefatos para melhor visualização e segurança, tomando o cuidado de não retirá-lo de sua coleção original.

Para o preenchimento de diversos campos da ficha de catalogação, o grupo contou com a participação de membros da comunidade convidados a dar entrevistas sobre espaços de exposição ou sobre peças em especial. A análise dessa participação da comunidade é interessante, pois, quase todos que foram contatados participaram. Alguns de pronto vieram à CMC e relataram o que conheciam sobre a peça ou coleção, seu uso, significado e importância para o proprietário e/ou para o grupo. Outros, por sua vez, demoraram um pouco a aceitar, mas acabaram participando do processo. Nesse sentido, foi perceptível uma desvalorização do conhecimento cotidiano em detrimento do conhecimento formal, visto que a equipe técnica de certa forma acabava representando, aos olhos da comunidade, esse conhecimento formal, ou seja, a Universidade.

Alguns entrevistados questionaram o que o seu conhecimento poderia contribuir para o processo, pois eram *apenas habitantes locais*. Isto é, incorporaram o que CORREIA (1996, p. 64) apresentou como característico para alguns membros do meio acadêmico ao analisarem o uso de entrevistas:

O alfabetizado tem respeito pela palavra escrita e só a ela dá autoridade responsável porque é autografada. A alfabetização exige um aprendizado longo, uma escolaridade que não é necessária para se aprender a falar, e, por isto, todo documento escrito tem mais confiabilidade do que a palavra falada.

No entanto, para nós, pesquisadores participantes do projeto, a fala desse *habitante local* representava a:

Capacidade para refletir sobre a própria experiência, uma certa habilidade para entender a dimensão social das próprias lembranças e situá-los em um determinado contexto histórico político e social, [além da] capacidade para perceber matizes, detalhes e reproduções, predisposição para expressar-se com clareza e ordem, e, em suma, possuir o interesse, o prazer por recuperar as lembranças. (FOLGUERA, 1994, p. 30)

Com as entrevistas nós não conseguimos retratar a vida dos imigrantes holandeses nas décadas iniciais do século XX, mas nos foi possível a interpretação dada por alguns descendentes sobre aquele período, ou seja, a visão, a lembrança destes sobre o momento vivido pelos seus ancestrais, desconsiderando o papel ou visão de outros descendentes. Dessa forma, não nos foi permitido o conhecimento global da realidade estudada, mas uma percepção plural do objeto de pesquisa. Enfim, analisamos as lembranças construídas desde o momento da transmissão pelos pais ou avós na infância ou adolescência, influenciadas pelas vivências posteriores, até o momento em que foram *trazidas* para o presente a partir desse contato com a equipe técnica.

Todas as entrevistas foram gravadas em MP-4 e filmadas, pois dessa forma, no momento da transcrição, ficava mais fácil a identificação do objeto que estava sendo

detalhado, assim como a observação de alguma descrição de uso não necessariamente verbalizada, isto é, o entrevistado demonstrava, mas não falava. O que nos leva a refletir sobre o modo de viver e a arte de fazer, que as pessoas desenvolvem com o passar dos anos e transmitem para os seus descendentes nas atividades cotidianas que realizam. A interação da equipe de trabalho com membros da comunidade foi muito favorável para facilitar o contato com futuros entrevistados, quer dizer, conquistamos confiança e abrimos espaço para a continuidade da pesquisa. Além de favorecer o reconhecimento das ações que estavam sendo realizadas, por mais que não percebessem nenhuma modificação física.

Conforme o processo de catalogação foi transcorrendo surgiram situações a serem solucionadas, por exemplo, foi encontrado o Livro de Registro das vendas efetuadas no Estabelecimento Comercial (coleção EC), constando uma descrição detalhada dos produtos comercializados e seus compradores. A partir desse objeto, optou-se por fazer uma descrição sumária de todos os documentos avulsos (manuscritos) encontrados. Quando se iniciou o processo de catalogação da coleção Documentos Diversos, foi possível ter um panorama preliminar de onde esses se localizavam, promovendo a sua descrição sem descontextualizá-lo do espaço onde inicialmente foi alocado. O exemplo desse livro é interessante, pois, a partir do seu estudo futuro, é possível reconstruir relações comerciais, de consumo sazonal, mas principalmente de sociabilidade, visto que esse era um espaço de encontros, conversas, negócios, brincadeiras, assim como a igreja, a estação e a escola.

Frequentemente, o trabalho de catalogação precisou ser interrompido devido às visitas que a CMC recebeu, tanto de escolares, como de turistas em geral. A interrupção ocorreu porque a equipe técnica acompanhava os alunos e excursionistas em suas visitas, assim como explicava o que estava realizando. Esses momentos não podem ser classificados como uma ação educativa desenvolvida pela instituição, pois não eram visitas educativas, visto que a equipe não era preparada para isso. Tem-se o plano de, depois de concluída a catalogação, ser iniciado um trabalho de ação educativa efetiva com as escolas locais e demais visitantes, visando “a apropriação sensorial, intelectual e afetiva por parte dos indivíduos – crianças ou adultos – como instrumento de inserção e de ação crítica no meio social” (HORTA, 2005, p. 221). Independentemente disso, muitos visitantes ficaram interessados e louvaram a atitude da APHC em providenciar a organização e catalogação de todo seu acervo, demonstrando preocupação com a preservação de seu patrimônio. Como apresentado anteriormente, a preservação sempre esteve associada à divulgação, tanto na perspectiva educacional quanto turística.

No princípio de 2011, foi iniciado o trabalho de catalogação, higienização e acondicionamento da coleção Documentos Diversos, mais especificamente do acervo bibliográfico, que é composto por livros de caráter religioso (Bíblia e exemplares de catequese), livros escolares e infantis (cartilhas), além de literatura em geral. Esses documentos demonstram a riqueza cultural de diversos membros da comunidade, pois foram encontrados exemplares em holandês, português, inglês, espanhol e italiano, muitos inclusive do século XIX e em excelente estado de conservação. Além do acervo

bibliográfico, foi começada a catalogação dos outros tipos de documentos que compõem a coleção: revistas nacionais e estrangeiras, jornais e manuscritos, como o livro de registro contábil, que se encontra na coleção Estabelecimento Comercial e cadernos escolares, que estão em exposição na coleção Escola e Templo.

Com a edificação da “Vila Histórica” ocorreu uma campanha entre a comunidade holandesa habitante de Carambeí para doação ou empréstimo de outras peças utilizadas por seus ancestrais, assim como a aquisição de objetos similares para a composição desses novos espaços. Com essa ação novamente levantamos a discussão sobre a condição de um patrimônio, ou seja, sua capacidade de ser um artefato cultural inventado que adquire significados no processo de sua construção. Nesse caso, construção literal!

Na museologia, discute-se o caráter documental de um objeto, ou seja, o documento diz e ensina algo sobre alguma coisa, ao mesmo tempo em que testemunha, isto é, atesta o sentido de presença em determinado tempo, de presença no ato ou fato que documenta, mas também possui o caráter de fidelidade, questionando a veracidade e a fidedignidade do documento (CHIOVATTO, 2010). Com a edificação da “Vila Histórica”, os caracteres de testemunho e fidelidade devem ser estudados futuramente com muito cuidado, pois mesmo tendo conhecimento de que muitos dos novos artefatos não atendiam a esses requisitos, os membros da APHC optaram por sua incorporação ao acervo da instituição.

Apesar de saber que essa nova fase de doação, aquisição ou empréstimo era composta de objetos - originalmente trazidos, usados ou confeccionados pelas primeiras levadas de imigrantes para atender às suas necessidades, os adquiridos naquele ano e até os que foram utilizados por membros de outras etnias em outros estados -, os novos espaços precisaram ser organizados, pois faziam parte de um conjunto maior: o Parque Histórico de Carambeí. Para tanto, foram definidas as seguintes coleções, que complementam as existentes no espaço CMC, são elas: Casa Holanda (CH); Estação Ferroviária (EF); Chácara Pioneira (CP); Casa das Etnias (CE); Fábrica de Laticínios (FL); Matadouro (M) e Marcenaria e Ferraria (MF). As peças existentes nos ambientes: Escola, Igreja e Implementos Agrícolas da “Vila Histórica” foram incorporados nas coleções já existentes, Escola e Templo (ET) e Tratores e Maquinários (TM), pois possuem um número pequeno de objetos, não sendo necessário seu desmembramento como nos espaços acima mencionados.

Todo o procedimento de catalogação do acervo, que inclui as diferentes etapas anteriormente apresentadas, localizado na CMC e nas novas coleções da “Vila Histórica” ainda não terminou. Algumas fases estão sendo executadas por membros da equipe técnica, que foram incorporados como funcionários da APHC, o que é muito interessante enquanto campo de atuação para o bacharel em História.

Independentemente do não encerramento e conclusão das atividades, a análise do processo é passível de ser realizada, ou seja: a partir de diferentes ações até então desenvolvidas, percebe-se o quanto aumentou a participação e o engajamento de membros da comunidade holandesa de Carambeí em eventos organizados para esse fim,

assim como nos assuntos pertinentes aos acervos, quanto na: reorganização do espaço (nova expografia), aquisição (doação ou empréstimo) de novas peças e nas possibilidades educativas a serem desenvolvidas com escolares e turistas em geral (visitas com monitoria).

Vê-se claramente que o objetivo inicial de preservação de um espaço usado por décadas como leiteria, que hoje sedia a Casa da Memória de Carambeí, e a exposição de objetos significativos, com os quais os descendentes dos primeiros imigrantes se reconhecem, mesmo diante de todo o avanço tecnológico incorporado aos seus cotidianos, parcialmente, perdeu-se. Talvez não. Uma das características do patrimônio é a sua capacidade de modificação para conseguir manter-se vivo, ou seja, ao mesmo tempo em que é uma invenção cultural que se perpetua, modifica-se/adapta-se à realidade contemporânea para continuar existindo.

As possibilidades de pesquisa são múltiplas e interessantes e de forma alguma se encerraram com esse artigo, mesmo porque as atividades iniciadas em 2010 e que compreendem o trabalho de catalogação não se encerraram.

Analisando que o conceito de patrimônio é reconhecido como capaz de interligar aspectos distintos, visto que permite a transversalidade, o estudo sobre a conformação de seu patrimônio cultural pela Associação do Parque Histórico de Carambeí, nos permite refletir que as sociedades criam simultaneamente seu espaço e seu tempo; por consequência, suas ações e objetos são melhor compreendidos a partir do conhecimento desses aspectos. Enfim, os eventos, os objetos expostos, a arquitetura erigida, a culinária apresentada nas festas, os documentos guardados, as danças e trajes usados nas comemorações são relações construídas entre todas essas partes do parque, pois existem especialmente em sua função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHIOVATTO, M. **Ação educativa**: mediação cultural em museus. Trabalho apresentado no evento Jornadas Culturais do Centro de Memória Bunge. Ponta Grossa, 2010. Não publicado.

CORRÊA, C. H. P. História oral: considerações sobre suas razões e objetivos. In: MEIHY, J. C. S. B. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FOLGUERA, P. **Cómo se hace historia oral**. Madri: Eudema, 1994.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HORTA, M. L. P. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, 2005.

KERSTEN, M. S. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba:

UFPR, 2000.

MOREIRA, G. P. G. **Relatório do 2º Fórum Nacional de Museus**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

POSSAMAI, Z. R. Destruição legal e ilegal do patrimônio histórico. In: HEINZ, F. M.; HARRES, M. M. (Orgs). **A história e seus territórios**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

RÚSSIO, W. Cultura, patrimônio e preservação (Texto III). In: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Condephaat: Brasiliense, 1994.

SILVA, Z. L. (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

O PATRIMÔNIO (OFICIALMENTE) PROIBIDO: A DESTRUIÇÃO E A MEMÓRIA DO PALÁCIO MONROE (RIO, 1906-1976)

FERNANDO ATIQUÊ

Assim como **lembrar** tem seu avesso no **esquecer**, o **edificar** encontra antítese no **demolir**. Embora esses pares pareçam neutros, desvinculados de tensões, o simples fato de se oporem traz, implicitamente, conflitos que permitem ao historiador das cidades e das edificações questionamentos, como:

- A que se deve a construção?
- Quem a projetou?
- Quem a construiu?
- Quem nela residiu ou a ocupou?
- Quem idealizou a demolição?
- Quem executou a demolição?
- Para onde foram as partes demolidas?
- Como reagiram os ocupantes à demolição?
- Como os habitantes de determinada localidade viram o seu desaparecimento?

Essa lista de perguntas já permite perceber que as edificações são, por essência, obra coletiva, que se inserem naquilo que diversos autores chamam de “produção social do espaço”, claramente, uma atitude processual e plurissêmica. Embora no mundo ocidental, a ideia de propriedade privada do solo gere propalada aceitação que uma obra de arquitetura pertence a quem a financiou, ou mesmo, a quem a encomendou, nota-se que, a partir do momento que ela se levanta do solo e é dada ao ambiente urbano - e mesmo rural -, conseqüentemente, passa a atuar como baliza de relações sociais no tempo e no espaço.

Essa situação, de certa forma explicativa do ato de “construir”, serve para a compreensão de algo que ainda é tímido, mas que pode vir a ser uma importante arma nas políticas preservacionistas, sobretudo quando se fala em paisagens, edifícios, cidades e elementos urbanos: a ideia de recepção do patrimônio por uma sociedade.

Longe de querer aqui discutir a estética da recepção ou os escritos de Paul Valéry, George Kluber e Hans Robert Jauss,⁷⁹ procuro, entretanto, apontar a pertinência de se verificar a análise que encerra o “circuito social” atrelado a uma obra (idealização, produção, construção, circulação e recepção) como um método válido e mais amplo nos estudos patrimoniais.

A produção de novos parâmetros analíticos, sobretudo no campo do patrimônio

⁷⁹ Autores vinculados àquilo que na História da Arte e na Literatura tem sido chamado de Estética da Recepção. Ver a respeito: JAUSS (1982).

edificado, tem movido gerações mais recentes envolvidas com a preservação, para campos opostos àqueles tradicionais, costumeiramente regidos pela decretação de valores “arquitetônicos, estéticos, históricos” como o ferramental discursivo *sine qua non* do campo. Embora o caso que apresentarei aqui seja voltado ao estudo de um edifício que desapareceu, curiosamente pode-se notar nele a presença intensa do *corpus* social, que demonstrou a plena recepção do edifício em tela, requisitando, em diversos veículos e por membros de diversas classes sociais, a sua permanência na cidade do Rio de Janeiro. Para facilitar a apresentação, recorre-se a três categorias. A primeira delas foi batizada de “Definição do Objeto”.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O QUE FOI O PALÁCIO MONROE?

O Palácio Monroe foi o nome assumido por uma obra de arquitetura erigida pelo governo brasileiro em 1904, na Louisiana, nos EUA, como pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Saint Louis. Projetado pelo engenheiro militar, o Coronel Francisco Marcelino de Souza Aguiar, o edifício foi pensado para ser desmontado após a Feira americana, e remontado no Rio de Janeiro, na parte final da Avenida Central, que estava sendo aberta pelo Prefeito Pereira Passos.

O nome “Monroe” substituiu a designação de Palácio São Luiz por requisição do Barão do Rio Branco que, homenageando o presidente estadunidense James Monroe, selou um pacto social com o governo americano quando da inauguração do edifício em solo carioca, em 1906, por ocasião da III Conferência Pan-Americana.

O Palácio enquanto artefato trazia muitos dos dilemas e das opções estéticas, mercantis e políticas disponíveis ao Brasil, naquele momento. Reedificado, no Brasil, em estrutura metálica, algo que remetia diretamente ao mundo norte-americano, ele havia recebido vedações que buscavam referências no universo estético europeu, dentro da clara postura de recuperação dos pressupostos historicistas daquele momento, na arquitetura. Era possível notar através daquele edifício uma triangulação muito importante e vivaz naqueles anos: o Brasil, parafraseando Villafañe dos Santos (2004), procurando um “lugar” entre a *América* e a *Europa*,

QUAIS FUNÇÕES DESEMPENHOU O MONROE NO BRASIL?

Além daquelas de representação brasileira no estrangeiro, o Monroe no Brasil teve uma longa e variada presença no cenário carioca. Serviu como Centro de Convenções e de recepções oficiais e particulares, mas, também, como aponta Ramiro Berbert de Castro:

No edifício do Monroe, no ano de 1910, foram realizadas festas que tiveram excepcional luzimento. Em 9 de Julho desse anno, alli se effectuou o grande baile, em beneficio do Monumento á Virgem Immaculada, promovido por senhoras do nosso mais elevado escól social, taes como as exmas. senhoras Bernardina

Azeredo, Franscisca Mello e Carlota de Almeida. Em 23 de Agosto, houve um concorrido e animado chá-dançante, offerecido, pela Associação Brasileira de Imprensa, aos jornalistas argentinos, em sua visita ao Rio de Janeiro. [...] Em 14 de Setembro, houve uma grande recepção, concerto e baile, em homenagem ao dr. Francisco Sá, ministro da Viação, por motivo da passagem da data de seu anniversario natalício (...) Em Outubro, houve dois grandes bailes, um em homenagem ao Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, presidente eleito e reconhecido da Republica e recém-chegado da Europa; e outro, em honra do Almirante Alexandrino de Alencar. Em Novembro, houve uma linda festa, effectuada em homenagem ao eminente professor de Direito dr. Esmeraldino Bandeira, então ministro da Justiça. Ainda em 1910, realizou-se, no Palacio Monroe, um grande banquete, de quinhentos talheres, offerecido por varios representantes da politica, das letras, do commercio e da industria, ao então deputado federal pela Bahia dr. José Joaquim Seabra. Falou, offerecendo o banquete, e realçando o brilho dessa cerimonia, o consagrado republicano Quintino Bocayuva. **Todas essas solennidades deram ao Palacio Monroe uma inolvidável significação, na vida social do país.** (CASTRO, 1926, p. 36, grifo nosso)

A função de centro de eventos seria mantida até 1911, quando o governo instalou, provisoriamente, o Ministério de Viação no Monroe, até que as obras da sede oficial da pasta fossem terminadas. Entretanto, até 1914, quando a Câmara dos Deputados foi oficialmente transferida do edifício da Cadeia Velha para ali, o palácio continuou servindo como sedes de congressos (4º Congresso Operário Brasileiro e Congresso Internacional de Jurisconsultos, em 1912), como local de bailes (Formatura da Faculdade Nacional de Medicina, em 1914) e até de velórios (Dr. Germano Hasslocher). A instalação da Câmara dos Deputados veio reverter o caráter efêmero da obra e resolver o problema de alojamento do colegiado de deputados. Em sessão de 31 de agosto de 1914, o vice-presidente da Casa, Soares dos Santos, pôs em votação a proposta de mudança de endereço a qual foi aprovada e efetivamente concluída em 12 de setembro de 1914 (CASTRO, 1926, p. 39).

A Câmara funcionou no Monroe até 1922, quando, em junho, ali se instalou a Comissão Executiva da Exposição do Centenário da Independência do Brasil. Ao término desta, em 1923, a edificação foi amplamente reformada, ganhando vedações nas suas *loggias* laterais, e, conforme Berbert de Castro, passando a ostentar nova espacialidade (CASTRO, 1926, p. 40).

O edifício, então, foi destinado aos trabalhos do Senado a partir de 3 de maio de 1925, instituição que funcionou no local até 1960, quando foi transferida para Brasília. Entretanto, em face da recusa de muitos funcionários de carreira e do apelo de senadores, o Monroe foi mantido como sucursal da casa até 1975, quando, por fim, foi oficialmente fechado, pondo fim à existência de um “senadinho no Rio”.

CIRCULAÇÃO

A repercussão de uma edificação, como já afirmado linhas atrás, extrapola os limites de seu lote e os domínios de seu proprietário. No caso do Monroe, algumas

considerações acerca da circulação de sua “imagem” e das suas representações se tornam importantes veículos para o entendimento de seu papel no ambiente carioca. Fotografado insistentemente ao longo do século XX, o Monroe, como edifício público, tornou-se cartão postal, figurou em capas de livros, em seriados televisivos, em filmes, revistas de variedades e em jornais, tendo sido pintado inúmeras vezes.

O fato de ter sido sede da Câmara dos Deputados e, durante maior tempo, do Senado, gerou uma circulação de seu nome em notícias e em atos do Legislativo pelo país, que redundou em sua associação com a antiga capital federal, tornando-o “conhecido” até mesmo por aqueles que nunca pisaram no Rio de Janeiro.

O poder de atuação de elementos visuais sobre a memória tem, dessa forma, grande significação para a compreensão do patrimônio. Embora um edifício não seja apenas imagem, pois envolve uma dimensão que podemos chamar de “tectônica”, as técnicas de reprodução de sua imagem, ampliam o espectro de seu conhecimento social.

Dessa forma, as considerações de Alberto Goyena Soares sobre a fotografia ajudam a perceber como a sociedade lida com o edifício, abrindo espaço para a discussão de sua recepção. Diz Soares que:

[...] a fotografia atua não tanto como instrumento de regresso ao passado, mas como forma de inserir o passado no presente, mantendo sempre vivas imagens de outras épocas de modo a que possam regressar voluntária ou involuntariamente à cena atual”. (SOARES, s.d., s.p.)

RECEPÇÃO

Aceitando-se a premissa de que a recepção do patrimônio pode se dar por outras entradas para além daquela inerente à preservação do físico, da matéria, o Monroe pode ser considerado um dos mais exemplares objetos nessa linha. Entretanto, sendo a cidade também um universo de pedras e de ambientes, o desaparecimento de edificações mostra que a memória é apenas uma das dimensões do campo do patrimônio, e que, como tal, fenece e não substitui a “experiência” urbana como deflagradora e constituinte da mesma. O desaparecimento de algo eleito pela sociedade como patrimônio, provoca perda e desambientação social. (HOBSBAWM, 1996, p. 13)

Essa colocação vem apresentar a terceira dimensão que se aborda neste texto: a demolição do Monroe ou, em outras palavras, a rejeição pelo poder público, da dimensão eletiva de um patrimônio pela sociedade.

O estopim da campanha pró-demolição do Palácio Monroe teve origem, paradoxalmente, em um documento que o incluía como bem a ser oficialmente preservado. Redigido em 1972, por Paulo Santos, arquiteto de formação e historiador de Arte e de Arquitetura e também Conselheiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan, o documento – (Parecer-parte do Processo 860-T-72) intentava tombar o conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central, rebatizada, em 1912, como Avenida Rio Branco. A demanda havia partido, no mesmo ano, do Clube

de Engenharia do Rio de Janeiro, agremiação fundada em 1888 e com grande projeção social no país, bem como também por adesão do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Guanabara. Paulo Santos, imbuído então dos preceitos da Carta de Veneza, de 1964, que indicava a necessidade de tombamento de conjuntos testemunhos de diversas épocas, incluía a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal, a Câmara dos Vereadores, a antiga sede da Escola Nacional de Belas Artes e alguns outros edifícios remanescentes da área conhecida como Cinelândia, no Rio. O parecer surtiu efeito para além do esperado e, sobretudo, dentro do próprio Iphan. Lucio Costa, aposentado da Divisão de Estudos e Tombamento do órgão pouco tempo antes, dirigiu-se ao Conselho do Iphan, rebatendo as considerações de seu colega, Paulo Santos. Costa, em texto nomeado de *Problema Mal Posto*, tergiversou contra a ideia de tombarem diversas obras, mas deteve-se com grande fôlego no combate da inclusão do Palácio Monroe à lista. Invocando o ímpeto demolidor de Pereira Passos, o qual tem sido tratado como um simples destruidor em detrimento de suas razões políticas, Costa declarou que:

[...] esse conjunto [a ser tombado], para ter sentido [...] deveria de qualquer forma limitar-se apenas ao trecho inicialmente proposto, isto é, dos clubes à biblioteca, porquanto daí para adiante já não tem qualquer significação, e Pereira Passos com sua desenvoltura demolidora teria sido o primeiro a tirar dali o aviltado Pavilhão Monroe, cuja presença estorvante já não se justifica. O desaforo da área se impõe. (COSTA apud PESSÔA, 1998, p. 275)

A ideia de que o Monroe deveria desaparecer em prol do “desaforo urbano”, expressão tão vaga quanto sedutora, sobretudo aos modernistas adeptos da *tabula rasa*, deixou as pastas de pareceres do Iphan e tomou a imprensa. Em 4 de julho de 1974, o arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Wladimir Alves de Souza, declarou ao jornal O Globo que “a demolição do Palácio Monroe possibilitaria à cidade ganhar uma área ajardinada, um complemento do Passeio Público, que ele considera muito importante para o Rio” (O GLOBO, jul. 1974). A manifestação pró-demolição do Monroe aconteceu antes mesmo da decisão do Senado em fechar sua representação oficial (sucursal) no Rio. A alegação que os 5 mil metros quadrados ocupados pelo Monroe em meio a uma praça seria um ganho real, de qualidade urbanística para a cidade do Rio de Janeiro, soava um tanto quanto ingênua, sobretudo porque, defronte ao Monroe, situava-se o Aterro do Flamengo, área verde de grandes proporções, com 1.200.000 metros quadrados debruçado sobre a Baía de Guanabara. Entretanto, tal argumentação lançada pelo jornal foi repetidamente trazida pela imprensa (O GLOBO, 5, 9, 10 e 11 jul. 1974), e foi atraindo opiniões de políticos, administradores e do grande público que, curiosamente, se viu envolvido em uma campanha preservacionista.

Consultado, um dos historiadores de maior renome no cenário nacional de então, José Honório Rodrigues, declarou que apoiava a ideia de demolição do Monroe, pois o único acontecimento histórico notável, transcorrido ali, “[...] havia sido a III Conferência Pan-Americana”, em 1906 (O GLOBO, 10 jul. 1974).

Embora em pleno período militar, a “campanha pró-Monroe” alcançou grande

envergadura, sobretudo em jornais concorrentes d'O Globo, como o Jornal do Commercio, segundo declaração de Ubirajara Dettmar, antigo repórter fotográfico do periódico. Nesse sentido, é muito interessante perceber que mesmo dentro do poder público, atitudes foram tomadas visando à permanência do edifício. As razões, capazes de serem mobilizadas numa sequência de ofícios arquivados no Iphan, apontam a carência de espaços para as diversas pastas da União, sobretudo dos Ministérios da Fazenda e da Justiça. Convém mostrar que a efervescência da imprensa acerca da demolição foi o estopim da corrida dos Ministérios em busca da manutenção do Monroe, “repositório de tradições”, conforme palavras de José Alfredo Nunes de Azevedo (apud AGUIAR, 1976, p. 208). Valendo-se de informação publicada no Jornal do Brasil, em 29 de abril de 1975, Evandro Gueiros Leite, juiz federal, dirigiu-se ao Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal, Mario Ribeiro, solicitando informações acerca da mudança do Senado, sucursal Rio e, na sequência, requerendo o uso do edifício, uma vez que via nele a possibilidade de sanar problemas de acomodação enfrentados pela Justiça Federal no Rio (AGUIAR, 1976, p. 203).

Em 29 de setembro de 1975, José Carlos Freire, secretário geral do Ministério da Fazenda, em *ofício* endereçado ao Ministro da Fazenda, opina a favor da cessão do Monroe à Justiça, e recomenda que o senhor ministro se dirija ao Presidente da República, Ernesto Geisel, para uma solução em definitivo, mas com especial endosso da preservação do Monroe. Em resposta ao *ofício* encaminhado por Mario Henrique Simonsen, em 1º/10/1975, ao presidente Geisel, Golbery do Couto e Silva, ministro chefe do gabinete presidencial, esclarece que cumpria “recomendações do Senhor Presidente da República no sentido da demolição do prédio e consequente transformação da área em logradouro público” (SILVA apud AGUIAR, 1976, p. 212).

Embora documentos diversos apontem para um decreto datado de 11 de outubro de 1975, pelo qual o Presidente Geisel autorizava a demolição do Monroe, pesquisas recentes mostram que esse decreto nunca foi de fato publicado (MACEDO, 2012, p. 243). Mesmo assim, o ato oficial, advindo da pena do General Golbery do Couto e Silva, que produziu um *ofício* apenas, surtiu efeito de lei, o que levou o jornal O Globo a comemorar a notícia:

[...] foi, portanto, vitoriosa, uma campanha deste jornal, que há muito se empenhava pelo desaparecimento do monstrengo arquitetônico [sic] da Cinelândia [...] Em seu lugar o Rio ganhará mais uma praça. Que essa boa notícia, que coincide como fim das obras de superfície do metrô na Cinelândia, seja mais um estímulo à remodelação de toda essa área, de presença tão marcante na história do Rio de Janeiro. (O GLOBO, 11 out. 1975).

O Palácio veio ao chão entre janeiro e junho de 1976. Uma firma demolidora especializada foi contratada pelo governo federal para a demolição que revelou condições de trabalho precárias dos operários: picaretas manuais foram empregadas para o desmonte que, começando nas cúpulas metálicas, alcançou todo o edifício em meses intermináveis. O material de demolição foi vendido a particulares. Sabe-se que pelo menos um dos

vitrais alusivos à implantação da República foi fazer parte de uma churrascaria na Barra da Tijuca; os leões implantados em Saint Louis e relocados no Rio foram vendidos a um fazendeiro de Uberaba/MG (AGUIAR, 1976) e, depois, foram para no Instituto Brennand, em Recife. Em notícia publicada no jornal Folha de S. Paulo, em 1976, o Senado declarou que mesas e cadeiras do antigo Senado iriam para Brasília, para comporem um arremedo de museu, na Instituição (FOLHA DE S. PAULO, 14 abr. 1976, p. 2).

No mesmo ano, Geisel declarou na imprensa que havia solicitado que na área vaga, resultante do desmonte do Palácio Monroe, fosse instalado o chafariz que havia sido desmontado da antiga Praça da Bandeira, para a implantação do Metrô naquela área.

O PALÁCIO MONROE COMO DEFLAGRADOR DE UMA NOVA POLÍTICA PRESERVACIONISTA

Embora o desfecho da demolição do Palácio Monroe tenha sido uma área vazia, com um chafariz histórico, “desambientado”, transformado em *souvenir* do passado, nas palavras de Eric Hobsbawm, o processo histórico que redundou em seu desaparecimento surtiu efeito para além do esperado. Conforme explicitou a arquiteta Mirela Mota Macedo, o projeto Corredor Cultural surgiu pelo entendimento de parcela significativa da sociedade carioca de que ações preservacionistas deveriam ser tomadas visando à preservação de um conjunto urbanístico-arquitetônico que existia na área central da cidade, e que contava com pelo menos quatro séculos de história, mas que, mesmo assim, estava em risco ante o discurso tecnocrático-intervencionista urbano (MACEDO, 2004).

A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro assumiu a tarefa preservacionista e delimitou cinco áreas de preservação: Saara, Praça XV, Lapa, Cinelândia e o Largo da Carioca que encontraram um patrimônio edificado não canônico, mas extremamente expressivo. Essa incursão pela atividade preservacionista de um conjunto de edifícios “não simbólicos” dentro dos ditames tradicionais da arte e da arquitetura, ainda vigentes na década de 1970, revelou, paradoxalmente, um grande simbolismo a respeito das novas formas de se pensar as articulações preservacionistas no Rio.

O Monroe foi “oficialmente” rejeitado pelo governo, embora ministérios, agremiações profissionais, como o Clube de Engenharia e o Instituto de Arquitetos do Brasil, o tenham requisitado como espaço útil e de importância para a memória republicana. Podemos dizer, à guisa de conclusão, que o edifício Monroe se mantém vivo na memória e nas narrativas acerca do Rio de Janeiro, muito embora tenha desaparecido fisicamente. Assim, este artigo procurou mapear algumas situações nas quais o Palácio Monroe foi objeto de discussão. A recorrente volta à sua reconstrução, capitaneada pelo antigo prefeito César Maia (SANTOS, 2004, p. 132), parece deixar aflorar que a memória carioca ainda não conseguiu fixá-lo apenas como um edifício que passou retido no campo do etéreo, haja vista as sempre persistentes tentativas de sua reconstrução. A rejeição oficial do Monroe [parece ser] como uma fratura na memória coletiva carioca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe**: da glória ao opróbrio. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1976.
- ATIQUÊ, Fernando. **Arquitetando a “Boa Vizinhança”**: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945. Campinas: Pontes/FAPESP, 2010.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1990.
- CASTRO, Ramiro, Berbert de. **Histórico e descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Bibliotheca Nacional**. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora, 1926. Separata do Livro do Centenário da Câmara dos Deputados.
- FALBEL, Anat; LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Arquitetura moderna**: ruptura ou continuidade? In: SEMINÁRIO DOCOMOMO Brasil, 3. **Anais...** São Paulo: Fundação Bienal, DOCOMOMO Brasil, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JAUSS, Hans Robert. *Toward an aesthetic of reception*. Twin Cities: University of Minnesota Press, 1982.
- MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. **Construção diplomática, missão arquitetônica**: os pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MACEDO, Mirela Mota. **Corredor cultural**: um projeto de preservação da área central do Rio de Janeiro. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos.
- PÊSSOA, José (Org.). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 1998.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos Santos. “Problema mal posto, problema repostado”. In: NOBRE et al. (Orgs.). **Lucio Costa**: um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1999.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Folha de S. Paulo
O Globo
Jornal do Brasil
Jornal do Commercio

FONTES

IPHAN. **Processo de tombamento 860-T-72**. Rio de Janeiro: Arquivo do Iphan.

HISTORIADORES, ARQUIVISTAS E ARQUIVOS

MARCIA ECKERT MIRANDA

De setores protegidos e conservados porque considerados propriedade do monarca, e estratégicos à segurança do Estado e ao exercício do poder, os arquivos, ao longo dos anos, progressivamente passaram a ser valorizados enquanto patrimônio nacional, como depositários de fontes do conhecimento científico sobre o passado e como guardiões da memória institucional e coletiva. Assim, as formas como a sociedade pensou as instituições arquivísticas e seus acervos sofreram metamorfoses ao longo do tempo, transformações essas que se refletiram nas formas de atuação dos profissionais que interagem nessas instituições.

Ao longo do século XX, a Arquivologia afirmou-se enquanto disciplina autônoma, com princípios e metodologia próprios. Paralelamente, a valorização da memória e as novas abordagens historiográficas estimularam o surgimento de outras instituições de custódia documental. A partir da década de 1980, os novos paradigmas da Arquivologia e o reconhecimento pela Unesco que os arquivos são elemento do patrimônio cultural das nações estimulam a reflexão sobre o papel do historiador e do arquivista nas instituições de custódia e sobre os arquivos como espaço para o exercício da interdisciplinaridade.

O presente artigo busca refletir sobre a trajetória da relação de arquivistas e historiadores, ressaltando a importância e as possibilidades do trabalho do historiador nessas instituições e seu papel ante o patrimônio documental.

O PASSADO MAIS REMOTO

De guardiões do passado e das informações estratégicas para a segurança militar, para a proteção e o desenvolvimento da atividade econômica e para o exercício do poder, os arquivos passaram a ser considerados, no final do século XVIII, como lugar de guarda de evidências e como patrimônio nacional disponível ao cidadão. Nessa transição, desenvolveram-se diversos movimentos: os primeiros passos da Arquivologia como disciplina, a valorização dos arquivos enquanto depositários do patrimônio nacional e como instituições-chave para se pensar o passado e o presente.

Em 1794, através do decreto de 25 de junho (*Lei Messidor*), o governo francês estabeleceu o direito de acesso de todos os cidadãos aos documentos custodiados pelos arquivos públicos. Buscando dar maior visibilidade a essas instituições, o governo revolucionário estabeleceu algumas diretrizes que foram marcantes no surgimento de princípios e métodos da Arquivologia. A Lei de 25 de junho de 1794 também estabeleceu a distinção entre os documentos referentes ao domínio nacional e à ordem judicial e aqueles relativos à história, à ciência e às artes; já a circular do Ministério do Interior de 24 de abril de 1841 determinou que a proveniência⁸⁰ deveria ser observada enquanto

80 Seria a primeira determinação formal para que os profissionais de arquivo observassem o princípio da proveniência ou de

princípio norteador do arranjo da documentação nos arquivos franceses.

No entanto, como salienta Ketelaar (2007), a Revolução Francesa, apesar de estabelecer a patrimonialização e a nacionalização dos acervos documentais públicos e privados, não reconheceu os arquivos como patrimônio cultural. Por outro lado, ainda que o acesso aos documentos sob a guarda do poder público tivesse sido legalmente franqueado aos cidadãos, os arquivos franceses continuaram a ser frequentados prioritariamente por historiadores e por aqueles vinculados à administração (TOGNOLI, 2010). Ou seja, o caso francês demonstra que a “monumentalização”⁸¹ dos arquivos e o reconhecimento da necessidade da sua preservação, enquanto elemento para desenvolvimento da cultura e da identidade nacionais, foram resultados de um longo processo, no qual interagiram não apenas o Estado e a sociedade civil, mas também os profissionais da História e dos arquivos.

Ao longo do século XIX, os arquivos passaram a ser essencialmente instituições públicas dedicadas à preservação do que hoje são considerados documentos de guarda permanente. Os historiadores passaram a valorizar essas fontes documentais como base para a determinação da verdade sobre o passado, atribuindo à História objetividade científica, ou seja, os arquivos assumiram, para o historiador, o papel de “laboratório científico” (JIMERSON, 2008, p. 1). Sem que houvesse a distinção formal entre arquivistas e historiadores, naquele período, a organização dos acervos ainda era norteada pelo conteúdo dos documentos, seguindo critérios temáticos e/ou cronológicos, estratégia que visava atender aos interesses da pesquisa histórica (JEURGES, 2005). Assim, a influência do positivismo estimulou o surgimento dos chamados “arquivos históricos”, enquanto depositários das fontes documentais que tornavam possível ao historiador o “exercício científico” do seu ofício. Foi justamente com o estabelecimento da distinção entre o chamado “documento histórico” e o “documento administrativo”, que foram criadas as condições para o início do afastamento progressivo entre arquivistas e historiadores. Tendências que marcaram o século XX.

DO FINAL DO SÉCULO XIX À II GUERRA MUNDIAL

O distanciamento entre esses profissionais ganhou impulso através de dois movimentos: o desenvolvimento da Arquivística e o surgimento de novas perspectivas historiográficas.

O *Manual para Arranjo e Descrição de Arquivos*, de Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898, foi um marco no sentido da profissionalização dos arquivistas e do surgimento da Arquivologia

respeito aos fundos no arranjo dos acervos. Segundo esse princípio, documentos produzidos por uma administração/entidade/pessoa/família devem ser mantidos separados daqueles produzidos por outras (BELLOTTO, 2006, p. 130) e (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

81 Falo monumentalização no sentido de uma instituição destinada a ser a guardiã da memória, através da custódia dos seus vestígios, no caso, os documentos considerados passíveis de guarda permanente (LE GOFF, 1996). Para uma crítica a essa concepção, ver: LOPEZ (1996); sobre a monumentalização no processo de produção de legados, ver: HEYMANN (2005).

enquanto disciplina. O “Manual Holandês” estabeleceu o respeito à proveniência e à ordem original⁸² como princípios norteadores para o arranjo de acervos documentais, sendo a pesquisa histórica um fator de segunda ordem.

Distanciamento esse ampliado pela publicação, em 1922, do *Manual de Administração de Arquivos*, do inglês Sir Hilary Jenkinson (1882-1861). Considerando o arquivo uma evidência imparcial dos atos de seu produtor e subproduto natural da instituição produtora dos documentos, o arquivista, na concepção de Jenkinson, era um agente neutro e passivo, cuja função limitava-se a preservar os documentos. Ainda que a crescente produção documental colocasse em evidência a questão da avaliação,⁸³ para Jenkinson, essa era atribuição exclusiva do administrador/produtor (COOK, 1997; JIMERSON, 2008). Ao arquivista caberia essencialmente conservar aqueles documentos que o produtor havia destinado à preservação permanente, considerados valiosos para futuras pesquisas históricas. Assim, a Arquivologia colocava-se como disciplina auxiliar da História, ao lado da Diplomática e da Paleografia, responsável pelas técnicas de conservação das fontes para a pesquisa histórica.

Em paralelo à crescente profissionalização dos arquivistas, os historiadores eram instados pelo materialismo histórico a questionar a perspectiva elitista dos acervos arquivísticos; questionava-se a importância dos registros preservados, criticava-se seu caráter institucional. Apesar disso, a partir de 1929, sob a liderança de Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), a escola dos *Annales* ampliou as perspectivas da pesquisa histórica, introduzindo novas abordagens, temporalidades e sujeitos. Foram os passos iniciais que levaram os historiadores a ampliar o conceito de documento, superando a exclusividade das fontes textuais, e a buscar suas fontes de pesquisa em outros “arquivos”.

O PÓS-GUERRA

Os anos que se seguiram à II Guerra Mundial trouxeram outros desafios a arquivistas e historiadores, descortinaram novos usos para os documentos arquivísticos, obrigando esses profissionais a repensar sua relação com as instituições de custódia e com a memória coletiva.

No pós-guerra, a questão dos direitos humanos ganhou relevância, conferindo novo protagonismo aos arquivos enquanto ponto de partida para repensar o passado e para a garantia de direitos individuais e coletivos.

Em 1948, o artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, afirmou que toda a pessoa tem o direito de “receber e transmitir informações e ideias”; assim, o acesso às informações contidas

82 Determina que a ordem estabelecida pela administração/entidade/pessoa/família produtora dos documentos deve ser preservada. Ver: ARQUIVO NACIONAL (2005, p. 137).

83 Inicialmente, para Jenkinson, todos os documentos deveriam ser preservados, no entanto, após o término da Primeira Guerra Mundial, esse arquivista reconheceu a necessidade da avaliação e, conseqüentemente, da eliminação de parte dos documentos produzidos.

nos documentos de arquivo era reconhecido com um direito universal. Essa perspectiva era alicerçada por uma nova consciência despertada pelos crimes contra a humanidade cometidos no conflito mundial. Conjuntos de documentos como os organizados no Gueto de Varsóvia, entre 1940-1943, sob a coordenação do historiador Emanuel Ringelblum, tornaram-se fontes de informação sobre o cotidiano no Gueto, sobre a opressão nazista e constituíram-se em importantes testemunhos sobre os crimes contra a humanidade cometidos pelas tropas nazistas na Polônia (KASSOW, 2009).⁸⁴ Os julgamentos de Nuremberg, ao utilizar documentos produzidos pelo Estado alemão e pelo Partido Nazista, explicitaram que os documentos de arquivo podem ter usos distintos daqueles para os quais foram criados. Nesse caso, os arquivos produzidos pelos órgãos e estruturas vinculadas à perseguição e ao extermínio de judeus e de outros segmentos da sociedade agora serviam como prova dos crimes de guerra (QUINTANA, 2008).

O pós-guerra também provocou uma mudança no ritmo da produção de documentos, gerando a chamada “explosão documental”. Fato que colocou em questão a gestão e a avaliação dos documentos. Nos EUA, onde ocorrera a ruptura entre documentos administrativos (*records*) e documentos históricos (*archives*), entre os profissionais de gestão de documentos (*records management*) e aqueles de arquivos (arquivistas), a Comissão Hoover fora criada em 1946, buscando superar essa dicotomia. Assim, através da teoria das três idades,⁸⁵ o ciclo vital dos documentos foi analisado, esboçando-se um fluxo entre o arquivo corrente, intermediário e permanente (BELLOTTO, 2011). A avaliação dos documentos, etapa decisiva para viabilizar a sua passagem de um arquivo a outro, foi objeto do trabalho de Theodore R. Schellemborg, considerado o “pai da avaliação arquivística” nos EUA. Em *Arquivos Modernos: Teoria e Prática*, publicado em 1956, Schellemborg estabeleceu como critério norteador da avaliação do valor dos documentos. Enquanto o valor primário, associado ao valor jurídico, administrativo e fiscal, reflete a importância do documento para seu produtor; o valor secundário é associado aos interesses de outros usuários que utilizam os documentos como evidência/prova e fonte de informação (COOK, 1997). Ao contrário de Jenkinson, para Schellemborg, a avaliação documental, ou seja, aferição do valor dos documentos e a determinação dos seus prazos de guarda, de eliminação ou de recolhimento, era atribuição do arquivista. Passava-se a considerar que os documentos eram portadores de informações que poderiam interessar a diferentes públicos, assumindo usos distintos daqueles para os quais foram criados. Progressivamente, a avaliação documental passou a ser responsabilidade de uma equipe interdisciplinar composta por arquivistas, historiadores, administradores, advogados entre outros profissionais capazes de avaliar o potencial comprobatório e informativo dos documentos e verificar as implicações culturais, científicas, jurídicas e fiscais da sua preservação ou eliminação.

84 Duas partes do arquivo *Oyneg Shabes* foram resgatadas, em 1946 e em 1950, por três sobreviventes da equipe principal envolvida na sua constituição. Uma terceira parte dos arquivos nunca foi localizada.

85 Teoria segundo a qual os documentos são considerados de primeira, segunda ou terceira idade, a partir da identificação de seus valores primário e secundário, sendo nos dois primeiros casos mantidos nos arquivos corrente ou intermediário em função da frequência do seu uso pela entidade produtora. Já os documentos de terceira idade são recolhidos ao arquivo permanente ou histórico. Ver: (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160).

Nessa nova perspectiva, os documentos de um arquivo permanente seriam aqueles que “produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27); passaram por um processo de avaliação, que aferiu seu valor secundário e determinou seu recolhimento e guarda permanente. Nesse arquivo, devem ser recolhidos os documentos considerados suporte da memória a serem preservados, os chamados “documentos históricos”.

Entre os arquivistas, era usual justificar-se se a conservação dos documentos de caráter permanente, pois são relevante instrumento de auxílio à administração e, ao mesmo tempo, portadores da memória institucional. Mas esses profissionais ainda consideravam-se agentes passivos e neutros ante essa memória e sociedade. Já os historiadores cada vez mais ampliavam a busca das evidências do passado em outros suportes e “arquivos”.

Na medida em que a Arquivologia buscava uma definição dos critérios “técnicos” para determinar quais os documentos seriam considerados merecedores de guarda permanente, nos anos de 1970, a terceira geração dos *Analles*, a partir da obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora, colocaram aos historiadores “novos objetos, novas abordagens e novos problemas”.⁸⁶ A Nova História introduziu outras concepções de documento e novos métodos para lidar com essa perspectiva ampliada, possibilitando um diálogo mais profundo com as ciências sociais, das quais adotam instrumentos e abordagens teóricas (BOUTIER, 1998). Os historiadores redescobriram os acervos de museus e bibliotecas, passaram a valorizar as paisagens e outras fontes de informação. Ao mesmo tempo em que outros “arquivos” eram visitados, o historiador passava a olhar os documentos dos tradicionais arquivos históricos com outras indagações, buscando novas questões, valorizando outros agentes, ouvindo vozes que até então eram pouco valorizadas (FARGE, 2009). Por outro lado, uso dos computadores possibilitou aos historiadores trabalhar com um volume expressivo de documentos, dando impulso à história quantitativa. Nesse sentido, o caráter inerentemente serial dos documentos de arquivo passou a ser um aspecto valorizado por aqueles que buscavam evidências quantificáveis (LE GOFF, 1996).

Essas novas perspectivas foram acompanhadas pelas instituições arquivísticas, na medida em que a revolução tecnológica as obrigou a trabalhar com documentos de diferentes suportes e linguagens variadas (LOPEZ, 1996). Mas, como salientou Paiva (2008), essas perspectivas historiográficas ampliadas também estimularam o surgimento de outras instituições de memória. Esses novos espaços, além das demandas dos historiadores, também respondiam a uma crescente valorização da memória coletiva. Essa memória assumia o caráter de uma “memória arquivística” que ganhou forma através de seus vestígios materiais; era “uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela” (NORA, 1997, p. 15). Esses novos “arquivos” distinguiam-se daqueles pré-existentes, vinculados a uma instituição produtora e cujo acervo era constituído através da acumulação dos documentos por ela produzidos. Esses

86 Refiro-me aos três volumes do *Faire de l’Histoire*, publicados em português sob o título: *História: Novos Objetos; História: Novas Abordagens e História: Novos Problemas*, pela Livraria Francisco Alves Editora nos anos de 1980.

centros de memória também produziam documentos (especialmente através dos projetos de memória oral), mas eram essencialmente instituições colecionadoras, formando e custodiando coleções de documentos em diferentes suportes e proveniências. Por outro lado, em decorrência das temáticas diversas da pesquisa histórica, tornou-se usual que essas novas instituições passassem a custodiar acervos de pessoas, famílias e instituições, que não integravam a máquina administrativa do Estado, tais como sindicatos, partidos políticos, cooperativas, associações culturais, etc., ou seja, arquivos e coleções que eram vestígios da memória de diferentes segmentos da sociedade que não o estatal. No caso dos centros de memória vinculados às universidades, a crescente valorização de temáticas como a história do ensino, da saúde, da alimentação, etc., colocaram em evidência a importância de acervos documentais que, apesar de serem produzidos pelo poder público, não eram usualmente considerados significativos para a sua “memória institucional”, ficando à margem dos processos de avaliação e guarda permanente por arquivos públicos, mas cujos documentos eram produzidos pelas instituições mais próximas dos cidadãos, tais como as escolas, os postos de saúde, os hospitais, etc.

Conforme Zélia Silva (1999, p. 87), o surgimento dessas novas instituições de custódia documental:

[...] traduzia uma outra visão sobre esse patrimônio, não importando que os referidos acervos fossem constitutivos de experiências diversas de homens e mulheres – portadores de sonhos, desejos, indignações, revoltas e atos vis – que se processaram ao longo do tempo, compondo uma espécie de caleidoscópio da memória coletiva do próprio país, em suas múltiplas dimensões.

A proliferação desses centros de memória ampliou as perspectivas de trabalho do historiador. Antes confinados à sala de pesquisa, os historiadores, que pouco questionavam o processo de formação dos acervos permanentes dos arquivos, passaram a ter papel ativo na produção, organização e conservação de acervos e a refletir sobre o acesso a essas informações. A ampliação do que passou a ser considerado “documento” pelo historiador obrigou-o a refletir sobre suas fontes e convidou-o a reconstruir o diálogo com as disciplinas da Ciência da Informação, especialmente com a Arquivologia, a Museologia e a Informática (LOPEZ, 1996).

Para a Arquivologia, a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e as concepções pós-modernas também trouxeram novas possibilidades e metodologias e impuseram novos desafios. O avanço tecnológico acelerou a produção de documentos, promoveu a diversificação de suportes e de linguagens, criou novas estratégias para manipulação e armazenamento de grandes volumes de informações, mas tornou obsoletas antigas concepções. As instituições produtoras de documentos se tornaram mais fluidas, rompendo com os padrões rígidos e hierárquicos do passado; a produção de documentos passou a ser um processo complexo, envolvendo diversos produtores.

A perspectiva pós-moderna, desenvolvida pela Arquivologia canadense e em

especial por Terry Cook (1991), colocou em debate a necessidade da mudança da postura dos arquivistas em relação aos arquivos, ao documento e à memória. Considerando a não neutralidade do documento, valorizando o contexto frente ao texto, as relações de poder, os significados e a necessidade de desnaturalizar tudo que era tomado como natural. Cook (1998, p. 141) afirma que esse nova perspectiva leva os arquivistas:

[...] a questionar cinco mitos centrais, ou tradições, de sua profissão: 1) o de que os arquivistas são guardiões neutros, imparciais da “Verdade”, para usar as próprias palavras de Jenkinson; 2) o de que os arquivos, como documentos e como instituições, são subprodutos desinteressados das ações e administrações; 3) o de que a proveniência tem raízes em um único órgão de origem ou transmissão, em vez de em um processo de criação; 4) o de que a “ordem” imposta aos arquivos por meio do arranjo e descrição arquivísticos – para não falarmos da avaliação! – é uma recriação isenta de valores de alguma realidade genuína anterior; e 5) o de que a arquivística é uma ciência – pelo menos uma “ciência” como esse termo é tradicionalmente concebido e utilizado pelos arquivistas, produto da idade do racionalismo científico.

Assim, esse novo contexto suscitou o questionamento dos princípios basilares da Arquivologia, induziu à reflexão sobre o papel do arquivista ante o seu objeto e a memória coletiva e a repensar o conceito de documento arquivístico e de originalidade (JEURGES, 2005).

Desse modo, nos anos de 1980, principalmente no Canadá e na Austrália, teve início o questionamento da validade contemporânea dos postulados de Jenkinson e Schelleberg.⁸⁷ Abandonando a abordagem jenksoniana, os arquivistas reconheceram que não são agentes passivos no processo de produção e preservação documental e tornaram-se conscientes do poder que os arquivos envolvem. Poder que, segundo Jimerson (2008), é exercido em três aspectos essenciais: a autoridade/controle sobre uma fração da memória coletiva, o controle sobre a preservação dos registros e sobre a mediação entre os documentos e usuários.

O avanço das novas tecnologias levou os arquivistas a repensar os princípios que norteavam seu trabalho, agora considerados incapazes de dar conta da nova realidade do processo de produção documental. Os princípios da proveniência e da ordem original ganharam novos sentidos, associados à compreensão do processo de produção documental e aos usos desses documentos (TOGNOLI, 2010).

A produção crescente de documentos digitais e os novos mecanismos de armazenamento contribuíram para que a própria concepção de arquivo como instituição ganhasse uma nova dimensão. Esse deixou de ser limitado a um espaço físico, mas associado também aos recursos tecnológicos através dos quais os usuários buscam informações; o enfoque do trabalho arquivístico ultrapassou os limites da custódia física dos documentos para o controle e os mecanismos de acesso à informação (SANTANA, 2009). Da construção desse novo paradigma, a Arquivística canadense passou a trabalhar

87 Sobre a influência canadense na arquivologia contemporânea, especialmente a denominada arquivística pós-moderna ou funcional, ver: TOGNOLI (2010).

na perspectiva dos “arquivos totais” que integram não apenas os arquivos de instituições públicas, mas também os arquivos institucionais privados e os arquivos pessoais na busca da constituição de acervos que refletissem a diversidade de agentes sociais; nessa proposta, superava-se a distinção entre os arquivos administrativos (intermediário e corrente) e o arquivo histórico, entre os arquivos do poder público e os arquivos privados:⁸⁸

No Canadá, os arquivos pessoais são vistos como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos. Em resumo, a tradição de “arquivos totais” canadenses está mais voltada para os arquivos de *governança* que para os arquivos do *governo*. Arquivos de “governança” incluem os documentos que refletem a interação dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado sobre a sociedade e as funções ou atividades da própria sociedade, tanto quanto incluem os documentos das estruturas de governo e de seus burocratas voltados para dentro (COOK, 1998, p. 143).

Nessa perspectiva ampliada, segundo Cook (1998), os arquivos contemporâneos são templos da memória. Assim, tornou-se necessário que os arquivistas assumissem que a avaliação documental não é neutra e que ela tem implicações sobre o conhecimento que o futuro fará sobre o passado (JIMERSON, 2008). Nesse novo paradigma, concebendo-se o arquivo como reflexo da sociedade, a esta cabe a seleção dos documentos considerados de valor secundário. Nesse sentido, os arquivistas canadenses propõem a macroavaliação funcional-estrutural, cujo critério norteador é o contexto sociocultural da produção documental, ou seja, as funções dos produtores dos documentos e como esses interagem com a sociedade. Os documentos passam a ser considerados como formas narrativas que envolvem alguma poder e manipulação, assim,

[...] devem ser selecionados e avaliados com base na narratividade contextual de criação, ao invés do conteúdo, englobando tanto os documentos que representam a voz dos poderosos, como os que representam a voz do marginalizados. (TOGNOLI, 2010, p. 77).

Para esse desvio do foco para o contexto de produção, algo que Ketelaar chamou de “arquivização”, torna-se necessário analisar os fatores sociais e culturais, assim como os valores da sociedade que produz documentos (JEURGES, 2005). Assim, a avaliação documental requer outros conhecimentos, tais como a história das funções, das estruturas, dos documentos, do sistema de custódia e das práticas dos produtores de documentos.

A despeito da reafirmação da profissão de arquivista e no âmbito desses novos questionamentos e do surgimento de um novo paradigma, há o reconhecimento que o estudo da História é condição para o trabalho em arquivos, não apenas para a história administrativa das instituições, mas para a compreensão do contexto de produção e para a avaliação documental. Ainda que a História não seja a única fonte do trabalho arquivístico, reconhece-se que o “archival work is driven by an overriding historical

imperative” (NESMITH, 2004, p. 5).

O crescente interesse da sociedade pela memória, além de obrigar a Arquivística a superar a visão do documento como evidência imparcial e a desnaturalizar as concepções de produção, acumulação e avaliação documental, também ampliou as expectativas da sociedade com relação aos arquivos e ao trabalho do arquivista (NESMITH, 2004). Assumindo que as atividades de avaliação, arranjo e descrição documental não são neutras, os arquivistas tornaram-se conscientes que têm um papel ativo na construção da herança documental de uma coletividade. Esse novo momento aproxima a Arquivologia de questões já colocadas pela História, estimulando o diálogo entre arquivistas e historiadores, ampliando a importância de interdisciplinaridade no trabalho nessas instituições.

No que diz respeito à História, a aproximação se deve não apenas ao fato de que os historiadores fazem uso dos arquivos, mas porque, sem compreender a origem e a forma como são disponibilizados os documentos, esses profissionais não são capazes de entender o que estão observando por essas fontes (JEURGES, 2005). Mais do que referências em notas de rodapé em seus trabalhos, cabe ao historiador refletir sobre suas fontes documentais, não apenas quanto ao seu potencial informativo, mas também sobre os processos de sua constituição enquanto documentos permanentes. Por outro lado, cabe-lhe tomar parte ativa nesse processo, abandonando a postura que deixa a cargo do arquivista a definição do que é a “memória historicizável”. (HEYMANN, 1997)

Esses novos questionamentos vêm ao encontro das mudanças vivenciadas na relação entre a sociedade e os arquivos. A valorização da memória individual e coletiva, em diferentes partes do mundo, está associada à crescente consciência de que os arquivos são espaços de poder e conflito, e que a preservação permanente de alguns fundos, grupos ou séries documentais é requisito para o exercício da cidadania e para o direito de saber.

Não por coincidência que, nos anos de 1980, a Unesco tenha reconhecido a importância dos acervos arquivísticos para a pesquisa científica, para o desenvolvimento econômico e social, para a garantia de direitos e responsabilidades de indivíduos, de organizações e do Estado, e como elementos indispensáveis para o desenvolvimento da cultura e da identidade nacionais. Segundo a Unesco, os acervos arquivísticos são parte do patrimônio cultural dos Estados Nacionais (RHOADS, 1983; KETELAAR, 2007). A relação entre os arquivos e a sociedade encontra-se em uma nova fase, em que a preservação e o acesso são temas centrais. A questão do acesso à informação arquivística dinamiza um intenso debate, expondo a relação entre as condições de acesso e o exercício da cidadania, entre a preservação da democracia e a transparência administrativa.

Foi justamente a partir das últimas décadas do século XX, com a dissolução do bloco soviético, a redemocratização de diversos países e o fim do *Apartheid* na África do Sul, que se colocou em evidência a importância da preservação dos arquivos das instituições de repressão e aqueles sobre a atividade repressiva do Estado como garantia de direitos individuais e coletivos.⁸⁹ O direito de saber e o direito à memória coletiva, garantias para

88 Para uma análise da origem e debates sobre e mudanças do conceito de Arquivos Totais e a questão das identidades regionais no Canadá, ver: TOGNOLI (2010).

89 Sobre a distinção entre os arquivos da repressão e os arquivos sobre repressão ver: CATELA (2002).

o conhecimento da verdade e para impedir o revisionismo e o negacionismo sobre os acontecimentos do passado, pautam os esforços das associações de direitos humanos em diversos países, da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) no sentido de resgatar, preservar e tornar acessíveis esses documentos (QUINTELA, 2008).

Nesse movimento, os arquivos ganham novos contornos, passam a ser vistos como espaços de poder e disputa, cujos documentos têm diversos usos potenciais, sendo valorizados e revalorizados pela sociedade num processo dinâmico. Considerando as abordagens da Arquivologia, as novas relações entre a sociedade e os arquivos, e o papel dos historiadores na criação de novas instituições de custódia e na valorização de acervos documentais de outros atores se coloca em evidência que as instituições de custódia documental são espaços de trabalho interdisciplinar, responsáveis coletivamente pela preservação do patrimônio documental comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. In: SÃO PAULO (Estado). Arquivo Público; Tribunal de Justiça. **I Ciclo de palestras sobre arquivos e gestão documental: aperfeiçoamento e atualização profissional**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2011.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 21-61.

BOUTRY, Philippe. Certezas e descaminhos da razão histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 65-77.

CARBONE, Salvatore. História e Arquivística. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, n. 11, v. 1, p. 45-53, jan./jun. 1983.

CATELA, Ludimila da Silva. Territórios de memória política. Los archivos de la represión em Brasil. In: _____; JELIN, Elizabeth (Orgs.). **Los archivos de la represión: documentos, memória y verdad**. Madri: Siglo Veintiuno, 2002. p. 15-84.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 1, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Ottawa, n. 43, pp. 17-63, spring, 1997.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

HEYMANN, Luciana. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”**: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.com.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2009.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos

pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-67, 1997.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

JEURSGES, Charles. **Historians and Archivists: two disciplines working with the same papers: transcrição de discurso** [maio, 2005]. Disponível em: <www.palimpsest.fisip.unair.ac.id/images/pdf/Jeurgens.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

JIMERSON, Randall C. Archives for All: the importance of archives in society. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, XV, Goiânia, 2008. **Anais...** Goiânia: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008. p. 1-18.

KASSOV, Samuel D. **Quem escreverá nossa história?** os arquivos secretos do Gueto de Varsóvia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KETELAAR, Eric. Monuments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. **Archival Science**, Toronto, n. 4, v. 7, p. 343-357, spring 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996. p. 15-36

NESMITH, Tom. What's history got to do with it?: reconsidering the place of historical knowledge in archival work. **Archivaria**, Ottawa, n. 57, p. 1-27, spring 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez., p. 7-28 1993.

PAIVA, Odair da Cruz. A invenção do arquivo histórico e os embates acerca da memória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 11., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2008.

QUINTANA, Antonio González. **Políticas arquivísticas para la defensa de los derechos humanos**. Santiago de Compostela: Fundación 10 de Marzo, 2009.

RHOADS, James B. **The role of archives and records management in national information systems: a RAMP Study**. Paris: Unesco, 1983.

SANTANA, Yanara Dorado; MUGICA, Mayara M. Mena. Evolución de la ciencia arquivística. **Acimed**, Havana, n. 1, v. 20, p.1-16, jul. 2009.

SILVA, Zélia Lopes da. O centro de documentação e apoio à pesquisa, um Centro de “Memória” local? In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. p. 85-95.

_____. Os centros de documentação das universidades, tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. p. 49-63.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília.

_____; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENPCI, 2010.

VILA DE PARANAPIACABA: DILEMAS DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PONTO TURÍSTICO

CAROLINE ANTUNES MARTINS ALAMINO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa sobre a relação dos moradores e a Vila de Paranapiacaba num duplo sentido: em primeiro lugar, pelo fato de ser uma ambiência objeto de tombamento como patrimônio histórico e, em segundo lugar por ser um território que, ao longo do tempo, mudou suas características de uma vila de operários para uma vila turística.

Durante a pesquisa foram levantadas algumas adversidades do que é morar e sobreviver em um local tombado e protegido como patrimônio histórico, identificando a variedade de contextos sociais que se pode apresentar num mesmo local, com uma diversidade ampla de conjunturas humanas.

O objetivo deste artigo é apresentar as transformações que a vila sofreu com as políticas públicas relacionadas à venda da vila para a Prefeitura de Santo André, e os tombamentos históricos, suscitando o questionamento, “um patrimônio histórico é importante para quem?”. Portanto, este estudo apresenta uma breve exposição sobre os fatos históricos do surgimento da vila.

No tocante ao recorte espacial, foi delimitada a Vila de Paranapiacaba, pertencente ao município de Santo André, situada na região do grande ABC paulista, região metropolitana de São Paulo. A opção por esse recorte ocorreu devido à diversidade local dos acontecimentos e por reconhecer que a realidade de Paranapiacaba é um reflexo de um processo que ocorre em diversos locais tombados como patrimônios históricos no Brasil

Este trabalho foi baseado em uma pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2008 e tem tempo delimitado dentro de sua própria construção, uma vez que a história da Vila de Paranapiacaba não cessa e após o término desse período aqui relatado; muitas mudanças com certeza irão acontecer. Peço, portanto, a compreensão do leitor pela impossibilidade de se ter uma análise constante da história.

O SURGIMENTO DE UMA FERROVIA E O NASCIMENTO DA VILA DE PARANAPIACABA

A Vila de Paranapiacaba pertence ao município de Santo André, embora não faça limite com o mesmo e esteja a uma distância de 35 km de seu centro. Situada no Alto da Serra do Mar, faz limite com as cidades de Rio Grande da Serra, Cubatão e Santos.

Sua origem está vinculada ao transporte ferroviário de café em São Paulo. Em 1835, houve a primeira tentativa de construção da ferrovia, ligando o Planalto a Santos, por meio da concessão de privilégio à Companhia Aguiar, seguido pela Companhia Platt e Reid, e pelo prussiano Frederich Fromm que procurou, sem obter sucesso, reunir capital

suficiente para a empreitada. Nessa tentativa, o engenheiro Monay executou o levantamento topográfico da Serra do Mar, trabalho que foi analisado por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Em 1856, este último obteve, através de decreto imperial, juntamente com seus sócios, a concessão para construir uma estrada de ferro que ligasse Santos a São Paulo e se dirigisse à Jundiaí. Em 1860, o Governo Imperial sancionou por meio do Decreto n. 2.601 os estatutos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que mais tarde recebeu o nome de São Paulo Railway Company Limited, uma vez que apenas 10% do capital era do Barão de Mauá e seus sócios; o restante pertencia a capitalistas ingleses. Por isso, a ferrovia também ficou conhecida como a *Ingleza*.

No mesmo ano, inicia-se a construção da ferrovia, sendo adotado o sistema funicular com cabos e máquinas fixas, devido a uma diferença de nível de 800 metros entre a escarpa do planalto e o litoral. Em 1866, foi inaugurado o primeiro plano inclinado da serra.

A São Paulo Railway não se interessou em se estender além de Jundiaí, uma vez que possuía o monopólio do trecho planalto - litoral, que era uma passagem obrigatória de qualquer área de São Paulo em direção a Santos.

As estradas de ferro em São Paulo foram construídas obedecendo aos interesses capitalistas da burguesia cafeeira e, portanto, não tiveram um planejamento prévio. Foram necessárias várias retificações em seu traçado e muitos trechos foram inutilizados com a decadência da venda de café. E por consequência, outros cenários sociais existentes em função da ferrovia foram perdendo suas funções originais, caso da Vila de Paranapiacaba, que tinha como sua principal função ser uma vila ferroviária, o que significa que sobrevivia à base das atividades da ferrovia.

A história da vila está intrinsecamente ligada à construção e operação da estrada de ferro, desde a sua fundação, que só se deu devido à necessidade de uma ferrovia para atender ao crescimento da economia cafeeira. Na realidade, a ferrovia trouxe progresso econômico e cultural para toda a região que sua construção afetou. Isso é possível se notar na fala de Silvia Helena Passarelli:

A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí pôs fim ao isolamento do planalto paulista, rompendo as dificuldades de transpor a grande inclinação da Serra do Mar, facilitando o transporte de mercadorias e o contato cultural e comercial com a Europa por meio do Porto de Santos. Com o trem de ferro os paulistas ficaram mais próximos da Europa e puderam respirar os ares do futurismo e do modernismo e se tornaram vanguarda econômica e cultural do Brasil. (PASSARELLI, 2003, p. 45)

A construção da ferrovia começou naquele mesmo ano utilizando-se das trilhas indígenas. Conforme Lavander (2005, p. 16) cita “Foi montado um grande acampamento de trabalhadores no Alto da Serra e outro no litoral, na raiz da Serra, que abrigavam cerca de 5.000 operários, técnicos e engenheiros”. Quando a construção da ferrovia transpassou a barreira da Serra do Mar e atingiu o Planalto Paulista, com um imenso canteiro de obras

e a necessidade de tantos trabalhadores, surge Paranapiacaba, que inicialmente chamou-se Alto da Serra. Em 1907, a vila passou a se chamar Paranapiacaba, que em tupi-guarani significa ‘lugar onde se avista o mar’.” Em 5 de novembro de 1907, foi elevada a Distrito de Paz de Paranapiacaba, do antigo município de São Bernardo, atual Santo André.

A Vila de Paranapiacaba foi um exemplo único no país de núcleo constituído para apenas uma atividade econômica, por isso a companhia inglesa cedia casa apenas para funcionários com vínculo com a ferrovia. Havia um paternalismo da companhia inglesa em relação aos operários para que esses não deixassem a Vila de Paranapiacaba.

A Vila sofreu rápidas transformações, inicialmente causadas pela decadência da atividade cafeeira, mas o principal motivo foram os incentivos de políticas públicas que priorizavam o transporte rodoviário.

Até a década de 1940, praticamente todos os moradores que lá viviam se conheciam, e a ferrovia tinha como hábito a contratação de parentes, por isso era muito comum as funções ferroviárias passarem de pai para filho. A vila era bem cuidada, arborizada, as casas, ruas e calçadas eram constantemente reformadas e pintadas. Com a incorporação à União, toda a área ocupada pela vila, seu acervo e a estrada de ferro receberam o nome de Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. E a Vila de Paranapiacaba começou a sofrer uma decadência mais intensa, a partir daquele ano, e a realidade de seus moradores começa a mudar.

Na década de 1950, dando continuidade à política de construção de rodovias, iniciada no governo Washington Luiz, na década de 1930, o presidente Juscelino Kubistcheck abriu as portas do país às multinacionais automobilísticas. Começou assim um longo processo de sucateamento da malha ferroviária, com a desativação de trechos considerados “pouco lucrativos”, degradação do material rodante e precarização dos serviços oferecidos aos passageiros. Esse processo incluiu a degradação da ferrovia Santos-Jundiaí, onde as manutenções de vários trechos deixaram de ocorrer com a mesma frequência; vagões da antiga SPR foram abandonados a céu aberto em terrenos da Vila de Paranapiacaba. A decadência da malha ferroviária foi sentida violentamente pela vila ferroviária.

Em 1956, a Rede Ferroviária Federal S.A, idealizada no governo de Getúlio Vargas e criada por Juscelino, era uma sociedade por ações, controlada pela União, BNDES, alguns estados e municípios. Foi formada com o objetivo de organizar uma grande malha de ferrovias espalhadas pelo país. Após sua criação, em 1957, a RRFSA⁹⁰ assumiu a administração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, assim como varias outras malhas férreas do país.

A estratégia de controle centralizado possibilitou planos gerenciais amplos, mas também tirou a autonomia, distanciando cada vez mais as relações entre os trabalhadores e o corpo administrativo da ferrovia. Isso acarretou a mudança brusca do sistema em Paranapiacaba, onde as relações eram paternalistas e a proximidade com o centro do

90 RRFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima- empresa estatal brasileira de transporte ferroviário que cobria boa parte do território brasileiro, criada em 1957 e privatizada em 2007.

poder permitia maior interação.

Mesmo com a expansão econômica iniciada e apesar de todos esses investimentos no sistema rodoviário, a ferrovia Santos-Jundiaí ainda estava com uma grande demanda de carregamentos, pois, como é visto até os dias de hoje, apenas o sistema rodoviário não é suficiente para demanda de transporte de cargas no país. Na década de 1960, começaram os estudos para o aumento da capacidade de tráfego da Santos-Jundiaí, o que resultou na implantação do sistema cremalheira-aderência⁹¹, construído exatamente em cima do traçado da Serra Velha.

Com o sistema de cremalheira-aderência implantado em 1974, a nova administração marginalizou o transporte de passageiros, investindo em tecnologias voltadas apenas para corredor de exportação. A partir de 1981, iniciou a dispensa de um grande número de funcionários, o que acelerou o processo de decadência da Vila de Paranapiacaba. A vila, que abrigou famílias ao longo de gerações, ganha um novo cenário com as demissões compulsórias; antigos moradores tiveram que deixar suas casas e a vila, com a encampação da RFFSA, deixou de receber a prestação de serviços e a manutenção que no passado existiam.

Logo, concentraram-se os investimentos no corredor de exportação (principalmente minerais e grãos) e o transporte de passageiros foi gradativamente entrando num processo de marginalização, transformando o que era antes um transporte mais elitista num transporte suburbano, incorporado pela CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos).

Em 1982, um incêndio destruiu a antiga estação, acabando assim, com a referência da vila e o ponto de encontro dos moradores, denotando um novo cenário de abandono, descaso e decadência. A vila passa a servir de “dormitório” onde os moradores que trabalham fora da vila durante o dia retornam apenas à noite para as casas, crescendo assim o número de novos moradores, agora não ferroviários.

TOMBAMENTOS

A Vila de Paranapiacaba foi tombada pelas três instâncias de governo, inicialmente pela estadual (Condephaat-1987), seguida da federal (Iphan-2002) e municipal (Comdephaapasa-2003).

No âmbito estadual, pela Resolução n. 40/85, junto com a vila foram tombadas a Serra do Mar e de Paranapiacaba, num perímetro que incluiu a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba e o Parque Estadual da Serra do Mar, pois o Condephaat entendeu que a vila possuía elementos da ação humana integrados com a natureza; no caso, no limite do Parque.

A base do tombamento foram as recomendações do Conselho da Europa, que se orientava a partir do conceito de “paisagem cultural”, que prevê o tombamento como

⁹¹ Sistema onde há a instalação de um terceiro trilho dentado, entre os dois trilhos ferroviários normais, onde um mecanismo existente sob a locomotiva encaixa sobre o trilho dentado e nela fica articulado, permitindo que a locomotiva auxilie os trens a vencerem terrenos inclinados.

parte de qualidade de vida, em que um conjunto de ações governamentais e projetos culturais podem até conceder mudanças no objeto tombado, pois o objetivo maior é unir ações como o controle de mudança territorial, de uso de solo e a participação popular, visando sustentabilidade, para, a partir daí, adotar instrumentos de planejamento urbano nas ações de preservação. Deve haver uma harmonia entre ações de preservação humana, da natureza e o planejamento das atividades econômicas.

O Condephaat iniciou o processo de tombamento por meio de ofício, em agosto de 1982 e a sua conclusão data de 1987, por meio da Resolução Estadual n. 37/87. A Vila de Paranapiacaba e entorno são tombados na esfera estadual como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico-urbanístico, ambiental e tecnológico. Partes da vila, para efeito de tombamento, são justificadas de formas diferentes, como objetos que constituem patrimônios históricos, onde a Parte Baixa é tombada pela exclusividade de seu conjunto urbanístico, um dos únicos exemplares no Brasil de núcleo urbano planejado com uso especializado de vila ferroviária. Já a Parte Alta, com ocupação diferenciada, tem um papel histórico importante como local de comércio e de serviços necessários para todo o núcleo urbano. A linha férrea e seus complementos resguardam remanescentes do antigo sistema funicular, como os 4º e 5º Patamares dos Novos Planos Inclinados da Serra e seus equipamentos, e por esse motivo devem ser preservados. E a porção de terras que envolvem o núcleo urbano da Vila de Paranapiacaba deve ser incluída no tombamento municipal pelo seu estado de preservação e por sua importância ambiental. Essas terras resguardam um conjunto de nascentes do Rio Grande, um dos principais formadores do Braço do Rio Grande da Represa Billings, responsável pelo abastecimento de água de parcela da população metropolitana. Além disso, a vegetação ali existente atua como propiciadora e mantenedora da fauna e flora locais, e também, como importante fator na proteção do solo. Em seu artigo 4º, a Resolução 37 estabelece que as diretrizes para regulamentação da área tombada serão definidas em ato complementar à referida Resolução, “após detalhamento e aprovação pelos órgãos competentes dos projetos de preservação e revitalização de Paranapiacaba”.

No âmbito federal, o Iphan iniciou o processo de tombamento da vila em 1985 e finalizou-o em 2002. A justificativa federal para o tombamento está no valor histórico do conjunto. A área desse tombamento não contempla os bens móveis relacionados à ferrovia. No entanto, a conclusão do processo indica que seja mantida a denominação inicial da vila como “Vila Ferroviária de Paranapiacaba”, a ser inscrita no livro de Tombo Histórico. O perímetro do tombamento circunscreve-se, predominantemente, às instalações que têm relação direta com a ferrovia (Processo n. 1.252-T-87). Estão excluídas a Parte Alta e toda a área natural envoltória à vila, “que não tem relação direta com o funcionamento dos planos inclinados nem com a Vila construída pela ferrovia”. A área tombada na esfera federal resulta bem menor do que aquelas tombadas pelo Condephaat e pelo Comdephaapasa. A partir do tombamento do Iphan, todos os projetos que visam alterar os bens integrantes do conjunto tombado na esfera federal, assim como aqueles relacionados à sua vizinhança, ficam sujeitos também ao exame e à aprovação por parte

do Instituto, tendo em vista garantir a visibilidade e a ambiência do conjunto. No nível municipal, o tombamento de Paranapiacaba pelo Condephaapasa foi apresentado em 17 de dezembro de 1996 (Processo n. 56616/96-5). A sua homologação ocorreu em 7 de julho de 2003, após um longo debate sobre a situação fundiária da Vila. A área desse tombamento, maior que aquelas definidas nas instâncias federal e estadual, inclui toda a área urbana da Vila – Parte Alta, Vila Velha, Vila Martin Smith – e o meio ambiente natural que a cerca (o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba). Foram tombados também a Linha Férrea e seus complementos: ruínas das pontes da Serra Velha e da Máquina Fixa do 4º Patamar. O grupo de estudos composto por conselheiros e pelo corpo técnico daquele Conselho, especialmente criado para o estudo de tombamento da Vila de Paranapiacaba, informou da necessidade de uma posterior regulamentação das áreas tombadas, observando-se os níveis de proteção de cada área em questão. Portanto, não consta no processo de tombamento a definição dos critérios de intervenção, sendo que cada caso é avaliado isoladamente, segundo os pareceres dos conselheiros e do corpo técnico, ainda não normalizado.

Em nenhuma das três instâncias de poder onde a vila foi tombada, foram regulamentados os processos, ficando assim sujeita às diretrizes genéricas relativas à proteção do patrimônio histórico, estipuladas nas normas de cunho geral, ou seja, não foram criados parâmetros mais precisos que condicionam os projetos de intervenção urbana e funcional.

Atualmente, sua porção de Mata Atlântica é núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo e integra também a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela Unesco como uma importante área de conservação ambiental para a humanidade. Paranapiacaba está entre os 100 maiores monumentos históricos do mundo, figurando na lista da WMF (World Monuments Fund).

Apesar de, no final do século XX, já haver grupos preocupados em recuperar a Vila de Paranapiacaba de seu estado de decadência, as medidas foram insuficientes e a vila entra no século XXI muito degradada.

É quando surge em janeiro de 2002, o que aparentemente vai retirar a vila desse estado de decadência: a Prefeitura Municipal de Santo André, no último governo do prefeito Celso Daniel, concretiza a compra da vila da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A). Contudo, é paradoxal a questão da compra da Vila de Paranapiacaba estar atrelada a melhoras para a mesma. A MRS continua proprietária da linha férrea Santos-Jundiaí. Apesar da compra da vila pela prefeitura de Santo André, isso não interfere no sistema férreo que atende à vila, e se torna cada vez mais claro que seus objetivos é atender à demanda comercial de cargas, não se importando com a questão social da região. A primeira evidência disso se dá em novembro de 2001, quando os trens metropolitanos da CPTM, que iam até Paranapiacaba em diferentes horários, mas não tantos quantos os que chegavam diariamente a Rio Grande da Serra, passaram a seguir para ali somente nos fins de semana. Um ano depois, houve a suspensão total do trem para a vila, o que acabou dificultando a vida de muitos moradores que precisavam se deslocar diariamente

para outros municípios da região. Ironicamente, os trens de passageiros não chegam mais até à vila ferroviária.

A VILA DE PARANAPIACABA E O TURISMO

Com a quase total extinção da ligação dos moradores da vila com o trabalho ferroviário, Paranapiacaba vai aderindo ao turismo como forma de sobrevivência. A promoção do desenvolvimento sustentável, de forma inovadora, passa pelo envolvimento dos diversos atores locais, tendo o poder público o papel catalisador e articulador das forças sociais, transformando-se em um ator que disputa projetos e induz a novas práticas de gestão. Acreditando nisso que Celso Daniel, ao ser eleito prefeito do município de Santo André, pela primeira vez em 1989, já possuía convicções a respeito do papel da gestão municipal:

As ações socioculturais são diversas demais para a implantação de um “Estado Central” que padronize cultura regional, daí a necessidade do poder municipal de prover condições para exercer integração e legitimação social, pois é na instância municipal que se pode reconhecer e absorver as especificidades locais e culturais da sociedade. (DANIEL, 1982, p. 23)

Contudo, apenas na sua segunda gestão no município de Santo André, que Celso Daniel traz ações mais práticas no que diz respeito ao poder local em relação às necessidades da Vila de Paranapiacaba. Com a crise fiscal do Estado contemporâneo, aliada ao processo de descentralização, impulsiona-se a tendência de valorização dos governos locais como agentes de renovação de políticas públicas. O poder local tem o papel renovador, porque os empreendimentos que trazem o desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e renda, fazem uma comparação entre a vantagem e os custos locais, que determinam a competitividade de uma localidade ou de outra. Daí, a importância do poder local em assegurar um espaço favorável para ser atraente aos empreendimentos que deseja que se instalem no local, no caso da vila, os empreendimentos turísticos. Celso Daniel é referência no assunto porque questionava as abordagens que consideram o Estado Nacional e as grandes empresas como únicos agentes do desenvolvimento econômico, cabendo às esferas locais apenas a gestão de equipamentos e serviços públicos e a regulação de atividades, naquilo que é considerado de seu peculiar interesse.

O desenvolvimento local indica um conjunto variado de práticas e perspectivas, que permite evidenciar questionamentos quanto ao sentido atribuído aos atores e espaços de sua gestão local.

A Vila de Paranapiacaba, no fim da década de 1990, estava numa situação de moradias ocupadas de formas irregulares, com pequenos comércios que começaram a modificar a arquitetura dos patrimônios históricos e com moradores vindos de diversas regiões que nada mais tinham a haver com o passado ferroviário da vila. Muitos moradores vão para a região, atraídos pelos aluguéis abaixo do mercado, quando não, pela facilidade

da ocupação irregular das casas. Contudo a distância das regiões metropolitanas, somada à suspensão gradativa que foi ocorrendo no transporte de passageiros do trem, dificulta a vida dos moradores que residem na vila, mas trabalham fora, além da ausência de sistemas de saúde, segurança e atendimento básico social.

O espaço é transformado por relações capitalistas que são dinâmicas e estão em constantes transformações. A Vila de Paranapiacaba, a partir do momento que perde a sua função original, entra em desuso, e começa a receber elementos de degradação, pois para de obedecer aos interesses do capitalismo, não se torna interessante apenas como objeto de patrimônio cultural e histórico, se este não gerar renda, apenas investimentos. Contudo, a compra da Vila da Paranapiacaba pela Prefeitura de Santo André oferece a proposta de uma renovação do capitalismo em forma de turismo rentável. A Subprefeitura de Paranapiacaba tomou várias medidas e estabeleceu programas no sentido de conscientizar a população sobre a atuação e o funcionamento da atividade turística, e como ela se encaminharia na vila. Tudo isso, logicamente, pré-estabelecido no Plano Patrimônio, que tem com objetivo revitalizar a vila através do negócio turístico, que por sua vez, estabelece as diretrizes para se investir no potencial do local.

Através de programas do município, os moradores começaram a criar empreendimentos em suas próprias residências. A partir desses programas, foram estabelecidos os valores da conta-prestação que cada morador deveria pagar e também as providências em relação ao restauro das casas.

A Prefeitura não pode alugar as casas, então o morador tem a permissão de uso, o que gera uma situação precária para ele, que pode ser retirado da casa conforme interesses da prefeitura. Contudo, na primeira gestão da Prefeitura após a compra, o critério para o desalojamento foi o de que, se o morador estiver pagando as prestações em dia e a prefeitura necessitar de sua casa, ela providenciaria outra. Foi feito um cadastro onde foram chamadas todas as famílias para a Prefeitura conhecer a realidade econômica e cultural de cada uma.

Para dar início a uma vida econômica autônoma da vila voltada para o turismo, a Prefeitura reuniu os moradores e concedeu incentivos, como descontos nas taxas de uso das casas, para que eles aderissem os seguintes programas:

Atelier Residência - a Aila já possuía um histórico de abrigar artesãos e artistas em geral, com esse programa, o artesão ou artista abre as portas da casa dele, para comercializar seus produtos, nos fins de semana;

Monitores Ambientais - programa que oferece monitoria especializada para a realização de trilhas nas áreas de preservação ambiental, que só podem ocorrer com a presença de um desses monitores, moradores que foram capacitados para atender o público;

Portas Abertas - programa original cubano, como o próprio nome diz, as pessoas abrem as portas de suas casas e comercializam produtos e serviços turísticos. Foi a partir desse programa que foi criado o “Forno e Fogão”;

Forno e Fogão - por quase não haver restaurantes na Vila, o programa oferece a abertura de algumas casas nos horários de almoço e jantar, oferecendo refeições caseiras;

Bed and Breakfast - programa original inglês: alguns moradores oferecem dormitórios e café da manhã para pouso dos turistas em suas próprias residências;

Entre os esforços para revitalizar Paranapiacaba, também estava o Programa de Jovens-Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS), uma parceria da Prefeitura Municipal de Santo André, Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense; a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e a Associação Holística de Participação Comunitária Ecológica: “Núcleo da Terra” (AHPCE), que promovem os Núcleos de Educação Ecoprofissional. Destinado a estudantes entre 14 e 21 anos, em condição de risco social, o Programa de Jovens (PJ), entre 1996 e 2006, atendeu a mais de 1.300 pessoas. Com duração de aproximadamente 2 anos, oferecia oficinas de produção agrícola e florestal sustentáveis; turismo sustentável; consumo, lixo e arte; agroindústria artesanal, entre outros. As aulas aconteciam duas vezes por semana, com o intuito de integrar a autonomia econômica, preservação e recuperação ambiental. A sociedade é envolvida por políticas públicas que favorecem o meio ambiente. Por meio da educação, a preservação passa a representar uma nova oportunidade de geração de renda. Esse programa gerou emprego para vários jovens moradores da vila, sobretudo nos locais de visitação pública, como na Casa Fox, Museu Castelinho, Museu Funicular e Clube União Lira Serrano.

Outra forma encontrada para dar continuidade ao trabalho de revitalização da vila foi o investimento na promoção de uma série de eventos para atrair a população das cidades vizinhas.

A Festa do Cambuci, que conta com a Rota do Cambuci, na qual os empreendimentos locais comercializaram produtos feitos com o Cambuci;⁹² o Concurso de Receitas de Pratos Salgados, Doces e Coquetéis com o Cambuci, com a participação de empreendimentos da Vila de Paranapiacaba e moradores do município de Santo André; a Feira de Produtos com Cambuci no Antigo Mercado, com atrações musicais e a comercialização de vários produtos feitos com o fruto; os Shows Itinerantes na Rota do Cambuci; o Expresso Lazer, com atrações e entretenimento; o Workshop do Cambuci, com muitas palestras sobre o fruto e o evento de encerramento, com a entrega da premiação aos vencedores do concurso e um show, já era uma comemoração tradicional da população da vila, contudo foi incrementada com esses eventos patrocinados e organizados pela Subprefeitura, atraindo um número maior de turistas.

A FOPP-Feira de Oratórios e Presépios de Paranapiacaba e o Festival de Culturas Populares contam com mostra de folguedos, encontro de violeiros, exposição, festival gastronômico, oficinas de dança, debates e uma grande feira das culturas populares com o tema Escambo, a Troca que Move o Mundo. A FOPP foi totalmente organizada a partir da troca de espaços, barracas, estadia e alimentação e por apresentação gratuita de músicos.

92 Fruta nativa da Mata Atlântica que se encontrava abundantemente na cidade de São Paulo, hoje se encontra apenas em pomares de cultivo doméstico, principalmente em cidades como Salesópolis, Biritiba-Mirim e na Vila de Paranapiacaba.

Teve início em 2005, exatamente com a intenção do aumento do turismo na região somado a um resgate cultural e regional.

A Convenção de Bruxos e Magos em Paranapiacaba é um dos festivais que mais têm atraído turistas fora do período de inverno. Conta com divulgação de conhecimentos diversos sobre magia, terapias holísticas, ocultismo, umbanda, mitologia, bruxaria, Feng Shui, xamanismo, reiki, ervas, linguagem do corpo, além de: dança cigana, dança do ventre, numerologia, astrologia, danças típicas, leis universais, rituais, shows de músicas new age, teatro, palestras, atendimento holístico e oráculo, entre outras atividades, promovidas por profissionais conhecidos, de todo o Brasil. É um festival de origem recente, começou em 2004, e conta com o apoio da prefeitura de Santo André e com a organização da Casa de Bruxas, escola de cursos de misticismo, localizada em Santo André.

Desde 2001, o principal evento anual da Vila tem sido o Festival de Inverno de Paranapiacaba. Ocorre durante todos os fins de semana de julho, aproveitando o clima muito frio do local, somado à beleza de sua neblina junto com a paisagem ferroviária e arquitetura inglesa, gerando em muitas pessoas a sensação de estar em Londres. O festival teve início em 2001, criado pela Secretária de Turismo de Santo André, mesmo antes da compra da vila, já como parte dos planos de revitalização.

O turismo de Paranapiacaba se desenvolve apenas em torno do evento momentâneo da atração, seja festa, festival ou espetáculo; ao passear na vila durante a semana, é comum encontrar seus museus e casas culturais fechados. Não há uma valorização, do seu patrimônio histórico como objeto de turismo único, que está sempre atrelado a eventos externos, como se a sua própria história não se bastasse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos patrimônios são monumentos históricos que, por sua vez, são documentos históricos, que relatam a memória do lugar, a história do local, a partir apenas de sua existência e sobrevivência ao longo do tempo.

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 1996, p. 536)

Paranapiacaba é uma vila de patrimônios históricos; essa definição se torna muito mais abrangente do que uma visão reducionista em relação ao seu tombamento.

Patrimônios históricos são uma forma de preservação material de fragmentos da memória coletiva, são as partes sobreviventes do desenvolvimento temporal, do mundo e da humanidade, daquilo que existiu no passado. Existem independentes da escolha dos historiadores, mas a sua preservação e classificação como patrimônio histórico vai

depender da análise de sua relevância dentro do contexto político, histórico, social e acadêmico, no momento de seu tombamento ou descaso com sua preservação. Esse é um reflexo do que ocorre em Paranapiacaba, onde existe um reduto de fragmentos de memória coletiva convivendo com o descaso da situação de moradias atual. E é a manutenção do local histórico que gera o sentimento de identidade cultural.

A lógica da estrutura urbana capitalista levou a questão do patrimônio histórico gerador de atividade de turismo num patamar de relevância acima da questão social de moradores da vila.

Foi possível observar que monumento histórico se concretiza através do diálogo entre passado e presente. A Vila de Paranapiacaba está em um constante e intenso processo de busca de identidade cultural, muitas vezes, apresentando ainda as velhas características da vila ferroviária inglesa; ora sendo a vila abandonada das décadas de 1970 e 1980, ora sendo um resgate moderno de adaptação ao mercado consumidor turístico e muitas vezes, sendo um fragmento histórico diverso, complexo e paradoxal.

Ocorreram mudanças na forma de organização do trabalho e a maneira como foi produzido e reproduzido o cotidiano da vila, sempre foi pautado pelo reflexo do movimento da economia local, ditada por uma ordem do capitalismo em instância superior e fora do domínio direto dos moradores da vila. Por exemplo, enquanto a vila pertenceu a SPR, seu cotidiano era pautado no trabalho ferroviário. Após a federalização da ferrovia, seus meios de produção ficaram dispersos. Com a compra da vila pela Prefeitura Municipal de Santo André houve um foco em mudanças intensas na realidade dos moradores para uma adaptação muitas vezes forçada para o turismo comercial, justificado por ser um local tombado como patrimônio histórico. Todo esse movimento interfere na paisagem e no condicionamento da ação prática humana em suprir as novas necessidades para a produção e reprodução do sistema de organização atual.

O turismo da no local não consegue gerar uma renda constante que permita a seus moradores ter qualidade de vida, se identificar com ela como fonte de renda, moradia e agentes históricos e culturais da existência da Vila de Paranapiacaba. A partir disso, o que ocorre é um turismo de massa, pontual organizado e gerando renda maior para pessoas externas à vila, que não promove a ligação: patrimônio histórico, moradores e turismo.

Para finalizar, até o término dessa pesquisa, o que se encontra em Paranapiacaba é uma vila com uma política de gestão que segue a tônica do chamado empreendedorismo urbano que pretende transformar o local em um polo turístico de perfil primeiro-mundista. Numa perspectiva em que muitas vezes há a ausência da valorização da população local que deveria ser a primeira beneficiada pelas mudanças em vigência. Assim como a descaracterização real do conceito de preservação de patrimônios históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio, um exercício de olhar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARAUJO, Shirley Barbosa. **Gestão local e a prevenção à violência:** a experiência na Vila de Paranapiacaba: monografia. Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André, 2008.

AZEVEDO, Julia. Cultura, patrimônio e turismo. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COSTA, C. T. **O sonho e a técnica:** a arquitetura de ferro no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2001.

DANIEL, Celso Augusto. **Poder estatal municipal:** um quadro teórico e uma análise dos governos locais com participação popular no Brasil recente. 1982. Tese (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. **Patrimônio histórico e cultural** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2001.

FUNARI, P. P. A.; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2003.

LAVANDER JR., M.; MENDES, P. A. **SPR, memórias de uma inglesa:** a história da concessão e construção da primeira ferrovia em solo paulista e suas conexões. São Paulo: [s.n], 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.

PASSARELLI Silvia Helena. **O diálogo entre o trem e a cidade.** 1977. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Vitrines da cidade.** São Paulo: Editora Alpharrabio, 2003.

PINHEIRO, A. C. A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir? **Revista Textos para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 87, 2003.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

RODRIGUES, Marly. **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2001.

SERTÕES E PATRIMÔNIOS: UMA HISTÓRIA DE SANTO ANTÔNIO OLHOS D'ÁGUA – GO

PAULA GROEHS PFRIMER OLIVEIRA STUMPF

OLHOS D'ÁGUA E A FEIRA DO TROCA

Santo Antônio de Olho d'Água é originário de Corumbá de Goiás, inicia-se com uma promessa feita a Santo Antônio de Pádua, pela Sra. Maria Alves de Magalhães. Uma capela em homenagem ao Santo, foi construída, e fundada em 1941, pelo Pe. Luiz Maria Zephirino, então delegado paroquial, em terras doadas por dois fazendeiros. Nas terras em volta da Igreja, começou a ser construído o povoado de Santo Antônio de Olho d'Água, que servia também como ponto de pouso de tropeiros que passavam pela região, e também o primeiro caminho a dar acesso ao sítio Castanho, pedaço do Retângulo Cruls (área demarcada para a construção da nova capital). A arquitetura do que foi construído é muito semelhante com a de Corumbá de Goiás, o que faz com que o vilarejo aparente ser mais antigo do que realmente é, os materiais utilizados eram o adobe, a madeira e telhas produzidas pelos próprios habitantes, o que impulsionou a criação de olarias no local. Nessa época, o povoado produzia o que lhe era necessário, necessitado apenas de sal, que era trazido de Minas Gerais e cultivava um folclore forte e arraigado, passados de geração em geração: a Festa do Divino (festa religiosa importante desde sua fundação), a Festa de São Sebastião e os artesanatos, sobretudo em barro, tear, palha e bucha. O contato com outros povos dava-se por meio dos viajantes e mascates que passavam pela estrada, levando outros gêneros para a vila, inclusive encomendas dos mais abastados, como sapatos ou fazendas de tecidos finos.

Segundo Caio Prado Júnior, citado por Dias no artigo *História, Cultura e Sertão*, até a década de 1940 (década da fundação de Olhos D'Água), havia “sertões” por todas as partes, já que a ocupação do país se deu de forma incipiente, em meados do século XX, produzindo então “vácuos” de povoamento. Nas zonas de mineração existiam “desertos” nos espaços intermediários e na região da pecuária “[...] prática econômica que foi ‘recalcada para o íntimo dos sertões’”, havia os sertões remotos. Olhos D'Água seria então o entre-lugar do entre-lugar, por estar próximo a regiões mineradoras como Corumbá, Pirenópolis e Luziânia, também de regiões criadoras de gado e do Sítio Castanho, ponto de partida do Retângulo Cruls.

A ambiguidade então se apresenta aqui. Enquanto para alguns “o sertão foi definido como antítese e negação da cultura, civilização e humanidade” (DIAS, p. 19) onde os colonizadores tinham a missão de dominar e civilizar categorias marginalizadas. Onde o sertão, tido como espaço da negação e da antítese, com a “colonização” seus habitantes tinham suas características humanas e culturais negadas. Para alguns autores, como Janaina Amado, essa categoria “sertão”, definida na época da colonização portuguesa no Brasil, acima discutida, após o século XIX, torna-se a fazer parte da nação. Pensamos aqui que essa categoria do sertão como espaço da “negação e antítese” ainda persiste em

pleno século XXI, onde se pensa que o sertão deve ser “colonizado” e desenvolvido em contrapartida ao seu “atraso”. Em contrapartida, após o sertão ser empregado na literatura brasileira no Romantismo do século XIX, no Realismo e na literatura regionalista onde o sertão é *locus* privilegiado, e continuando no século XX, principalmente com os modernistas e folcloristas, constituiu-se uma nova “ideia” de sertão:

A nação em desequilíbrio, constituída de espaços heterogêneos e excludentes, buscava sua identidade [...] A empreitada implicou em construir uma imagem do “bom sertão”, do sertanejo rude, porém forte, lugares e gentes depositários da verdadeira nacionalidade brasileira, por oposição ao litoral contaminado de europeísmos. (ALENCAR, 2004, p. 37)

Consideremos ainda sertão como um entre-lugar onde encontra-se o “lugar do outro”, o atraso, a “não-cultura”, mas também um povo forte, de modos de saber e fazer próprios, produzindo uma cultura com características singulares e únicas.

Como um conjunto de características culturais o sertão é ao mesmo tempo, singular e plural. É um em muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o atemporal, o que não está nunca onde está. É esse material simbólico, que recozido, constitui a matéria prima de que são feitas as diferenciações regionais, isto é, as identidades regionais. (SENA, 1998, p.85)

Brasília é construída e, portanto, é construída também a estrada que a ligaria a Anápolis e Goiânia, a BR-060. O então prefeito Alex Abdalla, transfere, na “calada da noite”, a prefeitura e o cartório, e funda uma nova cidade à beira da nova estrada, Alexânia. E ainda segundo moradores de Olho D’água, lugar onde se encontravam terras do ex-prefeito.

Cabe aqui, uma extensa citação de Paulo Tim⁹³, publicado no site Sucupira, sobre essa mudança:

Isto porque a construção da capital que roubou da cidade morta
A chama de sua vitalidade.
Isto lá pelos anos sessenta, logo depois que Olho D’Água virava
município
Desmembrado de Corumbá de Goiás
Sede de tantas tradições goianas
Onde emerge o vulto do Bernardo Ellis com sua pujante literatura
regional:
“O Tronco” se destacando como marco da idade de barro desta região.
Quando os carros de boi arrastavam-se na lama ou na poesia durante
semanas.
Interligando pontos remotos do sertão.
Dominados pela natureza dos homens que providenciavam a subsistência,
[...]

Pois foi por esta época que um prefeito
-Alex Abdalla se chamava-
E seus vereadores, todos mancomunados, roubaram a esperança desse
sítio.
No mapa um pequeno vestígio
Carregado de dignidade.
Transferindo para a beira da nova estrada
- Beira do inferno como todas as cidades novas em estradas novas-
Tão sonhada pelos mudancistas goianos:
A Brasília-Goiânia.
O que viria a ser a cidade de Alexânia.
[...]
Olhos D’Água por Alexânia
A excelência pela excrescência

A marca do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) de formular e divulgar o nacional-desenvolvimentismo é um exemplo dessa ambiguidade que observamos no sertão: a “colonização”, o povo forte, a necessidade de trazer insumos e cultura para uma região também caracterizada por uma cultura rica e sem “influência dos estrangeirismos”, característica do expansionismo (1930–1945), centrado na construção de Brasília e na transferência da Capital para Goiás.

A construção de Brasília ocorre no momento preciso em que se verifica o despertar da consciência nacional, nessa hora matutina, em que emergindo do sono secular o povo brasileiro se descobre a si mesmo e começa a dar os passos decisivos no caminho da verdadeira emancipação. (SILVA, 1997, p. 61)

Nos idos da década de 1970, chegam à cidade, vindos de Brasília, para uma pesquisa de mestrado, Laís Aderne e seu marido Armando, lusitano de origem, e Sinclei Fazzolino. Laís se encanta pela vila, e não entende como um lugar com tantas tradições e costumes pode estar tão fragilizado, tão abandonado - “Como é que esse povo está na miséria, passando por privações, sem dinheiro para comprar roupa, comida e outros gêneros?”. A base do comércio da vila era a troca, alguns sabiam fazer artesanatos diversos. Sinclei se une a Tomazão, morador de Olho D’Água e funda a Escola Experimental, Laís mostra para a população a importância do artesanato produzido e, em 1974, cria a Feira do Troca, onde população e quem mais quisesse poderia trocar artigos como objetos de casa, vestimentas, frutas, artesanatos. Um impulso para a comunidade resgatar suas tradições e a desenvolver-se economicamente.

Mudando métodos, juntando talentos, valorizando a estima local.
Ambas, tinham que ser mulheres,
-o que elas não conseguem!-
Vocacionadas à redenção da cidade morta.
Nesta atitude redimindo a própria Brasília pelo pecado perante ela.

93 Texto do arquivo pessoal do autor, disponibilizado em 22/05/2012, durante entrevista realizada por Paula Groehs Pfrimer Oliveira stumpf, em Olhos D’Água, GO.

Pois de Brasília as duas vieram.
E em Olhos D'Água fincaram suas garras.
Marcando-lhe como presa das suas inteligências.
Mudanças:
Do estado de espírito,
Do estado de coisas marcado pela perda.
Perda das prendas, das artes, perda do orgulho de ser cidade viva, com futuro. (Paulo Tim)

O INÍCIO DO TROCA

Ao realizar reuniões na Escola Experimental, Laís toma conhecimento dos diferentes tipos de artesanato: - “E foi aí, que através dos pais das crianças, nós conseguimos descobrir inclusive o mutirão de fiandeiras, os trabalhos de tecelagem, de argila, de madeira, todo esse artesanato maravilhoso que vinha decaindo e que já estava praticamente morto”. Nessas reuniões surgiu a ideia de incentivar os artesãos a voltarem ao seu trabalho em função dos seus filhos e da escola, ensinando quem queria aprender esses artesanatos, em sua própria casa. Mas a ideia não funcionou inicialmente: - “Inicialmente as pessoas começaram a ter vergonha, era um povo tranquilo e, às vezes, até um pouco difícil de se trabalhar, porque eles diziam: - “Ah, agora está difícil porque a gente não sabe mais onde é que está a madeira”. Os fundadores da escola se propõe então a pedir aos fazendeiros da região doações de matéria prima para o artesanato: palha de milho, bucha, madeira e até barro. Os artesãos que quisessem poderiam pegar esse material na escola, mas em troca teriam que ensinar às crianças os ofícios de artesanato. Uma ideia que não deu certo, devido ao desinteresse por parte dos alunos e dos artesãos.

O mutirão das fiandeiras caracterizava-se por uma reunião de fiandeiras com um objetivo em comum; quando a filha de uma delas se casava, todas as fiandeiras se reuniam na casa da mãe da noiva para tecer o enxoval, e esta, dava pouso e comida em troca do trabalho das colegas. Pensando nisso, Laís, o marido e os colegas começaram a pensar no quê poderia reunir todos esses artesãos e chegaram à conclusão de que a igreja era um ponto de convergência. Segundo Laís, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense* (15/03/1977, p.09),

Em função da Igreja de Santo Antônio, que há mais de um ano não recebia um padre, sobrevivendo apenas pelo seu Conselho Paroquial nós reunimos o pessoal para fiar a linha para uma tapeçaria para a igreja. Pensamos que viriam de 30 a 40 fiandeiras e no dia do mutirão apareceram nada menos que 85 fiandeiras e mais, todas elas trazendo suas rodas nas costas e, mais ainda, o pessoal que vinha para catar algodão, para desencaroçar, para bater. Havia mais de 100 pessoas que faziam parte do mutirão. Algumas mulheres foram para a cozinha fazer a comida que tínhamos conseguido com uns e outros e fazendeiros próximos (um saco de arroz, um bocado de feijão) e aquilo foi realmente uma festa na cidade. Há muito tempo a gente não via o povo tão alegre e tão feliz. Neste dia começaram a surgir os desafios. Algumas mulheres timidamente começaram a cantar.

Laís entra em contato com os artesãos, incentivando-os a passar esse conhecimento para a comunidade, realizando diversas oficinas e sugerindo que, de tempos em tempos, houvesse uma festa para que esses produtos artesanais pudessem ser trocados por animais, roupas e utensílios domésticos, segundo Laís Aderne: “A nossa ideia foi exatamente não levar nenhum professor de fora para dar aulas para os artesãos, que eles mesmos conseguissem o desenvolvimento do seu trabalho, pois em tempos passados eles já tinham chegado a um bom nível técnico”.

Já existia na região a gambira ou catiragem, que é um sistema de troca, e trocava-se

um rádio de pilha por um cavalo, um saco de milho por um de arroz. [...] Pensamos então em fazer uma feira onde não usaríamos moeda, mas troca. Isto daria seguramente certo porque boa parte da população era carente economicamente e precisava de roupas, calçados, etc. Eles sentam frio, mas não estavam mais tecendo, tinham dificuldades de comprar vasilhas, mas não faziam mais cerâmica [...] (*CORREIO BRAZILIENSE*, P. 09, 15 mar. 1977).

Armando e Laís levavam também muitas doações de gente da alta sociedade de Brasília, e segundo Armando, em entrevista ao *Correio Braziliense*: “Como o objetivo era doar, mas sem receber caridade, nós pendurávamos tudo em um grande varal e recebíamos em troca um tapete, um caminho de mesa, o que as pessoas pudessem dar”, explica o professor.

A partir dessas ações, criou-se a Feira do Troca, em junho de 1974. A princípio, as trocas eram feitas sob a supervisão de uma comissão da Sobreart, sociedade ligada à arte popular, advinda de Brasília, para que fossem feitos negócios justos e que fossem vantajosos para ambos os lados. Na revista *Veja* (p. 100, 22 de dez. 1976) há uma reportagem intitulada *Feira da Gambira*, que relata alguns aspectos da quinta edição da feira, considerada pela repórter Marinilda Marchi, um “armazém sortido”, e que descreve também a prática da troca em Olhos D'Água: - “O que a senhora quer para me ceder essa colcha?”, perguntava, na última feira realizada na cidade, uma moradora de Brasília, a dona Nenzinha, fiandeira. - “Estou querendo um sapato baixo e uma calça de homem”.

Carlos Drummond de Andrade escreveu sobre a Feira do Troca:

[...] Todos juntos promovem uma operação que é das mais antigas do mundo: a “feira de troca”. E com isso fazem vibrar a pequena comunidade. [...] a coisa se fez sem o espírito de caridade fútil das madames de coluna social, nem teria cabimento que assim fosse. Angariou-se tudo que pudesse interessar aos moradores; roupas e sapatos, principalmente. E nada ficou sem lavar, coser, passar, engraxar. Anunciada de casa em casa, e depois de grande expectativa, realizou-se a feira. Como o nome indicava, não era preciso dinheiro para obter qualquer coisa. Bastava trazer um objeto feito pelo próprio morador, e a compra se fazia em termos de permuta. Um tear feito a canivete foi barganhado por um terno completo e um par de calçados. Outro artista achou colocação para a sua escultura em madeira representando a cena hoje quase impossível de se ver: dois homens serrando uma tora com grapião, para fazer tábuas. Esgotada

a produção artesanal, os locais passaram a oferecer ovos e galinhas: fim de feira e festa. Uma mulher muda exprimiu sua alegria com sinais, pedindo um beijo. Diz Fernando que “ficou assim selado o pacto entre duas culturas: a que chegava, via e sabia, e a que nem via, mas existia por si, e desaparecia fatalmente sem o socorro da outra [...]”

O que é feito com boa intenção distingue-se à primeira vista por seu colorido humano, e decerto os pobres habitantes de Olhos d'Água sentirão na iniciativa dos professores o desejo de vê-los ativos, produtivos e confirmados em suas raízes. A história é simpática, mas faço votos por que feira de trocas seja apenas uma abertura, não um meio normal de relações econômicas. Infelizmente o dinheiro ex existe, e é bom que os humildes artesãos e donos de galináceos, no triste interior do Brasil, lhe sintam o cheiro. (JORNAL DO BRASIL, Caderno B, p. 5, 21 dez. 1975)

Segundo dona Joaquina de Paiva, antes da feira, “as pessoas estavam muito desanimadas, sem estímulo, não faziam nada; era só roça”. O artesanato ganhou status de “valor”, passou a ser estimulado e ressignificado, a partir do momento em que passou a fazer parte das manifestações culturais do local, que foram retomadas com o estímulo da feira e à medida que o saber artesanal foi passado para os mais jovens. Dona Clotilde (Bilú), uma das moradoras mais antigas de Olhos D'Água conta que: - “Naquele tempo do mundo velho que não tinha nem uma bonequinha, nós tinha que fazer bonequinha de pano, né? Eu aprendi fazer de bucha, palha e fui aprimorando”. Vilú passou seu conhecimento para sua afilhada Fatinha, que hoje é a artesã mais conhecida de Olho D'Água. Faz santos, flores e reproduz peças que recriam o cotidiano rural e as festas da localidade em palha de milho.

Atualmente Fatinha tem suas peças espalhadas em aeroportos e museus, expõe na Casa Cor e elaborou, no ano de 2011, um tipo de hibridação de diferentes espécies de milho para que as palhas já saíam coloridas, em diferentes tons de azul, verde, roxo, violeta e rosa. Transformou sua antiga casa, duas ruas abaixo da praça da igreja, em ateliê e emprega pessoas da cidade, passando seu conhecimento aos mais novos. A presença da família e da casa na produção dos artesanatos em Olho D'Água pode ser percebida em todas as produções, seja ela em barro, palha ou no tear. Lourenço, que produz peças em barro, trabalha em casa e tem ajuda de seu filho. Tais peças servem tanto para decoração quanto para os diferentes usos domésticos, as de mais expressão retratam mulheres caboclas de lábios carnudos e com roupas bem coloridas, além de cenas do cotidiano e da religiosidade, com aparente influência da arte de Mestre Vitalino. Dona Dorvalina, ceramista, aprendeu a arte de fazer objetos de barro quando criança, quando se utilizava o barro para fazer utensílios domésticos. Hoje, Dona Dorvalina tem 90 anos e, com sérios problemas de saúde, aposentou seu torno, mas passou sua técnica para sua sobrinha e dá oficinas organizadas pela população local. Ela tomou como *ofício* a arte cerâmica na juventude, onde passou a produzir variadas peças, utensílios domésticos (vasos, pratos, panelas) ou peças de decoração (luminárias, namoradeiras, fontes, imagens de caboclos,

etc.). Aprofundaremos mais à frente sobre os artesãos de Olhos D'Água, suas peças e técnicas.

Assim como o artesanato, alguns costumes foram retomados e ressignificados após as reuniões na escola experimental:

Inicialmente, a proposta da primeira lembrança coletiva foi uma volta a um querido hábito abandonado: o mutirão das fiandeiras; daí o primeiro lundu em sua característica rural e goiana; depois a primeira volta da catira; aí vem as canções do pouso do divino; uma Primeira Comunhão linda e colorida; a primeira Feira de Trocas com o reinício das técnicas artesanais abandonadas; vieram os Autos de Natal e de Semana Santa (com bebê-cristo do local e reis magos oferecendo galinha, ovos, arreios e coisas de sua realidade) e até mesmo uma data que há muito tempo não era festejada foi revivida: a festa de São Sebastião, também uma velha dança intitulada Tapuia – com fortes características indígenas – fora renascida [...] (CORREIO BRAZILIENSE, P. 09, 15 mar. 1977).

Nos primeiros anos da realização da feira, os moradores ofereciam quartos de suas casas para o “pouso” dos visitantes, por cinquenta cruzeiros (moeda corrente na época), com direito a café da manhã. Havia ainda um único restaurante na cidade, o “Restaurante do Povo”, que tinha um cardápio especial para a Feira, composto por galinha ensopada com creme de milho, leitoa, arroz e feijão. Com o passar dos anos e o aumento da quantidade de visitantes, algumas pessoas começaram a acampar em terrenos baldios e na praça da igreja, invadindo o espaço do “Troca”, trazendo problemas à vila e preocupação para seus habitantes, sobretudo na década de 1990, quando também, produtos do Paraguai começaram a fazer presença na Feira do Troca, gerando sensação de “novidade” em alguns, e além de gerar maior circulação de moeda na feira, diminuía o “status” que o artesanato, as antiguidades e - por consequência, a troca -, possuía entre a população e seus visitantes. Nessa mesma época, a Feira do Troca entra em decadência também por desentendimentos entre artesãos e habitantes da vila:

[...] A inveja, o ciúme e a vaidade foram corroendo os alicerces de uma comunidade pura, simples e fraterna. Logo atrás veio a decadência da feira, desfigurada pela descaracterização dos produtos nela expostos e pela invasão dos que nada entendiam de sua história e propósitos. Ao mesmo tempo, na comunidade, outrora unida, nasceram disputas internas de lideranças impositivas e autoritárias que quase a liquidaram de vez. Uma época de chumbo, de triste memória que veio se prolongando por longos anos. A descrença dos locais e o descanso das autoridades que a abandonaram, quase a levaram à morte. E a Feira do Troca perdeu seu sentido sócio cultural de resgate do viver e fazeres artesanais de outrora, para dar lugar a uma romaria mambembe, de encontros promíscuos, suja e fétida, invadida pelos cultores do barato e desfigurada por produtos do Paraguai. A Feira foi, então, morrendo, de fome e tristeza. Doente de nostalgia, definhando de saudades de si mesma”. (Entrevista Armando de Faria)⁹⁴

Porém, já em 1976, segundo documentos pesquisados, algumas peças antigas levadas para troca (roca, pilões e máquinas de costura antigas) ganhavam cotação na moeda corrente, havendo planos de que no próximo ano o artesanato seria vendido, fugindo então, da ideia inicial da feira, e dividindo opiniões no vilarejo: “É muito complicado sair daqui até uma cidade maior para fazer compras com dinheiro [...]. Nós somos pobres mesmo, preferimos trocar nosso trabalho por coisas que nos sirvam”.⁹⁵

Em 2005, houve a “retomada” da Feira do Troca, procurando-se voltar aos antigos moldes da Feira: o início das atividades de troca no domingo de manhã, com os produtos disponíveis para a troca em panos estendidos no gramado, barraquinhas onde os artesãos expõem seus objetos, disponíveis também para a venda. A Feira dura até acabarem os produtos para a troca. Na sexta-feira e no sábado que antecedem a feira, acontecem shows de variados estilos musicais, os artesãos e demais produtores vendem seus produtos na lateral da Igreja, em barraquinhas ricamente adornadas com flores de palha de milho, enquanto debaixo de uma lona de circo acontecem apresentações do Bumba meu Boi D’Água, apresentações de catira, mamulengos, encontros de violeiros, contadores de história e as mais diversas formas de expressão cultural típicas do cerrado e do sertão. Ainda hoje, a Feira acontece duas vezes ao ano, no primeiro final de semana de junho e dezembro. A última Feira do Troca, em sua 77ª edição, em dezembro de 2011, recebeu aproximadamente 11 mil visitantes, dentre eles um indiano que ficou sabendo da feira através da internet, além de várias pessoas de outros estados, como do Rio Grande do Sul, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que geralmente alugam casas no vilarejo ou se hospedam em pousadas próximas. Para o troca, havia 17 pontos, espalhados no gramado em frente à Igreja, havia galinhas, patos, gansos, antiguidades (rocas de fiar, máquinas de costura, rádios, ferros de passar á carvão, candeeiros, entre outros artigos), Roupas e sapatos, utilidades domésticas, monitores de computador antigos, baterias de carro, plantas, alimentos e tudo mais que se possa imaginar. Havia apenas uma barraca (descaracterizada das demais, e envolvida por plásticos azuis) de produtos do Paraguai e outra, com bijuterias diversas. Segundo Nilva Belo, professora e uma das organizadoras da feira, há alguns anos houve um fato interessante: um visitante desprevenido, que conhecia a Feira do Troca se encantou pelos produtos, e não levando nada que pudesse trocar, começou a trocar sua própria roupa, ficando só de cuecas. Muitas pessoas vão a Olhos D’Água para adquirirem itens a serem vendidos em antiquários e feiras de antiguidades de outras cidades.

OLHOS D’ÁGUA E O SERTÃO

Percebemos aqui, características do sertão presentes em Olhos D’Água: o relativo isolamento, a carência de suprimentos, a presença do poder, e mais a frente perceberemos também a presença de vários mitos. O “se bastar” e o enfrentar infortúnios naturais e humanos em Olhos D’Água não se deu apenas nos primeiros anos de ocupação, como

ocorreu com os *pioneers* da história norte-americana, mas ocorre em praticamente toda sua história, característica própria do sertão brasileiro, dada a “dificuldade de comunicação, pelo grande isolamento e pelo teor rústico e violento da vida” (DIAS, 2009, p. 14) agravados pela mudança do local da antiga estrada, consequência da construção de Brasília, onde cada família “vem a ser uma república”, por produzir o que lhe era necessário para a subsistência, itens como vestimentas feitos por fiandeiras, além de utensílios domésticos feitos de barro. O que não era produzido por uma família, era trocado com outra; assim, trocava-se um saco de milho por um de arroz ou um de feijão por três panelas de barro; mas amenizados após a criação da Feira do Troca.

Viver no sertão significava se habituar a um quase isolamento, com carência de mercados mercados abastecedores de produtos alimentícios, de boticários, armarinhos, e de outros recursos encontrados facilmente nos centros urbanos, como médicos, cirurgiões-dentistas ou professores de primeiras letras. Isso significa que, nos primeiros anos de ocupação, as pessoas têm que praticamente se bastar.” (DIAS, 2009, p. 15)

A partir da criação da Feira do Troca, Olho D’água passou a ser visitada por artistas e artesãos, que se encantavam pelo lugarejo e ali passaram a fixar residência. Cultura, folclore e imaginário em Olhos D’Água são valorizados e recriados, após a chegada de Laís Aderne. Isso só foi possível após a tomada do imaginário e da memória, para a reconstrução da identidade de Olhos D’Água, através de pesquisas embasadas também, na história oral. Dona Irma, que possui fazenda próxima a Olho D’Água, desde a década de 70, diz que:

Naquela época, que eu e o Ari compramos a fazenda, existia só um tiquin (sic) de gente por aqui. Depois foi chegando muita gente de Brasília, professores, o Armando, a Laís, aposentados, gente procurando descanso. E foi isso, foi revivendo né? Todo mundo ia aprendendo e reaprendendo por lá, era boneca de palha de milho, a lida com o barro, a paixão pela natureza, que fui ensinando para meus filhos e para minhas netas. Era o troca todo ano, a gente trocava panela por galinha, trocava tudo. Agora é um pouco diferente, mas continua lá, mais bonito ainda.⁹⁶

Alguns podem ser chamados, talvez, de remanescentes da geração *beat*, como se sente Natanael Guedes.⁹⁷, outro apaixonado pelo vilarejo: “Velhos hippies e ecologistas também buscam refúgio em Olhos D’Água. Não cheguei a ser hippie, mas tenho o espírito dos beatniks, seus antecessores. Portanto, nem tudo foi frustração na minha vida [...]”. Natanael considera Olho D’Água sua “Ilha de Cipango”. Drummond também conheceu Olho D’Água e se apaixonou pelo lugar.

Em matéria da revista VEJA, em 2000, vemos que pessoas cansadas da vida das grandes cidades vão para Olho D’Água, como o ator de 59 anos, que já fez 58 filmes, Paulo César Pereio. O ex-bailarino “Maninho”, Carlos Eduardo Chaves de Góis, trocou os

95 (Marinilda Marchi entrevista á revista Veja, 1976).

96 Entrevista realizada pela autora, na Fazenda Santa Cecília, município de Alexânia em 10/11/2011

97 Depoimento enviado por e-mail em 10/08/2008.

palcos cariocas e paulistas por Olho D'Água, onde cultivava bonsais com sua esposa. “Cansei de batalhar irracionalmente na cidade. Agora estou a fim de viver”, conta Maninho. Em 1998, um dos remanescentes do cinema novo, o autor e diretor Joel Barcelos mudou-se de Rio das Ostras para a vila, e só calça sapatos quando vai para Brasília; o percussionista e violinista Anapolino que tocou com Elba Ramalho, Geraldo Azevedo, Zé Ramalho e Alceu Valença; “Loro”, Lourival Lemes, dedica-se ao artesanato e tem em seu quintal um centro de arte folclórica. Segundo Rocha, em entrevista á Revista Veja, de 08/2000.

Em Olhos d'Água, os forasteiros são sempre pessoas de classe média e com nível de escolaridade muito elevado para os padrões locais. Eles formam quase metade da população e são vistos com simpatia pelos nativos. A movimentação de tantos artistas levou os habitantes locais a despertar para o artesanato, vendido em junho e dezembro, quando acontece a Feira do Troca e o lugar se enche de turistas. Um exemplo é a ceramista Durvalina Rodrigues de Castro, que há sete anos substituiu os afazeres domésticos pelo trabalho na olaria, onde faz pequenas esculturas e objetos de barro para uso doméstico. (ROCHA, 2000)

São pessoas que vêm das grandes cidades e ficam em Olhos D'Água, são pessoas que ali estavam, os que foram e que voltam, um vai-e-vem de vidas e culturas, um aprende e “desaprende” com o outro. Torna-se necessário estudar essas relações, do outsider e do estabelecido,⁹⁸ que jogam e trocam de posição, a história do vilarejo e as histórias de vida dos seus moradores, a cultura do lugar, a que era, a que chega, a que transforma.

Podemos estabelecer também uma ligação de Olho D'água, assim como sertão, com o conceito de comunidades de fronteira (fronteira do humano e não geográfica), que passaram por relativa exclusão e esquecimento durante algum tempo e, posteriormente, dado aos processos de imigração, começam a receber “o outro” e, portanto, entrando em contato com outras culturas, histórias de vida e identidades, formando uma comunidade híbrida, ou utilizando-se o conceito de crioulização.. A identidade na crioulização seria então passagem, meio, entre-lugar e não fim. A crioulidade engloba a adaptação de quem migra ao novo lugar, e a confrontação entre os diferentes tipos favorece a criação de uma nova cultura. “La mise en contact brutale des populations culturellement différenciées qui ont été amenées à inverser de nouveaux schémas culturels pour permettre leur cohabitation” (BERNABE apud BERND, 2004, p. 102). Apesar do contato entre os migrantes e os habitantes de Olho D'Água não ter sido brutal, uma nova dinâmica social e cultural foi criada, influenciando tanto quem chegou, quanto quem estava. Identificando então o que Schüler (1995, p.11) define como hibridismo, o que nasce nas culturas empurradas para as margens, lançadas à periferia, misturando estilos, línguas, costumes. “A renovação vem das sombras, da margem, do mundo em movimento, de discursos rebeldes à gramática a à lógica. O híbrido mistura cores, idéias e textos sem anulá-los”.

Para Bhabha (1986, p. 45), o hibridismo é verbo, e não substantivo. Na identidade,

há um processo relacional que a constitui, tanto a alteridade de um sobre o outro (o branco constitui o negro) quanto do outro sobre o um (o negro constitui o branco), assim, o hibridismo se forma na identidade, esse espaço perturbador, essa fronteira entre o um e o outro “constitui a figura da alteridade colonial”. A identidade, portanto, gera reconhecimento e conseqüentemente exclusão. Esse hibridismo é relacional e dialógico, um que se “apodera” do outro e essa relação é visível em ambos os lados. Bhabha pensa a cultura a partir do pós-colonialismo, uma cultura marcada por deslocamentos de espaço e origem, tanto no que tange escravidão quanto da experiência das diásporas migratórias. Hibridismo “trata-se de um modo de conhecimento, um processo para entender ou perceber o movimento de trânsito ou de transição ambíguo e tenso que necessariamente acompanha qualquer tipo de transformação social” (BHABHA apud SOUZA, 2004, p.113). Em Olho D'Água podemos encontrar tanto o que se trata à crioulização quanto ao hibridismo de Bhabha, ligados aos processos migratórios.

Assim, sendo, por que não objetos híbridos, de culturas híbridas e ao mesmo tempo próprias do local onde é criado? Sem utilizar de romantismo, as influências de técnicas, métodos de outros lugares se não o de onde é produzido é aceitável, mas cada povo, cada artesão utiliza-se dessas influências, utilizando matérias primas de seu próprio ambiente produzindo um objeto que lhe é próprio. Assim como as mulheres americanas “colocavam” suas memórias, suas lembranças, suas vidas nas colchas que produziam, o artesão imprime em seu objeto seu meio, sua vida, suas crenças. Uma boneca de barro produzida em Santo Antônio do Olho D'Água nunca será a mesma produzida por artesãos do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, os santos de palha produzidos por Fatinha, não são os mesmos que os produzidos por Maria Badia. Apesar das técnicas serem parecidas e passadas geralmente da mãe para filha, cada artesão cria um estilo e temática que lhe são próprios. Há humanidade no trato e na relação com o barro. É uma natural intimidade entre o barro e os sentidos, como se o artesão tomasse o modelo ancestral da criação, pois “Adão foi feito de barro”. Penso essa mesma relação do artesão com o barro, o artesão com o ferro que forja, com a palha que transforma em boneca, em santo. Corpo e alma dedicados ao objeto que cria, por isso, o objeto “tem” uma vida própria, uma alma que lhe foi dada, e é uma espécie de continuação do artesão, tornando-se objeto de admiração para quem o compra ou ganha, principalmente se houve contato com o próprio artesão e a feitura do objeto que adquire. Objetos carregam memória.

A mesma análise (ambivalência) vale para o material. A madeira, por exemplo, tão procurada hoje por nostalgia afetiva uma vez que tira sua substância da terra, vive, respira, “trabalha” [...] conserva o tempo em suas fibras, é o continente ideal já que todo conteúdo é algo que se quer subtrair ao tempo. A madeira tem seu odor, envelhece, tem mesmo seus parasitas, etc. Enfim, esse material é um ser.” (BAUDRILLARD, 2008, p. 44)

Concordamos com Baudrillard que a questão não é apenas de que o objeto é feito, mas o sentido que lhe é dado, “um signo cultural deste calor”. Mas objetos artesanais, que não são feitos por máquinas, mas por pessoas com vidas diferentes, algo que carrega

⁹⁸ Conceito de Nobert Elias, onde há mudanças, é natural que haja estranhamento, que não se dá apenas nas diferenças étnicas e financeiras. A diferenciação é algo inerente ao ser humano.

impressões dos dedos do artesão, não carrega mais “vida”, mais história? Quem fez? Onde? Como aprendeu? Essas são questões importantes a serem pensadas. A dinâmica artesanal de Olho D’Água gira em torno da Feira do Troca, assim como seu calendário de festividades. A produção popular tem na feira seu principal escoamento. Em sua trama complexa de relações os indivíduos se abastecem, trocam informações, objetos e se transformam. Oficinas de danças e artesanato acontecem entre quem visita a feira. Todos convivem, trocam, compram e compartilham sua história, em torno dos objetos, dos artesãos, na pracinha da Igreja. Nas brincadeiras, as crianças ensaiam futuros papéis sociais, expressam valores e reitera valores do grupo a que pertence.

Para Le Goff (1999, p. 80), é a memória que dá o “sentido da duração, da continuidade histórica e, ao mesmo tempo, das rupturas”. A cultura popular não existe sem memória. A história e as histórias de vida presentes em Olho D’Água podem ser identificadas em sua maioria através da memória de seus habitantes, representada no artesanato, nas manifestações culturais e na oralidade de seu povo. “A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam essas transformações.” (MONTENEGRO, 1992, p. 19)

Para Veine (apud MONTENEGRO, 1992, p. 10), o escrito, o documentado são apenas representações de algo que já passou, cheias de impressões pessoais. “O tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingui-se do acontecido; é uma representação. E nesse hiato entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador.” Essas representações e suas “fontes” não seriam então, também, mostras daquilo que formou e forma as identidades da região, da comunidade, do morador? Na oralidade, podemos chegar perto do “sentimento”, das emoções e vínculos culturais de quem fala.

Apesar de diferentes, história e memória não se dissociam, a memória trabalha com o vivido, com o que ainda está presente no grupo, a história trabalha com representações de fatos distantes, muitas vezes sem a possibilidade de encontrar testemunhas daquela lembrança. A memória do indivíduo depende do meio em que vive, da sociedade e dos grupos de convivência desse indivíduo. Para Halbwachs (2006), a memória tem um caráter livre, espontâneo, o ato de lembrar não é o mesmo que reviver, mas reconstruir com as imagens e ideias do presente, as experiências do passado, tanto a memória do indivíduo quanto a memória do grupo estão intrinsecamente ligadas.

Ecléa Bosi (1994, p. 84), citando Walter Benjamin, sobre a arte de narrar, nos fala que sempre houve dois tipos de narrador: o que viaja, o que vem de fora e narra suas viagens, e o que fica e conhece tanto o lugar quanto a sociedade que o habita, logo, “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam”. Bosi considera o ato de narrar como uma arte que relaciona mão, olho e alma, e esse talento vem da experiência do narrador, ele é um mestre do *ofício* que conhece seu meio, narra tanto na oralidade quanto no artesanato e festas que produz.

Assim como no sertão, em Olhos D’Água existem mitos, lendas e cantos que formaram a identidade e o imaginário local e que estão presentes na memória e no cotidiano local, fazendo parte das manifestações culturais tradicionais do local, como a festa de São Sebastião, a Traição (costume local de ajudar na plantação), as Festas do Divino que são apresentadas durante a Feira do Troca.

Segundo Dias (DIAS, 2009, p. 20) se o sertão foi palco de inúmeros motins, “nele também se desenvolveu grande parte da cultura brasileira, nas suas múltiplas manifestações regionais e locais” destacando-se o imaginário que é fonte viva e incessante. O autor ainda cita Leonardí (apud DIAS, 2009, p. 23):

O sertão foi, também, local de gestação de inúmeras lendas e mitos, que passaram repetidos de geração em geração, para a linguagem do brasileiro, até para as emoções coletivas daqueles que moram nas cidades. O hábito de contar histórias à noite – “causos” – era generalizado no sertão brasileiro nos séculos XVIII e XIX, e ainda continua sendo, de certa forma, na segunda metade do século XX, apesar da concorrência da televisão.

Podemos observar circularidades e ressignificações nos mitos e nos festejos em Olhos D’Água, devido ao seu processo histórico e à chegada de pessoas de fora com a criação da Feira do Troca. O maravilhoso é deslocado para locais mais inacessíveis e remotos para que continuem a se manifestar. Para Lanciani (apud DIAS, 2009, p. 26) “seres fantásticos, bizarros e muitas vezes medonhos passam, então, a habitar regiões extremas, pouco acessíveis e geralmente isoladas [...]”.

Talvez pelo isolamento que Olhos D’Água sofreu e que ainda hoje se encontra “escondida” em meio a vales e montanhas, tão próxima e tão longe das grandes ou das não tão grandes, mas movimentadas cidades.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia. **A identidade sertaneja na literatura regionalista:** Euclides, Hugo de Carvalho Ramos, Guimarães Rosa. In: _____ Revista de História Regional, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos.** São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BERND, Zilá. O elogio da criouldade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: _____. ABDALA J., Benjamin. **Margens da cultura:** mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 99-112.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- DIAS, Renato da Silva. **História, Cultura e Sertão.** In: _____ Sertão: Identidade e Religiosidade. Org.: Carla Cristina Barbosa. Montes Claros, MG: Unimontes, 2010.
- LANCIANI, Giulia. La poetica di João Guimarães Rosa - una lettura della vita come “soprasenso”. In: _____ **Percorsi di Interculturalità: Scrittori, Critici e Traduttori a confronto.** Roma, 2010.

LE GOFF, **Memória**. In: _____. Enciclopédia Einaudi (memória – História). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SCHÜLLER, Donaldo. Do homem dicotômico ao homem híbrido. In: _____. BERND, Z.; DE GRANDIS, R. (Orgs). **Imprevisíveis Américas: questões de hibridização cultural nas Américas**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995. p. 11-20.

SENA, Custódia Selma. **A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.1, jan./jun., 1998.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: UFG, 1997.

SOUZA, Lynn Mario T. M. de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: _____. ABDALA J., Benjamin (Org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

HISTÓRIA/HISTÓRIA DA ARTE: DILEMAS PATRIMONIAIS DE DISCIPLINAS COIRMÂS⁹⁹

ELISABETE LEAL

A frase de Denis Diderot, bastante conhecido como o filósofo editor da *Encyclopédie*, e menos conhecido como crítico de arte no século XVIII, é apropriada para iniciar este texto. Dizia ele aos artistas visuais: “Primeiro me comova, me surpreenda, parta meu coração, faça-me tremer, chorar, arregalar os olhos, enfurecer-me... só então deleite minha visão” (DIDEROT apud FRIEDLAENDER, 2001, p. 19). Essa frase não tem apenas um belo efeito dramático, mas ela nos atualiza sobre a complexidade de trabalhar com fontes visuais, pois lidamos com objetos que têm matéria, enunciação e que têm a capacidade de promover reações e sentimentos. Dessa maneira, pretende-se discutir, aqui, quatro problemas concernentes à fonte artístico-visual:

- 1 – o imbricamento das disciplinas de História e História da Arte;
- 3 – a admiração dos objetos artísticos pesquisados;
- 3 – a atenção necessária à materialidade das fontes artístico-visuais e;
- 4 – as obras artísticas consagradas. O problema de acesso às fontes.

AS DISCIPLINAS HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA ARTE NASCERAM JUNTAS

O historiador inglês Stephen Bann analisa de que modo a emergência da História enquanto disciplina integra o movimento intelectual e cultural conhecido como Romantismo, tendo, portanto, estabelecidas suas regras de construção enquanto conhecimento desde o início do século XIX na Europa. De gênero literário, a História passou a ser “a forma paradigmática do conhecimento que os outros campos aspiravam a ser”, diz Bann (1995, p. 4). O autor informa, ainda, que a História não só se tornou modelo para outras disciplinas, mas também prática cultural com tendências pluralizantes e popularizantes, e cita o sucesso editorial dos romances históricos, a consolidação da pintura de história como o gênero mais completo de pintura, o surgimento de museus históricos, a prática do colecionismo, as viagens exploratórias a locais e povos considerados exóticos e perdidos no tempo, e a afirmação da arqueologia como disciplina. Em suma, o autor argumenta sobre como ocorreu, no século XIX, a irradiação cultural da História para diversos outros produtos culturais e do conhecimento humanístico.

A arte oitocentista não ficou livre da predominância da História sobre os produtos culturais. Influenciada pela crescente laicização, a partir da Revolução Francesa e pelo desenvolvimento do culto aos grandes homens, teve espaço e incentivo oficial para uma grande produtividade de obras artísticas. A construção de prédios públicos destinados a desenvolver a cultura e a encomenda de telas para decorá-los, a confecção de monumentos,

⁹⁹ Texto adaptado da apresentação no Simpósio Temático *Patrimônio: as formas do passado no presente*, ocorrido no XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH, USP, São Paulo, 2011.

estátuas, bustos, fazem parte de estratégias de lembrança cívica e de diferentes formas de vivenciar o novo civismo, agora laico. As artes visuais também foram pilares no movimento de febre documental preservacionista nos anos oitocentos, sem a qual a escrita da História da Arte não seria possível. É nesse século que se estabelecem, na França, profissões ligadas ao meio patrimonial que garantiram certa regularidade no acesso às fontes. Conservadores, bibliotecários e arquivistas passaram a fazer parte do funcionalismo público francês, ao lado da profissão de professor de Escola Pública, inclusive professor de História, a partir de 1818. No entanto, a disciplina de História da Arte foi instituída, pela primeira vez, na Universidade de Berlim, em 1844, como disciplina universitária. Na França, a partir de 1881, estabeleceu-se no *École du Louvre*.

Talvez a reflexão que mais tenha causado desassossego, ou impacto, nos historiadores, no que se refere à atividade profissional voltada para as questões do passado, seja o famoso texto de Pierre Nora – *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*, publicado há quase 30 anos, mas atualíssimo pela capacidade de o autor gerar a dúvida nos historiadores a respeito do seu papel profissional no fenômeno contemporâneo – dos anos 80 até hoje – que ele denomina sanha pela memória, pelo culto documental, por uma religião conservadora do produtivismo arquivístico.

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da História. (NORA, 1993, p. 15)

Enders (1993) analisa o impacto que a obra *Le Lieux de Mémoire* causou na sociedade francesa, levando à vulgarização da expressão “lugares de memória” que passou a ser usada por Ministros e especuladores imobiliários com uma gama de sentidos que não era a intenção original do historiador. A expressão dizia tudo e no fundo não dizia nada (p. 133). Nora, em um novo volume da coleção *Lês France* (1993), procurou ressituar e se reapropriar da expressão devolvendo-lhe o caráter simbólico de “lugar” que lhe havia dado originalmente. Nora tomou emprestado de Cícero – *De Oratore* — o sentido retórico de “lugar”, e diz respeito a uma ideia transformada em símbolo e não “lugar” no sentido literal (espaço, território) ou lugar das coisas, dos objetos ou dos vestígios do passado. Do mesmo modo que muitas das interpretações de Nora sobre os lugares de memória, a Arte também assumiu, na historiografia, a conotação literal de espaço de manifestação do passado e da representação concisa da expressão artística de uma época que, reunida no Museu de Arte, tinha o intuito de ser exposta para a admiração do público e não necessariamente de ser pesquisada.

2 - PODEMOS ADMIRAR O QUE PESQUISAMOS?

Embora com uma origem comum, as disciplinas História e História da Arte se distanciaram em termos metodológicos.¹⁰⁰ Já foi bastante analisada pela historiografia a forma com que a disciplina histórica se organizou com pretensões científicas no século XIX e é antiga a discussão sobre o desejo de distanciamento do historiador em relação ao seu objeto. O mesmo não se pode dizer do historiador da arte, pois este muitas vezes admira, ou não, o que analisa. Críticos e historiadores da arte podem admirar, julgar e escrever sobre seus objetos analisados. A disciplina da História da Arte no século XIX também teve pretensões de se constituir em um campo autônomo de conhecimento, diz Michaud, livre das amarras que a História lhe impunha e reivindicando a autonomia da Arte diante da temporalidade (2005, p. 5).

É sobre a licença ao gosto que a História da Arte tem muito a ensinar. Discussões sobre o modo com que o gosto estético muda e se revela na forma de as pessoas se relacionarem com os objetos artísticos e como isto está conectado às formas de pensar e sentir são frequentes na historiografia da Arte e são questões também da História.¹⁰¹

Os historiadores da Arte ao comentar uma obra, a história de sua confecção e a biografia do artista também se permitem o encantamento ou rejeição estéticos. Uma pergunta metodológica se impõe: ao lidar com a fonte visual é possível permanecer imune aos apelos que a própria fonte cria? Seria possível manter a mesma postura ao lermos um frio relatório oficial de uma repartição pública e ao olharmos para uma bela escultura de Rodin? Com a disseminação crescente dos estudos visuais na área da História, estabeleceu-se, portanto, um novo desafio para o historiador: lidar com objetos visuais que, muitas vezes, admira ou rejeita esteticamente. Desafio este já enfrentado pelos historiadores da Arte.

3 – É RECENTE A ATENÇÃO DADA À MATERIALIDADE DAS FONTES QUE PESQUISAMOS.

Parafraseando a expressão consagrada “virada linguística”, a História, hoje, está passando por uma virada visual, seguindo a proposta de discussão apresentada por Knauss sobre arte e cultura visual na historiografia norte-americana (2006). Os trabalhos com fontes visuais são inúmeros e se voltam tanto para áreas consolidadas — as artes visuais — quanto para o estudo de objetos visuais inusitados — tatuagens corporais. Como toda a situação de “moda” nem sempre os procedimentos metodológicos conseguem se burilar, e tratando-se de pesquisa com fontes visuais isto pode ser perigoso, pois tem-se (nós, os historiadores) uma má formação na linguagem visual, além da timidez para com o estético.

Caso se pense sobre a nossa formação escolar, pode-se dizer que houve êxito da

¹⁰⁰ Sobre como a disciplina da História da Arte tem revisado seus conceitos diante das questões da modernidade ver: KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, no. 21, p.09-21, jul.-dez. 2010.

¹⁰¹ Sobre os conceitos de originalidade, autonomia e historicidade das Artes consultar: PAREYSON, Luigi. *Arte e História In: Os problemas da Estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 125-148.

instituição em nos ensinar a escrever, ler e decifrar e compreender os códigos escritos, mas o mesmo não ocorreu com a linguagem visual, principalmente em se tratando de obras de arte. Isto gera um desafio muito grande ao historiador: alfabetizar-se visualmente. Esse aprendizado faz com que se tenha uma relação mais cuidadosa e, talvez, medrosa, com as fontes visuais.

A introdução massiva de fontes visuais nas preocupações historiográficas está produzindo uma nova relação entre a produção do pensamento histórico e as fontes, e, em parte, isso ocorre devido à materialidade do visual. Se comparadas à fonte escrita as imagens visuais, para serem produzidas, requerem grande aparato técnico e muitas vezes elas têm um suporte material delicado. O visual também é, portanto, objeto material e o historiador precisa se desacostumar das perguntas relativamente tranquilas feitas às fontes escritas, normalmente vistas apenas como portadoras de enunciados. Nesse movimento tem-se muito que aprender com a Arqueologia e a Museologia que, tradicionalmente, lidam com a materialidade e a História. Há alguns anos Menezes alertou para o fato de que as imagens também devem ser estudadas como objetos materiais, “nas diversas formas e contingências de uso e apropriações”; e “é possível ir além da ideologia e do imaginário/mentalidades” nos estudos sobre imagens (2003).

Para além dos significados, portanto, a materialidade dos objetos visuais exige dos historiadores um novo comportamento de pesquisa que vai desde diferentes formas de coleta, registro e classificação dessas fontes até a sua incorporação no texto histórico. A operação metodológica para lidar com o visual exige dos historiadores domínio técnico de máquinas fotográficas, o uso de programas de tratamento de imagens, o conhecimento de edição de filmes. Saber, assim, como essas fontes visuais são produzidas e quais as condições de sua reprodução são conhecimentos que os historiadores hoje não podem ignorar.

Essas fontes também exigem trabalho interdisciplinar, pois a própria falta de familiaridade com a análise do visual ou do seu suporte produz questões que a História sozinha não consegue dar conta. Por exemplo: qual a diferença técnica e material entre um trabalho de pintura a óleo e um de aquarela? Saber essa diferença nos auxilia explicar as condições financeiras de um comprador de obras de arte? Por que os monumentos públicos feitos em homenagem a personagens “ilustres” na Primeira República brasileira eram elaborados grande parte em bronze e não em mármore? Qual a ligação disso com o ensino artístico no Brasil? Qual era a técnica mais rápida e fácil de ser executada? Esses são exemplos de questionamentos que mostram que o desinteresse em conhecer como a fonte visual é produzida materialmente e a permanência dos pesquisadores no “confortável” campo discursivo pode levar a omissões sobre meu objeto de pesquisa.

Considerando-se que a materialidade das fontes visuais exige que os historiadores conheçam as condições orgânicas de sua fatura, obrigando a buscarem informações em outras áreas que lidam com objetos (e isso é novo para a História), os significados daquilo que é visual têm sido tradicionalmente o aspecto a que a historiografia mais tem se dedicado. Não se nega que tais obras não tenham significados e que não caiba ao historiador querer conhecê-los, mas sublinha-se que ao não se indagar sobre as condições

materiais de produção de um objeto visual pode-se dizer equívocos sobre seu significado.

Assim, o objeto artístico-visual está submetido a dois estados inerentes como patrimônio, diferentemente de quaisquer outras fontes de pesquisa: ele tem valor estético para ser admirado ou não e ele tem valor material. É exatamente sobre esses diferentes valores que se concentra o último problema a ser discutido neste texto.

4 – OBRAS ARTÍSTICAS SÃO OBJETOS CONSAGRADOS. O PROBLEMA DE ACESSO ÀS FONTES.

Os Museus de Arte, criados principalmente a partir do século XVII para reunir e mostrar os melhores exemplos artísticos dos nascentes estados nacionais europeus, estruturaram-se para abrigar as obras de maior qualidade estética. Ainda hoje os Museus de Arte se organizam sobre a formação de coleções de grandes/bons artistas. Foi sobre o estatuto dessa concepção de boa arte que se estruturou a disciplina de História da Arte, com base na organização das escolas artísticas, na identificação das tendências dos artistas e na avaliação estética de suas obras.

Há, ainda, um problema de caráter prático da pesquisa ancorada em fontes visuais: normalmente as imagens são consideradas mais nobres, valiosas ou importantes do que fontes escritas, o que eleva seu grau de dificuldade de acesso. Além disso, fontes históricas são vestígios e como tal passaram pela seleção natural de descarte, portanto, o que ficou para ser pesquisado normalmente é o que não foi descartado. Exemplo seria um bloco de desenho, em que o artista arranca, amassa e joga no lixo as folhas cujos desenhos são pouco bons para ele. Ao analisarmos essas fontes é preciso lembrar de que as imagens estão associadas ao conceito de qualidade, determinando sua guarda ou descarte e definindo o que teremos a nossa disposição. Diferentemente das palavras, alerta Manguel, “uma imagem existe no espaço que ocupa” (2001, p. 21). As pesquisas com imagens estão, portanto, condicionadas ao acesso ou não a esses lugares do visual. As obras de arte, por serem objetos envoltos em conceitos de consagração – melhores artistas ou melhores obras –, estão submetidas a uma política de preservação, exposição e disponibilização para pesquisa cujo parâmetro é estético. A seguir propõe-se um exemplo totalmente hipotético de como a noção de consagração pode ter consequências para a produção historiográfica.

A Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro é formada por vários setores. Um historiador estuda Machado de Assis e está interessado em um livro raro deste autor e na Biblioteca há um único exemplar. Ele se dirige ao setor, solicita o livro, o manuseia e pode manuscrevê-lo ou digitá-lo integralmente. Assim, o pesquisador terá acesso ao conteúdo de sua fonte de pesquisa, incluindo o contato com seu suporte. Mas esse historiador não poderá fazer o mesmo com as gravuras de Debret que estão no setor de iconografia da Biblioteca. Primeiro, porque não poderia copiá-las e mesmo que o fizesse o resultado não serviria como método de coleta de fonte; segundo, porque a dificuldade de reprodução das gravuras seria muito grande ou dispendiosa, inviabilizando a pesquisa, caso a permissão de reproduzi-las lhe fosse concedida. Isto significa que o maior ou o menor acesso às

fontes determina o resultado do conhecimento histórico que, produzido, ajuda a manter o status da fonte, ou seja, a dificuldade de acesso às fontes visuais contribui para a sua sacralização. Em se tratando de fontes artísticas, normalmente sob a responsabilidade dos museus, esse problema se agudiza, pois poucos são os museus que possuem um arquivo.

Assim questiona-se: Qual o resultado da pesquisa hipotética na BN? O historiador terá ao seu dispor inúmeros dados sobre Machado de Assis, além do acesso à sua obra, possivelmente livros da primeira edição, mas, por outro lado, provavelmente analisaria apenas uma gravura de Debret. Certamente, a gravura seria exaustivamente questionada, olhada sob todos os ângulos, observada em diferentes luminosidades... Mas isso pode ter uma consequência às vezes perigosa: no afã de extorquir algo das poucas fontes visuais, tende-se a superinterpretá-las e dizer algo sobre elas que seus produtores jamais diriam.

As obras artísticas sofrem, ainda, de uma crônica situação: quanto mais são divulgadas nas pesquisas, quanto mais inventários são realizados, quanto mais se fala sobre elas, mais as expomos. Isto em se tratando de coleções públicas. No caso de coleções privadas é muito possível que pesquisa alguma seja feita. A precária segurança em muitos museus de arte leva à omissão de seu acervo e de seus dados, inclusive para pesquisa.

PARA CONCLUIR

Os quatro pontos discutidos neste texto relativos a imagens visuais em geral e obras de arte em específico: a produção do conhecimento, a fruição, a materialidade e a consagração são apenas um elenco de questões presentes em trabalhos historiográficos e que dizem respeito ao campo patrimonial artístico. Nosso intuito foi o de introduzir algumas discussões comuns entre os campos da História e da História da Arte, perpassadas pela problemática patrimonial da guarda/conservação e disponibilização para pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANN, Stephen. **Romanticism and the rise of History**. New York: Twayne Publishers, 1995.
- FRIEDLAENDER, Walter. **De David a Delacroix**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, no. 21, p.09-21, jul.-dez. 2010.
- PAREYSON, Luigi. Arte e História In: **Os problemas da Estética**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 125-148.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, no. 12, p.97-115, jan.-jun. 2006.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. v. 23, no. 45, p. 29, jul. 2003.
- MICHAUD, Eric. **Histoire de l'art: une discipline à ses frontières**. Paris: Hazan, 2005.

SOBRE OS ORGANIZADORES

ODAIR DA CRUZ PAIVA. Bacharel em História pela PUC-SP em 1988, Mestre em Sociologia pela UNICAMP (1993) e Doutor em História Social pela USP (2000). Possui Pós-Doutorado pelo NEPO-UNICAMP (2010). Atualmente é Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). É Pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faz parte do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Patrimônio Cultural do Café - Iphan; do Grupo de Trabalho sobre Patrimônio Cultural da ANPUH. É líder do Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Patrimônio Cultural e pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cinema e Literatura da UNESP, ambos registrados junto ao CNPq. É autor de livros e artigos em revistas especializadas. Desde 2007, é membro do Conselho Editorial da Travessia: Revista do Migrante. Entre 2008 e 2010, foi Conselheiro junto ao CONDEPHAAT. Fez parte do Conselho de Administração do Memorial do Imigrante, entre 2006 e 2009, e do Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância (LEI) da Universidade de São Paulo. Atua na área de Migrações, Patrimônio Histórico e Museus.

ELISABETE DA COSTA LEAL é professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação de História da UFPel-RS. Defendeu em 2006 na UFRJ a tese intitulada "Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá". Desenvolve pesquisas sobre a I República no Brasil, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: gênero, história política, arte e patrimônio. Foi diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, membro-fundador do GT Acervos: história, memória e patrimônio da ANPUHRS, Presidenta desta Associação (gestão 2008-2010) e representante desta Associação no Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio da Secretaria Estadual de Cultura - SEDAC/RS.

SOBRE OS AUTORES

Artur Henrique Franco Barcelos. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Bacharelado em Arqueologia – Universidade Federal do Rio Grande FURG e do Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande FURG. Área de atuação: História e Arqueologia. Membro dos seguintes Grupos de Pesquisa: América Platina: poder, ideias e relações regionais – CNPq e Sociedades do Antigo Regime no Atlântico Sul – CNPq.

Caroline Antunes Martins Alamino. Graduada em História pelo Centro Universitário Fundação Santo André - CUFSA, Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Área de Atuação: Patrimônio Histórico, Ensino de História e Política. Membro do Núcleo de Ensino de História- NEH – UDESC.

Cláudia Regina Plens. Mestre e Doutora pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História/EFLCH/UNIFESP. Área de atuação: Arqueologia. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Memória, Educação e Patrimônio Cultural – UNIFESP

Elizabeth Johansen. Mestre em História, Linha de Cultura e Poder, Universidade Federal do Paraná. Professora Assistente do Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Diretora Assistente do Museu Campos Gerais, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linha de Pesquisa: Instituições e Sujeitos: Saberes e Práticas. Grupo de Pesquisa: Identidades: Cultura, Experiência, Linguagens (UEPG).

Fernando Atique. Doutor em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História/EFLCH/UNIFESP. Atua na área de Arquitetura, Urbanismo e História Cultural. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Memória, Educação e Patrimônio Cultural – UNIFESP.

Giane Maria de Souza. Mestre em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Funcionária da Fundação Cultural de Joinville, atua nas áreas de Museus, Pesquisas em Patrimônio Material e Imaterial, Projetos Culturais e Pesquisas em áreas do Mundo do Trabalho. É membro do Setorial de Patrimônio Imaterial do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC - MinC e do Comitê Gestor Estadual de Museus de Santa Catarina. Membro do GT de patrimônio Cultural da Anpuh Brasil e da direção da Seção Anpuh/SC. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Unisociesc.

Jaime Rodrigues. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História do Brasil do Departamento de História/EFLCH/UNIFESP. Áreas de atuação: História do Brasil; Escravidão; Tráfico de Escravos; História Atlântica; Patrimônio Histórico; Organização de Acervos e História da Saúde Pública. Membro dos seguintes Grupos de Pesquisa: História e Saúde – UNIFESP.

História, Memória, Educação e Patrimônio Cultural – UNIFESP; Formação das Nações, Identidades Nacionais e Nacionalismos nos Séculos XIX e XX – UNIFESP; História da Diáspora Africana nas Américas – UNIFESP; Ciências Sociais, Saúde Pública e Questões Contemporâneas – USP; A Experiência dos Africanos e seus Descendentes no Brasil – UFRGS.

Jaisson Teixeira Lino. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - campus de Chapecó/SC. Doutor em Quaternário: Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro-UTAD, Portugal. Área de atuação: Arqueologia, Patrimônio e História Grupos de pesquisa do CNPq: 1- Sociedade, Movimentos Migratórios e História Ambiental (Fronteira Sul do Brasil, Séc. XVI a XXI); 2- Cultura, Política e Diversidade.

Júlio Quevedo dos Santos. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Santa Maria. Atua nos Programas de Pós-Graduação, Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural e Mestrado Acadêmico em História, ambos pela UFSM. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Latino-Americana, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Integração Latino-Americana, História Cultural, Relações de Poder, Cultura e História, Integração Latino-Americana e Identidade Latino-Americana.

Leandro Henrique Magalhães. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL. Atuação na área de Patrimônio Cultural e Educação. Coordenador do GT Nacional de Patrimônio Cultural da ANPUH.

Luana da Silva Oliveira. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2011). Atualmente é coordenadora geral do Centro Cultural Aracy Carvalho Di Biase e professora dos Cursos de Graduação em História e Serviço Social do UGB - Centro Universitário Geraldo Di Biase. Tem experiência na área de História, com ênfase em Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: Memória, Jongo, Cultura Popular, Educação Patrimonial, História Oral e Projetos Socioculturais.

Luana Soncini. Mestre pela Universidade de São Paulo.

Lucília S. Siqueira. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História/EFLCH/UNIFESP na disciplina de História, Memória e Patrimônio. Áreas de Atuação: Relações da História com o Campo do Patrimônio. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Memória, Educação e Patrimônio Cultural – Unifesp.

Marcia Eckert Miranda. Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de História/EFLCH/UNIFESP na disciplina de História e Arquivos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio

Grande do Sul e dos grupos de pesquisa História, Memória, Educação e Patrimônio Cultural - UNIFESP e Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul – UFRGS.

Maria Rita de Almeida Toledo. Professora Livre-Docente e Doutora em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de História/EFLCH/UNIFESP. Tem experiência nas áreas de Educação e História, com ênfase em História da Educação e História do Livro e da Leitura. Organizou o Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional.

Paula Groehs Pfrimer Oliveira Stumpf. Especialista em História Cultural - UFG, Mestre em História, na linha Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração – UFG e Professora na Universidade Federal de Goiás.

Wilma Peres Costa. Professora titular na área de história econômica pela Unicamp. Professora Adjunta Livre-Docente do curso de História da Universidade Federal de São Paulo (Campus de Guarulhos) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Unifesp. Atua na área de História, com ênfase na História Política do Brasil Império. Tem focalizado seus estudos na construção do Estado brasileiro no século XIX, em sua interface com o escravismo. Temas principais – Instituições Políticas, Imaginários Territoriais, Fronteiras, Conflitos Armados, Fiscalidade, Federalismo, Pensamento Político e Social no Século e Historiografia.

REVISÃO
Ondina Antonio Rodrigues

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
MKT Fila

CAPA
Foto: Elisabete Leal
Local: Preservation Hall Jazz Band - Nova Orleans - EUA
Data da Fotografia: abril de 2008
Câmera: Cybershot/Sony

A fonte usada no miolo é Times New Roman, corpo 11/12/14.
O papel de miolo é offset 75g/m², e o de capa é cartão 250g/m².